UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ZENIS BEZERRA FREIRE

TERRITÓRIO, AMBIENTE E ESPERA:
uma análise das geo-grafias e dinâmicas territoriais dos sujeitos atingidos por desastres "naturais" na Zona da Mata Sul de Pernambuco

RECIFE
2021

ZENIS BEZERRA FREIRE

TERRITÓRIO, AMBIENTE E ESPERA:
uma análise das geo-grafias e dinâmicas territoriais dos sujeitos atingidos por desastres "naturais" na Zona da Mata Sul de Pernambuco

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção de título de Doutora em Geografia. **Área de concentração:** Regionalização e Análise Regional

Orientador: Prof. Dr. Nilo Américo Rodrigues Lima Almeida

RECIFE
2021

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

F866t Freire, Zenis Bezerra.
Território, ambiente e espera : uma análise das geo-grafias e dinâmicas territoriais dos sujeitos atingidos por desastres “naturais” na zona da Mata Sul de Pernambuco / Zenis Bezerra Freire. – 2021.
208 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Nilo Américo Rodrigues Lima Almeida.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2021.
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Geografia. 2. Desastres ambientais. 3. Pessoas desabrigadas. 4. Zona da Mata (PE : Mesorregião). 5. Território. I. Almeida, Nilo Américo Rodrigues Lima (Orientador). II. Título.

910 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2022-088)

ZENIS BEZERRA FREIRE

TERRITÓRIO, AMBIENTE E ESPERA: uma análise das geo-grafias e dinâmicas territoriais dos sujeitos atingidos por desastres "naturais" na zona da mata sul de pernambuco

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em geografia. Área de concentração: regionalização e análise regional.

Aprovada em: 26/07/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida (Orientador − Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Jan Bitoun (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Ana Carolina Gonçalves Leite (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (Examinador Externo)
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Valter do Carmo Cruz (Examinador Externo)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho (Examinador Externo)
Universidade Federal de Campina Grande

A todas, todos e todes as pessoas desterradas que seguem pelo mundo, em luta pela vida, pela dignidade, pela terra e pelo território e a todas, todos e todes as pessoas que cotidianamente se deslocam em busca de outros caminhos.

Aos meus entes queridos desterrados do plano terreno, Artur Bezerra Freire (*In memoriam*) e Ana Pereira da Silva *(In memoriam*).

Às pessoas vítimas da pandemia de COVID-19 e do genocídio que assola o povo brasileiro nos mais diversos rincões.

AGRADECIMENTOS

Agradeço àqueles a quem devo a minha existência, à minha mãe, Josefa Firme Bezerra, e ao meu pai, Antônio Zenóbio do Rêgo Freire, sou grata pela paciência e pela compreensão, por nem sempre eu estar presente nos momentos em família, pelo apoio na busca dos meus sonhos, mesmo quando estes pareciam impossíveis.

À minha irmã, Vitoria Freire, pela força de vida e por dividir tantos momentos de alegria e de tristeza nesta caminhada, aos meus irmãos, Artur Freire (*In memoriam*), por dividir quatorze anos de alegria comigo, e Redson Jaques, pelos momentos compartilhados e pelos presentes que ele me deu, as minhas sobrinhas, Larissa e Cecilia.

À minha vó Ana Pereira da Silva (*In memoriam*), por todos os ensinamentos ancestrais, que são a raiz do que sou hoje, obrigada por me escolher para compartilhar a vida, as histórias e as narrativas de uma biografia que perpassa o sofrimento e a felicidade de ser uma mulher negra nos rincões do nordeste brasileiro.

Um agradecimento especial à Tatianne Ellen (Tati), minha pessoa, minha amiga e companheira de vida, de academia, de pesquisa, de debates e do sonho de mudar o mundo ou, pelo menos, um pedaço dele. Obrigada, pelas horas de conversa, pelas noites em claro, pelas críticas necessárias e pelo carinho de todas as horas.

À Thalytta Evilly e à Flavia Zeleide (Dona Leide), pelo acolhimento, pelo espaço e por me escolherem como família. À minha terapeuta, Joanna Ferrão, fundamental no processo de finalização desta etapa.

Agradeço às amigas, aos amigos e a amigues que construí no meio desta caminhada, desde a graduação ao doutorado, em especial, à Juliana Azevedo e a Gláucio Gusmão, que foram pilares importantes na graduação, agradeço ainda a Caline Mendes, Ana Claudia, Ana Bethânia, Daniela Florêncio, Lourival Luiz, Rodrigo Rodrigues e Joseane Andrade, com quem dividi sorrisos, afetos, discussões teóricas e metodológicas, disciplinas, eventos, experiências de campo. À minha querida amiga Renata Barbosa, que esteve presente em momentos difíceis e com quem tive/tenho a honra de dividir viagens, afetos, confidências, angústias e análises teóricas.

Aos meus professores e eternos mestres que contribuíram, sobremaneira, para este momento. Fossem na graduação, Jackeline, Arthur Valverde, Antônio Albuquerque, Josandra Melo, Hermes Almeida e Luiz Eugênio, ou no mestrado e no doutorado, Jan Bitoun, Rodrigo Dutra, Monica Cox e meu orientador, Nilo Américo. Sou grata por compartilhar tantos debates e reflexões decisivas para o meu crescimento e o meu amadurecimento acadêmico.

Aos queridos amigos e colegas de departamento, Ana Luiza, Aurília, Ciricio, Elizonete (Lili), Heronilson (Heron), Jeyson, Josiel, Naligia, Rafael, Raimundo e Eduardo nosso querido secretário, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, com os quais compartilhei/compartilho um novo momento da carreira acadêmica, agora como docente. Estendo meus sinceros agradecimentos aos discentes do curso de Geografia da UERN – *Campus* de Assú, em especial aos meus orientandos de TCC e de Iniciação Científica, com quem tenho divido angústias, debates e aprendizagem nos últimos semestres.

Ao amigo talentoso, Alex Mendes, pela elaboração das artes exclusivas para este trabalho, ao amigo e ex-aluno, Joshuá Davinci da Rocha, pela elaboração dos mapas. Aos queridos e competentes, Pablo e Eduardo Veras, secretários do PPGEO/UFPE, sem os quais seria muito difícil seguir nesses tramites burocráticos das instituições, obrigada pela leveza e pela responsabilidade com que tratam todas/todos as/os discentes.

Na carreira acadêmica, sou grata às instituições que fomentaram a minha formação, à Universidade Estadual da Paraíba, casa onde realizei a graduação em Geografia, à Universidade Federal de Pernambuco, onde tive o privilégio de cursar mestrado e doutorado e à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, onde, hoje, sou docente. Agradeço profundamente a todas, todos e todes que compõem as instituições públicas, gratuitas e de qualidade, pelas quais tenho passado e me dedicado os últimos 28 anos de existência, em especial, a todas as escolas que tive a oportunidade de estudar. Essas são as forças motrizes que fazem tudo girar. Ainda no campo institucional, agradeço à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior, pelo financiamento da pesquisa no mestrado e por quase três anos no doutorado, sem este recurso teria sido impossível, a filha de agricultores se tornar Doutora em uma Universidade Pública.

Agradeço à Debora Gomes, meu principal apoio no campo de pesquisa, que resultou em uma grande amizade, sem a sua ajuda não seria possível chegar a este momento. Por fim, um agradecimento mais que especial aos sujeitos desta pesquisa, com destaque para Dona Del, Dona Ana, Sr. Almir e Sr. Manoel, que me auxiliaram nas aventuras da pesquisa de campo na Zona da Mata Sul e a todas, todos e todes que enfrentaram/enfrentam deslocamentos e desterros pelo mundo, seja em virtude de desastres ditos naturais, seja por desastres e/ou crimes ambientais ou por diversos outros conflitos ligados à terra, à água e à existência. O meu muito obrigada aos entrevistados e às entrevistadas desta pesquisa, aos membros da Defesa Civil e dos órgãos públicos das cidades estudadas, pelo acolhimento e pela disponibilidade, a todas, todos e todes que esta pesquisa envolveu, de forma direta e indireta.

O rio, a cheia, o vazio da barca improvisada, o turbilhão, a vida, a morte, tudo indo de roldão[...] O rio estava bebendo tudo que encontrava pelo caminho. Pedras, paus, barrancos, casas, bichos, gente e gente e gente[...] Era duro esquecer e aceitar que num minuto, a vida, o rio, havia levado tudo de roldão, levado o que eu tinha de melhor de meu. Lutei. Eu não queria me transformar numa pessoa desesperada nem ia ficar amalucado por isto. Carecia de pôr a cabeça no lugar e sair vivendo. [...] (EVARISTO, 2017, p.28)

RESUMO

Os desastres “naturais” têm sido mais intensos nas últimas décadas, atingindo cada vez mais sujeitos e provocando deslocamentos ambientais por todo o mundo, é neste contexto que o nosso trabalho tem por objetivo analisar dinâmicas territoriais dos atingidos por desastres “naturais” na Zona da Mata Sul de Pernambuco, tendo como base as geo-grafias (ações) dos sujeitos. Dentre os objetivos específicos, buscamos compreender os processos de formação territorial da área estudada e a construção da(s) vulnerabilidade(s) presente(s) nestes espaços e discutir as dinâmicas territoriais geradas a partir dos desastres “naturais” e as escalas que atingem. Além disso, buscamos refletir sobre a construção dos territórios de espera, as formas de atuação do poder público no período pós-evento e as políticas de des-atenção Aos sujeitos atingidos, bem como analisar as geo-grafias e r-existências dos sujeitos atingidos. No tocante à metodologia, esta pesquisa compôs um mosaico metodológico que reúne levantamento bibliográfico e documental, realização de trabalhos de campo e de entrevistas com os sujeitos atingidos por desastres “naturais”.

Palavras-chave: território; ambiente; espera; geo-grafias; desastres “naturais”; zona da mata sul.

ABSTRACT

"Natural" disasters have been more frequent in recent decades, reaching more and more people and causing environmental displacements in the world. In this regard, our work aims to analyze the territorial dynamics of those affected by "natural" disasters in the Mata Sul Zone of Pernambuco, based on people's geographies (actions). Among the specific objectives, we seek to understand the territorial formation processes in the studied area and the construction of the vulnerabilities present in these spaces. We also discuss the territorial dynamics generated from "natural" disasters and the scales that affect them. In addition, we investigate the construction of waiting territories, how public authorities act in the post-event period, the policies of inattention to the affected people, and analyze the geographies and re-existence of those involved. Regarding the methodology, this research composes a methodological mosaic that brings together bibliographic and documentary research, fieldwork, and interviews with people affected by "natural" disasters.

Keywords: territory; environment; waiting; geo-graphies, natural disasters; mata sul zone.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mosaico de conceitos 25
Figura 2- Mosaico de Procedimentos Metodológicos 26
Figura 3- Entre a mata e rio- Território e Ambiente na Zona da Mata Sul 31
Figura 4- Dimensão relacional no conceito de território 44
Figura 5- Mapeamento dos desafios e das possibilidades na RD Mata Sul 55
Figura 6- Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio Una 63
Figura 7- Des-territorialização e desastres "naturais" na Mata Sul – PE 67
Figura 8- Esquema de Tipos de Riscos 71
Figura 9- Tabela de Número de População em Área de Risco na Região Nordeste 73
Figura 10- Mapa de População Exposta em área de Risco na Região Nordeste 74
Figura 11- Composição dos desastres ambientais baseados na tipologia de risco formulada por Veyret (2019) 81
Figura 12- Imagens de satélite dos fenômeno Distúrbios Ondulatórios de Leste 91
Figura 13- Área central do Município de Palmares – PE 92
Figura 14- Rompimento de Ponte de Ligação na entrada da cidade de Palmares – PE 93
Figura 15- Inundação na cidade de Barreiros – PE 93
Figura 16- Inundação na cidade de Água Preta – PE 94
Figura 17- Corpo-território em meio a rede territorial de espera. Alex Mendes (2021) 105
Figura 18- Barracas no Acampamento dos atingidos – Barreiros (2010) 116
Figura 19- Acampamento de atingidos por desastres "naturais" – Barreiros/PE 117
Figura 20- Área de localização das barracas de lona em Barreiros -PE 118
Figura 21- Área de localização de acampamentos na cidade de Palmares 118
Figura 22- Escola Municipal Abrigo no Engenho Pirangi em 2010. 119
Figura 23- Prédio usado do abrigo em 2010 na Usina Santa Teresinha 119
Figura 24- Áreas de suscetibilidade a enchentes/inudações nas margens do Rio Una – Barreiros/PE 120
Figura 25- Abrigo em quadra de esportes IFPE – Barreiros em 2017 121
Figura 26- Atividades recreativas nos abrigos em Barreiros 122
Figura 27- Esquema da constituição da rede territorial de espera 126
Figura 28- Disposição de móveis e bens materiais em casa de sujeitos atingidos 127
Figura 29- Móveis dispostos à espera do deslocamento 128

Figura 30- Disposição dos móveis de moradores após enchente de 2010.....129
Figura 31- Geo-grafias, r-existências e construção territorial na Mata Sul. Alex Mendes (2021)-
.....139
Figura 32- Ilustração da Configuração das Barragens na Mata Sul. 143
Figura 33- Engenho Serro Azul nas proximidades da Barragem de Contenção 145
Figura 34- Maior conjunto habitacional entregue na Mata Sul município de Barrerios/PE ..150
Figura 35- Conjunto habitacional em obras no Município de Barreiros – PE 152
Figura 36- Escola Municipal de um dos conjuntos habitacionais de Barreiros/PE.....153
Figura 37- Chegada dos moradores aos conjuntos habitacionais Barreiros/PE. 154
Figura 38- Conjunto Habitacional do Município de Barreiros – PE 154
Figura 39- Conjunto habitacional construído no Engenho Pirangi – Palmares/PE.....156
Figura 40- Ponte destruída na enchente no Engenho Pirangi – Palmares/PE 163
Figura 41- Meio de transporte utilizado pelos moradores do Engenho Pirangi para travessia.
.....163
Figura 42- Composição do mosaico de geo-grafias dos sujeitos atingidos por desastres "naturais" na Mata Sul.....167
Figura 43- Casa construída por moradores no Engenho Parnazo.....174
Figura 44- Agricultor cultivando gêneros alimentícios nas encostas do conjunto habitacional em Barreiros. 179
Figura 45- Margens do Rio Una: casas destruídas dão lugar a quintais de agricultura familiar em Palmares/PE.....181

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Localização dos municípios estudados na Mata Sul 18
Mapa 2- Localização da Mata Sul em relação às regiões de desenvolvimento do Estado 52
Mapa 3- Uso e ocupação na Zona da Mata Sul 58
Mapa 4 - Área de Risco no Município de Palmares - PE 76
Mapa 5- Área de risco na cidade de Água Preta - PE 77
Mapa 6- Área de Drenagem do Rio Una e construção de barragem de Serro Azul 144
Mapa 7- Localização dos conjuntos habitacionais na cidade de Água Preta - PE 158
Mapa 8- Localização dos conjuntos habitacionais no município de Barrerios-PE 159
Mapa 9- Localização dos conjuntos habitacionais no município de Palmares - PE..... 160
Mapa 10- Localização do conjunto habitacional do Engenho Pirangi - Município de Palmares-PE..... 161

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais pontos de Conflitos Ambientais na Bacia do Rio Una e GL 4 e GL 5..64
Quadro 2- Macropolítica na Mata Sul 140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Registros de Desastres na Zona da Mata 88
Tabela 2- Unidades habitacionais construídas pela Operação Mata Sul 149

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 17

2 DA MATA AO RIO: DAS TENSÕES EPISTÊMICAS AO CAMPO DE ANÁLISE 31

2.1 TENSÕES EPISTÊMICAS: ENTRE DICOTOMIAS E POSSIBILIDADES 31

2.1.1 Apreensões sobre o debate sociedade e natureza na Geografia 34

2.1.2 Nos meandros do ambiente e do território: continuidades e descontinuidades dos conceitos 38

2.2 PEQUENAS CIDADES NA ZONA DA MATA SUL: INTERSECÇÕES URBANO-RURAIS E CIDADE-CAMPO 46

2.3 ENTRE DIMENSÕES MATERIAIS E SIMBÓLICAS: TERRITÓRIO E AMBIENTE NA ZONA DA MATA SUL 51

2.4 RIO UNA: UMA BACIA HIDROGRÁFICA EM TENSÃO 60

3 DO RIO À LAMA: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES NOS DESASTRES "NATURAIS" NA ZONADA MATA SUL 67

3.1 ENTRE RISCOS, VULNERABILIDADES E DESASTRES "NATURAIS": DIMENSÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS 68

3.1.1 Os Desastres "naturais" na Zona da Mata Sul 85

3.2 A DINÂMICA DE DES-TERRITORIALIZAÇÃO E OS DESASTRES "NATURAIS", IMPLICAÇÕES A PARTIR DO CONTEXTO DA ZONA DA MATA SUL 98

4 DA LAMA À LONA: A CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE ESPERA E AS DINÂMICAS TERRITORIAIS PÓS-EVENTO 105

4.1 TERRITÓRIOS DE ESPERA: CONFLITOS, PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS NOS ABRIGOS 108

4.2 TERRITÓRIOS TRANSITÓRIOS NO CONTEXTO DE DESASTRES "NATURAIS": MÚLTIPLAS ESCALAS, MÚLTIPLOS SUJEITOS 129

4.3 VIDAS EM SUSPENSÃO: O CORPO-TERRITÓRIO NOS CONTEXTOS DE DESASTRES "NATURAIS" 132

5 DA LONA AO "CONCRETO": ENTRE POLÍTICAS DE DES-ATENÇÃO DO ESTADO E GEO-GRAFIAS DOS SUJEITOS ATINGIDOS 139

5.1 POLÍTICAS DE DES-ATENÇÃO AOS SUJEITOS ATINGIDOS NA MATA SUL 140

5.2 GEO-GRAFIAS DOS SUJEITOS ATINGIDOS POR “DESASTRES NATURAIS” NA MATA SUL 164
5.3 PONTOS DE CONVERGÊNCIAS ENTRE GEO-GRAFIAS E R-EXISTÊNCIAS DOS SUJEITOS ATINGIDOS POR “DESASTRES NATURAIS” NA ZONA DA MATA SUL 182
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 184
REFERÊNCIAS 189
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS ... 199
APÊNDICE B – ROTEIRO DE DIÁRIO DE CAMPO 200
ANEXO A - ARTE DE CAPA MOSAICO DOS DESASTRES NA MATA SUL – ALEX MENDES (2021) 201
ANEXO B - ARTE ELABORADA PARA O PRIMEIRO CAPITULO: ENTRE A MATA E O RIO: TERRITÓRIO E AMBIENTE NA ZONA DA MATA SUL – PE, ALEX MENDES (2021) 202
ANEXO C - ARTE ELABORADA PARA O SEGUNDO CAPITULO : DES-TERRITORIALIZAÇÃO E DESASTRES “NATURAIS” NA MATA SUL – PE. ALEX MENDES (2021) 203
ANEXO D - ARTE ELABORADA PARA O TERCEIRO CAPITULO: CORPO-TERRITÓRIO EM MEIO A REDE TERRITORIAL DE ESPERA. ALEX MENDES (2021) 204
ANEXO E - ARTE ELABORADA PARA O QUARTO CAPITULO: GEO-GRAFIAS, R-EXISTÊNCIAS E CONSTRUÇÃO TERRITORIAL NA MATA SUL. ALEX MENDES (2021) 205
ANEXO F- REPORTAGENS JORNALÍSTICAS DE ENCHENTES/INUNDAÇÕES NOS RIOS E AFLUENTES DA REGIÃO METROPOLITANA E ZONADA MATA NO ESTADO DE PERNAMBUCO. ACERVO DO JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ..... 206

1 INTRODUÇÃO

O processo de escrita é uma ação, assim como construir o conhecimento, a partir de diversos aspectos, formas e fontes que se iniciam na elaboração acadêmica em um constante exercício da pesquisa. Nesse caminho, muitas são as conexões que auxiliam na construção da tese e ao chegarmos a esta tessitura, por meio de uma longa jornada, composta por risos, lágrimas, deslocamentos e paradas. Essas ações, que aparecem na pesquisa, passam a compor as grafias ou as geo-grafias (PORTO-GONÇALVES, 2002), que se constituem no espaço geográfico a partir das dinâmicas territoriais, exercidas pelos(as) pesquisadores(as) e pelos sujeitos da pesquisa.

Baseamo-nos em Marie Ange Bordas (2013), que usa a geografia, em sua arte, para expressar os deslocamentos no mundo, os rostos, os corpos, os sonhos e os caminhos traçados por sujeitos que fogem de seus territórios por causas diversas, dentre elas, os conflitos, a fome, os desastres ambientais (em meio a eles, os "naturais"). Com o aumento dos sujeitos atingidos pelos desastres, tais narrativas se avolumam cada vez mais, seja transpondo os limites dos estados nacionais ou em seu interior.

Os dados do IDMC (Internal Displacement Monitoring Centre) do ano de 2015 apontavam cerca de 31,1 milhões de pessoas se deslocando no mundo. Desse total, 24,4 milhões, em virtude de desastres "naturais". Na América Latina e no Caribe, entre os anos de (1990-2015), foram quase 200 milhões de afetados por desastres, segundo dados sistematizados por Costa (2018). Somente no Brasil, de acordo com o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais (1991-2012), o total de desastres, no país, chega a 38.9965. Provocando cerca de 126.926.556 "danos humanos" (BRASIL, 2013).

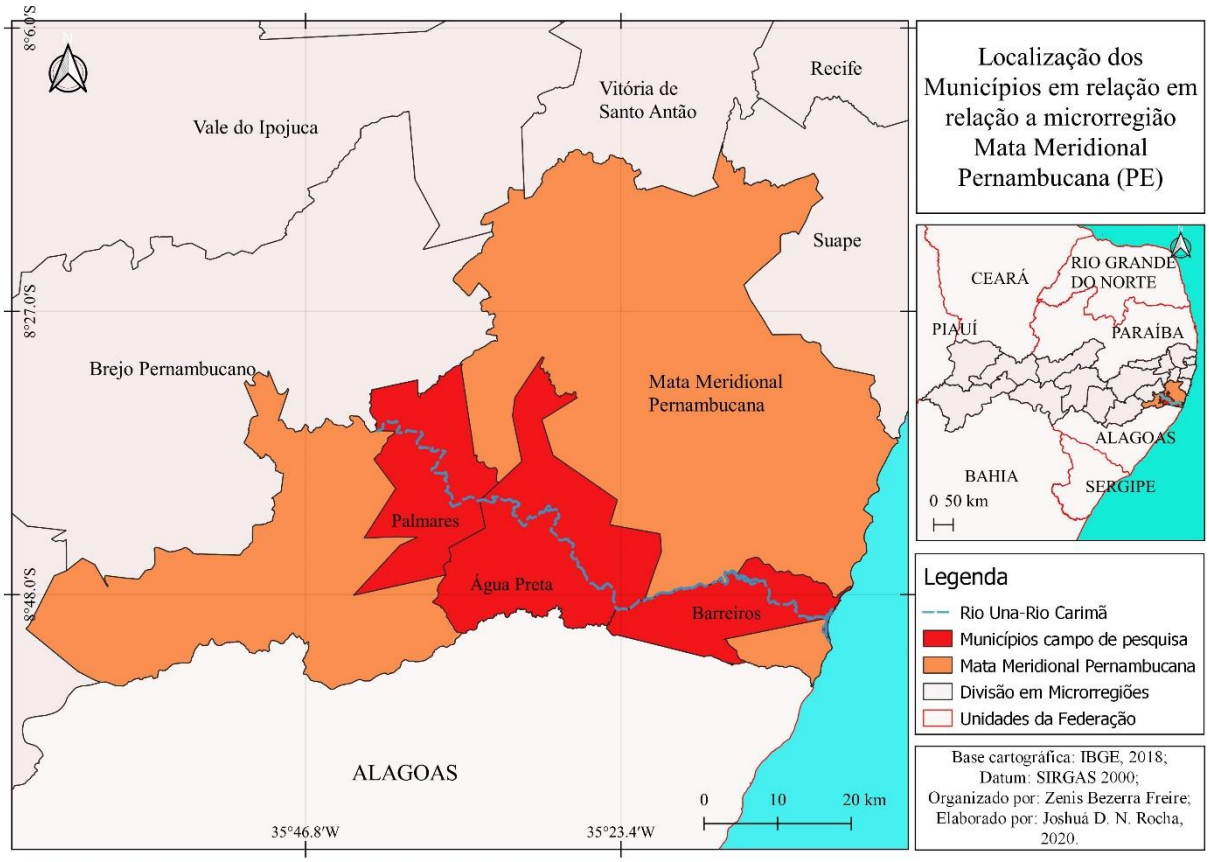
Ampliando o olhar sobre o contexto da Região Nordeste do Brasil, os desastres relacionados a eventos climáticos têm maior ocorrência, a exemplo da estiagem na área delimitada como semiárido e a intensa pluviosidade na região litorânea e de Mata Atlântica, embora o imaginário sobre o Nordeste seja baseado em uma representação de "terra seca", marcado na literatura e na mídia desde o século XIX, a região tem marcos migratórios mais intensos entre as décadas 1970 e 1980. Quando a estiagem, somada à desigualdade social, sedimentada na concentração da terra (e da água) e a cena política dominada pelas disputas das oligarquias locais, reverberaram em deslocamentos dos sujeitos residentes.

A partir da primeira década do século XXI, além das situações enfrentadas acima, agregam-se os deslocamentos de pessoas e a destruição de cidades em virtude de fenômenos como inundações, que têm atingido milhares de sujeitos na região. A diversidade dos apectos

geofísicos no Nordeste implica, portanto, com a multiplicidade de elementos do substrato físico-natural, que são heterogêneos e com dinâmicas pluviométricas diferenciadas. Alguns estados convivem com a ambivalência entre eventos de "secas" e "inundações" em seus territórios. Esse é o caso do Estado de Pernambuco, nosso *lócus* de análise, mais precisamente com o recorte de três dos municípios da microrregião da Mata Sul[1] do estado, que vem sendo atingida por desastres "naturais" com maior intensidade desde os anos 2000.

Os Municípios estudados: Palmares, Barreiros e Água Preta (Mapa 1) se localizam na Bacia Hidrográfica do Rio Una, suas sedes nascem às margens do rio, no sentido à jusante, e têm sido elencados pelo Relatório de Perdas e Danos de Banco Mundial (2012) e pelos Atlas de Desastres Pernambuco (2012) como mais afetados pelas últimas enchentes/inundações ocorridas na região, no marco temporal dos anos de 2000 a 2020[2].

Mapa 1- Localização dos municípios estudados na Mata Sul



Fonte: Organizado pela autora (2020). Elaboração Joshuá Rocha (2021).

[1] De acordo com a nova definição do IBGE (2017), as regiões passam a ser divididas em imediata e intermediária, no entanto, em nossa pesquisa, permanecemos com a denominação de Mata Sul, por entender que existe uma dimensão regional simbólica que reúne aspectos culturais de forma consolidada nesta região.

[2] Esta demarcação temporal se deu em virtude dos registros de maior intensidade dos eventos ocorridos entre com marco central no ano de 2010.

Enchentes/inundações são eventos recorrentes em áreas ribeirinhas e na Mata Sul, também estão presentes nas narrativas dos moradores, desde o período de infância. No entanto, eles passam a narrar alguns marcos onde esse processo se deu de forma mais intensa e com maiores proporções de destruição, provocando processos de des-territorialização e levando muitos sujeitos à vivência em territórios de espera e mudanças de áreas de moradia.

Esses processos carecem de ampla e complexa análise, pois abrem um leque de discussões que permeiam as redefinições dos "limites" urbano-rurais, cidade-campo, sociedade-natureza, ambiente-território, tais binômios se relacionam de tal forma e se tornam um híbrido, uma "zona cinzenta", nas palavras de Souza (2019), que cria uma outra composição não restrita aos conceitos elencados, mas, sim, uma redefinição dos mesmos.

Os desastres "naturais", portanto, se constituem de uma gama de relações fundadas em assimetrias de poder, onde emergem diversas problemáticas até então invizibilidas, dentre elas, a ocupação desigual no espaço da cidade, as condições de "ausência" e de "abandono" do Estado em áreas de periferia social e na zona rural, além da fragilidade relegada aos municípios que compõem, na rede urbana, o papel das "pequenas cidades", pois apresentam um déficit de infraestrutura, planejamento e articulação de sistemas de atenção aos sujeitos atingidos.

Assim, muitos dos sujeitos atingidos já vivem em precarização territorial, de acordo com Haesbaert (2004b), e são invizibilizados sem direito ao acesso às redes básicas de atenção e cuidados. Todas essas nuances nos levam aos atravessamentos desta pesquisa, cuja questão central consiste em compreender a indagação: como se constroem as geo-grafias[3] e as dinâmicas territoriais, a partir dos sujeitos atingidos por desastres "naturais" na Zona da Mata Sul de Pernambuco?

Partindo do entendimento de que os eventos de desastres são constituídos a partir das escalas que abrangem, bem como uma articulação de fatores que reúnem elementos de cunho natural, compostos pelos condicionantes geoambientais ou natureza "não-humana", segundo Souza (2019), e pelos elementos que compõem as relações socioculturais-políticas construídas espaço-temporalmente.

Com base na questão central, elencamos interrogações que nos auxiliam nesta explicação, quais sejam: Como se dá a formação da área estudada? Quais implicações os desastres "naturais" impactam nos territórios e nos sujeitos que vivenciam esse processo? Como se constituem os territórios de espera contruídos por sujeitos atingidos por desastres?

[3] O termo geo-grafias, segundo a perspectiva desenvolvida por Porto-Gonçalves (2002) advém do verbo geo-grafar, que diz respeito às marcas constituídas pelos sujeitos na construção de territórios e de territorialidades, retornaremos à discussão do conceito no quarto capítulo deste trabalho.

Qual a atuação do poder público na assistência aos atingidos no pós-evento? Quais são as geo-grafias construídas pelos sujeitos e suas formas de r-existência?

Com base nas questões apresentadas, este trabalho tem por objetivo analisar dinâmicas territoriais dos atingidos por desastres "naturais" na Zona da Mata Sul de Pernambuco, tendo como base as geo-grafias (ações) construída pelos sujeitos. Para tanto, faz-se necessário compreender a formação da área estudada e a construção da(s) vulnerabilidade(s) presente(s) nesses espaços, bem como discutir as dinâmicas territoriais dos sujeitos atingidos por desastres "naturais" e as escalas que atingem. Além disso, buscamos refletir sobre a constituição dos territórios de espera e as formas de atuação do poder público no período pós-evento, bem como as políticas de des-atenção aos atingidos. Por fim, analisar-se-ão as geo-grafias e r-existências[4] construídas pelos sujeitos atingidos.

Com base nos aspectos apresentados, partimos da *hipótese de que, para chegar à compreensão da complexidade que envolvem os desastres "naturais", é preciso partir das geo-grafias de sujeitos atingidos, tendo como pilares da análise o território, o ambiente e a espera.* A partir desse pressuposto, elencamos hipóteses "secundárias", que estão distribuídas em nossos capítulos, sendo respectivamente: 1) Os conceitos de território e ambiente podem ser caminhos de articulações epistêmicas na geografia, se pensados a partir das relações com o contexto empírico da pesquisa. 2) Os desastres "naturais" são o resultado da convergência de eventos naturais e relações profundas de desigualdade social e injustiça ambiental que provocam processos de des-re-territorialização em múltiplas escalas. 3) Os territórios de espera em contexto de desastres "naturais" se constituem a partir da intensificação das vulnerabilidades

[4] É importante destacar a crítica, direcionada por Maria Adélia de Souza (2019), ao uso de prefixos como (des, re, pós, pré), afirmando que estes seriam conceitos-obstáculos e seus usos mais confundem do que ajudam nas discussões, uma vez que na ótica da autora criam uma visão fragmentada dos processos e uma confusão deles. No que diz respeito às ideias de periodização temporal , na qual estão estabelecidos os prefixos de pré e pós, em nossa perspectiva, pode haver uma confusão no sentido de negligenciar, por exemplo, os períodos de transição. No tocante aos prefixos (des) e (re) e ao uso das aspas, discordamos de perspectiva da autora, por entender que, no caso do uso das aspas ou de parênteses, o intuito é a provocação do leitor com um tensionamento sobre palavras e expressões, explicando, assim, que existem elementos que estão para além do mensurável em primeiro momento. Quanto ao uso dos prefixos (des) e (re), nossa compreensão parte da perspectiva de que, uma vez sendo os conceitos criados, sejam eles estruturantes ou derivados, tem como objetivo a explicação de um dado fenômeno, que é espaço -temporalmente delimitado. Sendo assim, são necessários para detalhar elementos que não são evidenciados no conceito estruturante. O conceito de território, por exemplo, apresenta uma gama de possibilidades de uso, no entanto, seus processos de rupturas e reconstruções vêm ampliando a complexidade com os diversos fenômenos da Geografia contemporânea, de modo que discussões como a de des-territorialização e re-territorialização são de suma importância para discutir as nuances do conceito de território, buscando evidenciar como seus processos de ruptura e/ou de reconstrução territorial são complexos e contínuos, portanto, não consideramos estes conceitos como obstáculos, mas sim como pontes, possibilidades para a ampliação da análise complexa dos fenômenos que ocorrem de forma articulada e contínua, que evidencie as transições ou os entremeios e as nuances que, por vezes, ficam sombreados quando há o uso apenas do conceito estruturante.

e da precarização que atingem o corpo-território[5]. 4) As políticas de des-atenção do Estado levam os sujeitos atingidos a construir suas geo-grafias a partir das estratégias de r-existência.

Para corroborar nossas afirmações e para entender a ação da pesquisa como exercício intelectual e político, leva-nos a fazer recortes para aprofundamentos das análises. Nesse sentido, tomamos como ponto de partida os desastres "naturais" ocorridos na Zona da Mata Sul de Pernambuco. A partir dos anos 2000 até o ano de 2020, nesse intervalo, o evento de maior devastação se deu no ano de 2010, portanto, será mais recorrente em nossas discussões. Este foi marcado pela intensa pluviosidade desinente do extremo climático decorrente do fenômeno conhecido como Distúrbios Ondulatórios de Leste (DOLs) (GIRÃO, *et.al*.2013).

Esse evento atingiu os estados de Alagoas e Pernambuco com o extravasamento dos Rios Una, Serinhaém, Mandaú e seus afluentes. Ao todo, foram cerca de 67 municípios atingidos nos dois estados, classificados por Brasil (2013) como inundações bruscas. Em Pernambuco, a mesorregião do Agreste e da Mata Pernambucana foi atingida e, na microrregião da Mata Sul, cerca de 15, dos 24 municípios, foram severamente afetados pela destruição de moradias e da infraestrutura local, bem como pela geração de milhares de desabrigados e desalojados.

Dentre os municípios estudados, Palmares, Barreiros e Água Preta[6] constam nos relatórios do Banco Mundial (2012) e no Atlas de Desastres do Brasil volume Pernambuco (2012) como "áreas mais afetadas pelos desastres". Impulsionando o deslocamento de centenas de sujeitos para outras áreas dos municípios, esses processos levaram a diversas re-definições que vão desde os "limites" entre urbano-rural às rupturas e re-construções territoriais dos sujeitos atingidos, bem como suas ações e a atuação do poder público no contexto dos desastres.

Tais aspectos são desafiadores em nosso processo de análise, pois reúnem campos de saberes diferentes que abrangem a dimensão teórico-conceitual, epistêmica, empírica e administrativa. Nas discussões do campo técnico relacionado ao planejamento, gestão de "riscos e desastres", manuais de prevenção e proteção elaborados pela administração pública e/ou privada e que, por vezes, apresentam definições genéricas, utilizadas ainda dentro de uma perspectiva positivista de relação causa/efeito. No tocante aos elementos teórico-conceituais e epistêmicos no campo das Ciências Humanas e Sociais, ainda há muito de se construir a partir

[5] A ideia de corpo-território vem sendo, recentemente, desenvolvida na Geografia por Haesbaert (2020), porém o debate anterior vem sendo realizado por diversos autores na perspectiva de uma educação decolonial, assim como nas discussões sobre feminismo decolonial.

[6] Além desse fator, a justificativa de escolha dos municípios se deu pelo tipo de abrigo estabelecido em acampamentos de barracas de lona, elemento central em nossa análise sobre a construção dos territórios de espera.

da mediação entre o campo empírico e das vivências e narrativas dos sujeitos aos conceitos e às teorias constituidas pelo saber acadêmico.

A partir dos elementos destacados, elencamos alguns conceitos centrais que permeiam nossa análise, tendo como fio condutor a dimensão política e a perspectiva de análise crítica em sentido amplo no que tange à sua capilaridade, que perpassa campos materiais e simbólicos, subjetivos ou não, dentro de uma construção micropolítica como apontam Guatarri e Rolnik (2013), articuladas com as escalas das dimensões macropolíticas.

Tais aspectos são evidenciados a partir da construção de geo-grafias, realizada pelos sujeitos atingidos, bem como pelas dinâmicas territoriais, pensadas como um conjunto complexo de relações que compõem o conceito de território, perpassando pelos processos de territorialização, des-territorialização, re-territorialização, des-re-territorialização, sempre pensados de maneira continua. O debate do território em nossa análise se dá a partir das relações de poder e tem como base as análises de autores como: Raffestin (1993); Souza (1995) e Haesbaert (2004a; 2014), envolvendo os processos de conflitos, apropriação, dominação e disputas pelo espaço.

Outro conceito importante em nossa análise é o de ambiente central nos estudos sobre desastres "naturais", esse debate é mister na geografia, em virtude da relação simbiótica de seres humanos e natureza. Para tal análise, centramos-nos nos debates realizados por Porto-Gonçalves (2002), Lima (2008) e Souza (2019), dentre outros. Por fim, discutimos o conceito de espera, que denota, na geografia, a possibilidade de entender a "pausa", em meio aos deslocamentos constantes dos sujeitos atingidos, tendo como base de análise Vidal *et al.* (2011) e Musset (2015). Neste processo, analisar a perspectiva de território, ambiente e espera nos permite pensar os entremeios dos desastres em múltiplas escalas que vão do corpo ao global (SMITH, 2000).

Os sujeitos desta pesquisa, apesar de não apresentarem os enquadramentos dos movimentos sociais organizados, nem de coletivos de luta, apresentam aspectos de uma luta em comum, que se dá a partir da perda, do desterro, da retirada, elementos que se coadunam com as lutas de outros povos historicamente violados. No contexto dos atingidos ou afetados por desastres "naturais", não existe uma relação direta com a expropriação pelo capitalismo, assim como vem ocorrendo com os atingidos por barragens, crimes ambientais ou, até mesmo, aqueles expulsos da terra por atividades extrativistas. Muito embora haja uma relação indireta, tendo em vista que, em muitos contextos, o processo de ocupação desigual da cidade leva os sujeitos a moradias precárias, além disso, corroboram os mesmos aspectos, no tocante às rupturas territoriais, vulnerabilidade, precarização da vida e do território e processo de r-existência.

É nesse aspecto que definimos o sujeito atingido, o "sujeito", aqui, elencado como atingido, não é aquele definido nos dicionários que "está em sujeição", nem tampouco aqueles colocados como "pessoa indeterminada". O sujeito ao qual nos referimos é o sujeito social, aquele que, embora tenha sua condição de vida negada e seja subalternizado, se reinventa e exerce ações de r-existência na construção da geo-grafias por mais pontuais que possam parecer.

Dentro dos aspectos metodológicos desta pesquisa, iniciamos as discussões, pontuando alguns elementos importantes para a nossa construção, quais sejam: uma reflexão sobre os enquadramentos dos métodos filosóficos e a constituição do mosaico metodológico. As matrizes dos métodos filosóficos que se apresentam nos debates da Geografia, segundo Sposito (2004), são o método hipotetico-dedutivo, o materialismo-histórico-dialético e hermenêutico-fenomenológico. Estes, em muito, vêm contribuindo para as análises nas Ciências Humanas e Sociais, no entanto, sua construção é localizada espaço-temporalmente e posicionada de norte para sul global. E, por vezes, há uma dificuldade de enquadramentos e de classificações de nosso contexto empírico nestes.

Ocorre, portanto, que algumas pesquisas não se encaixam na sua totalidade em um dos métodos filosóficos, pois as questões que abordam se apresentam no entremeio destes ou os transpõem, esse é o contexto deste trabalho. Nossa questão de estudo envolve elementos que poderiam ser enquadrados nos três métodos filosóficos, aqui, destacados, porém nosso debate se dá nessas interseções. Em geral, temas que envolvem a questão ambiental enfrentam tais desafios, como discute Leff (2002).

Na tentativa de não incorrer no risco de criar um ecletismo mal formulado, optamos por compor um mosaico metodológico (e não de método), que, a partir de um eixo comum, reúne discussões que nos auxiliam na análise de nosso campo empírico. Partimos, portanto, da abordagem integradora, proposta em Haesbaert (2008), que nos permite compreender as interseções entre os aspectos político-cultural-ambiental. A partir disso, compomos o mosaico metodológico, tendo como eixo central a política e a análise crítica, nesse sentido, os(as) autores(as) com os(as) quais dialogamos partem deste mote, embora se detenham, por vezes, discussões teórico-metodológicas diferentes.

Para a compreensão dessas nuances do campo de pesquisa, perpassamos pela construção metodológica de nossas análises com base na composição artística de técnica milenar e efetuada por diversas culturas pelo mundo, a arte de mosaico, presente na construção de monumentos históricos, tanto do ocidente quanto do oriente, contemplando em obras de arte que vão desde

Igrejas católicas, prédios indianos ou calçadas brasileiras. A arte de mosaico pode ser desenvolvida com diversas formas e materiais, criando composições múltiplas. De maneira simplificada, o mosaico reúne cacos, fragmentos de materiais que são cuidadosamente colocados para compor um quadro mais amplo. Sendo inspiração para diversas pesquisas nas áreas técnicas, com a composição de "mosaicos de vegetação", e nas ciências humanas usadas como "mosaicos de narrativas".

O mosaico teórico-conceitual e metodológico coaduna com a pluralidade de pensamentos, mas não se trata de uma "mistura" descuidada, mas, sim, de uma seleção de peças cuidadosamente colocadas em formas que constituam uma imagem da pesquisa. Nesse contexto, no intuito de evitar uma lista de conceitos e dos autores que os elaboram, exemplificamos a partir da discutição sobre o corpo, onde reunimos as reflexões realizadas por Smith (2000), Santos (1996), Lima (2012), Butler (2016), Serpa (2019) e Haesbaert (2020). Esses autores partem de posicionamentos epistêmicos-teóricos e metodológicos distintos, porém, existe um eixo de ligação que permite o diálogo, a concretude da ideia de que o corpo não se resume ao indivíduo e que é construído por elementos espaço-temporamente delimitados.

Propomos realizar esta pesquisa a partir de um mosaico metodológico e conceitual, que reúne, desde as abordagens teórico-conceituais a técnicas e procedimentos de pesquisa, compondo, na trajetória desta pesquisa, as diversas temáticas que se abrem no campo de análise. O mosaico, nesse sentido, se coloca como teórico e metodológico, integrando temas aparentemente distintos, mas que compõem discussões de extrema importância para o entendimento de nossas questões, sendo assim, a partir desses "cacos" e fragmentos, se constrói o desenho da pesquisa.

O mosaico se compõe com os conceitos da geografia e de outras ciências. Além de integrar à pesquisa dimensões ambientais, políticas, culturais e histórias, narrativas, fragmentos de documentos, imagens e sons, todos esses elementos que parecem aparentemente desconexos, mas que, em relação, constituem um grande quadro da pesquisa observado na Figura 1:

Figura 1- Mosaico de conceitos

Fonte: Elaborado pela autora 2021. Base cartográfica Joshuá Rocha (2021)

Os desastres “naturais” provocam destruição material e simbólica dos territórios dos diversos sujeitos atingidos, casas, cidades, pontes, muros, ruas, plantações, móveis, recordações, a força das águas dos rios leva bens materiais, animais, pessoas. Após o desastre, o que restam são os cacos, os fragmentos. Fragmentos de casas, de histórias, de famílias, de documentos, de planos, de tudo que compõe o contexto de vida e dos territórios dos sujeitos.

Figura 2- Mosaico de Procedimentos Metodológicos

Fonte: Elaborado pela autora 2021. Base cartográfica Joshuá Rocha (2021)

Diante desse contexto, esta pesquisa busca encontrar esses “cacos” e fragmentos (imagens, documentos, narrativas, vídeos, diários de campo), que nos ajudam a compor um mosaico de procedimentos metodológicos presente na figura 2 e que constituem nossa análise.

Realizamos, inicialmente, o levantamento bibliográfico, com a seleção de livros, artigos de periódicos, teses e dissertações. Seguido por um levantamento documental, que reúne dados quantitativos e qualitativos de relatórios das Defesas Civis Municipais, Estaduais e Nacional e das Organizações e Instituições Nacionais e Internacionais, como: Organização das Nações, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Agência Pernambucana de Água e Clima, dentre outros. Ainda nas fontes documentais, agregamos uma série de notícias de jornais, vídeos de chamadas jornalísticas e curtas-metragens do gênero documental sobre os eventos ocorridos na Mata Sul a partir dos anos 2000.

Além do material técnico e teórico, reunimos, ao nosso arcabouço, a composição de fotografias das áreas estudadas, coletadas de três formas: imagens do evento ocorrido em 2010,

dos abrigos e das doações que foram disponibilizadas pelas Secretarias de Ação Social dos Municípios e de Defesa Civil Municipal e/ou por órgãos equivalentes, selecionadas em arquivos, a exemplo da galeria digital do Acervo Memória EBC; o segundo meio de aquisição se deu por envio de nossos contatos de recepção em campo; e o terceiro, por meio de imagens registradas em nossos trabalhos de campo no ano de 2018.

As narrativas que compõem o mosaico de histórias dos sujeitos atingidos foram compostas por moradores das três cidades estudadas, constituindo cerca de trinta entrevistas semiestruturadas, realizadas com os sujeitos das mais diversas experiências. Aos que selecionamos em nossa discussão, elaboramos pseudônimos, a fim de proteger a identidade das nossas fontes, mediante o uso de nomes próprios escolhidos a partir de personagens que consideramos revolucionários nas lutas sociais em diversos campos. A exemplo disso, utilizamo-nos de sujeitos como Carolina (em alusão à Carolina Maria de Jesus) e como Julião (em alusão a Francisco Julião), dentre outros.

Além dos relatos reunidos em nossa pesquisa de campo, utilizamos narrativas contidas em entrevistas realizadas por Valencio, Siena e Marchezini (2011), mediante pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Desastres da Universidade de São Carlos e em entrevistas de jornais de circulação nacional e regional, esses relatos foram necessários para discutir as experiências dos sujeitos no período em que viveram nos abrigos, uma vez que na realização de nossa pesquisa essa realidade já não se apresentava *in loco*.

Nosso objetivo na busca das narrativas não se deu com o intuito quantitativo de observar discursos repetidos em muitos sujeitos, mas sim em compreender a multiplicidade e a pluralidade dos sujeitos atingidos e de suas histórias. Nesse sentido, ouvimos narrativas de sujeitos das áreas urbanas e rurais de diversas idades (todos maiores de dezoito anos) e com condições socioeconômicas distintas, muito embora todos pertencentes às classes populares.[7] Em sua maioria os sujeitos da pesquisa são mulheres e idosos[8], que se dividem entre

[7] É necessário destacar que nas cidades da Mata Sul ainda existe uma estrutura de oligarquias relacionadas à produção açucareira, portanto, apresentam-se sujeitos de condições econômicas elevadas, que também foram atingidos em alguns aspectos, sobretudo, no contexto do comércio, a exemplo dos "grandes comércios locais". No entanto, nossa pesquisa se dedicou a sujeitos das classes mais populares, muito embora, haja divisões socioeconômicas amplas, umas vez que, na realidade das pequenas cidades do Nordeste do Brasil, grande parte da população se mantém das aposentadorias rurais, do serviço público e do bolsa família, de modo que aqueles de maior poder aquisitivo, dentre os entrevistados, fazem parte não de uma classe econômica mais abastada, mas sim daqueles que têm uma renda fixa, que apresentam possibilidades de conseguir empréstimos para re-construção de casas e comércios e que possuem até segundas residências em outros municípios, muito embora estas estabeleçam o padrão de autoconstrução de casas das camadas populares.

[8] Em muitos dos contextos estudados, as mulheres que têm companheiros, executam trabalhos domésticos, portanto, passando parte do tempo em casa, algumas outras são viúvas ou mães solo e beneficiárias no Bolsa Família, podendo, por esse motivo, nos receber, o que também ocorre com os idosos.

trabalhadores(as), assalariados(as), aposentados(as) e pensionistas, autônomos(as), agricultores(as), funcionários(as) públicos(as) e beneficiários(as) do bolsa família.[9]

Nos trajetos dos trabalhos de campo, ouvimos narrativas que tecem tanto as histórias dos desastres, como as relações com os rios, com a cana-de-açúcar, a usina, o desemprego e a luta pela terra. Em virtude da dimensão territorial da área de estudo, foram realizados recortes para os trabalhos de campo, estes só foram possíveis pelas redes de conhecimento que fomos criando em cada ponto de parada. Portanto, este trabalho apresenta as discussões a partir desses recortes e dessas narrativas construídas, que podem ser ampliados em outras pesquisas devido à complexidade das discussões envolvidas nesse contexto.

A divisão urbano-rural na Mata Sul se difere de outras áreas, a exemplo do sertão, pois as comunidades rurais são denominadas de "engenho", pela menção que as mesmas fazem aos antigos engenhos de cana-de-açúcar, que posteriormente se tornaram usinas, mas mantém traços de relações de servidão e de exploração do trabalho ainda fundado no período do Brasil Colônia e Império. Esta estrutura colonizadora permanece não só nos aspectos acima citados, mas também na paisagem, nas ruínas dos prédios e dos maquinários das usinas.

Para composição dos mosaico, seguimos os rastros de investigação da pesquisa que nos levaram aos "cacos" coletados, realizamos observações *in loco*, percorrendo na Zona da Mata Sul de Pernambuco, entre o período de março a julho de 2018[10], nos municípios de Água Preta, Barreiros e Palmares, em suas áreas urbanas e rurais. Em nossa aventura, muitos foram os desafios, o primeiro foi do recorte de gênero, mulher, viajante sozinha, adentrando terrenos historicamente permeados por conflitos e histórias de violência, seguimos viagem a partir dos nossos contatos em campo, inicialmente, nos transportes rodoviários e alternativos de passageiros que nos conduziram de Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos municípios estudados, no limite com o estado de Alagoas, uma distância de 150 km. Iniciamos nossa coleta de dados na cidade de Barreiros, pela qual realizamos percursos aos órgãos públicos, à pé, *a*

[9] Nesse contexto, pessoas de classes mais abastadas e comerciantes também foram atingidos, no entanto, não foram nosso foco de pesquisa, primeiro por terem maior visibilidade e recursos para reconstrução de seus comércios e casas, e outra dimensão se dá pela gama de discussões efetuadas, inclusive, pelo Banco Mundial sobre "perdas e danos" e sobre os bens materiais perdidos e as dimensões econômicas que sempre se sobrepõem nesses contextos, portanto, nosso objetivo é discutir a partir de outras narrativas. Embora também tenhamos que reconhecer que, no contexto das pequenas cidades, grande parte dos comerciantes atingidos tem pequenos comércios locais e com a destruição de algumas áreas também perdem suas rendas.

[10] Havíamos planejado campos para o ano de 2019 e 2020, que não foram possíveis pelas questões de logística, porém atualizamos nossos dados a partir do contato estabelecido com os sujeitos no campo. Em novembro de 2020, realizamos um campo exploratório (sem contato com moradores em virtude da Pandemia da Covid-19, declarada em março de 2020). Não houve mudanças estruturais significativas nos conjuntos habitacionais de Barreiros e Palmares.

posteriori, seguimos pelos conjuntos habitacionais, coletando as narrativas de moradores, que, sequencialmente, nos indicavam os demais.

Em Palmares, nossos campos se realizaram nos conjuntos habitacionais, nas áreas atingidas na cidade e na comunidade rural Engenho Pirangi e Engenho Serro Azul, onde visitamos as instalações da Barragem de Contenção Governador Eduardo Campos junto à Defesa Civil de Palmares. No município de Água Preta, além do centro da cidade e dos órgãos públicos, percorremos o conjunto habitacional "Nova Água Preta", bem como a área rural do conjunto arquitetônico Usina Santa Teresinha.

Para nós, talvez um dos maiores desafios, dentre tantos, que compõem este trabalho, são os diferentes campos de abrangência que ele nos leva, desde o uso de materiais técnicos, como Manual da Defesa Civil, Glossários e Relatórios técnicos que abrangem dimensões de "áreas de risco" de vulnerabilidade, planos de contenção, obras e construções de barragens, documentos e relatórios de organismos internacionais, como Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), entre outros, além dos meandros do conhecimento da geografia "dita" física, na qual os elementos de climatologia e geomorfologia foram importantes para discussão. Reunimos a isso, as provocações e os contextos sociais evocados pela dimensão da política, seja ela pensada em uma escala micropolítica ou "macropolítica" com as intervenções do Estado. E, por fim, as dimensões de subjetividade que aparecem nos relatos das histórias de vida dos sujeitos desta pesquisa.

Reunir esses "cacos" que configuram um mosaico de histórias de vida, documentos institucionais, manuais técnicos e discussões referentes aos conflitos e ao Estado, levaram-nos a uma construção integrada e articulada das informações, montando, nesse contexto, uma composição com muitas peças e fragmentos de investigação que perpassaram nosso caminho. Ademais, elaboramos a dimensão de mosaico metodológicos, onde esse "cacos", fragmentados de diferentes formas e cores, formam uma imagem única na construção deste trabalho, buscando assim denotar as geo-grafias e as dinâmicas territoriais dos sujeitos atingidos por desastres.

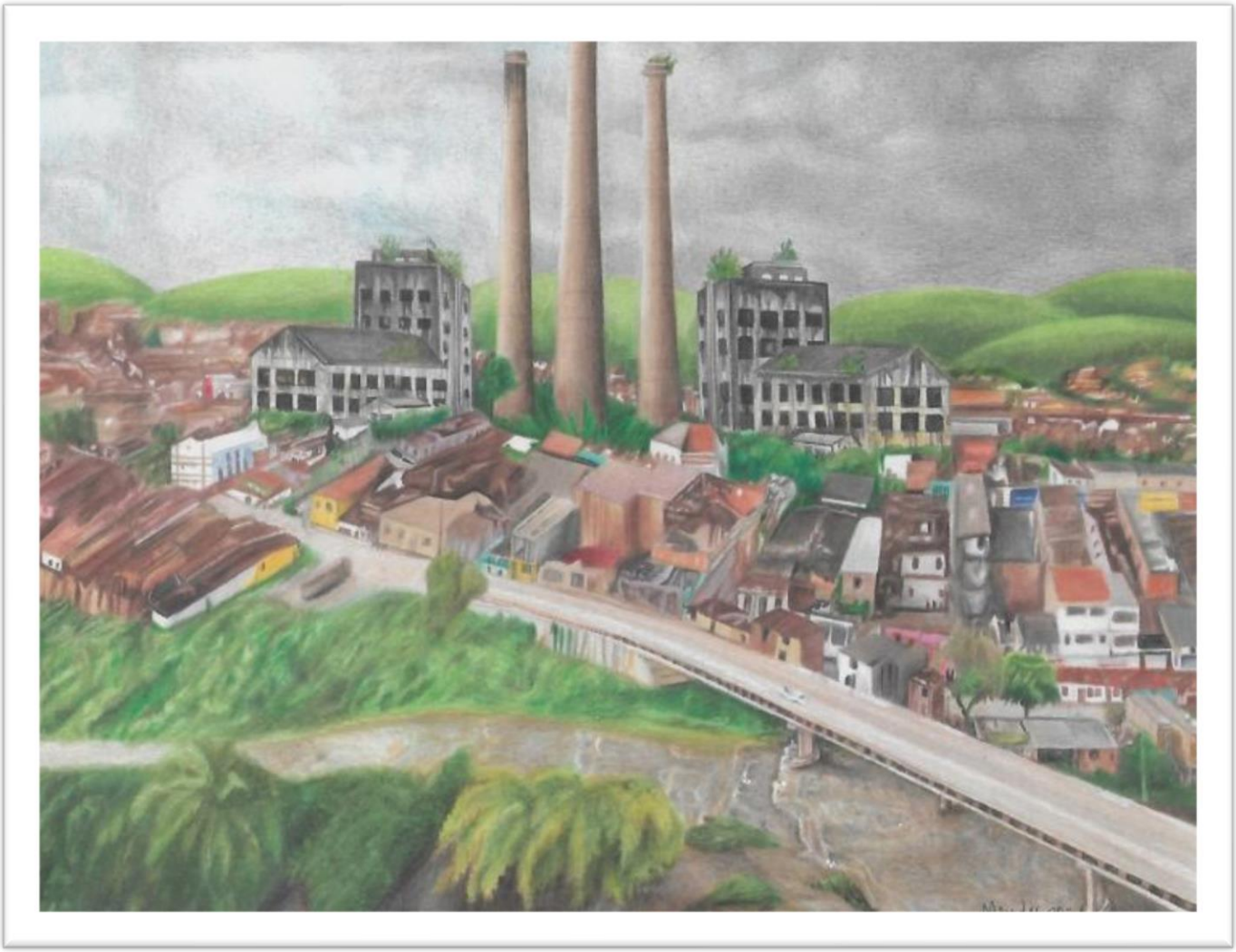
Para tanto, subdividimos este trabalho em quatro capítulos: o primeiro trata de reflexões sobre as tensões epistêmicas que permeiam a geografia e outras possibilidades de pensamento e discussões teóricas, que transponham as dicotomias conceituais, *a posteriori*, perpassamos aos conceitos centrais da pesquisa e discutimos o processo de formação da Mata Sul e as configurações territoriais e ambientais, bem como os conflitos que envolvem a bacia hidrográfica do Rio Una, que são potencializadas com os eventos de desastres.

No segundo capítulo analisamos conceitualmente as discussões de risco-perigo, vulnerabilidade e desastres "naturais", adentrando os eventos ocorridos nos municípios estudados e os processos de des-territorialização ocorridos a partir dos desastres; já no tocante ao terceiro capítulo, passamos à compreensão da construção dos territórios de espera a partir dos deslocamentos efetuados pelos sujeitos atingidos, destacando as múltiplas escalas que atingem, com destaque para a dimensão da escala do corpo e para a constituição do corpo-território; por fim, no quarto capítulo, discutimos as políticas de des-atenção e prevenção dos desastres, efetuadas pelo Estado, e também as geo-grafias e r-existências construídas pelos sujeitos atingidos. Para cada um dos capítulos o artista pernembucano Alex Mendes graduando em Geografia na Universidade Federal de Pernembuco, criou uma arte especifica que remete a discussões centrais que discutidmos, estas se apresentam as(aos) leitoras(es) como um convite a construção narrativa que desenvolvemos ao longo dos capítulos.[11]

[11] As imagens apresentadas na abertura dos capítulos/tópicos foram insedias inicialmente como capas, nesta versão final em virtude das exigências normativas determinadas pela bibliotecas estas foram inseridas obrigatoriamente como figuras contidas no texto.

2 DA MATA AO RIO: DAS TENSÕES EPISTÊMICAS AO CAMPO DE ANÁLISE

Figura 3 - Entre a mata e rio: Território e Ambiente na Zona da Mata Sul



Fonte: Elaboração do Artista – Alex Mendes, (2021)

2.1 TENSÕES EPISTÊMICAS: ENTRE DICOTOMIAS E POSSIBILIDADES

Este preâmbulo de reflexão pretende traçar uma breve cartografia das tensões epistêmicas que permeiam a Geografia, enveredando pelo eixo de dois conceitos centrais nesta pesquisa, o de território e o de ambiente, que demarcam um campo, evidenciado pela imbricação das concepções de sociedade e natureza, que perpassam a discussão das geo-grafias e dinâmicas territoriais dos sujeitos atingidos por desastres “naturais”. Uma vez que esses eventos se apresentam como desdobramentos dos fatores ambientais (ligados aos

condicionantes geoambientais) e dos processos de desigualdade social que se dão desde a apropriação territorial, enveredando por rupturas e reconstruções.

Assim, os conflitos, que coexistem no ambiente, exigem uma discussão da dimensão política (no sentido amplo, filosófico) que estão presentes no território, formando um campo de tensão que permeia as análises geográficas, desde as perspectivas epistêmicas, teóricas e metodológicas, até o campo empírico. Esses "campos de tensão" vêm reverberando nos debates da Ciência Geográfica, desde seus primórdios, fundados nas bases de constituição da Ciência Moderna, como destaca Porto-Gonçalves (2002), ao retomar o debate da separação de elementos, como espaço e tempo, corpo e mente, razão e emoção, natureza e sociedade, cidade e campo e geografia física e geografia humana. Tais dualidades, por vezes, dicotômicas, compõem a construção do conhecimento, permeada por fissuras e disputas de poder, entre teorias, autores, métodos, técnicas e tecnologias que se demarcam em espaços e tempos diversos.

Refletir sobre estas tensões epistêmicas, reconhecendo os desafios que as dicotomias nos impõem e limitam, com recortes e demarcações de "áreas" ou "campos" da ciência, oferecem outros horizontes para construção de possibilidades de pensar e fazer ciência. Nesse aspecto, propostas e abordagens vêm sendo discutidas e pensadas como aberturas de caminhos para análises até então negligenciadas, uma delas aparece como campo de problematização do pensamento moderno-colonial. Nesse interim, os debates fornecidos a partir da decolonialidade provocam uma abrangência de discussões que pode se configurar como um caminho para pensar para além das dicotomias e fissuras da Ciência Moderna.

A construção da discussão da decolonialidade perpassa três pontos importantes como centro do debate, atentando para aspectos como a colonialidade do poder, do saber e do ser, discutidas por autores como Quijano (2005), Mignolo (2005) e Maldonado Torres (2007)[12], respectivamente.

Nesse sentido, Maldonado Torres cunha o termo "Giro decolonial", pensado como um "movimento de resistência, teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade" (BALLESTRINI, 2013, p.105). Esta abordagem tem tomado corpo em especial nas Ciências Sociais, na Geografia, seu debate é recente e vem sendo construído por diversos autores dos quais destacamos Cruz e Oliveira (2017)[13]. A proposta de

[12] Uma discussão detalhada dessa construção, além das obras dos autores, pode ser encontrada em Ballestrini (2013).

[13] Diversos são os autores que vêm realizando o debate na geografia brasileira, destacamos esses autores por serem referência da realização do I Seminário Geografia e Giro Descolonial: Experiências, ideias e horizontes de

Cruz (2017; 2020) coloca o pensamento descolonial, como um campo de problematização[14], com a perspectiva de perceber, sentir e pensar o mundo, propondo outros aspectos e outras matrizes de racionalidades não hegemônicas, de sujeitos subalternizados aos que se somam: os povos originários, os indígenas, os negros, as mulheres, os sem-terra, os sem teto, os atingidos por barragens e, aqui, inserimos os sujeitos atingidos por desastres "naturais".

Por esse ângulo, o pensamento decolonial[15] nos auxilia como um horizonte possível de ampliar debates que nos permitam a compreensão dos temas, a exemplo dos desastres "naturais", por outras matrizes de racionalidade, tendo em vista seu caráter híbrido, onde se encontram materializadas relações múltiplas como: "sociedade" e "natureza", "geografia física" e "geografia humana", "rural e urbano". No contexto dos desastres, essas divisões proporcionadas pelas tensões epistêmicas se estilhaçam, pois compreendem aspectos de "caos"[16], de modo que todos os elementos estão imbricados.

Esses fatores nos direcionam à reflexão da dimensão epistêmica que corroboram a discussão da relação sociedade-natureza, eles nos fornecem caminhos para pensar a geografia e o contexto dos desastres "naturais" e ambientais, sem necessariamente compor uma "geografias dos desastres". Mas, de maneira a ampliar as discussões que já vêm sendo realizadas, não somente pelo viés dos aspectos ditos "físicos" e/ou técnicos, que reforçam os manuais de prevenção, como também discutindo aspectos socioculturais e políticos que compõem uma dimensão complexa que circunscrevem os eventos de desastres.

Para tanto, na busca de provocar e construir possibilidades de outras formas de pensamento de cunho teórico, metodológico, epistêmico e empírico. Recorremos ao mosaico que re-arranja os "cacos" e transfigura-os em imagens cheias de múltiplas composições, no qual se apresentam conceitos, técnicas de pesquisa e sujeitos estudados, tais elementos se colocam

---

renovação do pensamento crítico. Com publicação de livro organizado pelos autores destacados, que apresenta o mesmo título e evento.

[14]O autor destaca que a abordagem descolonial não se apresenta como uma "nova" geografia, assim como a geografia urbana, agrária etc., mas sim como uma forma de problematizar questões no âmbito desses diversos "campos" da Geografia. Essa ideia do autor foi elaborada em palestra on-line, por meio de mídias sociais (Live - Instagram) em um diálogo do Núcleo de Pesquisa Geografia Espaço e Ação da Universidade Federal de Juiz de Fora em julho de 2020.

[15] Outra importante contribuição é destacada por Costa (2021), em um evento realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal (PPGEP) e pelo curso de Geografia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO), em alusão ao Dia do Geógrafo, com realização de palestra intitulada "Geografia e Descolonialidade: Convergências e Controvérsias sobre um paradigma em construção". O autor demarca historicamente o trabalho da Filosofia da Libertação de Enrique Dussel como um marco basilar do debate, além de posicionar as contribuições de autores como Milton Santos e Chico de Oliveira para pensar a pespectiva decolonial "desde dentro", pensando a partir do Brasil. Para maiores informações sobre a discussão realizada pelo autor, acessar: https://www.youtube.com/watch?v=IgokhXTBBKE.

[16] Aqui, pensamos caos, em sentido simbólico de um aspecto caótico, no entanto, é importante destacar que existe uma discussão e uma teoria do Caos abrangente e de grande densidade filosófica, sobre o qual não nos dedicaremos neste trabalho.

como provocação e perspectiva, uma vez que nossos pontos de partida ainda são de uma construção de Ciência eurocentrada. No entanto, seguimos no esforço de ampliar a discussão, sendo necessário compor um mosaico genealógico das principais tensões epistêmicas que corroboram a nossa análise.

2.1.1 Apreensões sobre o debate sociedade e natureza na Geografia

Retomar o debate da relação sociedade e natureza na Geografia pode parecer repetitivo e desnecessário. Porém, os conceitos e as ciências têm mudanças, de acordo com seus recortes espaço-temporais, as discussões são passíveis de serem retomadas e reanalisadas, a fim de ampliar o debate a respeito dos diversos temas. Assim sendo, partir da análise dos desastres "naturais" na Mata Sul é pensar na materialização das inter-relações entre sociedade-natureza e aspectos "físicos" e "humanos" que tem sido um marco no período contemporâneo.

Em consonância com a retomada do debate, temas emergentes, como mudanças climáticas globais, ecologia política, aquecimento e/ou resfriamento global, poluição, desmatamento e crimes ambientais, dentre outros, reverberam no contexto socioespacial e reafirmam a necessidade de a geografia retornar a questão, que, apesar de ser um marco na epistemologia da ciência, não se apresenta de forma esgotada, muito pelo contrário, recria novos desafios que nos colocam novamente diante dessa problemática.

Iniciamos essa perspectiva, a partir da reflexão sobre a dicotomia entre sociedade e natureza, sobre a qual Souza (2019, p.47) afirma que "Não obstante o dualismo sociedade/natureza, assim como mente/corpo exerce uma notável influencia, aplainando o terreno para a construção de conhecimentos acadêmicos marcados por uma forte dicotomia entre o saber sobre a sociedade e o saber sobre a natureza". Essa divisão dos saberes é marcada por uma forma de pensar o mundo e a ciência, envolta no que Porto-Gonçalves (2002) elenca como sendo uma construção moderno-colonial, a partir da construção de uma ciência localizada que se difunde por outros continentes com uma lógica de saberes universais, composta, sobretudo, mediante a construção de ciência "eurocêntrica", que se torna compartimentada, especializada e vertical.

A construção desses modos de fazer ciência ignorou e destruiu outras matrizes de racionalidade, como apontam Quijano (2005) e Porto-Gonçalves (2017), constituindo uma ótica de "dominação da natureza" elaborada por Francis Bacon, que levou o pensamento ocidental a uma cisão das relações entre "homem" e natureza. Ao "homem universal moderno", coube o

papel de determinação e direcionamento do mundo constituído a partir da subalternização e do domínio da natureza, suas "leis" e formas de funcionamento, estendendo esse *modus operandi* aos povos originários (considerados selvagens), às mulheres, aos escravizados e aos seus saberes. Esse processo acabou por invisibilizar outras possibilidades de pensar e fazer ciência, que poderiam nos direcionar para uma análise integrada dos elementos "físicos" e "humanos".

A exemplo disso, Porto-Gonçalves (2017), ao destacar outras formas de pensamento, aponta alternativas a partir de povos não-europeus, onde as dicotomias sequer são pensadas. Baseado na *Filosofia Andina* de Josef Esterman, Porto-Gonçalves (2017) destaca que, para povos *quéchuas* e *aymaras*, não existe uma palavra para "natureza", tão impensada é a indissociabilidade. Para tais povos, algumas divisões estabelecidas na Ciência Moderna não são possíveis, um exemplo é a ideia de a relação espaço-tempo expressa pela palavra *Pacha* e de forma ainda mais complexa, *Pachamama*, que indica "fonte de toda vida" e "toda comunidade da vida em relação" (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 11). Essa ideia nos coloca diante de outros conhecimentos de mundos possíveis e oferece a construção de racionalidades baseadas em interrelações complexas.

Nesse sentido, colocar em perspectiva do debate descolonial, é indagar que se existem outros saberes que nos permitem pensar para além das dicotomias, que em muito nos limitam, como: por que não lançar mão de outras possibilidades de pensamento que possam nos permitir enxergar o mundo a partir de suas relações e conexões? Por que não ouvir outras narrativas e sujeitos que nos permitam deslocar o olhar, para além de uma lógica linear que muitas vezes se mantém na ideia de causa e efeito?

Não queremos, aqui, negar as contribuições da Ciência Moderna, muito menos, defini-la como irrelevante, nosso intento é propor uma reflexão crítica sobre processos que remontam a hierarquização dos saberes pautados na colonialidade "do poder" discutido por Quijano (2005), "do saber" de Mignolo (2005) e "do ser" de Maldonado-Torres (2007), e que são reproduzidas nos trabalhos acadêmicos e nas formas de realizar pesquisas, propondo, portanto, a construção do conhecimento a partir da multiplicidade do pensamento.

Nessa seara, quais seriam os caminhos da Geografia? Já que as cisões sinalizadas estão na raiz de sua episteme e incorporam as tensões e disputas de poder pelo conhecimento, não somente no contexto acadêmico, como nas disputas dos Estados, a exemplo da França e da Alemanha, que se sobressaem na disputa pela hegemonia na construção da Ciência Geográfica, como nos trazem os diversos autores que se debruçam sobre essa discussão, dentre os quais destacamos Andrade (1987); Moraes (2007); Moreira (2008).

Apesar dos eixos hierárquicos e de domínio do conhecimento e das ciências de forma centralizada, alguns caminhos têm sido seguidos por autores brasileiros que têm buscado avançar para além dessas cisões e dicotomias, dentre eles, podemos citar Aziz Ab'Saber, com uma obra que apreende as relações da "natureza não humana", por meio da geomorfologia e das dinâmicas sociais dos diversos rincões do Brasil, Carlos Walter Porto-Gonçalves (2002; 2006; 2013; 2018), buscando transpor os "muros" entre as separações de sociedade e natureza, a partir da presença de outras matrizes de racionalidade.

Dirce Suertegaray (2017) tem desenvolvido um esforço contínuo, por intermédio da teoria da complexidade, interligando as discussões de geografia física e humana e, mais recentemente, Marcelo Lopes de Souza (2019), mediante o debate que apreende os conceitos de ambientes e territórios, tendo como centralidade a discussão sobre ecologia política. Poderíamos acrescentar diversos outros nomes a essa lista. No entanto, destacamos estes, sobretudo pelas perspectivas de discussão teórica e metodológica, que partem de matrizes de pensamentos múltiplos, o que nos abre um leque de possibilidades de análise.

A pluralidade de pensamentos nos permite, portanto, ampliar as reflexões que contribuem para uma construção do conhecimento, diversa, sem as composições de hierarquias, mas galgando um corpo epistêmico, teórico e metodológico que nos permita suscitar por vários âmbitos as questões de pesquisa, Souza (2019) nos encoraja a tal perspectiva ao esboçar que:

> No que nos diz respeito ao ambiente acadêmico, na Ecologia Política e além, faz-se mister tentar manter-se em estado de alerta quanto ao constante risco de escorregarmos e cairmos nas armadilhas preparadas pela discrepância entre "solo epistemológico" e "atmosfera biográfica", o que nos leva a cometer incoerências e injustiças. A constante vigilância, porém, precisa ser acompanhada da aceitação de que a produção teórica, conceitual e metodológica não é um luxo reservado para alguns: "teorizar de volta", ou seja, oferecer teorias e filosofias alternativas (e conceitos e métodos alternativos) como uma resposta do "Sul" ao conhecimento exportado pelo "Norte" é um ato de afirmação de autonomia e luta contra a heteronomia. É um ato de saber e de poder ao mesmo tempo, por intermédio do qual buscamos interpretar o mundo com base na nossa vivência e nas nossas necessidades -mas sem provincianismo: para isso combinamos e articulamos as várias escalas geográficas. Se ninguém pode *viver* por nós e *sentir* por nós, ninguém pode pensar por nós. As trocas intelectuais são essenciais, e a atividade cientifica (e filosófica) possui um espírito tendencialmente cosmopolita. (SOUZA, 2019, p.30)

O autor destaca tais aspectos, sobretudo, no que tange à perspectiva de construção de uma ideia sobre a Ecologia Política. No entanto, o seu pensamento pode nos direcionar também ao conhecimento de diversas áreas do saber, principalmente, na Geografia, a partir de suas

matrizes de pensamento e suas dimensões ontologias e epistemológicas, pensadas muitas vezes de “Norte” para “Sul”, destacando ainda a importância de pensar outros sujeitos, narrativas e discussões que permeiam matrizes de pensamento diversas e que englobam os sujeitos da pesquisa, das narrativas e das discussões teórico-metodológicas não coloniais.

É nesse sentido que discutir sociedade e natureza na geografia carece perpassar também por uma construção de saberes múltiplos, inclusive, em termos de escala, na tentativa de superação das cisões e invisibilidades construídas a partir de um conceito universal do pensamento, que não afeta somente “os pesquisadores e intelectuais de classe média em geral” Souza (2019, p.31), mas também, segundo o autor, todos os “saberes, procedimentos, experiências e lutas” daqueles que ocupam os espaços de periferias sociais pelo mundo. Todas essas formas de saberes invizibilizados e descartados podem culminar para uma construção de outras racionalidades de mundo que subvertam as sedimentações do pensamento hegemônico.

É mister partir de diálogos com referências de diversos caminhos e ideias que possam contribuir para uma construção de conhecimento mais amplo sobre as discussões que permeiam a relação sociedade e natureza na Geografia, assim é possível compor um mosaico que nos permita, a partir de múltiplos “cacos” (olhares), compor um “mural” que possa visibilizar os emaranhados de relações socioculturais-políticas e ambientais que permeiam nossas discussões.

Dentro da ótica, aqui, elencada, o nosso “mural” teórico começa a ser composto a partir de conceitos que possam ampliar essas reflexões, destacamos, portanto, o território, como chave para nossa análise, pelo leque de composições e aspectos que abarca três dimensões, a saber: 1) o campo teórico (e filosófico); 2) a dimensão político-administrativa; 3) a concepção enquanto “categoria da prática” nos termos de Haesbaert (2014), que permite seu uso como ferramenta de reinvindicação e luta. Outro conceito caro à pesquisa é o de ambiente, que evoca uma complexidade de eixos, sobretudo no período contemporâneo, e que engloba elementos da “natureza” física e não humana, estes, por sua vez, se articulam aos saberes cotidianos; pesquisa e manuais técnicos, normativas, dentre outros, os quais retornaremos a discussão no tópico seguinte.

Nesse sentido, os conceitos de ambiente e território se colocam no centro deste debate, na tentativa de perceber como eles nos auxiliam na análise dos desastres “naturais” e da implicação destes nos sujeitos atingidos, à medida que tais conceitos se articulam a partir do que Souza (2019) elenca como sendo um:

> [...] ângulo político-ecológico [...] os conceitos de ambiente e território se complementam mutuamente de modo visceral. O ambiente nos sugere [...] a conexão entre ideias de espaço e

> natureza, ao passo que o território nos guia para o domínio das relações entre espaço e poder [...]" (SOUZA, 2019, p. 38).

É com o destaque do eixo político que relacionamos tais conceitos, que em nossa ótica se constituem a partir de uma simbiose entre sociedade e natureza, podendo ser lidos como uma perspectiva para superação das cisões e das dicotomias. Compreender essas fissuras e articulações nos fornece bases para análise dos problemas de pesquisa elencados em nosso campo empírico. Para tanto, antes de estabelecer essas correlações, faz-se necessário pontuar as noções dos conceitos de ambiente e território.

2.1.2 Nos meandros do ambiente e do território: continuidades e descontinuidades dos conceitos

No final da década de 1960 e início 1970, passam a emergir as discussões sobre as chamadas questões ambientais e, dentro destas, os discursos de sustentabilidade, preservação, conservação ambiental, que por suas vezes ganham centralidade nas últimas décadas do século XX e início o século XXI (PORTO-GONÇALVES, 2013).

Milton Santos (2012), na obra *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, ao discutir a ideia de "meio", já sinalizava os danos ao ambiente, gerados a partir das revoluções industriais na Europa. No entanto, somente a partir dos danos causados pelas "Guerras Mundiais"[17] e dos processos de industrializações em diversas partes do mundo, as questões ambientais ganham conotações mais amplas, tanto na constituição de movimentos ecológicos e da "Revolução Verde", quanto na implementação de políticas estabelecidas pelos Estados Nacionais. De modo que a questão ambiental passa a constar na agenda política e, por que não dizer, na geopolítica mundial.

Em 1992, vemos surgir *A redescoberta da natureza*, como aponta (Santos, 1992), a partir dos discursos da Eco 92, Agenda 21 e de demais documentos, conferências e protocolos ambientais que emergiram nesse momento. Juntamente com a aglutinação dessa discussão, pelo capitalismo, criando um *marketing* ligado à ideia de "empresas sustentáveis", "cidades sustentáveis", "economias sustentáveis", entre outros. Esses discursos criaram uma generalização da sustentabilidade e passam também a dimensionar discussões em torno dessa chamada "natureza". Os movimentos sociais ligados aos discursos ecológicos e a criação de

[17] Aqui, referimo-nos às chamadas Primeira e Segunda Guerra Mundial, que tiveram, como localização central dos conflitos, o continente europeu.

entidades do terceiro setor como Organizações Não Governamentais (ONGs) passam a configurar parte das discussões em torno dos debates da temática.

O debate da ideia de natureza e ambiente, nas duas primeiras décadas do século XXI, recai sobre as formas de ampliação e exploração, fomentadas pelo capitalismo, que parte inclusive das "expulsões" para usar o termo de Sassen (2016) e pela completa aniquilação dos povos, das águas e da terra. Criando assim, conflitos e tensões que caminham para uma "crise civilizatória", como aponta Porto-Gonçalves (2017). Além de lutas mais acentuadas por sujeitos constituídos de outras racionalidades, que passam a reivindicação de seus territórios de existência, a exemplos dos povos originários, das comunidades tradicionais, dos povos da floresta, do campo e, até mesmo, das cidades, que fazem da terra e da natureza extensões de seus corpos (HAESBAERT, 2020).

Junto a esses sujeitos, somam-se discussões de intelectuais e estudiosos de diversas áreas do conhecimento, na construção de outras possibilidades de mundo, contrapondo-se à hegemonia do capital e em defesa da "natureza não humana", propondo debates em torno da ideia de complexidade ambiental, ecologia política, dentre outros temas caros a essa discussão. Dentre esses autores, destacamos Carlos Walter Porto- Gonçalves, com o livro *Descaminhos do Meio Ambiente* (2006); Enrique Leff, a partir das discussões da *Epistemologia Ambiental* (2002); Bruno Latour, na obra *Políticas da Natureza* (2019); e Marcelo Lopes de Souza, com o livro *Ambientes e Territórios: Introdução à Ecologia Política*, publicado em (2019),[18] ampliando o debate que abrange diversos aspectos referentes às questões ambientais em múltiplas escalas de análise.

A essa breve contextualização da localização dos debates sobre o conceito de ambiente, unem-se aos debates sobre território, que ganham corpo em diversos momentos históricos, sob aspectos e teorias diferentes, com ênfase a partir do final do século XX e início do século XXI, aglutinando debates que remontam duas dimensões da política: em macro escala – direcionada aos Estados Nacionais e suas Geopolíticas, e em micro escala – que atinge o cotidiano dos sujeitos, seus corpos e suas subjetividades.[19]

Essa ebulição, demarcada historicamente, coloca os conceitos, aqui, trabalhados como centrais aos debates demandados. Assim, além da discussão emergente sobre o ambiente, o

[18] Sobre essa discussão, existem vários outros autores realizando reflexões em diversas áreas do conhecimento, destacamos essas, por duas questões centrais, a política como cerne do debate e o diálogo com a Geografia, que pode ser feito mediante a análise dos conceitos de ambiente e território.

[19] Isso não quer dizer que essas dimensões do território, em caráter de escalas macro e micro, não eram presentes ao longo do século XX, muito pelo contrário, elas estão presentes desde o processo moderno-colonial, como podemos perceber nas análises de Quijano (2005) e Mignolo (2005). Porém, é em um período mais recente que as pesquisas e discussões acadêmicas se voltam às questões das micropolíticas com maior intensidade.

território também retoma questionamentos importantes e obras que ganham notoriedade por reposicionarem a discussão sobre o território, dentre elas destacamos: Claude Raffestin, em *Por uma geografia do Poder* (1993); Bertrand Badie, com o livro *O fim dos territórios* (1995); Milton Santos *et al*., no livro *Território: Globalização e Fragmentação* (1998); e Rogerio Haesbaert, em *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multerritorialidade* (2004a). Acrescentamos a esses trabalhos, diversos outros que discutem o mundo pós-guerra, que teve, como eixos, partes da Europa e da Ásia, e as redefinições do mundo a partir da "nova ordem mundial" e nos anos 2000, com a "nova (des)ordem mundial" nos termos de (HAESBAERT E PORTO-GONÇALVES, 2006).

É nesse contexto, em que ambiente e território se re-colocam como centrais nos debates em múltiplas escalas, que emergem diversas possibilidades de análises nos campos teóricos, metodológicos e empíricos, constituindo-se como ferramentas de reflexão e luta e, por conseguinte, acirrando as disputas em torno dos referidos conceitos, tanto no âmbito acadêmico, como fora dele.

Deleuze e Guattari (1992), ao pensar sobre os conceitos, afirmam que eles têm uma história e podem vir de "pedaços" ou "componentes de outros conceitos", assumindo o que os autores chamam de "novos contornos", que, por suas vezes, são "reativados" ou "recortados", de modo que os conceitos "não são criados do nada". Esses filósofos nos ajudam a entender os conceitos como construções sociais, que são localizadas espaço-temporalmente, e podem ser re-significados, de acordo com elementos de uma dada sociedade, em certo período, sendo compostos de interrelações.

É nessa esteira que pensamos território e ambiente como conceitos e buscamos pontuar os processos de construções a partir das suas localizações epistêmicas.[20] Nesse ínterim, o conceito de ambiente e o seu uso na Geografia iniciam no mesmo contexto das demais Ciências Humanas e Sociais, muito embora, suas relações com os aspectos políticos e geopolíticos venham ganhando relevância com o passar dos anos, deixando a superficialidade e certa romantização para uma construção cada vez mais ampla em diferentes campos de análise e

[20]Dois pontos carecem de explicação nessa discussão sobre os conceitos, ambos partem da colonialidade do saber e sua introjeção em nossa forma de pensar, fazer ciência e construir conhecimento: o primeiro se dá pela própria construção da ideia de conceito que se baseia nas matrizes do pensamento eurocêntrico, e a segunda está na forma de publicização do conhecimento construído, que privilegiou/privilegia a dimensão da escrita, sem considerar que muitos povos originários, mantinham/ mantém seus saberes e epistemes pelas narrativas orais. Mesmo que o intuito da discussão seja ampliar o leque de possibilidades e de pensamentos, é importante demarcar as violências epistêmicas que se colocam nos aspectos destacados acima.

correntes do pensamento, dentre os aspectos que compõem a ideia de ambiente, concordamos com Souza (2019) ao apresentá-lo como:

> [...] fruto da (re)transformações, (re[s])significação e reapropriação incessantes da primeira natureza mediante as relações sociais, e inclui, necessariamente, os seres humanos, conquanto nem tudo no ambiente seja antropogênico (e malgrado tudo aquilo que existe ser mediado, para nós, pela consciência humana modelada pela história e pela cultura). O ambiente, assim, não é algo que "nos envolve", um envoltório: o ambiente somos também nós, histórica e culturalmente situados. (SOUZA, 2019, p 79)

O ambiente, portanto, não se limita a sua etimologia, que vem do latim *ambiens.entis* que significa "ao redor", mas se torna um conceito que vem se transformando no espaço-tempo, e tem sido estudado pelas diversas áreas do conhecimento, muitas vezes pensado de maneira vaga e genérica, sob um aspecto redundante de "meio ambiente", que por vezes é confundido com o espaço geográfico e com natureza. O ambiente para Haesbaert (2014) se compreende como uma dimensão relacional dos aspectos sociedade-natureza. Já o espaço geográfico, não prescinde de perspectiva relacional, porém compreende uma dimensão mais abrangente, como discute Santos (2012), que envolve a constituição de sistemas compostos por "objetos e ações" de maneira indissociável.

O ambiente, portanto, se apresenta a partir de uma construção complexa que se amplia a partir das discussões de Enrique Leff (2002), que analisa a "epistemologia ambiental", essa obra nos auxilia na compreensão de diversos aspectos da constituição do ambiente, por matrizes teóricas diferentes, aos quais incorpora três eixos importantes, quais sejam: a racionalidade ambiental; o saber ambiental e a complexidade ambiental. Na perspectiva de Leff (2002, p.15), "o ambiente vai se configurando no espaço externo ao círculo das ciências" e se coloca como "o Outro da racionalidade da modernidade, do mundo realmente existente e dominante". O pensamento do autor nos coloca diante do saber ambiental como campo de problematização que provoca as relações do saber e do poder, entendendo que a partir da problemática ambiental:

> O ambiente emerge como consequência das formas de conhecimento do mundo, da objetivação da realidade e do domínio da natureza através da imposição do *lógos*, de uma razão que dominou homem e superexplorou a natureza, subjugando culturas e saberes, pela imposição de uma racionalidade econômica, cientifica e tecnológica sobre o ser do real, sobre o ser humano. (LEFF, 2002, p. 176)

O saber ambiental nos provoca a pensar fora dessa lógica, a partir de um horizonte que se coloca como perspectiva, a ser construído, e deve questionar para além do que já foi discutido

e pensado dentro da racionalidade científica e da constituição da sociedade moderna. O saber ambiental, portanto, segundo Leff (2002), reúne diversas formas de pensamento e de conhecimentos, que vão além do científico e tecnológico.

O ambiente[21], portanto, nos provoca a criar outras possibilidades de análise que permitam reunir suas nuances. Nesse sentido, propomos três eixos: 1) descolonização do pensamento, que nos permite sair dos engavetamentos teórico-metodológicos; 2) compreensão da relação sociedade-natureza como híbrida; 3) articulação de múltiplos saberes dentre eles empíricos, técnicos e acadêmicos.

Pensar nesses eixos como constituintes do ambiente e, a partir deles, traçar a construção de um porvir, é uma base, pois o ambiente por si só se coloca como um campo de disputas, tanto em sua perspectiva conceitual, quanto em sua base material, por vezes, sendo usado pelo capitalismo para fomentar os discursos neoliberais, de forma ambivalente, pois, à medida que ilustram o discurso do "desenvolvimento sustentável", se reproduzem dentro da lógica da exploração desenfreada da natureza, seja ela humana ou não. Por outro lado, é também fundamento de existência para os sujeitos. Sendo assim, o ambiente é um campo essencialmente político, por isso exige um esforço de análise, que transponha os muros estabelecidos dentro das ciências e que articule as diversas formas de saberes, não somente no campo conceitual, mas também na luta política. Este é, portanto, o ponto de convergência entre a discussão de ambiente e território.

O conceito de território não é recente, nem tampouco tem invisibilidade nas discussões da Geografia, muito pelo contrário, esse conceito é um dos mais utilizados nas análises geográficas, permeando diversos períodos, autores e caminhos teórico-metodológicos. Além da Geografia, o território tem sido muito utilizado em diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais, sendo apropriado pelos discursos do Estado e movimentos de luta social.

O uso do conceito de território, de maneira indiscriminada, tem provocado reflexões de autores como Cruz (2011) e Souza (2013). O primeiro estudioso destaca a possibilidade de banalização do conceito, caso este são seja pensado com rigor teórico. Já o segundo, indica o

[21] Vale destacar que as discussões sobre ambiente são amplas e têm diversas definições, tanto no campo das Ciências Humanas e Sociais, quanto no campo das Ciências Naturais e da Saúde, além de definições efetuadas por Organismos Internacionais, na administração pública e privada, além dos textos legislativos. Nosso intuito, portanto, não é realizar uma história do conceito e das definições de ambiente, mas como nos propomos, desde o início, compor por intermédio de uma genealogia, as principais discussões que se coadunam com nossa questão de pesquisa.

uso exacerbado e corriqueiro e, por vezes, empregado de forma equivocada, de modo que caberiam reflexões ligadas a outros conceitos geográficos[22].

O uso dos conceitos parte de diferentes campos, dentre eles, o *locus* de enunciação e o solo epistemológico[23] e, a depender desse ponto de partida, determinados conceitos podem ser trabalhados de forma mais recorrente que outros, justamente por evocarem relações espaço-temporais distintas. A exemplo disso, Haesbaert (2014) destaca que países de língua anglo-saxã têm maior uso do conceito de lugar, que, por vezes, apresenta-se como a mesma conotação de território em tais países.

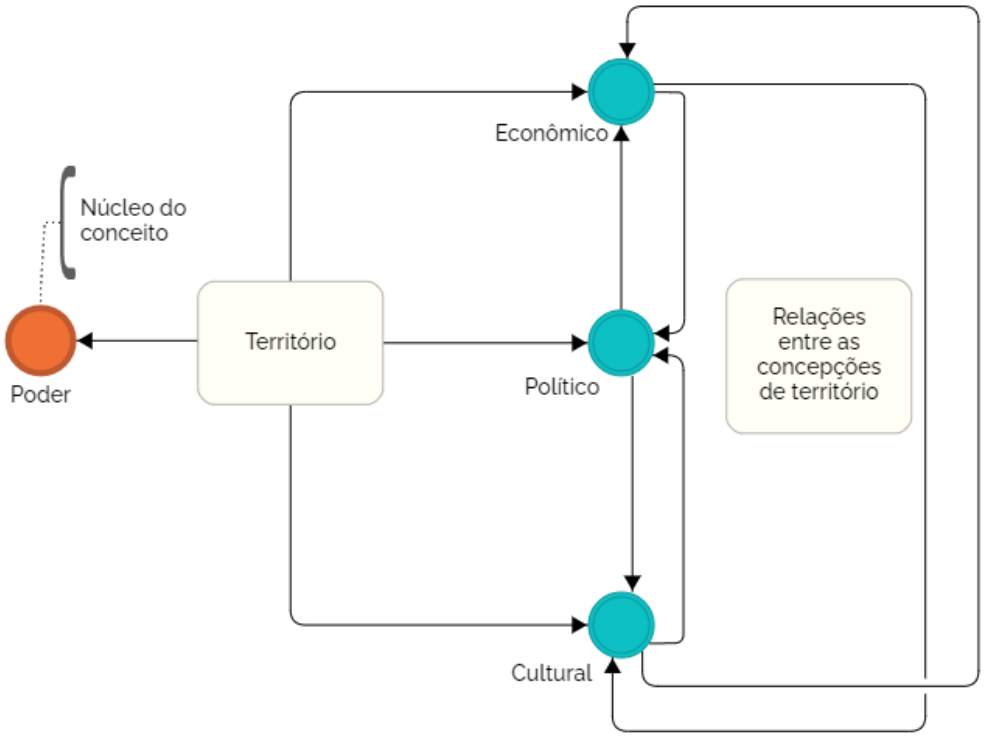
No contexto da América Latina, o autor elenca que o uso constante do conceito de território está atrelado ao processo colonial, que tem a terra como centralidade, por se tornar um campo de disputas, iniciadas pela expropriação dos povos indígenas e pela criação de latifúndios e concentração de terras. Essa ideia se funda a partir da etimologia da palavra território, que, segundo Correa (1998, p. 251), deriva do "latim *terra* e *torium*, significando terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação.".

Os estudos sobre o território em suas dimensões epistêmicas e históricas têm sido objeto de análise de diversos autores pelo mundo, em Freire (2016), realizamos uma genealogia dos fundamentos de usos conceito em questão, discussão que retomaremos, aqui, em linhas gerais. Segundo Saquet (2007), o conceito de território se apresenta de maneira contínua e descontinua ao longo da história e se constitui a partir de matrizes de pensamentos diversas.

Haesbaert (2004a), ao analisar o conceito, pesquisa suas bases desde uma perspectiva naturalista vinculada às apropriações dos animais. Dentro dos aspectos sociais, três concepções de território são indicadas pelo autor, a saber: política, econômica e cultural. Cada uma dessas noções privilegia uma concepção sobre o território, muito embora não possamos negligenciar as relações que existem entre tais eixos, pois não há como pensar o território sem levar em consideração essas variáveis, muito embora, para fins de pesquisa, seja necessário realizar recortes, mesmo assim não se pode perder de vista as implicações que integram as concepções político-econômico-cultural, demonstradas no esquema da figura 4.

[22] Cabe destacar que não é sugestão do autor substituir o conceito de território pelo de lugar, região, espaço ou quaisquer outros, mas sim evitar seu uso por "modismos acadêmicos".
[23] Esses termos são utilizados em reflexões de Cruz (2010), mas têm suas bases de discussão na filosofia discutida a partir de Deleuze e Guattari (1992).

Figura 4- Dimensão relacional no conceito de território



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Tendo como base essas relações, qual seria o ponto de interseção ou o eixo gerador do conceito de território, que nos possibilitaria diferenciá-lo dos demais conceitos? Para elucidar tal questão, dialogamos com Cruz (2011), que destaca a ideia de que cada conceito possui um "núcleo" de onde parte a dimensão basilar das análises. Ao pensar o território, observamos que apesar das variações nas dimensões espaços-temporais e das diferentes matrizes de pensamentos e de "solos epistemológicos", o núcleo do conceito que se apresenta é o poder. Nesse aspecto, as diferentes concepções de poder confluem para a múltiplas formas de concepção de território.

O poder é um conceito amplo e que abrange distintos caminhos teóricos, aqui, nos atemos a dois, o primeiro percebe o poder como "detenção" de forma um tanto quanto "absoluta", entendendo o Estado e/ou as classes dominantes como "detentores do poder" e que, na ótica de Michel Foucault (2003, p.232), é pensado de maneira relacional. Nesse sentido, as relações de poder compreendem as "relações de força, enfrentamentos, portanto sempre reversíveis", não havendo, a partir de sua análise, uma dominação absoluta nem tampouco "incontornável". Esse pensamento é a base da discussão realizada por Claude Raffestin (1993),

com a qual corroboramos a busca de compreender o território a partir do entendimento do poder de maneira relacional e como um exercício, ou seja, nessa perspectiva, o poder não pode ser "detido" por um ente, ele se coloca sempre em disputa entre os diversos grupos sociais, constituído a partir de uma multidimensionalidade, em que se criam teias de relações de poder que coexistem em diversos campos.

O poder visto a partir de uma perspectiva relacional coaduna com a clássica definição de Souza (1995, p.78), que conceitua o território como "fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder". Desse modo, o território pensado por tal ótica evoca análises a partir de componentes como: dominação, conflitos, tensões e delimitações que são constituídas de forma material e ideal (HAESBAERT, 2004a), à medida que compõem uma base material, representada, muitas vezes, por muros, cercas e grades e/ou por dimensões idealistas ou simbólicas que se apresentam no campo da subjetividade.

Os aspectos, aqui, destacados nos ajudam na compreensão do território, visto a partir da coexistência de diferentes concepções, o que nos coloca diante da necessidade de pensá-lo como propõe Haesbaert (2008), em uma perspectiva integradora, que correlacione os aspectos político-econômico-culturais e ambientais, de maneira articulada, nos permitindo compreender, nas múltiplas escalas, as nuances do nosso campo de pesquisa.

A complexidade e a amplitude do uso do conceito de território nos permitem destacar suas nuances a partir da busca da discussão de seus desdobramentos e dos arranjos que compõem, o que entendemos como dinâmicas territoriais, onde se integram em *continuum* movimento os processos de territorialização, des-territorialização, re-territorialização ou, de forma mais ampla, de des-re-territorialização, bem como as dimensões da territorialidade, multiterritorialidade e transterritorialidade. Assim sendo, podemos compreender o território como um conceito estruturante, os demais, aqui, destacados como conceitos derivantes (CRUZ, 2010). Esses, por suas vezes, não sendo entendidos de forma fragmentada e etapista, mas sim como articulados e interdependentes.

As discussões, aqui, apresentadas se projetam como base para nossa análise, uma vez que, para compreender a interrelação entre os conceitos de território e ambiente (tanto no campo teórico, como empírico), no contexto da Zona da Mata Sul, foi necessário retomar o debate de cisões e dualidades entre sociedade e natureza e, a partir daí, discutir suas implicações nos conceitos elencados e como esses estão presentes em contextos de desastres "naturais". Outra possibilidade de discussão nos é provocada a partir da análise de nosso campo empírico, os rearranjos e as redefinições das relações urbano-rurais e cidade-campo sobre as quais nos deteremos a seguir.

2.2 PEQUENAS CIDADES NA ZONA DA MATA SUL: INTERSECÇÕES URBANO-RURAIS E CIDADE-CAMPO

O final da década de 1930 e o início de 1940 são marcados pela intensificação no processo de urbanização no Brasil, constituído a partir da mecanização do campo e do êxodo rural, tendo uma ampliação no período de 1950, sobretudo nas cidades do centro-sul. As concentrações urbanas levaram a uma expansão das desigualdades com um expressivo crescimento populacional e aumento de "mazelas", como fome, desemprego e precarização das moradias (SANTOS, 1993). Todos esses elementos levaram a uma descentralização na urbanização brasileira a partir dos anos 1970, com o impulsionamento do crescimento urbano em outras regiões do país, com ênfase no Norte e Nordeste (SANTOS, 1993).

O processo de expansão urbana no Brasil acabou por gerar uma gama complexa de relações, no âmbito da hierarquia e da rede urbana, extensamente discutidas por autores como Santos (1993), Correa (2011), Sposito e Jurado Silva (2013) e órgãos institucionais como o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). A complexidade dessa expansão remonta diversos aspectos a serem pensados no contexto das cidades, dentre eles: o contingente populacional, a industrialização, os serviços de transporte, comércio, trabalho, moradia e a ampliação dos processos de desigualdade, entre outros. Esses aspectos estão presentes na rede urbana brasileira e serão consideradas na classificação das cidades a partir de uma hierarquia que abrange das metrópoles às pequenas cidades.

No período atual, a partir das pesquisas das Redes de Cidades Médias (RECIME), existem outras discussões importantes que carecem de atenção. Se nas primeiras análises de classificação das cidades por parte do IBGE o critério de população era central na hierarquização das cidades, juntamente com a oferta de serviços, atualmente outros elementos são incorporados à análise, dentre eles, a dimensão da centralidade exercida pelas cidades, cuja importância vai dimensionar sua classificação, levando em consideração as dinâmicas intra e inter-regionais e as relações multiescalares.

Com o advento da globalização, muitas redes e fluxos vão se intercalar, Santos (1998; 2012) chamava atenção para a força dos lugares, que não necessariamente precisariam passar pela hierarquia urbana para seu "desenvolvimento", pois a globalização permite que haja uma quebra nesse processo, ou seja, se antes os produtos e serviços chegavam às metrópoles para posteriormente serem difundidas nas demais cidades, ou, até mesmo, se uma empresa ou grande corporação mantinha-se com centros de negócios nas metrópoles, agora, estas se instalam nos lugares onde há maiores possibilidades de lucro, podendo encontrá-las em cidades consideradas

médias ou pequenas, e ainda assim sendo capazes de exercer centralidades em diversas áreas do país a partir das densidades das redes.

Em um país de dimensão continental, como é o caso do Brasil, o critério de classificação em torno do contingente populacional, embora importante, se torna insuficiente em virtude das transformações urbanas que ocorrem no período da globalização. Pois, é possível encontrar pequenas cidades do ponto de vista populacional com Produto Interno Bruto (PIB) similar ou até maior que das cidades de médio e grande porte e que exercem uma centralidade significativa a depender das diversidades regionais que apresentam[24]. Nesse sentido, para além dos critérios populacionais, se faz necessário pensar as pequenas cidades a partir da sua funcionalidade e centralidade, entendendo suas diversas variáveis e pluralidades[25] (JURADO SILVA E SPOSITO, 2009).

As pequenas cidades se apresentam em processos constantes de transformação e passam a produzir desigualdades e problemas sociais similares às cidades médias e grandes – salvaguardando as devidas escalas e proporções – provocando desafios do ponto de vista da segregação, problemas ambientais, de desemprego e de moradia. As pequenas cidades vêm sendo estudadas por diversos(as) autores(as), por vários aspectos e questões. Em nosso contexto, cabem duas questões centrais ao tratar desse tema: a primeira, ligada aos aspectos de hibridez entre o rural/urbano e campo/cidade, e a segunda, relacionada aos desafios ambientais enfrentados nesses espaços.

Para tanto, é necessário esclarecer alguns pontos centrais sobre os estudos de pequenas cidades que corroboram a nossa discussão. Para designar os estudos sobre a temática, podemos encontrar pesquisas que versam sobre as "cidades locais", discutidas por Santos (1993), "cidades pequenas" a partir das discussões elaboradas por Sposito e Jurado Silva (2013) e autoras como Damiani (2006) e Soares e Melo (2010), que utilizam o termo pequenas cidades.[26] Os autores e as autoras têm em comum a busca pela compreensão de como esses espaços podem ser pensados e discutidos a partir da Geografia, sobretudo, pelo seu papel em contexto de escalas locais.

---

[24] Nesse contexto, é importante destacar que em virtude das dimensões continentais do Brasil, as pequenas cidades têm diferentes expressões de acordo com as regiões brasileiras, a exemplo das cidades da Região Norte, como apontam os diversos estudos de Tatiana Schor sobre a rede urbana na Amazônia e os diferentes aspectos em termos de centralidade, das cidades do Centro-sul e do Nordeste. Sendo assim, é preciso analisar esses aspetos de maneira ampla e aprofundada para compreensão da complexidade das pequenas cidades no Brasil.

[25] Essas reflexões, além das leituras de Sposito (2009), também contam com discussões efetuadas por Bitoun (2017), realizadas nas aulas da disciplina de Geografia Regional do Nordeste, na Universidade Federal de Pernambuco, onde participei do Estágio e Docência.

[26] Temos ciência da diversidade e da pluralidade de estudos relacionados às "pequenas cidades" ou "cidades pequenas", no entanto, nosso objetivo não é o de aprofundamento nessas discussões, mas sim, buscar as linhas gerais das discussões para compreender as áreas de estudo, que são classificadas como "pequenas cidades".

Antes de pensar as pequenas cidades em seu caráter empírico, faz-se necessário apontar algumas definições que, para Spositom e Jurado Silva (2013), se configuram por múltiplos olhares, a depender do país e/ou órgão que as classificam. As definições carecem de critérios que podem ser estabelecidos através de contingente populacional, disponibilidade de serviços de educação, saúde, transportes, entre outros. No âmbito político-administrativo e normativo, são definidos, por exemplo, os limites nos municípios em zona urbana e rural, entendendo a cidade como sede municipal, geralmente, essas definições são dispostas em leis, decretos e documentos que visam estabelecer processos de gestão dos municípios (SPOSITO e JURADO SILVA, 2013).

Outra possibilidade para pensar as pequenas cidades perpassa por uma análise científica e acadêmica, que discute para além das funcionalidades os entremeios da constituição desse espaço, desde a sua organização, produção e/ou as relações que estabelece. Para tais definições, *a priori*, é preciso demarcar que os estudos sobre o tema não devem ser generalizantes como afirmam Jurado da Silva e Sposito (2009). Porém, destacam ainda as possibilidades dadas na geografia de pensar e discutir elementos que transacionam nesse espaço, como as relações sociedade/natureza, cidade/campo e urbano/rural.

Damiani (2006, p. 136) define pequenas cidades como sendo "verdadeiras fronteiras entre processos rurais e urbanos, que absorviam pouco os processos acumulativos próprios da modernidade". Corroboramos com a indicação da autora no tocante ao estabelecimento dessa fronteira, com porosidades transicionais entre o urbano e o rural. No entanto, no que diz respeito aos "processos acumulativos", necessita-se levar em consideração a análise espaço-temporal demarcada a depender dos períodos históricos e das densidades das redes presentes nas pequenas cidades. Levando em consideração tais fatores, não se pode generalizar a distribuição destes processos.

Nesse contexto, buscamos entender as pequenas cidades a partir da interrelação urbano-rural e campo-cidade[27], e, para isso, é preciso retomar alguns pontos que nos remetem às cisões estabelecidas pela visão dicotômica entre "sociedade" e "natureza" e os aspectos relacionados à Divisão Internacional do Trabalho, promulgada com a expansão do sistema capitalista.

Souza (2019), ao analisar essa discussão, aponta que o "urbano" foi atrelado à construção da "sociedade" e, aqui, acrescentamos que não é qualquer sociedade, mas sim a capitalista, industrial, direcionada ao "progresso" e ao "desenvolvimento". O rural, segundo o

[27] Passamos a utilizar a grafia urbano-rural e campo-cidade, usando hífen como indicativo das relações e articulações entre estes conceitos.

autor, estava ligado à "natureza" e, portanto, dentro de uma visão colonial, relegada ao "atraso" e ao arcaico. [28]

A construção dessa "oposição" nos leva a perceber mais uma nuance que constitui a tensão epistêmica, aqui, discutida, que revela os discursos coloniais, de um "urbano avançado", e um "rural atrasado". Essa dimensão é reverberada em diferentes aspectos, dentre eles, na literatura, o que seria, então, a construção do "jeca", que ao chegar à cidade é sempre hostilizado e alvo de chacota, se não a releitura desses "mundos diferentes", que se encontram, criando assim uma tensão entre o dito "moderno" e o dito "atrasado".

Os pontos, aqui, levantados são de suma importância para o entendimento das pequenas cidades, pois, nessas, a dimensão de separação entre rural e urbano acaba por revelar relações mais amplas e complexas. Sendo assim, propomos pensar as pequenas cidades no que Souza (2019) chama de "zonas cinzentas"[29], esse entre "dois polos", não necessariamente opostos, mas sim interligados.

Embora haja do ponto de vista político administrativo e por parte dos residentes dos municípios da Mata Sul, uma separação entre os aspectos urbano-rural, campo-cidade reconhecemos a necessidade de avançar nesse campo de discussão, uma vez que as pequenas cidades aparecem também como espaços de disputas e conflitos, relacionados à imbricação dos desafios do campo e da cidade, um dos exemplos é a luta pela terra, pois, ao falarmos de Nordeste, esse elemento é essencial. Isso porque, tanto nas cidades como no campo, há uma concentração fundiária, fundada a partir da formação espacial do Brasil[30], composta pelo que Moreira (2014) chama de "oligarquias rural-regional"[31], que exercem um papel de domínio sob a terra, tanto no campo quanto na cidade e no cenário político partidário. Os desdobramentos dessas práticas se dão em diversos âmbitos, perpassando desde trocas de favores, planejamentos de infraestrutura até políticas de assistência, como discutiremos adiante.

Pensar as pequenas cidades é, portanto, compreendê-las como um eixo que consolida diversas tensões e conflitos, sejam eles no âmbito teórico-conceitual, metodológico, ou nos

---

[28] É importante destacar que há correlações entre urbano e cidade, bem como, entre rural e campo, porém estes não são sinônimos, urbano e rural estão relacionados aos "modos de vida", e cidade e campo condizem com as estruturas onde estes modos de vida podem ou não se manifestar.

[29] Esse termo aparece inicialmente na narrativa que Primo Levi constrói a partir da experiência nos campos de concentração da Alemanha. No Brasil, está presente nos discursos de José Arthur Giannotti. Ligada à ideia de "zona cinzenta da moralidade". Na perspectiva de Souza (2019), significa um entre dois polos.

[30] Aqui, utilizamos o termo formação espacial que vem da referência de Moreira (2014), porém destacamos que existem outras referências como Souza (2013), que realizam a discussão a partir da ideia de formação sócio-espacial. Neste texto, faremos uso em alguns momentos da ideia de formação espacial.

[31] As ideias do autor correspondem a um leque de relações da concentração no Brasil, que se constituem desde o período colonial. Aqui, trabalhamos essa ideia em sentido estrito, pensando como essas oligarquias rurais são consolidadas no Nordeste e exercem suas influências político-partidárias, tanto no campo quanto na cidade, provocando uma lógica de subalternização dos sujeitos mais pobres que vivem à mercê de relações de servidão ainda muito presentes nas pequenas cidades do Nordeste.

aspectos da vida cotidiana. As pequenas cidades acabam por transpor os limites das dualidades e possibilitam a constituição de outra racionalidade de análise que integra, além das dimensões dos fenômenos do campo-cidade, rural-urbano, também compõem as interrelações sociedade - natureza. Nuances essas que nos permitem compreender as cidades da Zona da Mata Sul de Pernambuco, desde seus aspectos ligados ao planejamento estratégico até os aspectos das desigualdades socioculturais-políticas e ambientais.

Tendo como base a caraterização das pequenas cidades na Mata Sul, pode-se observar que muitas delas (em especial as que nos dedicamos nesta análise) segmentam esse processo histórico de concentração de terras e, consequentemente, de renda. Dessa forma, apresentam extensões territoriais significativas, com uma "zona rural" (como consta nos documentos oficiais), que se divide entre as usinas e as plantações de cana-de-açúcar, e os pequenos lotes de terra, onde vivem os agricultores, em sua maioria, ex-trabalhadores das usinas que ainda esperam a propriedade da terra. Esse processo de cisão entre os mais pobres e as classes econômicas mais abastadas se apresentam também na "zona urbana" (sede municipal), onde o desemprego, o subemprego e o trabalho informal se alastram nessa "divisão" das pequenas cidades.

Estas se apresentam com um contingente populacional abaixo dos 100.000 habitantes, um grande foco no comércio varejista e a disponibilidade de serviços de baixa complexidade. Além disso, exibem infraestrutura desigual, que privilegia os centros de comércio e as rotas de passagem de mercadorias, deixando as áreas residenciais mais populares, sem acesso a saneamento básico e água, entre outros. Nas áreas consideradas rurais os problemas se agravam, uma vez que as dicotomias que atravessam essa discussão também se perpetuam nas gestões municipais, onde as comunidades rurais encontram-se estrategicamente "abandonadas" pelo poder público. A possibilidade de colocar o entendimento dessas áreas, a partir de suas intersecções, se coloca enquanto perspectiva que deve, inclusive, se ramificar ao gerenciamento dos municípios a partir de uma visão de integração entre urbano-rural, campo-cidade.

Nessa perspectiva, alguns apontamentos são importantes, dentre eles, destacamos a possibilidade de pensar cidade e urbano, a partir dos eixos da "produção material e emocional das cidades", partir de uma síntese objetiva-subjetiva como destacam Scarlato e Costa (2017, p 3). Outro ponto que nos auxilia na ampliação dessas discussões são pensadas por Bitoun; Miranda e Araújo (2015), que desenvolvem a possibilidade de pensar "novas" ruralidades, levando em consideração a heterogeneidade do rural no Brasil, não apenas por um viés produtivista, mas sim, a partir da complexidade que apresentam essa análise, o que permitiu os autores compor uma tipologia dos espaços rurais brasileiros.

Reconhecer essas dimensões nos permite intercalar a materialidade presente nas relações campo-cidade e os modos de vida que se apresentam nas relações urbano-rurais e as pequenas cidades podem significar um ponto de partida. Para tanto, faz-se necessário o exercício da descolonização dos conceitos e das metodologias de análise, buscando caminhos que desarticulem as hierarquias de poder que ainda se estabelecem nos discursos, no planejamento e no acesso desigual dos sujeitos que vivem nesses locais.

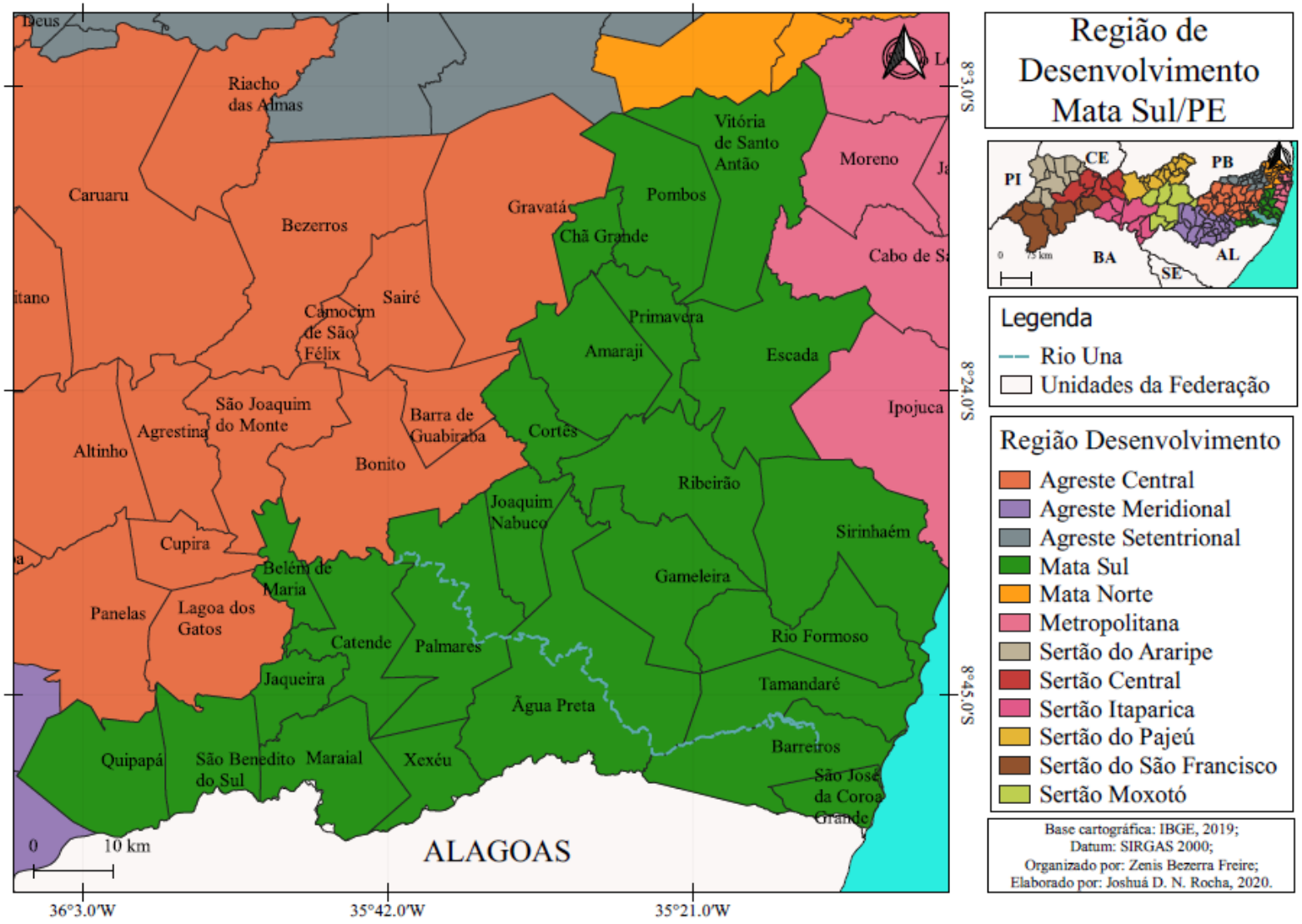
No sentido de contribuir nesse caminho, seguimos a análise dos desastres "naturais" e como estes se apresentam nas pequenas cidades em decorrência das grandes proporções que atingem, a exemplo dos municípios estudados, que tiveram áreas destruídas e enfrentaram desafios significativos nos seus processos de reconstrução. Para compreender as nuances que permeiam tal problemática, passamos a discutir suas bases de formulação a partir dos conflitos e das desigualdades presentes, tanto nas análises quanto no olhar do planejamento sobre os municípios da Mata Sul.

2.3 ENTRE DIMENSÕES MATERIAIS E SIMBÓLICAS: TERRITÓRIO E AMBIENTE NA ZONA DA MATA SUL

A área que chamamos de "Zona da Mata Sul" se apresenta como a materialidade da nossa pesquisa, que comporta os elementos destacados anteriormente. As fissuras e dicotomias teóricas convergem e se entrelaçam nesse recorte, que corresponde a uma divisão regional de Planejamento Estratégico do Estado de Pernambuco, destacado no Mapa 2. Corresponde uma microrregião dentro da mesorregião conhecida como Mata Pernambucana, que se subdivide em setentrional e meridional, ou Mata Norte e Mata Sul.

Apesar das novas divisões regionais formuladas pelo IBGE (2017), que trabalha agora com a perspectiva de regiões imediatas e intermediárias, seguimos com o recorte de Mata Sul, como referência de regionalização, por dois fatores, o primeiro relacionado ao planejamento regional do estado e o segundo, pela dimensão do enraizamento cultural que simboliza.

Mapa 2- Localização da Mata Sul em relação às regiões de desenvolvimento do Estado



Fonte: Organização da autora 2020. Elaboração Joshuá Rocha (2021

Concentrada no Bioma de Mata Atlântica, apresenta-se como uma área de transição entre o litoral e o agreste, a "Mata" para além da referência à vegetação é marcada por diversas expressões culturais e simbólicas para seus residentes. Seu processo de ocupação recente[32] se deu no Período Colonial, com a interiorização da produção de cana-de-açúcar, até então concentrada na área litorânea, reproduzindo a lógica de concentração fundiária e a exploração da terra para cultivo da monocultura de cana. Mesmo dividindo contextos similares de exploração no passado colonial, as áreas da Mata Norte e Mata Sul[33] passam por diferentes processos de transformação relacionados ao planejamento estratégico do Estado[34].

A Zona da Mata Sul compreende cerca de 24 munícipios, com muitas similitudes, tanto nos desafios quanto nas potencialidades estudadas pela Região de Desenvolvimento da Mata Sul (RDMS), elaborada pelo Governo do Estado, por meio da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco CONDEPE/FIDEM na tentativa de compreender as regiões de desenvolvimento e seus potenciais econômicos.

O detalhamento das atividades da RDMS, destacadas na figura 5, mostra aspectos consolidados, reafirmando sua manutenção, a exemplo da configuração da estrutura fundiária sedimentada na concentração de terras e tendo, como centralidade, o setor sucroalcooleiro, além do desenvolvimento de atividades agrícolas ligadas ao agronegócio. Somando-se a esses processos, estuda-se a possibilidade de ampliação do setor turístico, com a exploração das áreas de praia, indicando inclusive construções de "hotéis de grande porte" e *resorts* no litoral do município de Barreiros, firmando processos que se vislumbram no litoral do Nordeste, com grande ampliação e especulação do setor imobiliário para um turismo voltado às classes mais abastadas. Nesse interim, encontram-se os direcionamentos do Estado para continuidade e aumento das atividades do capital.

Do ponto de vista social, algumas identificações destacadas na figura 5 indicam uma ampla fragilidade social com desafios relacionados aos problemas educacionais, as questões da

[32] Aqui, destacamos ocupação recente, relacionada ao período demarcado pelos colonizadores, uma vez que essas terras já eram habitadas por diversos povos originários, pré-coloniais.

[33] O município de Vitória de Santo Antão se apresenta como uma centralidade no "desenvolvimento" da mesorregião, pois apesar de a delimitação da Região de Desenvolvimento pertencer à Mata Sul, aparece como um eixo que articula a Região Metropolitana do Recife à Zona da Mata. A título de esclarecimento, é importante destacar que estamos falando de três divisões regionais (Mesorregião, Microrregião e Região de Desenvolvimento), no que concerne à mesorregião o Município de Vitoria de Santo Antão se localiza na Mata Pernambucana, na Região de Desenvolvimento, pertence a RD Mata Sul, porém, no que diz respeito a microrregiões, compreende uma delimitação específica, seguindo a Divisão Mata Meridional Pernambucana, Mata Setentrional Pernambucana e Vitoria de Santo Antão.

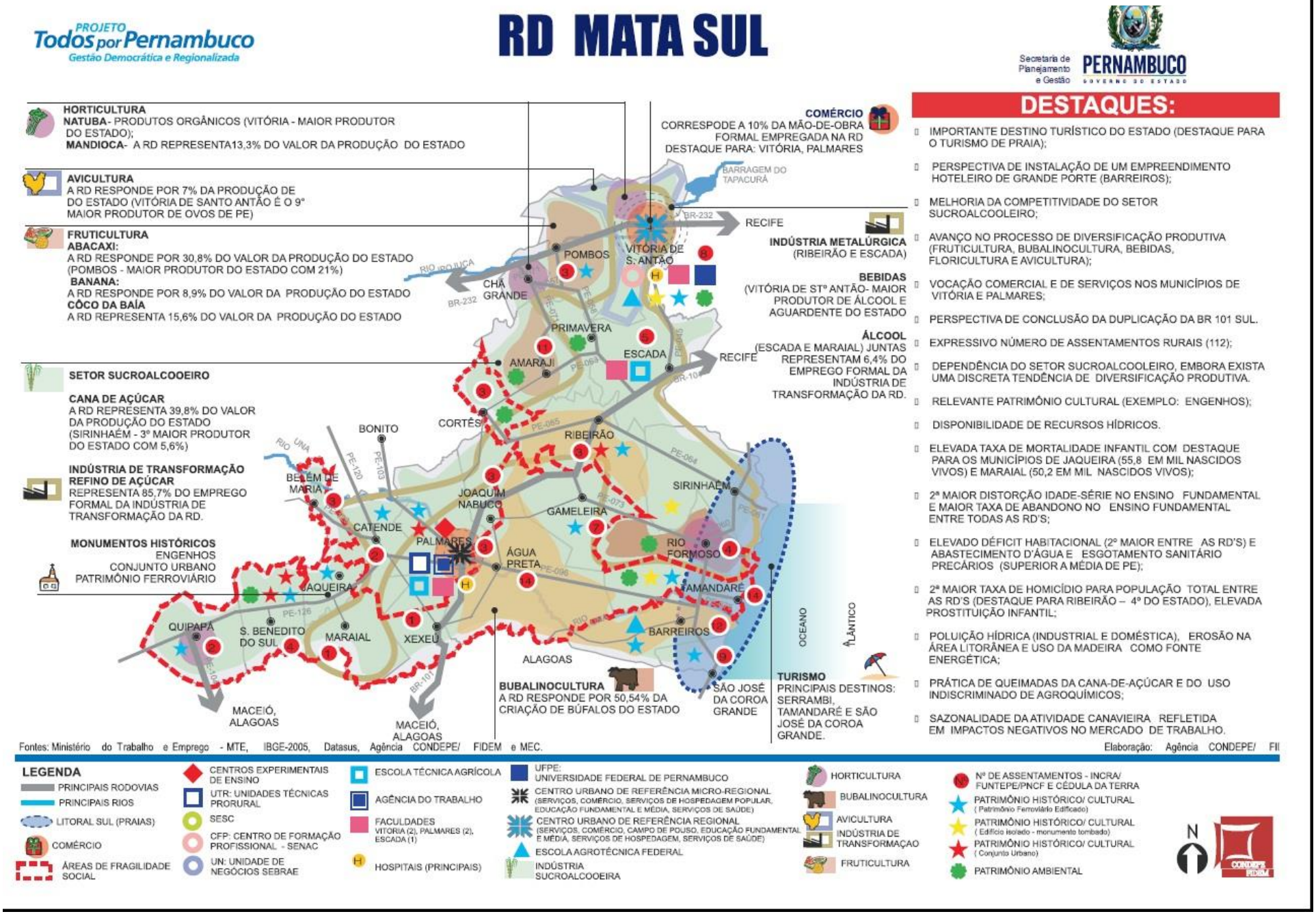
[34] Esses processos de transformações espaciais se relacionam aos aspectos de especulação imobiliária e à ampliação de indústrias de vários segmentos, além da possibilidade de implantação de porto seco. No entanto, a Mata Sul ainda se ancora nas usinas decadentes de açúcar, na produção de cana, além da ampliação do desemprego.

violência no(a) campo-cidade, altos índices de prostituição infantil e déficit habitacional, além dos desafios ambientais relacionados à poluição e à falta de saneamento básico. Um fator de destaque que se coloca, apesar da concentração fundiária, são os diversos assentamentos rurais do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), esse fator se apresenta como possibilidade de construção de uma agricultura familiar que permita a autonomia alimentar, pois, de fato, essa área agrega múltiplos cultivos de hortaliças e fruticultura, como observado na figura 5.

Além disso, o patrimônio ambiental e cultural sinaliza um caminho para o turismo de base comunitária, que também pode gerar autonomia financeira aos sujeitos que vivem nesses locais. No entanto, esses elementos têm pouca ou nenhuma proeminência, no Planejamento Estratégico do Es tado, que permanece direcionando uma ideia de "desenvolvimento" e progresso, que se perpetua a partir da exploração e da expropriação. O Estado, portanto, segue na criação de infraestrutura local e do adensamento das redes técnicas que beneficiem a concentração de terras, a indústria, a especulação imobiliária e a exploração do turismo.

No entanto, alguns fatores têm proporcionado uma retração na Mata Sul, seja do ponto de vista do capital ou da autonomia dos sujeitos (sendo os últimos sempre mais atingidos), um deles são os desastres "naturais" ocorridos nas últimas décadas (com destaque para 2000 e 2010). Nesses períodos, municípios que exercem a referência de centralidade microrregional, a exemplo de Palmares, vêm sendo destruídos, parcialmente, por esses eventos, o que tem provocado retrações no contexto econômico e uma continua necessidade e reconstrução da infraestrutura, além de ampliar, de forma significativa, as áreas de fragilidade social, pelo aumento da vulnerabilidade à qual os sujeitos são expostos. Retomaremos essa discussão no capítulo seguinte.

Figura 5- Mapeamento dos desafios e das possibilidades na RD Mata Sul



Fonte: FIDEM (2006)

Embora elaborado no período contemporâneo, a figura 5 nos coloca diante de um contexto que se constitui, há séculos, e remonta um processo de construção histórica dos diversos tipos de desigualdades, que se constituíram na Zona da Mata pernambucana, a partir de sua formação territorial, que tem suas bases no Período Colonial, e assim como, no restante do Brasil, foi forjada sobre diversos conflitos, sendo a mais basilar deles, a questão da terra.

A Zona da Mata é, portanto, parte de uma construção longínqua da expropriação colonial iniciada com a destruição dos povos originários, bem como a devastação das florestas, para produção e exploração das terras no cultivo da cana-de-açúcar, juntamente com a manutenção de um sistema escravista, que para Dabat e Abreu e Lima (2012) perdurou até o século XIX.

Aspectos sociais vão sendo consolidados no processo de formação da Zona da Mata, por meio da demarcação dos engenhos de cana-de-açúcar e da divisão entre a "casa grande" e a "senzala" e a divisão do trabalho, pautado na exploração de mão de obra escravizada. A forma de organização social, junto aos elementos geofísicos da região, levaram à construção do que Ferreira Filho (2020) discute como sendo uma arquitetura espacial da *plantation*, onde se criou, conforme o autor, "um sofisticado espaço de liberdade contingente" (FERREIRA FILHO, 2020, p. 17). Para o autor, seria:

> [..] Um espaço no qual o direito de agir segundo o livre arbítrio de quem em seu interior vivia era limitado por uma geografia que congregava- ao mesmo tempo e de forma indissociável -elementos ecológicos (geomorfológicos, climáticos, edáficos, hidrográfico, biológico...); estruturas (rede viária, sistemas de transporte...) e também históricos/simbólicos/culturais (relações de classe, omissão do Estado, violência, coerção, medo, honra, esperança...) Por exemplo moldavam esse espaço tanto quanto montanhas, rios, canaviais, engenhos e estradas. Nele, milhares de indivíduos vivem e trabalham, toda sua vida, sob condições de miséria extrema, isolados do mundo exterior e sujeitos a violência patronal organizada. Essa parte do Brasil formada sobretudo por uma ampla rede de engenhos e usinas de cana-de-açúcar, permaneceu por cinco séculos controlada por milícias privadas fortemente armadas. Até o final do século XX, a maior parte dessa área era interligada por estradas de difícil acesso e desconhecidas por boa parte das autoridades públicas brasileiras. Esses engenhos constituíam um pedaço do território brasileiro situado 'fora da ordem jurídica normal'. (FERREIRA FILHO, 2020, p. 17-18)

Essa estrutura permeia diversos tempos históricos, sobre essas bases foram se adensando o reforço das hierarquias sociais e o controle sobre os corpos e o trabalho, esse processo sedimentado a partir da *plantation* reforça a necessidade de olhar para os diversos conflitos presentes na referida região, dentre os quais, as disputas pela terra se tornam eixo central. Dabat

e Abreu e Lima (2012) destacam que os conflitos pela terra, na Zona da Mata, perduram ao longo de décadas e se estendem às perseguições políticas aos trabalhadores.

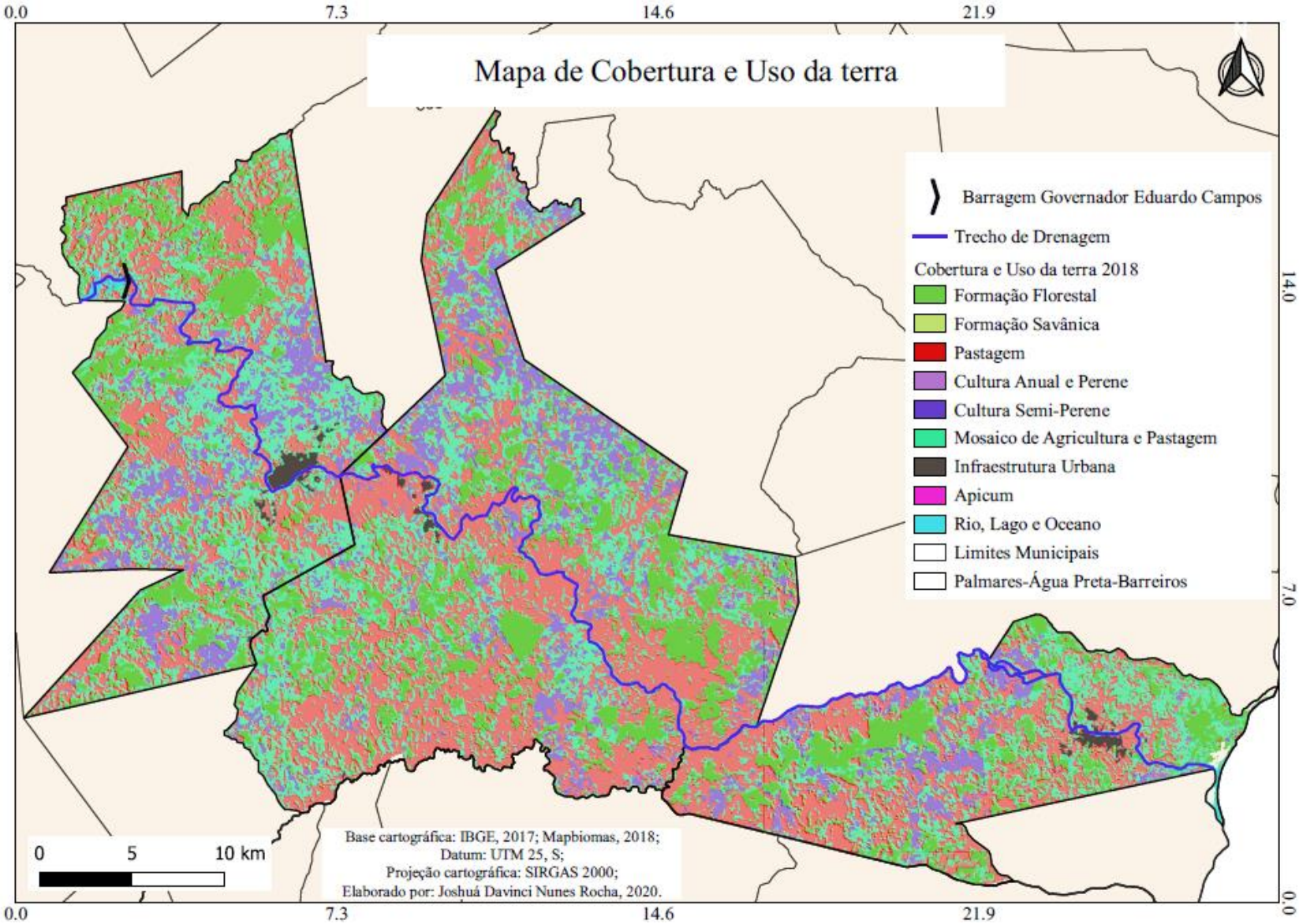
A exemplo disso, levantes no campo, similares aos realizados pelas Ligas Camponesas, foram fortemente reprimidos no período de Ditadura Civil-Militar brasileira, instituída em 1964. Nesse período, inúmeros trabalhadores foram assassinados por forças policiais aliadas aos donos de engenhos e usinas.[35] A partir do final da década de 1980 e início de 1990, em meio ao processo de redemocratização no Brasil, os conflitos pela terra permanecem na Zona da Mata, agora, segundo Dabat e Abreu e Lima (2012), sobre as reinvindicações do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) que chega a Pernambuco.

As diferentes lutas travadas pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores, na Zona da Mata, se reafirmam à medida que a concentração de terra e de renda se perpetua e se mantém, também por parte da estrutura social, baseada na exploração das terras e dos sujeitos. A ideia de "liberdade contingente", de Ferreira Filho (2020), se faz presente no período contemporâneo, em diversas esferas, e se estende pela concentração do poder político-partidário, os setores de comércio e consumo e nas formas de reprodução do capital direcionadas pelo Estado, como discutimos anteriormente.

Todos esses aspectos fazem parte do contexto da Zona da Mata Pernambucana como um todo. No entanto, passamos a discutir como esses processos reverberam em nosso campo de pesquisa, que se realiza empiricamente em três municípios da Mata Sul, quais sejam: Água Preta, Barreiros e Palmares. Esses, por suas vezes, exercem influência significativa na microrregião, em virtude de sua centralidade na produção de cana-de-açúcar antes do processo de decadência do setor sucroalcooleiro, apesar do declínio da indústria, a concentração de terras, a precarização do trabalho e as condições de vulnerabilidade se mantém com "novas" roupagens, a exemplo disso no mapa 3, que apresenta o uso e a ocupação da terra dos municípios estudados, é possível observar a maior parte das áreas destinadas à agricultura e à pastagem. Em sua maioria, pertencentes a grandes proprietários de terra.

[35] Não se tem um quantitativo exato dos trabalhadores do campo mortos e desaparecidos na Ditadura Civil-Militar, tratando-se de áreas "isoladas" e de pessoas pobres, muitos desses nomes nunca aparecem. No entanto, essas discussões estão presentes nos levantamentos e documentos produzidos pela Comissão Nacional da Verdade.

Mapa 3 - Uso e ocupação na Zona da Mata Sul



Fonte: Organização da autora 2020. Elaboração Joshuá Rocha (2021)

Ainda no mapa 3, podemos observar que a vegetação do bioma de Mata Atlântica apresenta-se como “manchas” e que as cidades são “pequenos” enclaves, frente às produções de monocultura[36] e áreas de pastagens, junto às redes de drenagem dos rios, com destaque para o Rio Una, compõem um mosaico entre tensões e conflitos mediados pela sociedade e pela natureza não humana, somando-se aos problemas sociais e ambientais

Tais aspectos não podem ser pensados de forma simplória, tendo em vista que os conflitos e as tensões, aqui, demarcados têm, como centro, o direito à terra, sendo entendida como sinônimo de vida e de possibilidade de existência. Para ampliarmos a discussão, é necessário partir da precarização do território e da ampliação das vulnerabilidades, que impactam nas formas de vida da população, pelo aumento das desigualdades, fazendo emergir problemas que, até meados do século passado, estavam presentes apenas nos grandes centros urbanos, como os destacados por Vitor e Buarque (2012):

> Outro aspecto socio-econômico-ambiental vivido pela mesorregião a partir da segunda metade do século XX é representado pelo avanço das relações trabalhistas formais, do sindicalismo rural, acompanhado pela saída/expulsão (nem sempre pacífica) dos trabalhadores do meio rural e a concentração dessa população mais pobre nas cidades e vilas com consequente “favelização” desses núcleos urbanos, que passam a enfrentar problemas que até então não conheciam, típicos das metrópoles, como aumento da violência, do tráfico de drogas e da prostituição inclusive infantil. Esses municípios enfrentam também um aumento da pressão dessa população por acesso a serviços básicos de educação, habitação (água/esgoto/energia elétrica) e ocupação produtiva. (VICTOR e BUARQUE, 2012, p.56)

Victor e Buarque (2012) destacam que, na região, a qualidade de vida da população é menor que a média do Estado, sendo agravada por problemas ambientais e urbanos, os quais, segundo o autor, estão relacionados com “o assoreamento e a poluição dos rios que tem levado a dramáticas tragédias como enchentes na região” (VICTOR E BUARQUE, 2012, p. 55).

Concordamos com os autores no tocante aos desafios ambientais presentes na área e que devem ser analisados, de acordo com sua complexidade. No entanto, no que concerne às enchentes, que serão discutidas no capítulo seguinte, além dos elementos destacados pelos autores, essas “dramáticas tragédias”, às quais se referem, estão relacionadas a um conjunto de elementos que perpassam pela precarização territorial e aos processos de desigualdade de

[36] É importante destacar que a base de dados ao se referir à “agricultura” não diferencia o que é monocultura de agricultura familiar. Portanto, mesmo não sendo predominante, esta tem grande importância na região, tanto no abastecimento das feiras locais quanto na alimentação das famílias agricultoras.

ocupação e acesso à terra e à água, fatores que, somados às questões de variabilidade climática e eventos extremos, têm provocado muitos desafios aos sujeitos atingidos.

Nesse sentido, o assoreamento e a poluição dos rios contribuem com o agravamento da situação, porém não podem ser percebidos como causas únicas, com o perigo de incorrer na superficialidade dos fenômenos. Por conseguinte, entendemos que para ampliar a análise, podemos estabelecer alguns caminhos possíveis, o primeiro é pensarmos a partir da articulação território-ambiente; o segundo se ancora na compreensão dos processos de territorialização das áreas atingidas; e o terceiro que se concentra no tópico seguinte e parte da análise dos campos de tensão na da Bacia Hidrográfica do Rio Una.

2.4 RIO UNA: UMA BACIA HIDROGRÁFICA EM TENSÃO

O Rio tem sido um elemento presente nas narrativas intelectuais nos diversos campos de análise, metafórico para a Filosofia e objeto de deleite e inspiração para a literatura, os rios estão presentes nas obras de autores(as) como: Conceição Evaristo, João Cabral de Melo Neto, Guimarães Rosa, José Lins do Rêgo, Mia Couto e tantos(as) outros(as). O rio "seco" ou "cheio" é protagonista de histórias contadas pelos(as) ancestrais a partir da oralidade e das músicas. Fonte de alimento e destino de poluição, os rios se apresentam, na sociedade atual, permeados por inúmeros conflitos e tensões, tanto pela sua manutenção e preservação, quanto pela sua destruição e tentativas de "adestramento" com processos de canalização carregados de concreto.

É nessa conflitualidade que o rio toma relevância em nossa discussão, primeiro metaforicamente como um entremeio das duas margens, "entre duo", à montante e à jusante, nascente e estuário. O rio que tomamos por base, para nossa análise, é um rio constituído por condicionantes geoambientais que compreende elementos na natureza não humana, nas palavras de Souza (2019), e que, ao longo da história, vem tendo suas margens ocupadas pelos mais diversos povos por todo o mundo.

Não à toa, muitas cidades nasceram no margear dos rios, esse entremeio que compreende uma simbiose de vários aspectos que intercalam seres vivos e não vivos. Para tal discussão, necessita-se sair da naturalização dos fenômenos que envolvem os corpos d'agua, em especial os rios e suas bacias hidrográficas, compreendê-los em um processo de construção mais ampla, é partir de uma demarcação espaço-temporal que nos permita analisar os conflitos e as tensões existentes nessa área.

Os rios e os corpos de água, no geral, ganham relevância ou não, em períodos históricos distintos, por vezes, em algumas áreas são valorizados como "amenidades", símbolos e objetos

turísticos. Outras vezes, são tomados como áreas marginalizadas e destinadas aos mais pobres, percebidos ainda como um depósito de esgoto que passa a ser concretado e canalizado. Para muitos sujeitos, que constituem comunidades tradicionais, ribeirinhas e povos originários, o rio funciona como um elemento que se incorpora às suas vivências, seja pelo papel simbólico e de ancestralidade que exercem, ou por prover o sustento de famílias inteiras, a partir da pesca, no uso para plantação, serviços domésticos, abastecimento de animais, casas e ainda como área de higienização pessoal e lazer.

É nesse contexto de ambivalência, que convergem para o rio uma gama de conflitos, resultante das disputas existentes entre a preservação, a destruição e o domínio. No contexto de desastres "naturais", a tensão chega ao seu ápice, pois esse evento evidencia, além das nuances da hidrografia e do relevo, os problemas sociais dos sujeitos que habitam as margens. Diante desse contexto, para compreensão dessas tensões, as quais retornaremos, posteriormente, é imperioso realizar breve análise sobre a Bacia do Rio Una.

Apesar de a bacia não ser, em sua completude, o nosso objeto central de estudo, sua análise, ainda que pontual, é de suma importância para essa discussão, uma vez que ela incorpora diversos municípios da Mata Sul, incluindo os que se apresentam como *lócus* da pesquisa. Um dos conflitos da Bacia do Una, que de identifica de forma latente, diz respeito à sua gestão e ao seu planejamento, com destaque para dois fatores que corroboram para tal: 1) a amplitude inter-regional da bacia 2) os limites municipais que fragmentam as ações realizadas na mesma.

Silva (2014), ao analisar a hidropolítica do Rio Una, destaca que, ao transpassar os limites administrativos municipais, diferentes desafios e conflitos se acrescem, pois ao longo do curso do rio diferentes gestores municipais tomam decisões para fins de planejamento (isso, quando o fazem), que se colocam dentro dos seus "limites administrativos", fragmentando assim as ações sobre a bacia. Essa falta de integração provoca diferentes conflitos difíceis de mapear, pela amplitude das variáveis que abrange.

Em perspectiva, a possibilidade para ampliar as análises sobre os conflitos parte de uma visão conjunta da bacia hidrográfica do Una[37]. Embora, neste momento, seja necessário pontuar aspectos relacionados à Zona da Mata Sul e, sobretudo, aos municípios que compõem o recorte de pesquisa como um ponto de intersecção entre a "Mata" e o "Rio". Nesse sentido, destacamos os principais elementos que permeiam as tensões sobre a bacia hidrográfica, com ênfase em nosso recorte de estudo.

[37] É importante destacar que autores como Silva (2014) vêm se debruçando sobre tal discussão, que também é pautada em outas áreas do conhecimento.

Como já sinalizado anteriormente, o rio é um marco significativo na história das diversas civilizações no mundo e da constituição das cidades. No período pré-colonial, os rios serviam de referência para os deslocamentos e para o estabelecimento dos diversos povos originários que habitavam as terras que, hoje, chamamos de Brasil. No estudo arqueológico realizado por Andrade e Cunha (2017), os autores identificam que a Mata Sul e as margens do Rio Una eram ocupadas desde o período Pré-Colonial e se apresentaram como um campo de conflito e de disputa entre os colonizadores e os povos da região. Apesar das transformações ocorridas ao longo dos séculos, com a "modernização" das formas de exploração, essas áreas vão apresentar diversas outras tensões, dentre elas, a poluição dos rios pela monocultura de cana-de-açúcar, que perpassa passado e presente, bem como os desastres "naturais" que compõem a história recente do Rio Una.

Tendo sua nascente na Serra da Boa Vista, cidade de Capoeiras, o rio Una é temporário até a altura da cidade de Altinho. Daí em diante, ele se torna perene, encontrando-se com diversos outros rios e afluentes e percorrendo cerca de 255 km, sendo, portanto, um dos mais importantes corpos de água do Estado de Pernambuco, compreendendo cerca de 42 municípios, dos quais 19 possuem suas sedes imersas na área da bacia (CONDEPE/FIDEM, 2006).

Em 17 de dezembro de 2002, na tentativa de análise, gestão e planejamento da bacia, foi criado o CBH (Comitê de Bacia Hidrográfica), tendo cerca de quarenta e dois componentes representando os municípios que se situam dentro da área de abrangência da bacia, além do Rio Uma. A CBH é responsável pelos GL 4 e GL 5[38], que compõem os grupos de pequenos rios litorâneos nas proximidades da foz do Una, na figura 6, é possível observar a configuração da bacia, a sua dimensão e as redes de drenagem que a compõem.

O caráter e o alcance da Bacia Hidrográfica do Rio Una fomentaram, além do CBH, a construção do Planejamento Hidroambiental (PHA), já realizados para a Bacia do Rio Capibaribe e do Rio Ipojuca. O PHA da bacia do Una iniciou suas discussões em 2013, com possibilidade de implementação até 2016, mas, até o presente momento, apresenta somente o Termo de Referência (TR) que encaminha o processo de elaboração do PHA. A construção do Planejamento Hidroambiental pode ser uma ferramenta importante na gestão democrática e participava da Bacia que apresenta diversos desafios e conflitos ambientais que perpassam pelas disputas das diversas formas de reprodução social, a exemplo do uso do solo, da água e dos impactos ambientais causados na bacia hidrográfica do Rio Una.

[38] A sigla GL corresponde ao conjunto de rios litorâneos.

Figura 6 - Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio Una

Fonte: Comitê de Bacia Hidrográfica – APAC (2010)

Na perspectiva da expansão do conhecimento sobre as bacias, o Condepe/Fidem produziu, em 2006, uma série sobre as Bacias Hidrográficas do Estado de Pernambuco, apresentando um panorama geral dos múltiplos aspectos das bacias, dentre elas, a Bacia do Una, que compreende elementos físicos-naturais e sociais, com destaque para os principais conflitos ambientais que a transpassam. Destacamos, no Quadro 1, aqueles que compõem os municípios *lócus* de nossa análise, provocaram a ampliação dos efeitos dos desastres "naturais" ocorridos nas últimas décadas.

Quadro 1 - Principais pontos de Conflitos Ambientais na Bacia do Rio Una e GL 4 e GL 5

Uso e Ocupação do Solo	**Uso da Água**	**Impactos ambientais**
Ocupação Urbana	Consumo humano e abastecimento público.	Construção de edificações próximas aos cursos d'água e nas áreas de proteção dos barramentos (nas margens a montante).
Ocupação Industrial	Consumo animal	Aterramento em áreas da foz do Rio Uma.
Áreas exploradas com a cultura da cana-de-açúcar	Uso industrial.	Efluentes de curtumes e agroindústrias lançados nos rios
Barramentos	Produção de energia elétrica.	Lançamento de esgoto público nos mananciais.
Manguezal	Recepção de efluentes domésticos, industriais e agroindustriais.	Descarga de efluentes da lavagem de veículos (lava-jato) nos cursos d'água.
Policultura e Pecuária	Turismo, recreação e lazer.	Criatório de suínos, bovinos e aves nas áreas ribeirinhas, com os seus dejetos lançados nos rios.
Áreas de Vegetação Arbórea Fechada	Irrigação.	Presença de lixões nas proximidades de cursos d'água.
	Limpeza.	Lavagem de pulverizadores polvilhadeiras e embalagens de defensivos agrícolas nas águas dos rios.
	Pesca.	Desmatamento das áreas de nascentes e das matas ciliares.
		Descarga de efluentes domésticos.
		Lançamento de lixo doméstico, pela população, diretamente na calha dos rios e riachos.
		Uso de agrotóxicos nos plantios de cana-de-açúcar, e outras culturas localizados às margens dos rios e no entorno dos barramentos.
		Captação desordenada de água dos rios.

		Lançamento de efluentes oriundos de matadouros públicos e matadouros clandestinos localizados às margens dos rios em vários municípios.
		Retirada de areia e pedras do leito de vários rios da bacia.
		Plantio de cana-de-açúcar e outras culturas às margens dos rios.
		Poluição atmosférica produzida pela emissão de fuligem decorrente da queima do bagaço de cana nas caldeiras das usinas de açúcar.

Fonte: Organizado pela autora, a partir de CONDEPE/FIDEM 2006.

Os conflitos ambientais ou socioambientais, destacados no quadro acima, possibilitam pensar a partir do encontro entre os conceitos de território e ambiente, à medida que o primeiro se relaciona diretamente com o campo de disputa, que permeia as relações de poder. Dentre os eixos que nos permitem analisar o território, a título de exemplo, observa-se a ocupação das margens, ora feita pelos menos favorecidos, para construção residencial; ora realizada por latifundiários produtores de cana-de-açúcar, ambos contribuem para a degradação das áreas do rio, mas em escalas e aspectos diferentes. O primeiro na busca de um território (abrigo), e o segundo, como um recurso[39] a ser explorado.

No tocante ao conceito do ambiente, é possível identificar, de forma continua, como vetor da constituição desses conflitos. Para Porto-Gonçalves (2017, p. 77), "é o momento em que as contradições se mostram em estado prático e, como tal, são momentos privilegiados para ampliarmos o conhecimento sobre o mundo sobre cada situação". Muito embora os conflitos apareçam de forma "silenciosa" ou até "sutil", isso não significa que eles não existam, mas sim que carecem de um esforço na sua compreensão e continuidade do debate.

A partir das informações contidas no Quadro 1, denotamos três aspectos que nos ajudam na reflexão dos conflitos em torno da bacia hidrográfica e do rio na Mata Sul, quais sejam: 1) Uso da água para supressão das necessidades básicas da existência dos sujeitos relacionados ao consumo e ao trabalho, a exemplo de irrigação para agricultura familiar, pesca ou o lazer cotidiano; 2) Utilização da água para irrigação da monocultura, da agropecuária e da produção industrial, sobretudo, no campo da produção da cana-de-açúcar; 3) As normas de uso do Estado, de forma ambivalente, ora permitindo a exploração e a degradação dos rios, pelos licenciamentos que admitem e pela ausência de um plano de fiscalização; ora normatizando a regulação de ocupação das margens e de "preservação" da mata ciliar.

[39] A ideia de "território como recurso" e "território como abrigo" é discutida em Santos (2000).

Os itens destacados geram conflitos de dois aspectos: o primeiro, colocado entre o uso cotidiano da manutenção da vida e da preservação do rio, e o segundo diz respeito à degradação de mesmo, por meio da exploração do capital, com a extração de areia para construção civil e a irrigação, para o agronegócio de monoculturas, além do uso de agrotóxicos e do despejo dos dejetos industriais no rio. O Estado, portanto, ao passo que produz normativas de preservação ambiental e compõe comitês que regulam as bacias, também é responsável pela degradação do rio, seja pela liberação de sua exploração (pela indústria e pelo agronegócio das monoculturas, por exemplo) ou pela negligência de ações e políticas de gerenciamento e proteção aos rios e bacias hidrográficas, com falta de fiscalização da degradação do rio, de sua poluição e de destruição de mata ciliar, entre outras.

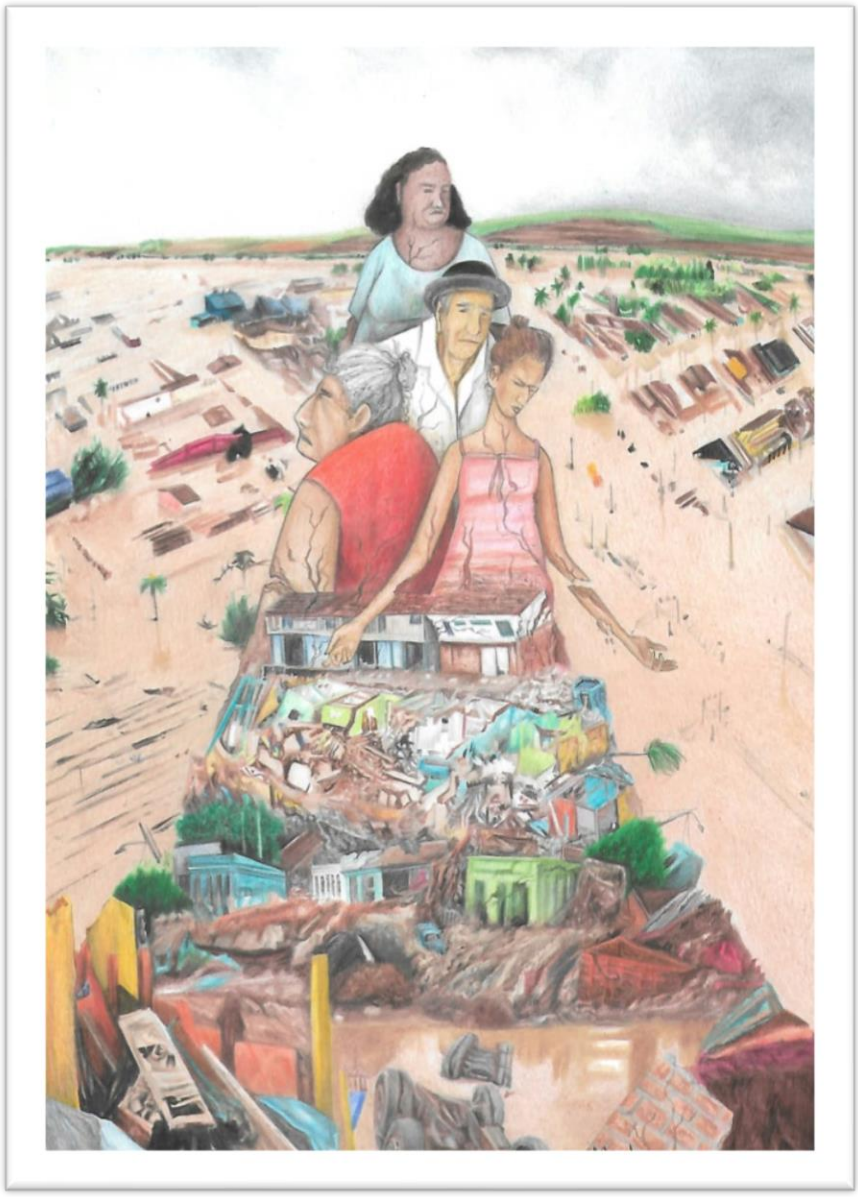
Quando falamos desse "conflito" entre o contexto social e a natureza não humana, um dos aspectos evidenciados é o processo de construção residencial – e no caso das áreas de estudo comercial – nas margens dos rios, criando uma população, além de susceptível, vulnerável a eventos de desastres "naturais", por exemplo. Essa discussão, caso seja feita de maneira superficial, pode gerar inúmeros prejuízos à análise, pois se perde em discursos vazios, como o da "falta de fiscalização" e de "moradias irregulares", entre tantos outros, que minimizam a complexa discussão em torno das moradias no Brasil, onde não cabe a ideia de uma "opção" de construir ou de habitar determinadas áreas. Nem tampouco, abrange uma relação de causa e efeito, que pode ser resolvida com meras fiscalizações ou notificações de "áreas de risco".

O conflito da moradia no Brasil perpassa por uma dimensão ontológica de desigualdade social, por uma concentração fundiária, que reverbera há mais de quinhentos anos e que atravessa nossa formação socioespacial.[40] Portanto, para entender os conflitos, é preciso sair da lógica simplificada dos manuais de atuação e planejamento que ainda têm como centralidade a relação causa-efeito, fazendo assim com que haja uma gestação de tensões que explodem em contextos de desastres "naturais", que embora sejam ampliados por elementos naturais (chuvas intensas, extremos climáticos, entre outros) apresentam sua constituição em aspectos mais profundos, envoltos desde a construção relacional de "sociedade" e "natureza" não humana, até os aspectos que remontam à desigualdade e ao direito à vida e ao território. Sendo assim, a partir do entendimento dos conceitos e de seus usos, para compreensão da realidade cotidiana dos sujeitos e para entender a "Mata" e o "Rio" como eixos, podemos analisar os desastres "naturais", os seus desdobramentos sobre o território e os desafios que enfrentam a seguir.

[40] Sobre esses aspectos ver Moreira (2014).

3 DO RIO À LAMA: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES NOS DESASTRES "NATURAIS" NA ZONA DA MATA SUL

Figura 7- Des-territorialização e desastres "naturais" na Mata Sul – PE



Fonte: Elaboração do Artista – Alex Mendes, (2021)

As discussões relacionadas ao Rio Una, seus conflitos e suas tensões, acabam por explodir em meio aos desastres "naturais" ocorridos na Mata Sul. No entanto, tal eclosão resulta de uma série de elementos e dinâmicas constituídas, que envolvem as dimensões de suscetibilidade como um aspecto relacionado aos condicionantes geoambientais, ou natureza não humana, imbuídos da construção das vulnerabilidades, que englobam as áreas estudadas e

permeiam dimensões de desigualdade social e diferentes níveis de acesso à proteção da vida, como saúde, educação, trabalho e acesso à terra, entre outros.

Nesse entremeio, entre à suscetibilidade e os desastres "naturais", coexistem relações complexas, onde se colocam os perigos, os riscos e as vulnerabilidades. Todos esses conceitos constituem uma teia de relações teóricas e empíricas, sobre as quais passamos a discutir.

3.1 ENTRE RISCOS, VULNERABILIDADES E DESASTRES "NATURAIS": DIMENSÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS

As discussões sobre risco, vulnerabilidades e desastres "naturais" não são recentes, mas em, alguns períodos da história, ganham maior ou menor relevância e visibilidade nas diferentes áreas do conhecimento, apresentando-se sob perspectivas teóricas e metodológicas diversas. A partir de nossa análise, compreendemos que esses conceitos não se colocam no campo teórico-metodológico, nem empírico de maneira linear, mas sim de forma interrelacional e que se retroalimentam. Porém, podemos observar que estes partem de três campos de análise, a saber: 1) empírico, fazendo parte do cotidiano dos sujeitos; 2) técnico e científico e 3) jurídico e administrativo.

Realizamos essa divisão para fins de discussão, baseada nos seguintes aspectos: 1) Empírico: Cotidiano dos sujeitos, pode ser pensado a partir de dois pontos: a ação e a percepção, sobre os riscos, vulnerabilidades e desastres "naturais"; 2) Técnico e Científico: Envolve o campo das Ciências Humanas e Sociais e as Ciências da Natureza e Exatas, abrangendo as análises que vão da pedologia, da geologia, da geomorfologia e da engenharia até os impactos sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais, que envolvem os três conceitos. Abrangendo a elaboração de materiais técnicos, como manuais, relatórios, publicações acadêmicas até análises e resultados de pesquisas de cunho teórico, empírico e aplicações metodológicas; 3) Jurídico e Administrativo: Diz respeito às legislações que regem as atuações do Estado, os componentes jurídicos e normativos que constroem os discursos de "áreas de risco", perpassando pela declaração de "Situação de Emergência" e de "Estado de Calamidade Pública" até as assistências a sujeitos vulneráveis que sofrem com eventos de desastres "naturais". Partindo desses aspectos, teceremos algumas considerações sobre as principais discussões a respeito de risco, seguidas por análises sobre vulnerabilidade e desastres "naturais", respectivamente.

A ideia de risco nos remete, inicialmente, à própria condição da vida humana, pelo "risco de morte", essa indicação pressupõe uma possibilidade ou uma probabilidade de

ocorrência. Essa questão filosófica, para a humanidade, ganha outras conotações a partir da constituição da Ciência Moderna, o "controle dos riscos" ganha mais força com a construção do discurso de "dominação da natureza", quando se fundam ideias de certeza e de segurança. Na análise de Veyret (2019), o discurso de risco se sedimenta, sobretudo, nos países "ricos", pois eles acabaram com o passar do tempo, a "demandar mais segurança" e "recusar as incertezas", uma vez que:

> Os progressos científicos dos séculos passados produziram a crença na possibilidade de se atingir a segurança total, com o desaparecimento da incerteza e do risco. Graças às ciências e às técnicas em grande evolução no século XVIII, admite-se que as catástrofes de origem natural, tais como ligadas ao terremoto de Lisboa, em 1755, poderiam ser evitadas. A geologia, a matemática, a física em plena evolução no século XIX, notadamente, deviam permitir a previsão e prevenção dos acontecimentos dramáticos que a natureza inflige ao ser humano: o conhecimento devia necessariamente desembocar no domínio dos fenômenos perigosos. (VEYRET, 2019, p. 15)

As transformações espaciais e sociais efetuadas pelas técnicas e ampliada pela ciência Santos (2012), junto ao "avanço" tecnológico, provocam mudanças na sociedade, que se dão a partir constituição do mundo-moderno-colonial e são elencadas por Quijano (2005), Mignolo (2008) e, na Geografia brasileira, por Porto-Gonçalves (2002). Somando-se a esse processo, o crescimento da industrialização (na Europa), da exploração do trabalho e das terras (especialmente nas colônias) e, nos séculos seguintes, com as transformações que levaram às guerras pelo mundo e caminharam para uma escalada na ampliação dos riscos, sob diversos âmbitos, passando a constituir a "sociedade de risco".

A construção dessa "sociedade de risco", proposta por Ulrich Beck (2011), destaca *a priori* a necessidade de extrapolarmos a ideia de as Ciências da Natureza serem as únicas "autorizadas" a falar sobre riscos, pensando apenas em sua calculável e na maioria das vezes, em relações causa e efeito, à medida que se pensa no risco apenas como dimensão calculável. No entanto, as Ciências Humanas e Sociais também devem se apropriar do debate, na perspectiva de entender as dimensões sociais do risco, uma vez que, para Beck (2011, p. 34), "Constatações de risco são uma ainda desconhecida e subdesenvolvida simbiose de ciências humanas e naturais. [...] Ao mesmo tempo, não são nem apenas uma e nem apenas a outra coisa. São ambas e sob uma nova forma.".

Pensar a partir desse pressuposto, é estimular outras maneiras de raciocínio que fujam das divisões engessadas das ciências, assim como nos indica Leff (2002), com a discussão de ambiente e saber ambiental. Além da provocação de Beck (2011), uma das suas principais contribuições se dá em nos atentar à ampla reflexão sobre a criação dos riscos a partir da

"modernização", que se intensifica no processo de industrialização, aumentando os níveis de poluição, agressão e destruição dos bens comuns como solo e água. Isso, sem falar nos chamados "riscos tecnológicos", a exemplo dos "acidentes nucleares".

Beck (2011) discute como a ciência e a técnica são responsáveis pela criação dos chamados riscos tecnológicos, que podem gerar perigos à humanidade, a exemplo da bomba atômica. Embora as técnicas e a tecnologia tenham o caráter ambivalente, elas apresentam contribuições significativas na melhoria das condições de vida, apesar de abrirem precedentes para ampliação de riscos/perigos, por meio de seus usos nas disputas de poder e na ampliação do capitalismo, com a geração de possibilidades de explosões nucleares e da fabricação de fertilizantes e componentes químicos capazes de gerar eventos de destruição eminente dos seres humanos, dos não-humanos e dos bens comuns presentes no planeta.

Levando em consideração esses aspectos, os riscos devem ser pensados por suas nuances socais, das quais Beck (2011) destaca dois pontos centrais, o primeiro é "a gestão da escassez", e o segundo diz respeito às "condições de miséria", tais pontos acabam por reverberar nas sociedades, onde os riscos se apresentam de forma mais latente em umas do que em outras. Corroboramos com essa perspectiva, uma vez que os pontos levantados são cruciais para a ampliação dos debates sobre o risco, pois evidenciam a dimensão da construção das desigualdades socioculturais-políticas e, no caso desta pesquisa, também ambientais, as quais não podem ser calculadas, nem quantificadas com fórmulas matemáticas, pois envolvem uma gama complexa de relações transpassadas pelas assimetrias de poder.

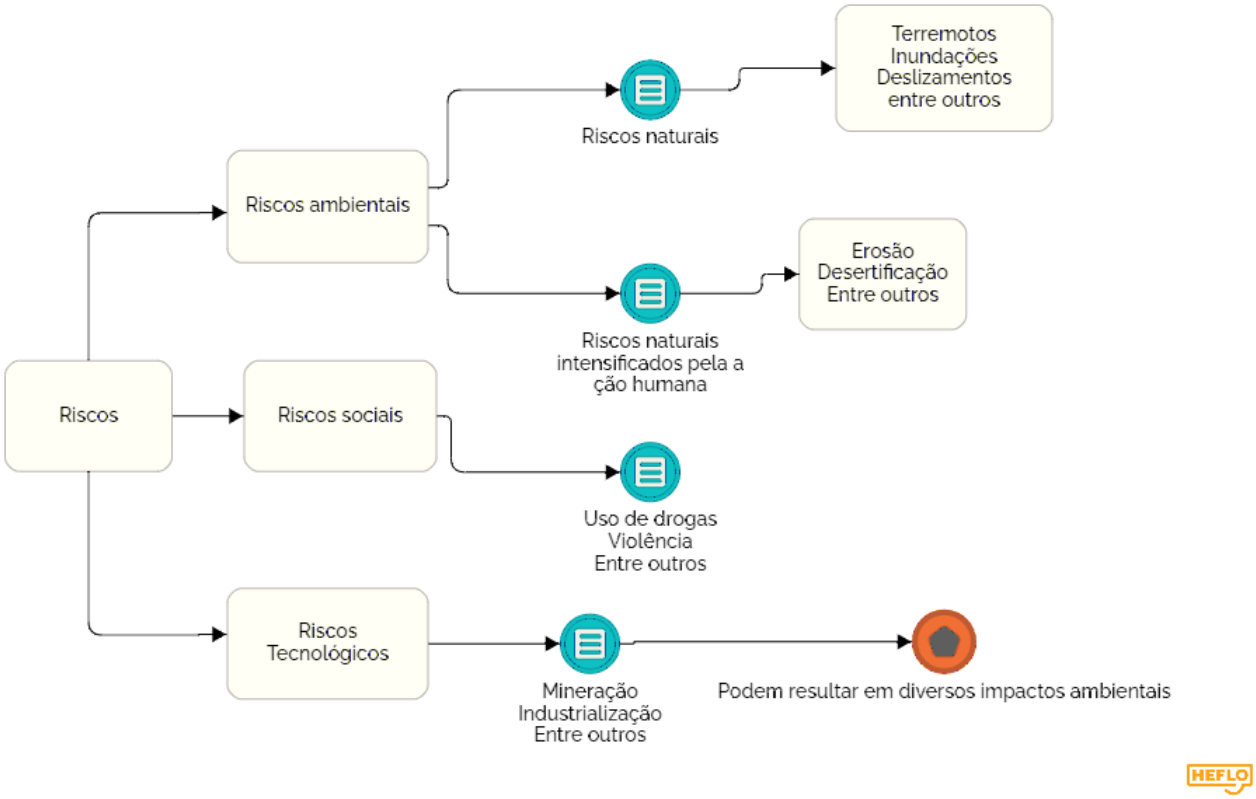
As transformações da modernidade discutida por Beck (2011) e Giddens (1991) se apresentam nessa construção da "sociedade de risco" e são ampliadas pelo capitalismo, que faz da referida ideia uma forma de negócio. Dando ao risco uma dimensão mercadológica, sendo calculado, inclusive, pelas seguradoras, pelo discurso de probabilidade de "morte ou destruição". Veyret (2019) amplia a discussão do risco, baseando-se em Beck (2011), para problematizar a criação desses negócios gerenciados pelas seguradoras, pensando na possibilidade de ocorrência de eventos ou não.

Nesse sentido, para a autora, uma vez que não há uma possibilidade de garantia de "risco zero", a probabilidade ou não de ocorrência de desastres/catástrofes pode gerar a lucratividade de seguradoras. Isso já se apresenta de maneira muito comum nos países do chamado "Norte global", sobretudo, nos Estados Unidos. No "Sul global", a exemplo dos países que compõem a América Latina, esse mercado ainda não se estabeleceu com tanta voracidade, muito embora inicie um caminho nesse sentido. Todas essas discussões nos levam à complexidade de pensar o risco, que na perspectiva de Veyret (2019, p.11) se apresenta como um "objeto social, define-

se, como a percepção do perigo, da catástrofe possível", sendo assim, "o risco é a tradução de uma ameaça, de um perigo para aquele que está sujeito a ele e o percebe". Consideramos, portanto, que o risco envolve uma dimensão de percepção dos sujeitos de possibilidades ou de probabilidades de ocorrência de uma "ameaça" que pode ser (se falarmos de forma estrita) "natural", "social" ou ambas.

No ímpeto de constituir uma discussão mais ampla sobre os riscos, é imperioso compreender os riscos e suas tipologias, esquematizados na figura 8, com base nas ideias de Veyret (2019), que os caracteriza como sendo, em linhas gerais: sociais, ambientais e tecnológicos. Estes, por suas vezes, se ramificam, adquirindo especificidades que nos auxiliam no debate sobre as construções dos riscos na Zona da Mata Sul.

Figura 8 - Esquema de Tipos de Riscos



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Veyret (2019)

A tipificação elaborada por Veyret (2019), apresentada na figura 8, proporciona o olhar sobre os riscos e as minúcias de sua complexidade, tendo como foco, a divisão entre os riscos ambientais em "naturais" e "naturais intensificados pelas ações humanas". Orienta-nos a compreensão de que, embora ambos tenham impactos relacionados ao ambiente, eles apresentam naturezas diferentes. Com relação aos riscos naturais, destaca-se a relevância dos

elementos naturais que correspondem à "natureza não humana", porém, sem cair nas armadilhas de que apesar de haver, como pano de fundo, um elemento natural como estopim dos riscos, as condições sociais e de natureza humana contribuem para sua ampliação.

Embora essa divisão nos permita uma visualização dos diversos aspectos que envolvem os riscos, não devemos entendê-los de forma isolada ou fragmentada, mas, sim, coexistentes. Comumente, pode-se encontrar não somente um tipo de risco, mas a combinação entre eles, o que nos leva a complexificar as análises, partindo do entendimento do risco como um "objeto social", que leve em consideração o seu caráter de construção, a partir das dimensões espaço-temporais, pois, como aponta Veyret (2019, p.26): "O risco e a percepção que se tem dele não podem ser enfocados sem que se considere o contexto histórico que os produziu e, especialmente as relações com o espaço geográfico, os modos de ocupação de território e as relações sociais características da época". A dimensão do espaço geográfico é imprescindível para compreensão dos riscos, uma vez que estes se colocam sob o espaço e, ao mesmo tempo, se designam a partir dele, podendo ainda serem transformados e reconfigurados pelas relações espaciais.

Esses elementos constituem o fator de variância do risco que se liga, de forma direta, com o perigo e/ou ameaça colocada em uma dada situação, os riscos, portanto, podem ser diferentes, a depender da escala, da localização geográfica, das articulações e conexões das redes e da intensidade da precarização do território. Para compreensão desses fatores de variância, é necessário retomar a dimensão da formação espacial das áreas consideradas de risco, assim como realizamos no capítulo anterior, analisando os processos históricos de ocupação do território, que se processam de forma desigual, baseada na concentração de terras e renda, estes elementos, somados às suscetibilidades, compõem a produções dos riscos.

No Brasil, apesar de haver uma vasta produção acadêmica sobre os riscos, em especial nas áreas técnicas, os levantamentos dos órgãos institucionais ainda apresentavam algumas lacunas nessa discussão. Entretanto, em 2018, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lança uma publicação em parceria com o Centro de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (COMEDEN), elencando a população que vive em "área de risco" no país, no censo de 2010.

Tal produção, apesar das críticas, significa um passo importante no mapeamento e nas discussões quantitativas e qualitativas a respeitos dos riscos, com potencial de indicar realidades empíricas que ampliem o debate sobre a diversidade das "áreas de riscos" e os elementos que levam a sua constituição. Diante desse aspecto, realizamos um recorte, a partir de nossa área de estudo, para entender a concentração das áreas de risco e os quantitativos populacionais que se

apresentam em vulnerabilidade. A figura 9 ilustra, a partir da tabela com dados do IBGE (2018), os estados monitorados e as populações que vivem em "área de risco" no Nordeste do Brasil.

Figura 9 - Tabela de Número de População em Área de Risco na Região Nordeste

Tabela 3 – População em Área de Risco por Unidade da Federação em 2010 - Região Nordeste

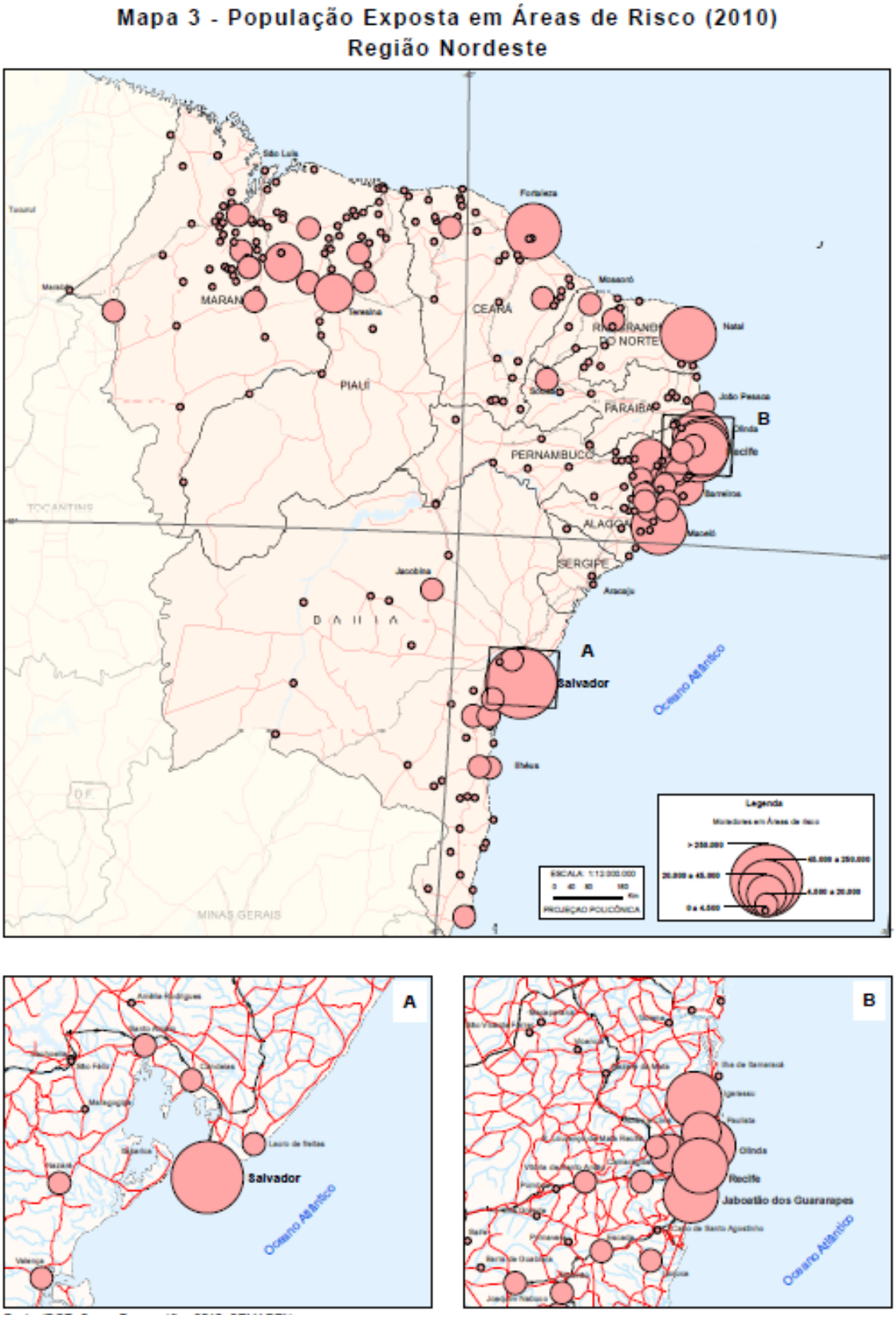
Grandes Regiões, Unidades da Federação	População Total	População Total dos Municípios Monitorados	População em Risco nos Municípios Monitorados
Nordeste	**53 081 950**	**25 961 835**	**2 952 628**
Maranhão	6 574 789	3 484 166	165 291
Piauí	3 118 360	1 399 526	66 211
Ceará	8 452 381	4 887 101	185 749
Rio Grande do Norte	3 168 027	1 458 097	141 105
Paraíba	3 766 528	1 625 353	36 395
Pernambuco	8 796 448	5 874 875	829 058
Alagoas	3 120 494	1 475 853	146 637
Sergipe	2 068 017	618 372	6 394
Bahia	14 016 906	5 138 492	1 375 788
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010; CEMADEN			

Fonte: IBGE (2018)

Segundo os dados da figura 9[41], são quase três milhões de pessoas residentes em áreas de risco monitoradas na Região Nordeste. Dessas pessoas, mais de 800 mil residem no Estado de Pernambuco e a concentração dessa população, segundo o mapa da figura 10, se dá na Região Metropolitana do Recife e da Mata Pernambucana, áreas onde existe alto índice pluviométrico e concentração de rios e afluentes que têm contribuído para ampliação dos riscos/perigos relacionados a inundações e movimentos de massa e, consequentemente, provocado desastres "naturais" como os que analisamos nesta pesquisa.

[41] Esses números, atualmente, no ano de 2021, podem apresentar aumento ou diminuição, com a atualização dos relatórios do IBGE, a partir do novo censo demográfico, que deveria ser publicado neste ano. Por razões de corte de verbas no orçamento do IBGE, por parte do Governo Federal, o censo vem sendo adiado, o que provoca uma lacuna significativa nos dados da constituição das "áreas de risco", bem como um déficit de informações que permitam possíveis ações de planejamento e gestão de riscos.

Figura 10- Mapa de População Exposta em área de Risco na Região Nordeste[42]



Fonte: IBGE (2018).

[42] Idem.

Aproximando a escala geográfica das cidades atingidas na Mata Sul, é possível observar a materialização das "áreas consideradas de risco", relacionando os fatores sócio-políticos e culturais que remontam as formas de ocupação das habitações no Brasil, bem como os elementos "físico naturais". Segundo Girão *et at.* (2013, p. 139), "os riscos estão frequentemente associados a diferentes agentes e processos", que podem ter diversas origens, desde atmosféricas até hidrometeorológica, a exemplo de fortes chuvas, enchentes, inundações e deslizamentos (GIRAO *et al*,. 2013; VEYRET, 2019).

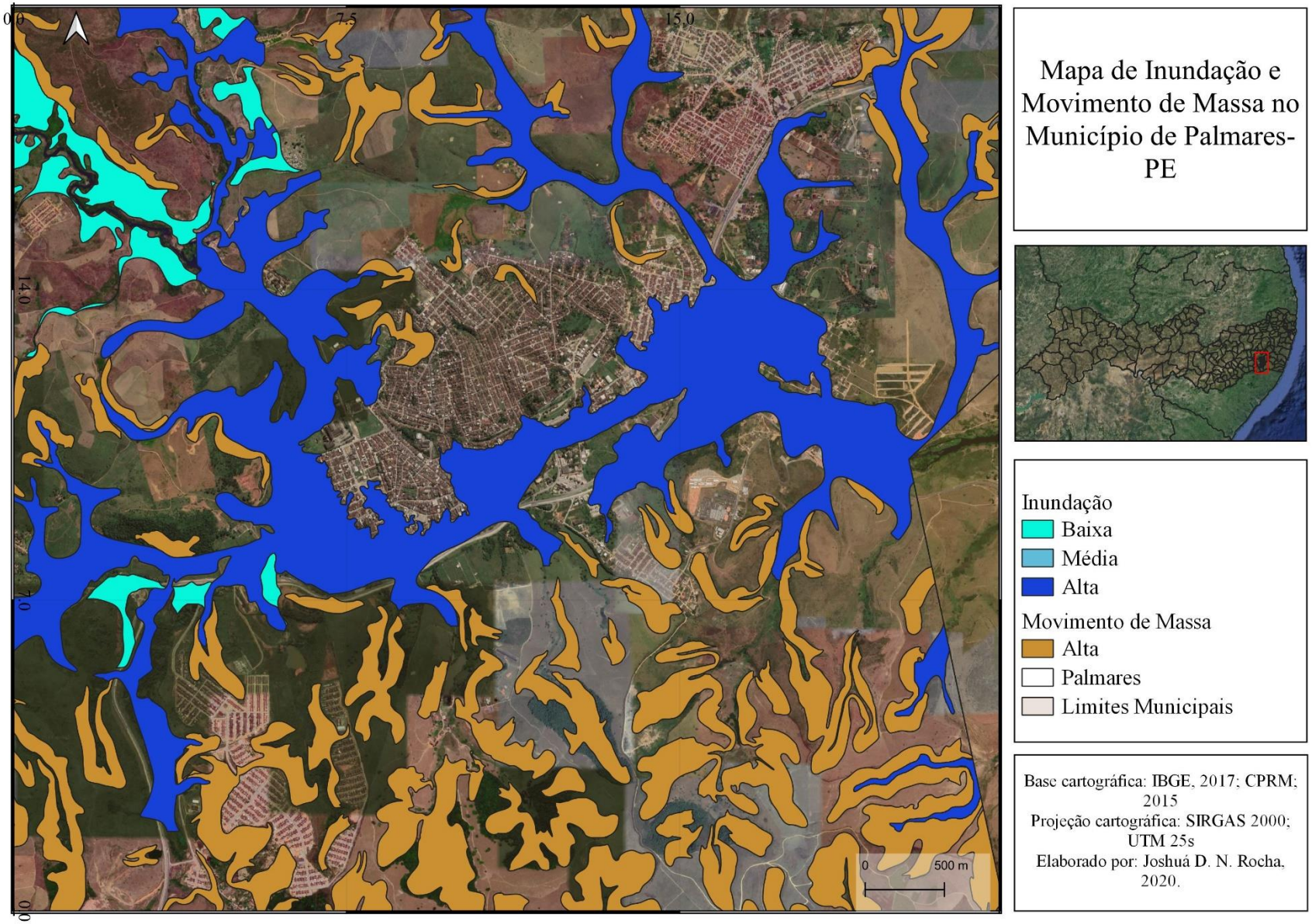
No tocante à área estudada, destacamos a presença dos riscos hidrometerológicos, ligados às enchentes/inundações e aos deslizamentos recorrentes nos municípios de Palmares, Água Preta e Barreiros[43]. Os Mapas 4 e 5, elaborados a partir dos dados disponíveis na CPRM, para compor as "áreas risco" que apresentam as possibilidades de inundações e movimentos de massa, bem como os níveis que podem atingir de grau "alto, médio, baixo". Nos mapas em destaque, a cor azul[44] nos indica as proporções de áreas urbanas e rurais (institucionalmente) que apresentam suscetibilidade a enchentes/inundações e na cor marrom[45], demarcações onde há possibilidade de movimento de massa.

Esses municípios se apresentam em uma encruzilhada, que impõem desafios ao planejamento e à "gestão de riscos", em virtude das suscetibilidades, aos condicionantes geoambientais hidrológicos, geomorfológicos e climáticos. A constituição das "áreas de risco", portanto, compõem dois elementos importantes para pensarmos a suscetibilidade e a vulnerabilidade. Ambas têm sido utilizadas, quando se fala em riscos, uma vez que há uma indissociabilidade dessas discussões. No entanto, antes de avançar no debate sobre a vulnerabilidade e suas nuances, carece elucidar que esta não é sinônimo de suscetibilidade.

A suscetibilidade se apresenta como uma condição de "probabilidade de ocorrência de algum evento", como aponta Carvalho (2011, p. 18). Segundo o autor, ela está relacionada aos componentes geofísicos. Dessa maneira, levando em consideração os aspectos geológicos e geomorfológicos, algumas áreas podem ser mais suscetíveis a enchente/inundações ou a movimentos de massa que outras, em virtude do relevo, por exemplo.

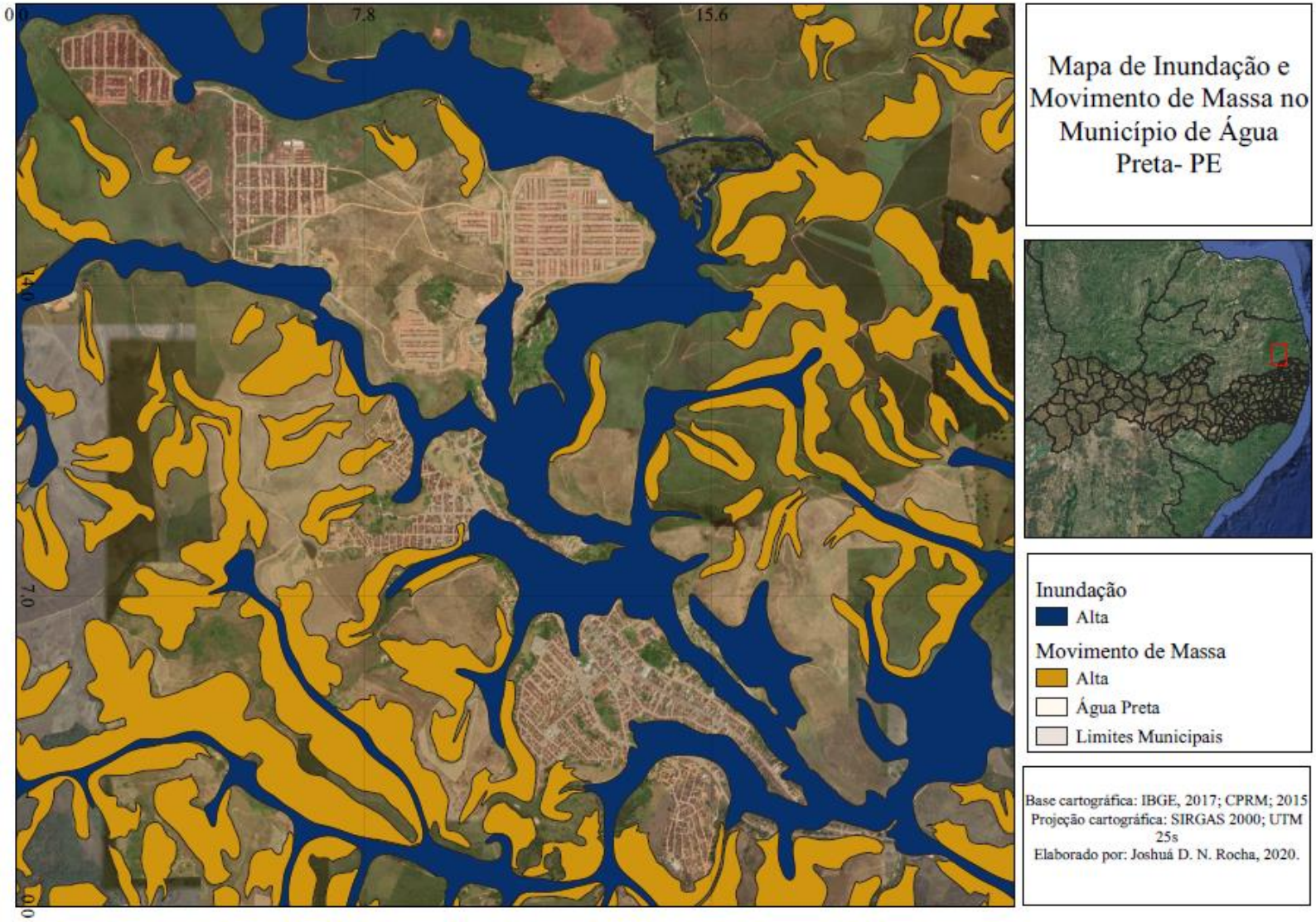
[43] A cidade de Barreiros não apresenta o mapeamento, por não haver disponibilidade de dados para esta localidade no Shape da CPRM.
[44] Área de tons mais escuros, para aqueles(as) que apresentam daltonismo, os(as) quais não distinguem tonalidades, mas, sim, gradações.
[45] Área de tons mais claros, para aqueles(as) que apresentam daltonismo, os(as) quais não distinguem tonalidades, mas, sim, gradações.

Mapa 4 - Área de Risco no Município de Palmares - PE



Fonte: Organização da autora 2020. Elaboração Joshuá Rocha (2021)

Mapa 5- Área de risco na cidade de Água Preta - PE



Fonte: Organização da autora 2020. Elaboração Joshuá Rocha (2021)

Ao desenvolver o debate sobre vulnerabilidade, é preciso compreender que não somente os fatores geofísicos se apresentam de maneira significa, mas a esses se somam outros como condições de moradia, renda, acesso à terra e a serviços básicos de saúde, educação e cultura, lazer, entre outros.

O termo vulnerabilidade tem sido muito usado sob várias óticas e diferentes aspectos, tanto no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, quanto naqueles relacionados às Ciências da Natureza. No entanto, parece haver uma ideia um tanto quanto genérica e um uso indiscriminado e, por vezes, de forma esvaziada. Essa recorrência de uso permite, muitas vezes, que haja uma confusão conceitual.

A exemplo disso, pode-se destacar a pobreza que, muitas vezes, é vista como sinônimo de vulnerabilidade, o que na visão de autores, como Saito (2011), Marandola Jr (2008) e Ribeiro (S/D), é um equívoco. Embora haja uma correlação direta entre elas, pobreza e vulnerabilidade se produzem a partir de condições diferentes e englobam aspectos de cunho social diversos, sob os quais transpassam as desigualdades dos sistemas econômicos e as assimetrias de poder. No entanto, seguimos observando que os sujeitos mais pobres ainda apresentam condições de maior vulnerabilidade, sobretudo, no tocante aos chamados países de "sul global".

Nas definições de verbetes e dicionários, a palavra vulnerabilidade indica um estado, "estar vulnerável", "estar em vulnerabilidade", uma dimensão de fragilidade, "possível de ser destruído". Essa dimensão permite pensarmos a vulnerabilidade, não necessariamente como um conceito, mas como uma condição, que pode se relacionar aos sujeitos, à sociedade e, até mesmo, à infraestrutura. Veyret (2019) indica a vulnerabilidade como uma "determinação dos danos máximos em função dos diversos usos do solo", podendo ser estabelecidos diferentes níveis de vulnerabilidade, relacionando-os aos tipos de uso. Portanto, ela "não pode ser definida com simples índices científicos ou técnicos", pois envolve aspectos "físicos, ambientais, técnicos, psicológicos, econômicos, sociais e políticos" (VEYRET 2019, p.40).

A reunião de tais aspectos atrela a dimensão da vulnerabilidade aos riscos/perigos, à medida que, embora os riscos sejam os mesmos para diferentes sujeitos, o grau de vulnerabilidade pode variar de acordo com a disponibilidade de acesso às técnicas, às tecnologias, à renda e às políticas públicas, uma vez que são distribuídos de maneira desigual.

Sendo assim, vulnerabilidade ganha um caráter de condição, pela intensidade de precarização territorial que pode atingir. Recorremos à filosofia, a fim de ampliar a discussão que tange para uma dimensão da existência da vida, como aponta Judith Butler, em seu livro *Quadros de Guerra* (2016) , quando apresenta a vulnerabilidade ligada à ideia de precariedade

da vida dos sujeitos, que por si só "pode ser matável" e "deixar de existir". No entanto, a questão da vulnerabilidade não está ligada ao estar "vivo" ou "morto" dentro de uma dimensão biológica, mas, nas palavras da autora, se relaciona às "redes sociais de proteção", que permitem ou não a manutenção dessas "vidas". Nesse sentido, quanto menos densas essas redes, maior a precarização da vida dos sujeitos, ampliando significativamente sua vulnerabilidade.

É, portanto, insuficiente pensar a vulnerabilidade como sendo o resultado da fórmula risco x perigo, tendo a necessidade de análise no campo teórico-conceitual e metodológico. Nesse aspecto, corroboramos com Aragón (2011), quando sinalizada a carência de aprofundamento do conceito que deve ser visto dentro de uma perspectiva crítica e que envolve uma gama de relações sociais e coletivas. Somando a esse pensamento, acrescentamos que entender a vulnerabilidade, como uma condição, implica analisar suas dimensões espaço-temporais, as escalas de abrangência e ainda as densidades das redes de proteção que, conjuntamente, compõem seus diferentes níveis.

Os riscos, atrelados às vulnerabilidades, se encontram não somente na possibilidade ou não de desastres, mas em sua efetivação com a geração de "novos" riscos e vulnerabilidades ou, até mesmo, a ampliação daqueles anteriormente estabelecidos. Os riscos/perigos, vulnerabilidades e suscetibilidades se constituem a partir de relações espaço-temporais, que articulam as probabilidades de eventos, por parte dos fatores geofísicos, fincados sobre os conflitos e as tensões no território e no ambiente, que se colocam desde a destruição da vegetação originária para monocultura, na poluição dos rios pelas usinas, no uso de agrotóxicos, na falta de acesso à terra, ao trabalho, à água e à alimentação. Todos esses aspectos irrompem nos eventos ditos desastres "naturais".

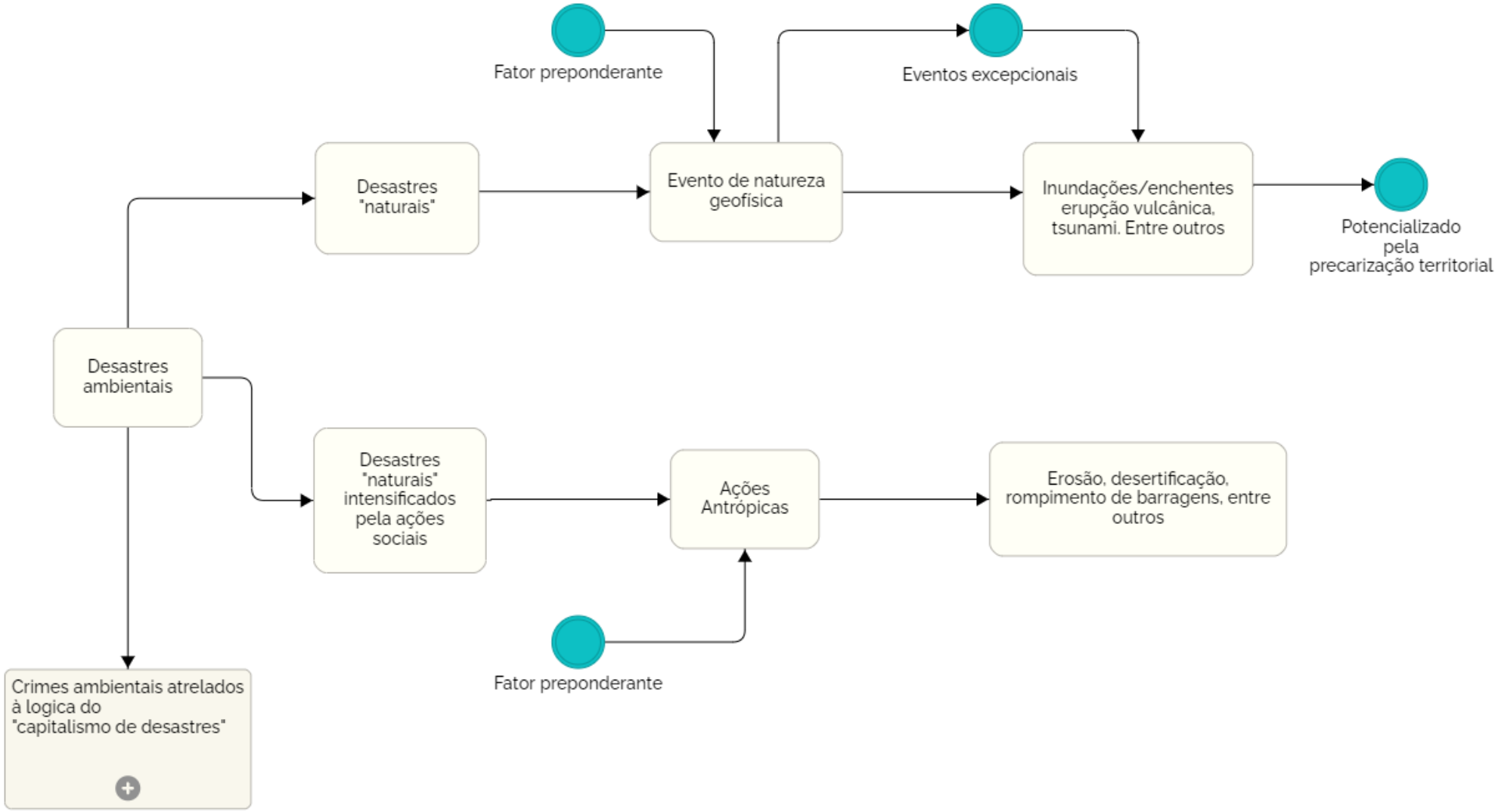
O debate sobre os desastres apresenta controvérsias e polêmicas a respeito do termo "naturais", compreendemos que, assim como os riscos apresentam uma tipologia elaborada por Veyret (2019), os desastres podem ser divididos em "naturais" e "naturais intensificados pela ação humana", como apresentado no esquema da figura 11. O primeiro, relacionado aos elementos da natureza não humana como pontos de eclosão dos desastres, a exemplo de eventos extremos como: terremotos, inundações, secas e vulcanismos, entre outros. O segundo se relaciona à intensificação de processos "naturais" pela intervenção humana como no caso da desertificação ou de erosões[46]. Por fim, um outro fator que envolve os "desastres ambientais"

[46] Ideia elaborada em analogia à tipologia de riscos elaborados por Veyret (2019) para os desastres "naturais".

são os crimes ambientais gerados a partir da lógica de exploração do capitalismo[47], que tem provocado inúmeros danos ao ambiente e gerado conflitos territoriais cada vez mais amplos.

[47] Aqui, referimo-nos ao termo de Klein (2008) e às críticas feitas por Krenak (2019; 2020) a respeito da "economia de desastre".

Figura 11- Composição dos desastres ambientais baseados na tipologia de risco formulada por Veyret (2019)



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

A ideia de “desastre” nos provoca a pensar a dimensão social dos eventos que têm impactos sobre os territórios e o ambiente. Mesmo cientes de todas as críticas ao termo desastres “naturais”, defendemos o seu uso, embora os dois tipos de desastres tenham impactos sobre o ambiente, pois há necessidade de demarcar suas diferenças, uma vez que os desastres “naturais”, escritos sempre com aspas, para problematizar a dimensão “naturalizante” dos desastres, abrangem a ocorrência de um elemento da natureza não humana, sobretudo, vinculados a eventos excepcionais. Estes, por suas vezes, “escapam” às ideias vinculadas à dominação e ao controle total da natureza. Nesse aspecto, Souza (2019) nos indica que:

> [...] há também aqueles processos, dinâmicas e estruturas que embora muitas vezes desencadeados ou decisivamente influenciados ou agravados pela ação humana, **não são, propriamente manejáveis ou inteiramente controlados pela sociedade**. Nessa categoria entra, a chuva e a neblina acida, assim como os desmoronamentos e os deslizamentos. (SOUZA, 2019, p. 42)

Os desastres ambientais “potencializados pela ação humana”, por outro lado, implicam, deliberadamente, uma possibilidade de destruição, imbuída pelos sistemas econômicos de produção, baseados na exploração dos bens comuns e da natureza não humana, inclusive, com caráter de crimes ambientais, como é o caso do que Penido (2018) discute como sendo um desastre-crime, ao analisar as implicações do rompimento da barragem da empresa Samarco no Município de Mariana – MG, no ano de 2015, e que resultou na morte do Rio Doce e na destruição da biodiversidade local, impactando milhares de pessoas que dependem da bacia hidrográfica.[48]

Tendo em vista essas nuances, não é possível equiparar os dois eventos, pois fazer isso é incorrer no erro de minimizar a dimensão criminal impulsionada pela política do capitalismo explorador. Assim como, retirar os elementos naturais dos desastres “naturais” é revalidar a ideia de domínio absoluto sobre natureza não humana impulsionada pela Ciência Moderna.

Outro erro que se pode incorrer é a responsabilização dos sujeitos que habitam áreas de suscetibilidade a riscos-perigos, pela destruição de seus territórios, quando se trata o debate da ocupação das “áreas de risco” somente como “escolha” ou “opção” do habitar, o que despreza todos os aspectos relacionados às assimetrias de poder, adensadas pelas desigualdades socioculturais-políticas e ambientais que coexistem em meio aos eventos de desastres.

Os desastres “naturais” se colocam como um desafio contemporâneo, muito embora já sejam registrados ao longo da história. Na racionalidade ocidental, marcada pela sabedoria dos

[48] Em 2019, reproduziu-se novamente o crime. Dessa vez, com o rompimento da barragem de rejeitos de minério da Vale, no Município de Brumadinho-MG.

gregos, tinha suas raízes em “des-astros”, que representavam “castigos dos deuses pelas suas ações”. Em cosmologias e sabedorias de outros povos, os desastres marcavam a fúria da “natureza”, sua força e energia. No período atual, as “certezas” e “seguranças” prometidas pela Ciência Moderna têm suas bases abaladas com as discussões que tangem as possíveis mudanças climáticas, aquecimento global, desequilíbrio ecológicos, aos que coincidem com desastres “naturais” cada vez mais intensos e abrangendo múltiplas escalas.

Nas duas últimas décadas, notícias de desastres “naturais” de grandes proporções têm sido recorrentes em todo o mundo, dentre as quais, temos: os tsunamis na Indonésia, em 2004; os furacões nos Estados Unidos (em 2005) e em Porto Rico e Cuba (em 2017); as enchentes e inundações bruscas no Brasil, em 2010; os terremotos em Nepal, no ano de 2015; e as erupções vulcânicas na Guatemala, em 2018. Tais eventos vêm atingido cada vez mais sujeitos, provocando desterros e deixando inúmeras populações em situações de extrema vulnerabilidade. Esses elementos nos provocam a retomar as nuances desses eventos, a partir das implicações territoriais e ambientais que abrangem.

As definições elaboradas para discutir os desastres “naturais” são múltiplas, passando pelo entendimento de Organismos Internacionais, abrangendo a dimensão normativa dos Estados Nacionais, até as análises técnicas e científicas produzidas na academia, que compõem diversas áreas do conhecimento e diferentes correntes de pensamento e matrizes teórico-metodológicas. Essa multiplicidade permite distintos olhares sobre os desastres e, consequentemente, uma visão macro desses eventos, no entanto, não são pensados de maneira integrada, mas sim baseados em assimetrias de poder que hierarquizam o conhecimento e as normas e ações do ponto de vista jurídico-administrativo.

Com base nesses aspectos, permeamos nossa análise pelas definições de desastres “naturais”, pelas entidades supranacionais, pelos manuais técnicos produzidos para fins de planejamento e, por fim, pelas pesquisas acadêmicas. No entendimento da Estratégia Internacional de Redução de Desastre (EIRD), o desastre é visto como uma “interrupção do funcionamento de uma comunidade ou sociedade que causa perdas humanas e/ou importantes perdas materiais, econômicas e ambientais [...] resultando de uma “combinação de ameaças, condições de vulnerabilidade” (EIRD, 2004, n/p).

Advindo da definição anterior, a Organização Pan-Americana de Saúde destaca duas características principais dos desastres “naturais”, a primeira corrobora a definição da EIRD (2004), já a segunda implica um evento que “excede a capacidade de a comunidade ou a sociedade lidar com a situação, utilizando seus próprios recursos” (OPAS, 2015, p. 9).

Ambas as definições se correlacionam ao pensar os desastres como uma “interrupção” ou ruptura de um certo funcionamento social que implicam perdas de um emaranhado de relações. No entanto, há um destaque para as “perdas materiais e econômicas” e para “capacidade de lidar com a situação”. Ao frisar esses elementos, perde-se uma dimensão importante para a análise, que consiste em compreender as relações espaciais dos sujeitos, levando em consideração os aspectos socioculturais-políticos. O que, a nosso ver, causa um esvaziamento conceitual de desastre que privilegia o caráter economicista e mecânico.

A mesma crítica se segue nas definições utilizadas pelos Manuais e Atlas que tratam dos desastres no Brasil. Em Marcelino (2008, p.10), ao citar Tobin e Montz (1997), os desastres aparecem “como o resultado dos eventos adversos que causam grandes impactos na sociedade, sendo distinguidos, principalmente, em função de sua origem, isto é, da natureza do fenômeno que o desencadeia”. Nessa perspectiva, o desastre ganha uma adjetivação, de acordo com o fator que o impulsiona, sendo, segundo Marcelino (2008), baseado nas análises de Castro (1998), ou seja, dividido em naturais, humanos ou mistos.

Para Castro (1998, n/p), os desastres “naturais” se configuram como “aqueles provocados por fenômenos e desequilíbrios da natureza e produzidos por fatores de origem externa que atuam independentemente da ação humana”. Embora estrita e pontual, essa ideia, em linhas gerais, nos aponta caminhos para ampliar as discussões sobre os desastres “naturais” para além de seu caráter técnico, baseado, sobretudo, em “perdas e danos” e atendendo aos critérios do Relatório Estatístico Anual do EM-DAT (Emergency Disasters Data Base). Com base nesse documento, Tominaga (2009, p.13) destaca que os principais critérios para que um evento seja considerado desastre são: a quantidade de óbitos igual ou superior a dez, declarações de estado de emergência, pedido de auxílio internacional ou afetar cem ou mais pessoas.

No estabelecimento de critérios, percebe-se a quantificação como um elemento central, no entanto, as vidas e o “ser afetado” pelos desastres estão para além de dados numéricos e do campo material, pois somam-se a estes a dimensão subjetiva dos sujeitos afetados/atingidos. Não é nosso intuito negar a importância dos danos numéricos ou do estabelecimento de critérios para determinar os desastres, mas sim a ampliação destes, pois é necessário frisar que, em termos das dimensões sociais, as rupturas que envolvem os desastres estão para além dos dados estatísticos e quantitativos, o que denota ser imprescindível o aprofundamento das discussões no caráter qualitativo.

Sugerimos, portanto, que esses critérios levem em consideração as escalas geográficas desde a constituição do corpo, evidenciando a dimensão subjetiva, até as escalas macro que envolvem os critérios já estabelecidos pelos organismos internacionais. Com base na Geografia,

compreendemos que os desastres “naturais” podem ser vistos como rupturas espaciais, geradas a partir de um elemento natural ligado à natureza não humana, que por vez se apresenta em sua forma extrema e implica abalo das relações socioculturais-políticas e ambientais daqueles que são atingidos. Tomando como base essa perspectiva, passamos a pensar a abrangência dos desastres “naturais” na Zona da Mata Pernambucana.

3.1.1 Os Desastres “naturais” na Zona da Mata Sul [49]

Os desastres “naturais” são temas recorrentes no Nordeste Brasileiro, que historicamente é conhecido pelos períodos de estiagem ou de “seca”. No entanto, a região apresenta uma ampla diversidade, inclusive, nas distribuições dos seus aspectos físico-naturais, como o clima, o revelo e a hidrografia. Essas diferenciações também se expressam nos tipos de desastres “naturais” que ocorrem na região, algumas áreas são marcadas pela estiagem e outras são atingidas por inundações bruscas.

O Atlas de Desastres Naturais (2013) apresenta um panorama geral do Brasil. Em relação aos diversos tipos de desastres “naturais” que ocorrem no país, destacamos, em nossa análise, a Região Nordeste, que vem sendo afetada por inundações bruscas que já atingiram cerca de 4.451.892 de pessoas, entre os anos de 1990 e 2012. Só no Estado de Pernambuco, os números chegam a 1.933.258, somando os eventos de enxurradas e inundações, Pernambuco (2013).

Tais eventos, atrelados à condição das vulnerabilidades das populações, levaram à intensificação da precarização territorial, com implicações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais. A Mata Sul vem sendo uma das áreas mais atingidas por enxurradas e inundações bruscas, sobretudo, nas últimas duas décadas do século XXI, apresentando eventos com certa recorrência, que eram percebidos com periodização mais compassada em períodos anteriores. Esses fenômenos acabam por eclodir os diversos conflitos sociais e ambientais que perpassam a bacia hidrográfica do Rio Una.

Nossa discussão se centra nas inundações bruscas ocorridas na bacia do Rio Una, quando este “encontra” a Mata Sul, destacando implicações desses eventos nos municípios de Água Preta, Barreiros e Palmares, que a partir dos anos 2000 têm tido maiores devastações em virtude dos desastres “naturais”. O tema das enchentes/inundações faz parte da construção das

[49] Vídeos que mostram desastres em 2010 elaborados pelos moradores de Água Preta, Palmares, Barreiros e Defesa Civil de Palmares. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0wKnBT1W0K0 https://www.youtube.com/watch?v=yNvy0V-KXCE. Acesso em: abr. 2021.

memórias e do imaginário dos moradores da Zona da Mata, são relatadas as "cheias" do Una, desde sua infância, e permeiam os relatos das "grandes cheias" ocorridas no ano de 1975, marcadamente conhecida pela proporção que tomou na cidade do Recife e em outros municípios da Região Metropolitana.

Nos jornais da época, assim como o Diário Manhã, são mencionados em reportagens (ver anexo F) os desafios enfrentados pela população em consequência das enchentes/inundações ocorridas no estado, nas áreas do Agreste, Zona da Mata e Litoral, bem como as secas registradas no Sertão pernambucano. Em meio a esses eventos, verifica-se uma certa recorrência, na área estudada, no entanto, com o passar dos anos, tais eventos têm se mostrado cada vez mais intensos. Os desastres ocorridos a partir dos anos 2000 até os anos de 2020. Notadamente, tendo como marco o desastre de 2010, que teve proporções trágicas para a Zona da Mata como um todo e, sobretudo, para o recorte desta pesquisa.

No ano 2000, o período entre maio e agosto foi marcado por eventos pluviométricos intensos na Zona da Mata, levando os municípios de Água Preta, Barreiros e Palmares a decretar Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública[50], em virtude dos problemas causados pelas chuvas e pelo extravasamento das águas do Rio Una e seus afluentes. Nesse período, como relatam alguns moradores, o nível da água chegou ao equivalente a "meio metro"[51] do nível das casas. Muitas pessoas perderam suas moradias e fontes de renda.

O município de Barreiros, ao declarar Estado de Calamidade Pública, no Decreto Municipal de Nº021/2000, baseado no artigo 70, inciso XXI, Lei Orgânica do Município, destaca que:

> CONSIDERANDO a enchente causada pelas chuvas e transbordamento do Rios Uma, Itaperibú e Carimã nos dias 30 de julho a 03 do corrente mês, enchente esta que **atingiu índices jamais registrados na cidade dos Barreiros**. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIROS, 2000) (Grifos nossos)

O trecho do decreto destacado aponta o nível do desastre ocorrido em 2000 que, àquela altura, se apresentava como um dos maiores da história da cidade, com ênfase em cerca de 80% da população do município atingida, social e/ou economicamente. Além disso, destaca a

[50] De acordo com o Senado Federal (2005), "O estado de emergência se caracteriza pela iminência de danos à saúde e aos serviços públicos. Já o estado de calamidade pública é decretado quando essas situações se instalam. Cabe ao prefeito avaliar a situação e decretar emergência ou calamidade, casos em que há possibilidade de obtenção de recursos federais e estaduais facilitada." Fonte: Agência Senado. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/defesa-civil/situacao-de-emergencia-e-estado-de-calamidade-publica. Acesso em: mar. 2021.

[51] Essa referência é feita pelos moradores nos trabalhos de campo, indicando a marcação de altura que as inundações atingem nas casas, de maneira coloquial e na linguagem popular, assinalam como "meio metro" da parede.

impossibilidade de o poder público municipal atender às necessidades da população com recursos próprios, dado o "volume do desastre ocorrido".

Essa situação também atinge os municípios de Água Preta [52]e Palmares, este, por sua vez, também declara Situação de Emergência, a partir do Decreto Nº 18/2000, baseado na Lei Orgânica do Município, em seu artigo 30 inciso IV.

> CONSIDERANDO, o estado em que se encontra o município dos Palmares, devido às fortes precipitações pluviométricas caídas nos últimos dias; CONSIDERANDO, a queda de inúmeras barreiras, o desabamento de dezenas de casas residenciais e a destruição de vários bens do patrimônio municipal; CONSIDERANDO, a necessidade de adoção de medidas emergenciais para transferir pessoas das áreas ribeirinhas, atingidas pelo transbordamento das aguas do rio Una; CONSIDERANDO, ainda, os transtornos causados à população, ao comercio e às repartições públicas sediadas no Município[...]. (PRFEITURA MUNICIPAL DOS PALMARES, DECRETO MUNICIPAL Nº018/2000)

Esses municípios junto a outros da Mata Sul, dentre eles, o de Água Preta, têm os seus Estados de Calamidade reconhecidos pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Nacional, em "virtude de intensas precipitações pluviométricas e inundações"[53]. São marcados nas histórias desses municípios, eventos de grandes proporções, considerados inclusive, catastróficos, os ocorridos nos anos 2000 e 2010, porém, tanto nesse entremeio, quanto pós-2010, houve outros desastres que, embora tenham tido menores proporções, reverberaram situações de agravamento de vulnerabilidade social e econômica dos municípios e dos sujeitos atingidos nos anos de 2000 e 2010. [54]

O discurso do poder público em torno dos desastres é percebido logo após os eventos, muito embora ainda sem apresentação detalhada de dados e relatórios sobre a situação dos municípios. No entanto, o discurso de culpabilização da natureza é sinalizado pelos documentos

[52] Apesar de ser afetado pelo evento no ano 2000, não encontramos nenhum documento específico de Lei Municipal que decretassem Situação de Emergência e Estado de Calamidade. Para o Município de Água Preta e demais localizados na Mata Sul, foi efetuado pelo Governo Federal, o Decreto de Estado de Calamidade.

[53] Trecho retirado do Diário Oficial da União.

[54] Os anos de 2004, 2005, 2011 e 2017 foram deveras desafiadores para os municípios estudados em virtude dos eventos ocorridos nesses anos, embora sendo de menor proporção, ajudaram a potencializar a destruição deixada nos anos 2000 e 2010. Existe uma dificuldade em analisar os desafios enfrentados pelos municípios em eventos anteriores ao ano de 2010, alguns elementos são insipientes no tocante à constituição das bases de dados disponibilizadas pelas prefeituras municipais, que em sua maioria nem existem. Os dados, que, aqui, destacamos, fazem parte da plataforma do Sistema Integrado de Desastres do Ministério da Integração Nacional (SID), na qual estão arquivados alguns documentos de Avaliação de Danos. No entanto, nem todos os anos de ocorrência de eventos nos municípios estudados estão completos.

normativos, a exemplo do trecho em destaque, no Decreto Nº21/2000 do Município dos Barreiros:

> CONSIDERANDO que é dever do Poder Público realizar as providencias que o presente estado de calamidade requer, com a finalidade de garantir, em última instância, a própria sobrevivência e bem estar da população local, **notadamente daqueles atingidos pelo desastre pelas forças da natureza**. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIROS, DECRETO MUNICIPAL Nº21/2000, p. 1) (Grifos Nossos)

O destaque para a ideia de "atingidos pelas forças da natureza" já indica uma narrativa constituída pelo Estado (nas diversas instâncias político-administrativas) de naturalização dos desastres e da isenção do Estado do conjunto de fatores que reverberam na eclosão desses eventos. Essa narrativa, por vezes, é incutida no senso comum dos moradores que passam a indicar os desastres como fatalidades e não como uma construção histórica, demarcada no espaço e no tempo.

Enquanto o Estado reforça a lógica de fatalidade, na Zona da Mata Sul, vão se construindo amontoados caóticos de sujeitos atingidos, de destruição de infraestrutura e de ampliação da vulnerabilidade e precarização territorial, passando a constituir o que Marchezini (2014) sinaliza como sendo os "campos de desabrigados" (sobre os quais discutiremos no próximo capítulo). Conforme os desastres aumentam de proporção e diminuem os períodos de ocorrência, os municípios apresentam cada vez mais atingidos. Na tabela 1, enumeramos em termos quantitativos o adensamento de atingidos por desastres na região ao longo dos anos.

Tabela 1- Registros de Desastres na Zona da Mata

ANO 2000	**ÁGUA PRETA**[55]	**BARREIROS**	**PALMARES**
Desalojados	6.800	—	—
Desabrigados	3.712	—	—
Levemente Feridos	113	—	—
Enfermos	70	—	—
Mortos	06	—	—
Afetados	—	—	—
ANO 2004	**ÁGUA PRETA**	**BARREIROS**	**PALMARES**

[55]Nos documentos de Avaliação de Danos- AVAN, constam dois registros nos anos 2000, um em 26 de junho com cerca de 2.512 desabrigados e o outro com evento ocorrido no fim de julho e início de agosto do mesmo ano. Nesse sentindo, os dados da tabela correspondem aos registros totais do ano de 2000.

Desalojados	__	__	255
Desabrigados	__	__	899
Levemente Feridos	__	__	__
Enfermos	__	__	01
Mortos	__	__	__
Afetados	__	__	1.114
ANO 2005	**ÁGUA PRETA**	**BARREIROS**	**PALMARES**
Desalojados	__	__	__
Desabrigados	__	__	278
Levemente Feridos	__	__	250
Enfermos	__	__	43
Mortos	__	__	__
Afetados	__	__	7.350
ANO 2010	**ÁGUA PRETA**	**BARREIROS**	**PALMARES**
Desalojados	8.135	28.165	15.720
Desabrigados	3.428	1.835	2.337
Levemente Feridos	__	__	5.796
Enfermos	__	__	294
Mortos	02	02	__
Afetados	12.624	41.748	58. 819

Fonte: Elaboração da autora, com dados da Defesa Civil Nacional – Sistema de Informações (2020)

Há, no intervalo de uma década, um aumento significativo de pessoas atingidas por desastres. Os dados apresentados contabilizam os afetados de forma direta e/ou indireta, que chegam a compor quase todo o quantitativo populacional das cidades, embora haja uma estratégia do ponto de vista das gestões municipais, para justificativa de declaração Situação de Emergência e Estado de Calamidade e, por conseguinte, a liberação imediata dos recursos. É necessário destacar que, em eventos dessa magnitude, não há somente destruição de moradias residenciais, mas de prédios públicos que, em geral, são utilizados para abrigo, e também destruição da infraestrutura das redes que possibilitam os deslocamentos nos municípios.

Portanto, este é o contexto do desastre de 2010, que se consolidou como um marco para sujeitos que vivem na Zona da Mata Sul, muitos(as) pesquisadores(as) se dedicaram a estudar

tal evento sobre diversos aspectos. Dentre eles, os climatologistas e meteorologistas buscaram compreender os condicionantes que levaram ao desastre.

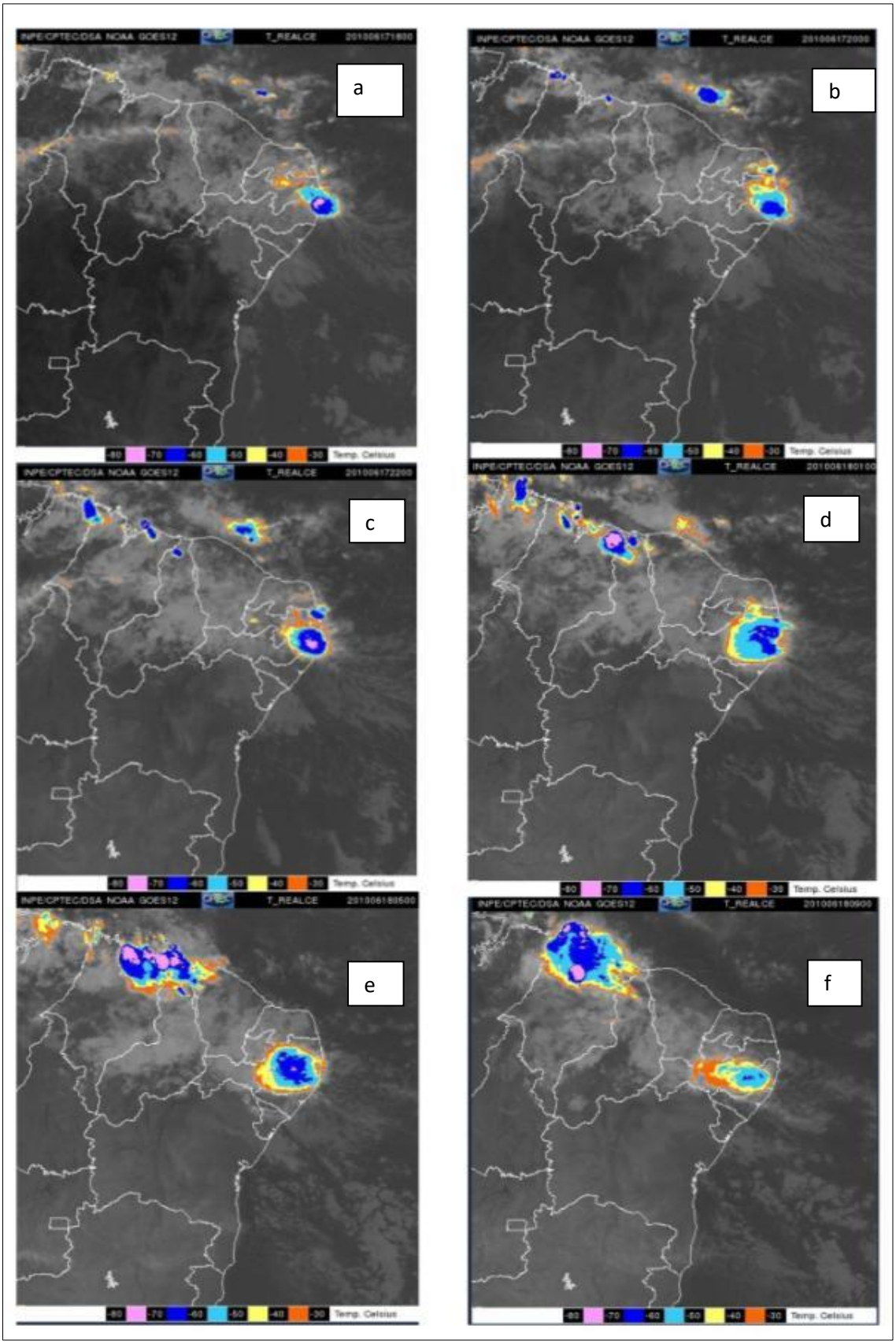
Girão *et al.* (2013) realizam uma análise dos aspectos geomorfológicos, hidrológicos e climáticos que levaram ao desastre na região, tendo como base para o estudo as bacias hidrográficas do Rio Una e Sirinhaém, ambas atingidas em 2010. Segundo os autores, o evento se tratou de um extremo climático, ocorrido entre os dias 16 a 19 de junho de 2010, em virtude da ocorrência do fenômeno conhecido como Distúrbios Ondulatórios de Leste (DOLs) ou Ondas de Leste. Segundo os autores, a ocorrência desse fenomeno se deu por perturbações atmosféricas na massa tropical atlântica (mta).

> Tais perturbações atmosféricas, na borda oriental do Nordeste do Brasil, alteram as condições de tempo dominantes, e estão associadas ao deslocamento da zona de convergência intertropical (ZCIT) para o sul, ocorrência de vórtices ciclônicos (VC) de alta troposfera, avanços de frentes frias (FF), bem como aos sistemas ondulatórios de leste ou distúrbios ondulatórios de leste (DOL), com a consequente formação de linhas de instabilidade (LI), todas caracterizadas pela instabilidade e por índices moderado a forte de precipitação pluviométrica. (GIRÃO, et. al. 2013, p. 145)

Para os autores, esses fatores podem gerar eventos de pluviosidade intensa ou a ausência desta em determinados períodos do ano. Nesse caso, as Ondas de Leste provocaram o deslocamento das nuvens de precipitação dos oceanos para a região da cabeceira do Rio Una, com a concentração pluviométrica de 180 mm em 24 horas, segundo dados do Banco Mundial (2012), esse fator resultou no transbordamento do rio Una e dos seus afluentes e, por consequência, as enchentes/inundações geraram destruição em diversas cidades do Estado de Pernambuco.

Nas imagens da figura 12, pode-se observar a dinâmica do evento ocorrido nos dias 17 e 18 de junho de 2010, o seu processo de formação no dia 17, no início da noite, e o adensamento com o passar das horas, presentes nas imagens (c), e (d). No dia 18, entre 01h e 05h da manhã, como apresenta a imagem (e), o fenômeno se encontra na área central do estado de Pernambuco, deslocando-se em sentido oeste e adentrando o continente, provocando alta pluviosidade em áreas onde se concentram as nascentes do Rio Una e afleuntes. Às 9h, do dia 18 junho de 2010, observa-se, na imagem (f), o início da dissipação das Ondas de Leste. No entanto, os rios iniciam seus processos de transbordamento nas cidades da Mata Sul.

Figura 12 - Imagens de satélite dos fenômeno Distúrbios Ondulatórios de Leste



Fonte: INPE – Satélite Goes – nos dias: a) Dia 17/06/2010 – às 18h; b) 17/06/2010 – às 20h; c) 17/06/2010 – às 22h; d) 18/06/2010 – às 01h; e) 18/06/2010 – à s 05h; f) 18/06/2010 – às 09h.

Nos relatos dos moradores, no dia 18 de junho, as águas do rio Una iniciaram o seu processo de transbordamento no município de Palmares, no final da manhã, e seguiu com elevação do nível das águas até o início da noite, atingindo os municípios de Água Preta e Barreiros, último à jusante. Todas as sedes municipais foram inudadas parcilamente ou totalmente. Na cidade de Barreiros, houve um agravante, os encontros dos rios Una e Carimã se dão em uma das ruas principais do centro da cidade, o que levou a uma grande devastação nela. As imagens das figuras abaixo (13, 14, 15 e 16), do arquivo fotográfico da Memória EBC, podemos observar a dimensão da destruição das cidades atingidas. [56]

Figura 13 - Área central do Município de Palmares – PE

Fonte: Memória EBC Galeria: Foto de Antônio Cruz (2010) [57]

[56] Para mais imagens, verificar: https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/16062-enchente-em-pe-em-2010
[57] Disponível em: https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/galeria/2010-06-23/enchente-em-pernambuco
Vídeo construído pela Defesa Civil Palmares: https://www.youtube.com/watch?v=h7-CJuClL-Q

Figura 14 - Rompimento de Ponte de Ligação na entrada da cidade de Palmares – PE

Fonte: Memória EBC Galeria: Foto de Antônio Cruz (2010) [58]

Figura 15- Inundação na cidade de Barreiros – PE

Fonte: Memória EBC Galeria: Foto de Antônio Cruz (2010)

[58]Imagens disponíveis em: http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/sites/_agenciabrasil/files/gallery_assist/29/gallery_assist664198/prv/23062010-23.06.2010AC6850.jpg

Figura 16- Inundação na cidade de Água Preta – PE

Fonte: Imagem de vídeo de reportagem de Juliano Oliveira, 2010. [59]

As proporções desse desastre foram avaliadas pelo Banco Mundial, que construiu, junto ao Governo do Estado, um relatório de Avaliação de Perdas e Danos (2012), no qual destaca os prejuízos causados em termos econômicos e os "custos" do desastre para o poder público. Apesar da importância da construção do documento, sobretudo, por reunir e sistematizar informações que, muitas vezes, estão dispersas em diversos órgãos governamentais, o documento permanece com a abordagem "bancária", privilegiando os custos materiais dos desastres e, mais uma vez, deixando uma lacuna em termos qualitativos no tocante ao contexto dos sujeitos atingidos, esses "danos" não podem ser avaliadas em cifras, pois compõem a dimensão da existência e da vivência cotidiana nas áreas atingidas.

Na tentativa de contribuir para a diminuição dessa lacuna, buscamos, em relatos de moradores dos municípios estudados, suas apreensões sobre os desastres que estão para além dos relatórios técnicos. Nas narrativas dos sujeitos atingidos, há um marco no evento de 2010, como elenca a moradora da cidade de Palmares ao relembrar das enchentes/inundações:

> "Num me lembro não, isso aí eu num me lembro não, faz muitos anos né, mas foram cheia mais pequena né, um terror foi essa de 2010, que eu morava lá nas Pedreira, morava numa casinha lá perto da bueira que

[59] Vídeo na íntegra disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ol-Py3qzh4A. Canal Juliano Oliveira. Acesso em: abr. 2021.

> ninguém entrou pra me ajudar que só tava saindo lacrau e barata, que era perto de uma bueira, aí foi um terror naquele dia, ave Maria... Eu perdi tudo, tudo mermo, que eu butei minhas coisa no prédio do homi e nesse dia eu ia ficar lá, aí meu menino: não mainha, não mainha, que a senhora vai morrer; e se eu tivesse eu tinha morrido mermo que a cheia chegou depois do prédio do homi." (Relato de moradora de Palmares, Margarida, 2018)

Outro relato de uma moradora da cidade de Palmares corrobora o desastre de 2010 como um marco nas memórias dos sujeitos atingidos, comparando a enchente/inundação com um dilúvio e os marcos que resultaram desse evento.

> "Em 2010 eu acho que abalou todo mundo né... ali num foi uma enchente, foi um dilúvio de água. Dessa enchente, desse dilúvio eu olho com outro olhar, eu olho como assim é... a questão da... foi realmente uma cheia quanto a ponte caiu uma em cima da outra formou um paredão né, as duas ponte uma em cima da outra ali, lá em Santa Rosa formou um paredão, como a água não tinha pra onde espalhar, ela recuou de volta pra dentro da cidade" (Relato de Dandara Moradora de Palmares, 2018)

Segundo o Banco Mundial (2012), a partir dos dados da Defesa Civil Estadual, foram cerca de 740.001 pessoas diretamente afetadas pelo desastre somente em 2010, o que compõe 9% da população do Estado de Pernambuco. Na Mata Sul, os municípios de Água Preta, Barreiros e Palmares tiveram mais de 40% da população afetada. Só em Barreiros, a porcentagem chegou a 70% de desalojados e desabrigados. O desastre, portanto, assume um aspecto de "caos", pelas destruições causadas e pelos cenários inimagináveis para os sujeitos que, ali, vivem.

As áreas mais afetadas, segundo o relatório mencionado acima, localizam as habitações populares e a infraestrutura da cidade no tocante às rodovias, às pontes e ao saneamento básico, setores que historicamente já apresentam uma certa precarização, a qual se intensifica a partir dos desastres. Apesar de observarmos eventos recorrentes, há uma variabilidade média de dez anos, com marcas que excepcionalmente (2000 e 2010) as ocorrências intermitentes provocam agravamentos na situação de vulnerabilidade dos atingidos, fragilizando ainda mais as possibilidades de reconstrução territorial[60].

Portanto, faz-se necessário ampliar o olhar sobre os aspectos políticos que envolvem os desastres "naturais", em múltiplas escalas, uma vez que o discurso da fatalidade enquadra o

[60] Nas pesquisas em campo, há recorrência de relatos de sujeitos que perderam suas fontes de renda nas enchentes, pequenos comércios de bairro, casas disponibilizadas para aluguel que são destruídas, entre outros. Esses, no pós-evento, passam a re-construir suas fontes de renda, no entanto, antes desse processo de recuperação econômica e bens de consumo para necessidades básicas, os eventos intermitentes atingem os sujeitos, novamente, tornando ainda mais precárias as possibilidades de re-construção da vida pós-evento.

debate em uma dimensão superficial. Em geral, análises que envolvem ambiente e política são corriqueiramente evocadas no âmbito dos estudos que envolvem desastres ambientais produzidos e agravados diretamente pelas ações do capital e do Estado, a exemplo das grandes obras, da exploração de atividades industriais como mineração e agronegócio, tendo como eixo o viés econômico (embora não seja isento de conteúdo político). Todas essas discussões e abordagens são de extrema importância. No entanto, destacamos que, no âmbito dos estudos sobre os desastres "naturais", há um esvaziamento do debate político que ainda carece de construção e consolidação.

A exemplo disso, trabalhos elaborados por Sassen (2016); Porto-Gonçalves (2013; 2018) e Haesbaert (2004a) discutem temas relacionados aos desastres "naturais" de maneira pontual e/ou informativa/ilustrativa. Souza (2019) avança no debate, embora mantenha a centralidade da discussão na ecologia política. De outro prisma, os desastres são estudados pelo viés técnico, com base em análises de suas causas e consequências, com a superficialidade dos aspectos sociais e políticos, resumidos a "ocupação humana em áreas indevidas", "ações antrópicas" e "resiliência e adaptação pós-desastre". Pontuamos as discussões realizadas por Lopes Junior *et al*. (2017), Silva, Lopes e Silva (2016) e Girão *et al*. (2013), os autores, a partir de diálogo com as ideias de Cristo (2002), afirmam que:

> [...] ao observar que os eventos naturais não correspondem necessariamente a riscos naturais, uma vez que tais eventos tornam-se riscos a partir da utilização do ambiente **por parte do homem de forma inadequada ou negligente, ou seja, as áreas de risco estão associadas à presença da ocupação humana em áreas passiveis de serem atingidas por eventos naturais** (GIRÃO *et al.* 2013, p.114) (Grifo nosso).

A discussão segue com a seguinte afirmativa:

> [...] A ocorrência de processos de degradação do solo em áreas de encostas, por exemplo, pode conduzir à formação de movimentos de massa e ao mesmo tempo ao consequente assoreamento de níveis de base local**, o que não traria riscos se as encostas fossem poupadas de ocupação por formas residenciais espontâneas e precárias, ou mesmo por conjuntos habitacionais planejados sobre o topo plano de tabuleiros, ou colinas a poucos metros de distância das linhas de ruptura de gradiente**, (GIRÃO *et al.* 2013, p. 115)

A ideia generalista de "ocupação do homem" em áreas de suscetibilidade invisibiliza as tensões e os conflitos de acesso à terra e, consequentemente, a habitação no Brasil, a profundidade das raízes de desigualdade social, como também os aspectos simbólico culturais

dos sujeitos que passam a habitar as áreas consideradas de "risco" e, por conseguinte, os atingidos por desastres "naturais".

Nesse aspecto, reafirmamos a importância do debate político sobre os desastres "naturais", não somente pelo olhar das políticas públicas, mas também levando em consideração a perspectiva do olhar sobre os sujeitos atingidos em inundações, deslizamentos, furacões entre outros, por meio de um debate sociocultural-político e ambiental em torno dessas discussões, que não devem partir somente de bases técnicas ou, tão somente, do acesso ou não a estas, mas sim da complexidade de relações macro e micropolíticas que se entrelaçam no cotidiano.

Antes de nos debruçarmos sobre a escala dos sujeitos atingidos, perpassamos as nuances dos desastres "naturais" que, por conseguinte, evoca a compreensão de natureza, que, para Souza (2019, p.61), se configura de maneira multifacetada, por envolver questões de "macroestrutura e microestrutura ligados a processos naturogênicos que existem no planeta". Para o autor, alguns desses processos são "capazes de ser afetados pelas transformações humanas e outros, não", muito embora o acesso à técnica e à tecnologia nos permita "driblá-los" (nas palavras do autor). No entanto, como discutido por Santos (2012), as técnicas são desigualmente distribuídas e nem todos os sujeitos possuem acesso a estas.

Nesse sentido, por mais que os eventos atinjam grandes proporções e contingente populacional significativo, o nível de vulnerabilidade dos sujeitos se diferencia pelo acesso à técnica, às tecnologias e aos recursos financeiros que possibilitam um processo de reconstrução de moradias e de acesso a itens de primeira necessidade de forma mais rápida. Aqui, coloca-se a importância de pensar a vulnerabilidade de maneira ampla, compreendendo suas variações de acordo as relações espaço-temporais, o acesso ou não a recursos que possam diminuir os impactos dos sujeitos que vivenciam os desastres[61].

Uma perspectiva importante que tange não só à vulnerabilidade, como aos risco-perigos e desastres, se dá na dimensão espacial particular das pequenas cidades, que complexifica os fenômenos nas áreas atingidas. Em geral, nas grandes cidades e metrópoles, as áreas atingidas são localizadas em pontos específicos, especialmente, nas periferias sociais, onde há ausência de ações do Estado. No entanto, nas pequenas cidades, há uma maior abrangência de destruição no contexto das cidades estudadas, seus centros estão às margens do Rio Una, sendo assim, os

[61] Isso, porém, não quer dizer que o acesso a bens materiais esteja, diretamente, relacionado com o processo de reconstrução territorial, uma vez que no aspecto simbólico, muitos atingidos ainda que tenham possibilidades de reconstrução da base material, permaneçam com as marcas dos desastres, no seu cotidiano, inclusive, no que tange aos aspectos psicológicos. No entanto, para tratar de tais discussões se faz necessário lançar mão de uma pesquisa específica que dê conta dessa problemática em especial.

serviços, as instituições e a área comercial ficaram submersos, as redes de deslocamento foram destruídas, implicando uma destruição significativa, tanto nas áreas de maior valorização, como nas periferias sociais nas margens da cidade.

Esses processos provocam deslocamentos humanos e, por conseguinte, intensificam as dinâmicas territoriais para os processos de des-territorialização, onde há ruptura territorial dos sujeitos em múltiplas escalas e dimensões, além de mobilizar diversas redes de atenção e cuidados, levando a uma intensificação das vulnerabilidades em virtude da precarização territorial que se coloca aos sujeitos pós-evento, essa ruptura permeia uma dimensão material-simbólica e a destruição de "mundos" e modos de vidas. Como nos apresenta a narrativa de Elisabeth, moradora do município de Água Preta:

> Eu lembro que eu tomo remédio pra dormir, aí eu tomei meu remédio... teve uma hora que eu me acordei, quando eu danei o pé já foi na água, aí não deu tempo... A..., A..., levanta, levanta, oia a casa cheia de agua... aí eu no lugar deu pegar alguma coisa e sair catando o que eu pudesse catar, eu só lembrei de pegar mermo a minha bolsa que tava com os documento e mais nada, aí eu saí pra rua, eu saí pra beira do rio, foi quando meu irmão... esse que mora aqui, Israel, foi com o carro atrás de mim e me pegou na beira do rio e o rio aumentando e eu lá com esse menino. Ele disse vai entra aqui, o carro cheio de agua já, aí eu entrei no carro e ele me trouxe pra cá. Três dias após da cheia ele disse: olhe não fique nervosa, não se aperrei, você já sabe que perdeu tudo mesmo, num perdeu a vida que é mais importante, vamo ver o que é que sobrou, aí chegamo lá e infelizmente num tinha sobrado nada... que quando a gente saiu ele bateu o cadeado, mais quando eu voltei até o cadeado tinha sido arrombado, já pelos ladrão né, aí levaro fogão, levaro bujão, levaro o que puderam levar levaro e a agua levou o resto. Eu acho que foi saqueado, foi... bujão de gás, essas coisas, porque moveis grande, peças grande que tinha tava tudo encharcado, ninguém podia pegar mais nada, agora objeto pequeno, peça pequena como fogão, butijão, essas coisas, se o portão tava aberto, eu acho que não foi a agua que arrombou o cadeado, eu acho que foi alguém que arrombou né? (Relato de Elisabeth, moradora de Água Preta, 2018)

Narrativas como esta nos permitem perceber as implicações da destruição dos territórios, suas rupturas e o processo de des-territorialização que se inicia a partir dos desastres "naturais".

3.2 A DINÂMICA DE DES-TERRITORIALIZAÇÃO E OS DESASTRES "NATURAIS", IMPLICAÇÕES A PARTIR DO CONTEXTO DA ZONA DA MATA SUL

As correlações entre as dinâmicas de des-territorialização e desastres "naturais" têm ampliado sua complexidade, tanto no campo teórico-conceitual como no empírico, estudos de

Sociologia, Relações Internacionais e Ciência Política passam a compor, junto à análise geográfica, as nuances desses processos que compõem as dinâmicas territoriais e que podem ser compreendidas como uma composição que reúne os movimentos de apropriação, ruptura, re-construção e transições entre os territórios, podendo ser apreendidas mediante conceitos de territorialização, des-territorialização, re-territorialização de maneira inter-relacional

O conceito de desterritorialização foi construído na filosofia, por Deleuze e Guattari, para quem, em definição, se expressa por Deleuze (1988, n/p): "A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se re-territorializar em outra parte"[62]. Para os autores, a desterritorialização se coloca nessa possibilidade de "saída" do território, para criação de outros. E os autores construíram o conceito sob dois aspectos, a desterritorialização absoluta e a relativa, esta, para Haesbaert (2004a), tem maior abrangência de discussão para Geografia pelo caráter espacial que compõe.

Tanto a desterritorialização absoluta quanto a relativa tem sua relevância de análise, no entanto, a primeira se dedica a uma discussão no âmbito filosófico, uma vez que abrange, inclusive, as perspectivas de uma "desterritorialização do pensamento". O conceito de desterritorialização, porém, assim como o de território, se apresenta de maneira abrangente e permite vários campos de análise, que podem ser pensados a partir dos aspectos econômicos, políticos e simbólicos culturais.

No período que inicia as discussões da globalização, a desterritorialização parecia indicar para alguns autores, a exemplo de Bertrand Badie (1995), a finalização dos territórios, entendidos, no campo das Relações Internacionais, como a destruição da figura do Estado – Nação, que comporiam novas regionalizações no mundo, e os limites e as fronteiras entre os Estados Nacionais tenderiam ao desaparecimento.

O processo de globalização, ao qual atribui-se a ideia da composição de diversas formas de desterritorialização, no entanto, é marcado por acirramento e disputas territoriais entre os Estados Nacionais e, muito embora, haja uma ampliação das relações econômicas, do ponto de vista social, cultural e político, os limites se enrijecem, ainda mais, pela construção de muros e pelo aprimoramento das "tecnologias de poder"[63], como a securitização e a vigilância constante (HAESBAERT, 2014).

---

[62] Retirado do texto O abecedário de Gilles Deleuze, que se apresenta como transcrição do vídeo "L"abécédeire de Gilles Deleuze", filmado, em 1988, por Claire Parnet.

[63] O autor realiza a análise a partir das discussões realizadas pelo filósofo Michael Foucault.

Do ponto de vista sociocultural-político, privilegiando a escala micropolítica, a des-territorialização pode ser pensada enquanto uma ruptura territorial, impulsionada por diversos conflitos que têm se acelerado pelo mundo. Cada vez mais sujeitos se apresentam despossuídos e enfrentando a intensificação da precarização da vida, que é, em certa medida, para esses sujeitos, também a precarização do território, para Butler (2016):

> Se tomamos a precariedade da vida como ponto de partida, então não há vida sem necessidade de abrigo e alimento, não há vida sem dependência de redes mais amplas de sociabilidade e trabalho , não há vida que transcenda a possibilidade de sofrer maus tratos e a mortalidade[...]Essa distribuição diferencial da condição de precariedade é a um só tempo, uma questão material e perceptual, visto que aqueles cujas vidas não são "consideradas" potencialmente lamentáveis e, por conseguinte, valiosas, são obrigados a suportar a carga da forme do desemprego, da privação de direitos legais e da exposição diferenciada à violência e à morte.[...]A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais econômicas de apoio deficientes[...]Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. (BUTLER, 2016, p. 45-46)

Esses deslocamentos involuntários e/ou forçados têm se constituído sob diversas perspectivas, que formam uma teia complexa, na qual a dimensão política e ambiental se entrelaçam, à medida que essas rupturas vêm ocorrendo. Com a intensificação da exploração capitalista, vem provocando, segundo Sassen (2016), as "expulsões" impulsionadas pela degradação ambiental de diversas áreas, juntando-se a elas as corriqueiras disputas geopolíticas, em virtude dos chamados "recursos naturais".

A esse processo se somam os deslocamentos que se dão em virtude das chamadas "mudanças climáticas globais"[64], ou por fenômenos ambientais extremos que vêm se adensando pelo mundo. Nesse sentido, corroboramos com Souza (2019), ao refletir sobre a perspectiva destas "despossessões" ou desterritorializações dos grupos humanos pelo mundo:

> [...] a despossessão ou, em linguagem espacial concreta, a desterritorialização de grupos humanos. Essa desterritorialização afeta

[64] Colocamos o texto entre aspas para frisar o debate que existe em torno desta discussão, as mudanças climáticas globais não são um consenso, sobretudo, por suas causas, grupos de pesquisadores e organismos internacionais divergem se as mudanças climáticas são causadas pelas ações antrópicas, em virtude da exploração do planeta pelo consumo e pelo capital, enquanto outros grupos apontam que tais mudanças não teriam contribuição das ações antrópicas e sim estariam ligadas à geofísica do planeta. Sendo em um âmbito ou outro, diversos sujeitos vêm abandonando de seus territórios em virtude de intensificação dos fenômenos "naturais", tais como inundações, furações, tsunamis, entre outros.

> de classes e estratos específicos a povos inteiros, com o aparecimento de novos territórios condizentes com as relações de poder dominantes e ajustados à "logica" do capital, capaz de subordinar tudo (corpos, valores, solo e subsolo) às necessidades de mercantilização e às operações de precificação. Os territórios gestados pelo binômio mercado capitalista + Estado se impõem e superpõem a territórios mais ou menos ancestrais, os quais emolduram toda uma densidade de relações no quotidiano. (SOUZA, 2019, 93)

Essa imposição de Capital e Estado se manifesta quando os deslocamentos decorrem dos eventos extremos, embora haja um discurso de "naturalização" dos fenômenos, sobretudo, por parte do Estado, existem meandros que devem ser pontuados. Dentre eles, a possibilidade normativa de intervenção do Estado que se estende à determinação das "áreas de risco" e impõem, a partir dos discursos de preservação e conservação, quais sujeitos podem ocupar essas áreas. A exemplo do que Souza (2015) discute sobre o maciço da Tijuca, no Rio de Janeiro, onde existem comunidades que "representam risco" e/ou "apresentam risco". Muitos moradores acabam sendo retirados das "áreas de risco" e abrindo lugar para a valorização e a especulação imobiliária, que serão ocupadas por classes econômicas mais abastadas.

Diferente das grandes cidades, a relação Capital + Estado, nas pequenas cidades, não aparece dentro da perspectiva do grande mercado imobiliário. No entanto, essas relações aparecem no pós-evento, na construção de conjuntos habitacionais, barragens, prédios públicos, obras de serviços urbanos, nas quais as Parcerias Público Privadas se expressam nas contratações de construtoras, os financiamentos dos bancos que destinam empréstimos aos comerciantes e aos sujeitos que desejam re-construir suas casas, compondo um "negócio dos desastres".

A des-territorialização, portanto, se coloca como um movimento dinâmico, que implica rupturas e possibilidades de re-construção territorial e abrangem tanto aspectos materiais como subjetivos. Nesse sentido, diversos podem ser os agentes impulsionadores da des-territorialização, um deles seria o desastre "natural" que provoca rupturas territoriais dos sujeitos, que têm perdas materiais e simbólicas dos espaços de vivência cotidiana, como se apresenta na narrativa de uma das moradoras de Palmares sobre a enchente de 2010:

> Confiando no primeiro andar, a água levou tudo isso aí que você imagina. Com a força da água. Isso tudo aí foi arriado, arriou muro, arriou tudo, ninguém via nada aí atrás. Cobriu a casa toda, todinha. Aí tudo que foi tirado de baixo, foi colocado em cima e a água invadiu. Perdi 60 metro de forro, que desceu pra baixo né e 143 telhas que iria colocar aqui, que abriu né a cratera, rachamento todinho na minha frente, na parede da frente, que era toda na cerâmica aí abriu uma

> rachadura de cima até embaixo tanto lá em cima como aqui, a amarração de ferro pra poder fechar, segurar a parede. É como eu disse, trabalhei, era uma casa que quando em 91, quando eu entrei aqui, aqui era o quarto, aqui era a sala, aí tinha o banheiro, a cozinha, outro quarto e a cozinha, trabalhando, juntando dinheiro e construindo, guardei durante 3 anos pra poder fazer a laje, fiz a laje passei mais 3 anos pra construir em cima, fiz lá em cima, cobri com telha normal, depois foi mais 3 anos pra pode fazer reboco, butar cerâmica, fazer tudo. Foi tudo construído com muitos esforços né, não sou casada, sou mãe solteira, meu marido, meu trabalho né, tenho dois filhos, tenho 3 neto, 54 ano, não tenho mais a saúde que eu tinha de antes, de 20 anos atrás né, nem 8 anos atrás, já veio muita coisa através disso e de tudo o que eu perdi, de tudo, que eu digo a você de coração, de tudo o que eu perdi o que mais me doí e até hoje doí muito assim quando eu me lembro é dos álbum dos meus filhos porque é a história da vida deles né, é a história da vida deles né, o acompanhamento que eu tinha através do álbum dos meus filhos e perdi tudo assim, as lembranças, as fotos, cê entendeu? Como mãe, assim, teve coisas que eu recuperei depois mais outras que eu tinha e não recuperei, não tinha como recuperar mais; primeiro, financeiramente você não tem mais estrutura pra comprar o que você construiu dentro de 26 anos né; segundo, você perdeu, perdi o amor pela minha casa, porque eu não posso fazer o que eu tava fazendo por ela. (Relato de Moradora D.T. Zona Urbana de Palmares, 2018)

Corroborando a fala da moradora Dandara, outro relato de um morador da área rural nos narra o sentimento de perda e de medo referente às enchentes/inundações e à destruição deixada em seu lar.

> Dá uma tristeza viu, porque a gente chegou aqui a casa cobriu, a gente vei, lavamo tudo direitin aí voltemo pru colégio, isso depois de uns 27 dia. Lavemo aí até pra chegar aqui dava trabalho, lama muito, aí lavemo quando foi a tarde eu deixei as porta tudo aberta pra levar um solzin, quando eu cheguei a tarde tava quase do mermo jeito, as teia caindo lama e água lá, aí deu uma tristeza grande, se eu tivesse um casa tinha ido me embora, ai enxuguei, o sol enxugou as teia aí pronto, passou a agonia, mais a gente ficou assustado, hoje qualquer enchente a gente fica com medo. (Relato de Morador Julião, Zona Rural de Palmares, 2018)

O desastre levou dos sujeitos atingidos não somente seus bens materiais, mas um conjunto de objetos afetivos que guardam memórias construídas de uma vida, lembranças e recordações, como fotografias, documentos, objetos de decoração, além de móveis e eletroeletrônicos, que, para esses sujeitos, têm um significado importante, de "fruto do trabalho" de uma vida. Essas perdas agravam o processo de des-territorialização, uma vez que, no campo material, tais elementos se perdem, deixam de existir. No entanto, do aspecto simbólico, as

memórias permanecem e perpetuam o vínculo com a construção territorial existente antes do desastre.

As perdas materiais e os impactos simbólicos destas se refletem nas lembranças e nas vivências dos sujeitos, causando o que Auyero e Swistun (2007) nos trazem como sendo um "sofrimento ambiental". Essa ideia é muito ampla e pode ser traçada para diversos tipos de eventos ligados ao ambiente. Os autores mencionados tratam desse conceito, a partir da vivência de uma comunidade localizada nos arredores de Buenos Aires, Argentina, onde, por intermédio de um estudo etnográfico, os estudiosos compõem uma discussão sobre a ideia de sofrimento ambiental dos moradores vizinhos de um polo industrial petroquímico e os problemas gerados pela exploração de petróleo, dentre eles, a contaminação e o adoecimento da população.

Tomando como base esse estudo, Iturralde (2015) aplica o conceito de sofrimento ambiental à comunidade de 30 de agosto, também residente nos arredores de Buenos Aires, tal área apresenta um conflito ambiental existente entre a população local e a agroindústria produtora de insumos agrícolas. Ao lançar o conceito, Auyero e Swistun (2007, p. 38) entendem que o sofrimento ambiental pode ser definido por "*una forma particular de sufrimiento social causado por las acciones contaminantes concretas de actores específicos*".

Souza (2019) propõe o uso do conceito de sofrimento ambiental para pensar os contextos de risco, perigo, vulnerabilidade e desastres naturais. Corroboramos essa perspectiva, destacando a importância de ampliação do conceito, para dar conta das múltiplas experiências que envolvem conflitos ambientais e/ou nas quais existem sujeitos atingidos.

Nesse âmago, os desastres "naturais" coadunam um conjunto de elementos que desencadeiam sofrimento ambiental, que atinge múltiplas escalas, dentre elas, a do corpo. O sofrimento abrange uma dimensão subjetiva e uma dimensão material, que se apresentam desde a ruptura territorial até as doenças físicas e mentais que são carregadas pelos sujeitos atingidos por parte ou por toda a vida.

O sofrimento ambiental, portanto, está para além do evento em si, pois corresponde a todos os desdobramentos que dele advém, desde a suscetibilidade e o risco, com a possibilidade ou não de haver um desastre, passando pelo evento e suas implicações posteriores, que abrangem elementos de cunho político, social, cultural e econômico, presentes pelas diversas perdas dos sujeitos, que perpassam a destruição da habitação, da renda familiar e dos espaços de crenças, entre outros.

Pode-se dizer que todos esses elementos compõem um ciclo do sofrimento ambiental, seja pela possibilidade de haver um desastre ou pela sua concretização, à espera dos processos

de reconstrução e as cicatrizes que permanecem pós-evento. Para Auyero e Swistun (2007), existem várias formas de viver o sofrimento ambiental e estes, como destacam os autores, atingem, em sua maioria, os pobres urbanos e seus espaços de vivência. Porém, levando em consideração nossa área de estudo, ampliamos essa dimensão para além do "urbano", sendo expressiva nas comunidades rurais. Essa afirmação parte do caráter dicotômico do ponto de vista jurídico-administrativo, que trata áreas urbanas e rurais com hierarquia de importância, direcionando suas ações para as sedes municipais e, nestas, demarcando o centro e os bairros de classes mais abastadas como prioridade de assistência.

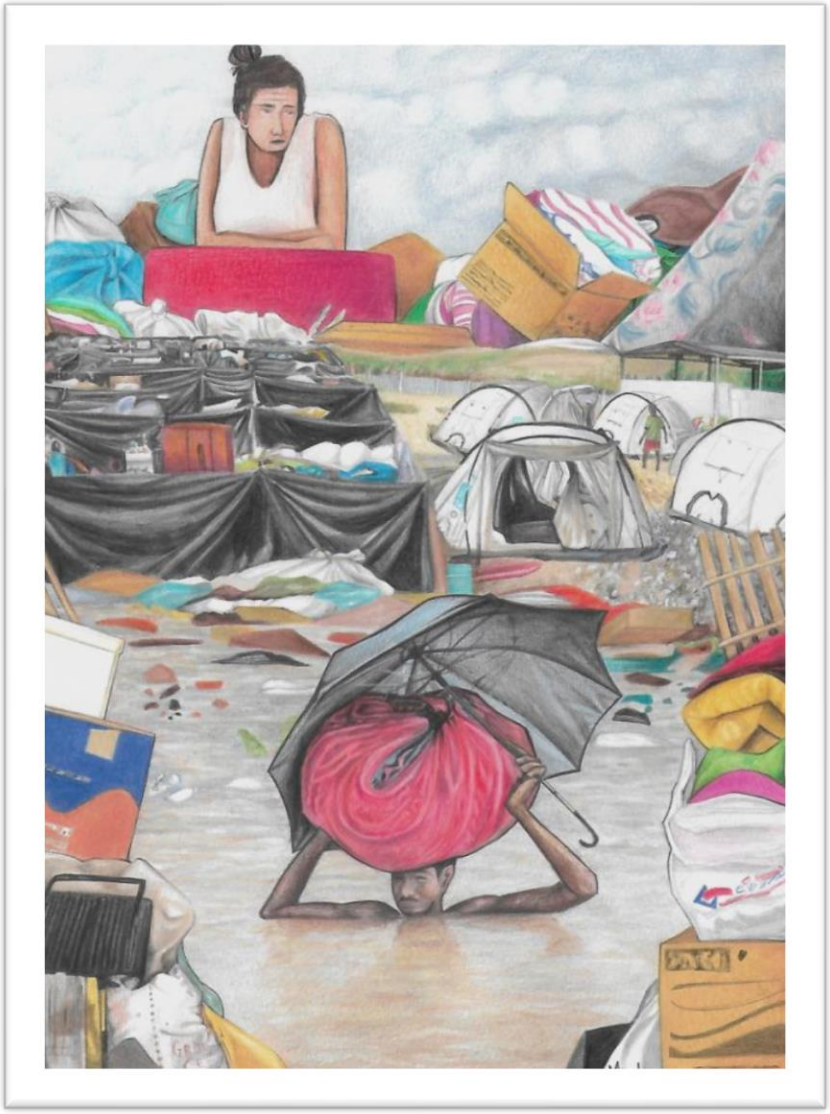
No tocante aos desastres "naturais", as "ações de atores específicos", destacas pelos autores, corroboram nossa análise, uma vez que se percebem aspectos de negligência, ausência ou mesmo a demora nos casos de atenção aos atingidos por desastres. Estes, por suas vezes, podem gerar múltiplas formas de sofrimento ambiental. A partir da análise dos autores supracitados, Iturralde (2015) aponta que:

> [...] este proceso de "hacer sentido" del sufrimiento es una experiencia individual, ya que el padecimiento es parte del cuerpo de un sujeto específico, pero a la vez es social en tanto las situaciones de sufrimiento son construcciones colectivas ancladas en contextos relacionales y discursivos específicos que moldean culturalmente las formas en las que los actores viven y entienden su dolor y las causas que lo producen. (ITURRALDE, 2015, p. 86)

O sofrimento ambiental se dá diretamente na escala do corpo, escala mais basilar e fundamental da existência humana. Sendo assim, podemos pensar o corpo como um território primeiro, aquele em que se defende, inicialmente, a existência da sobrevivência dos sujeitos, primeiro aspecto de defesa. O sofrimento ambiental, portanto, está diretamente ligado a este corpo-território, que sofre com os processos de desastres, com os deslocamentos e com as construções e configurações dos territórios de espera sobre os quais discutiremos a seguir

4 DA LAMA À LONA[65]: A CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE ESPERA E AS DINÂMICAS TERRITORIAIS PÓS-EVENTO

Figura 17- Corpo-território em meio a rede territorial de espera. Alex Mendes (2021)



Fonte: Elaboração do Artista – Alex Mendes, (2021)

Os processos de des-territorialização, ligados aos desastres discutidos anteriormente, implicam-se nos deslocamentos ocorridos por questões ambientais por todo o mundo, os "migrantes ambientais", "refugiados ambientais" e "deslocados internos" compõem

[65] A lona tem um sentido simbólico nos desastres "naturais" e na prevenção deles. Ela é colocada nas colinas, com o intuito de conter os deslizamentos de terra, e é usada nos abrigos, para criar "muros" e delimitar as áreas pertencentes à cada família. Além disso, alguns moradores das cidades estudadas viveram por quase um ano em barracas de lona doadas àqueles, cujas casas tinham sido totalmente destruídas.

caracterizações de sujeitos que vivem em movimento, em busca de "segurança" e "proteção" das condições básicas da existência.

No Brasil, os processos migratórios internos entre as regiões, por questões ambientais, não são recentes e têm, como marco, os discursos sobre a "seca" no Nordeste. De maneira crítica, é importante destacar que o fenômeno climático, por si só, não causou tais deslocamentos, mas junto a ele se aglutinam a sedimentação das desigualdades sociais e econômicas, centradas na disputa e no conflito pela terra e pela água (MACIEL E PONTES, 2015). Em virtude desses aspectos, muito nordestinos foram em busca de trabalho e moradia no Centro-Sul. A partir da década de 1990, outros deslocamentos passam a se intensificar em virtude de problemas e conflitos ambientais, não só mais ficando restritos ao interior dos países, mas transpondo esses limites. Fazendo emergir a definição de migrante ambiental, que para a Organização Internacional de Migrantes (OIM), se configura como sendo:

> Pessoas ou grupos de pessoas que, por razões imperiosas de repentina ou mudanças progressivas no ambiente que afetam adversamente suas vidas ou condições de vida, são obrigados a deixar suas casas habituais, ou optar por fazê-lo, temporária ou permanentemente, e que se movem dentro de seu país ou no estrangeiro (OIM, 2008. p. 31. Tradução livre)

A partir da segunda década do século XXI, novas definições começam a surgir no âmbito do Direito e das Relações Internacionais, entre eles, o de refugiado ambiental, discutido por Ramos (2011) e Claro (2012). As autoras assinalam que essa necessidade emerge, à medida que a definição de refugiado de 1951 e os critérios de pedido de refúgio não incluíam as questões ambientais. Com o aumento da frequência de desastres ambientais ("naturais" ou "naturais intensificados pela ação humana"), tem-se provocado o deslocamento de milhares de pessoas e o aumento significativo, em todo o mundo, daqueles(as) que buscam refúgio em outros países, por conta de desastres "naturais" e/ou conflitos ambientais. Para Ramos (2011), essas pessoas devem ter direito ao pedido de refúgio ambiental, como um parecer jurídico/político para os sujeitos que se deslocam por tais aspectos. Assim sendo, o refugiado se difere do migrante ambiental ou do deslocado interno a quem a ACNUR (Agência da ONU para Refugiados) define como sendo:

> Pessoas, ou grupos de pessoas, **forçadas ou obrigadas a fugir ou abandonar as suas casas ou seus locais de residência habituais**, particularmente em consequência de, ou com vista a evitar, **os efeitos** dos conflitos armados, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos **ou calamidades humanas ou naturais, e que não tenham atravessado uma fronteira internacionalmente reconhecida de um Estado**. (ACNUR, 1998, Tradução livre, Grifo nosso).

Dada a proximidade das definições, o que difere migração ambiental de deslocados internos é a dimensão da transposição dos limites territoriais dos Estados Nacionais, que pode ocorrer na migração, o que não coaduna com os deslocamentos internos. A partir dessa discussão, Pacífico e Gaudêncio (2014) ampliam o debate para pensar os "deslocados ambientais", destacando suas principais diferenças e chamando atenção para a confusão que há em torno do migrante, por razões econômicas e dos deslocados ambientais que, embora em seu deslocamento inclua questões de conflitos econômicos, políticos e culturais, estes apresentam a dimensão ambiental como fator chave para tal deslocamento, sendo agravado pela ampliação das possíveis mudanças climáticas.

Com base em tais discussões, compreendemos que o descolamento indica mudanças de lugares, saídas e entradas dentro da delimitação territorial do Estado Nacional. No Brasil, tais movimentos, muitas vezes, ocorrem em distâncias curtas, que não transpõem os limites municipais. Portanto, optamos por trabalhar com o termo deslocamentos ambientais, para expressar as dinâmicas e as transições territoriais dos sujeitos atingidos por desastres na Mata Sul.

Na leitura de Bordas (2013, p.82), deslocar está ligado a "*commovere* (latim), deslocar, ser movido, mover junto, enternecer, afetar, como ver". Ilustrando os deslocamentos a partir da arte (fotografias, cartografias sociais, esculturas), a autora nos indica sensibilidade de olhar o movimento de maneira multifacetada e incorrer, nesse exercício, é apreender aqueles(as) que se deslocam, forçadamente ou não, dentro de uma visão ampla, que mescla elementos materiais e simbólicos.

Mondardo (2018), embora discuta a perspectiva da migração e, não necessariamente, dos deslocamentos ambientais, em termos qualitativos, a mobilidade dos que se deslocam se assemelha à condição do migrante que, para o autor, se define:

> [...] como ser em trânsito seja pela força de trabalho ou outras formas de mobilidade. Estabelece-se aí uma relação tensa e ambivalente na condição de pertencimento e de vivência com/no novo território. O migrante cria vínculos afetivos e/ou de materiais com o território, numa situação ambígua, "de ser de dois (ou mais) territórios e não ser de nenhum", caracterizado por uma espécie de "translocamento" (MONDARDO, 2018, p. 124)

Apesar de a mobilidade dos deslocados ambientais nem sempre extrapolar os limites de suas microrregiões ou, pelo menos, da escala municipal, o sentido do constante "estar-entre territórios", à procura de linhas de fuga e de abrigo ao mesmo tempo, sem ter para onde ir e para onde voltar, essa dimensão pode ser entendida no que Haesbaert (2015) elenca como sendo

i-mobilidade (o ser imóvel em meio ao movimento que se impõe sobre os deslocados). Porém, na contramão da análise de Mondardo (2018), que afirma que os migrantes criam laços afetivos e materiais com territórios diversos, elaborados pelos migrantes, os deslocados ambientais se colocam em um "limbo", em uma encruzilhada, sem direcionamento para seguir, processo no qual se constituem os territórios de espera.

4.1 TERRITÓRIOS DE ESPERA: CONFLITOS, PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS NOS ABRIGOS

A noção de espera, apesar de estar na Geografia de forma implícita há muito tempo, sobretudo, nas discussões dos processos migratórios, dos deslocamentos e de mobilidade, só recentemente vem sendo pensada na análise espacial. O período da globalização, embora seja reconhecido pelas discussões sobre redes, conexões, velocidades, surge, em meio a esses temas, à espera, esta permeia diversos locais, como aeroportos, hospedarias, hotéis, terminais de transporte rodoviário e ferroviário.

Para Musset (2015, p.307), a inovação de estudar à espera está em perceber, a partir dela, a intersecção espaço-temporal, uma vez que, para o autor, "analisar esses lugares intermediários nos permite questionar os momentos de incerteza que prevalecem em uma situação de transição entre um presente desgastante, um futuro desejado e um passado reprimido ou idealizado"[66] (Tradução Livre). Nessa situação de "transição" entre passado e porvir, configura-se como um período de in-certezas que vão desde a possibilidade de sobrevivência ou não, até a chegada a uma certa "seguridade", sobretudo, para os sujeitos mais vulneráveis, como, por exemplo, aqueles atingidos por desastres "naturais".

A perspectiva de Musset (2015) abrange a constituição de "territórios de espera" e "lugares de espera". No entanto, a nossa análise tem como foco, discutir a constituição dos territórios de espera, pós-evento. Para a compreensão deste conceito, é necessário pensar o território de maneira ampla, também na dimensão do cotidiano, como aponta Musset (2015)[67], que busca discutir a dimensão existencial da espera.

Na perspectiva de Vidal *et al.* (2011, p.2), "território de espera" "indica dois sentidos distintos – a imobilidade de um lado e a esperança de outro". A partir desse pressuposto, subdividimos o território de espera, pensado a partir da nossa área de estudo em três momentos:

---

[66] O trecho é uma tradução livre de Musset (2015, 307): "analizar esos lugares intermedios nos permite cuestionar los momentos de incertidumbre que prevalecen en una situación de transición entre un presente agotador, un futuro deseado y un pasado reprimido o idealizado."

[67] O autor realiza tais discussões a partir das leituras do Geógrafo Guy Di Méo.

Território de espera 1: o recuo das águas – constitui-se no encontro do abrigo inicial, onde há uma espera pela diminuição do nível de água do rio. Nas cidades estudadas em 2010, esse período durou em média de dois a três dias[68], marcando esse momento pela tensão entre a possibilidade de vida ou de morte. Se "corre" para os abrigos – partes mais altas das cidades, como igrejas, escolas, terreiros de Candomblé, cemitérios, telhados e rodoviárias, entre outros – enquanto, na zona rural, muitas áreas se tornam ilhadas, hospitais são destruídos e enfermos e pessoas mais fragilizadas esperam os grupos de resgate. Essa primeira espera é marcada pela solidariedade entre os sujeitos que dividem, os poucos alimentos que encontram. Mas, em contrapartida, é caracterizada também pelo medo intenso da morte, uma vez que os sujeitos se encontram com muitas partes de corpos submersas, concentradas em telhados, postes de energia elétrica, árvores e qualquer lugar que os faça escapar das forças das correntezas.

Território de espera 2: juntando os cacos – nesse momento, com o recuo das águas às margens dos rios, os sujeitos atingidos iniciam os seus deslocamentos dos abrigos emergenciais e se deparam com a destruição de seus territórios (casas, bairros, cidades) imersa em lama, a qual abriga os "cacos" do que sobrou da enchente/inundação. Os sujeitos reúnem o pouco que conseguem, avaliam os danos causados em suas casas, iniciam um processo de limpeza e reconstrução, é um momento de comoção, que marca as narrativas dos sujeitos pela ideia de "zona de guerra", "caos", "dilúvio", "destruição" e onde se encontram as lágrimas, as perdas e o desespero do trabalho de uma vida perdido.

Território de espera 3: vidas em suspensão – por fim, este terceiro momento de espera consiste em um período temporal mais longo nas áreas estudadas, perdurando entre cerca de um mês e um ano, em abrigos temporários, cedidos pelo Estado. Posteriormente, essa espera se estende por alguns anos, quando começam as brigas e as lutas pela reconstrução da moradia, existindo ainda aqueles, para os quais essa espera não terminou, pois, dez anos após o desastre, alguns sujeitos não receberam novas moradias ou já receberam em condições precárias e parcialmente deterioradas.[69]

Após reunir seus cacos, inicia-se a estruturação e a montagem dos abrigos gerenciados pelo Estado, em sua maioria, prédios públicos municipais, como sedes de Centros Sociais Urbanos; CRAS, CREAS, escolas, entre outros. Nas cidades estudadas, outra forma de abrigo foi construída, barracas de lona, doadas pelo Rotary Club, foram distribuídas nas cidades de

[68] Há uma variação de tempo, dependendo do ponto de localização dos abrigos, mesmo com as águas em recuo em algumas áreas, não é seguro o deslocamento, sobretudo, em locais mais isolados que ficaram "ilhados".

[69] É possível encontrar narrativas dos sujeitos que receberam casas deterioradas em reportagem jornalista, elaborada na série "Vidas inundadas", realizada pela EBC: Empresa Brasileira de Comunicação, possível de ser encontrada no link: https://www.ebc.com.br/especiais/vidas-inundadas. Acesso em: novembro de 2020.

Água Preta, Palmares e Barreiros, consideradas as mais afetadas pelos órgãos de ação do Estado.[70] Essa forma de ocupação produziu, na paisagem, uma marca que nos remete à constituição dos campos de refugiados mundo afora.

Os abrigos temporários foram gerenciados com o auxílio dos servidores municipais responsáveis pela gestão deles. Inicialmente, com processos de triagem, no qual as famílias são divididas, levando em consideração alguns critérios, dentre eles, a idade e a necessidade de atenção e de cuidados. Nesse espaço, constituíram-se relações de solidariedade e ajuda mútua, como no relato da coordenadora de abrigo.

> Recebi numa noite um idoso, todo sujo de lama, com fome, a situação dele tava horrível, encontraram ele num banco de feira no mercado, aí [...] todo mundo era muito unido, aí todo mundo se reuniu, deu banho nele, começou a procurar roupa pra ele, depois alimentou, foi enfermeira, então tudo era muito assim, era muito difícil mais os abrigados, colaboravam muito. (Relato da Coordenadora de abrigo, 2018)

No entanto, os conflitos e as tensões se apresentavam como uma constante, em alguns abrigos distribuições foram realizadas a partir da segregação social, em virtude da localização geográfica de moradia, ou seja, sujeitos que viviam em áreas de periferia social acabaram por ficar em abrigos mais afastados e com maior controle policial. Sobre esse aspecto, a narrativa de uma das assistentes sociais que trabalharam na época da enchente/inundação de 2010[71] nos denota o cotidiano desses sujeitos marginalizados.

> [...] eu escutava coordenadora falando desse abrigo que eram 16 famílias, que a gente chamava de abrigo do PET, aí eu via o pessoal comentando [...] dizia: "ah a gente num não tem condições mais de ir pra ali porque as crianças, as brincadeiras deles lá é brincar de faca e de tesoura" de tão violento que era. Quando eu escutei aquilo eu fiquei chocada[...]o que a gente tem a fazer é tentar esgotar todas as possibilidades, principalmente com famílias que antes já tinham uma vida difícil e que se tornou mais difícil ainda, que foi nessa época do abrigo, então a gente tinha que dá o melhor da gente[...] Eram 16 famílias, todas usuárias de drogas [...]os nomes dos cachorros era maconha, crack, cocaína. Eles já [...] tinham feito duas meninas[...]de refém e só ia liberar se fossem comidas, roupas, era alguma coisa assim que eles solicitavam. Eu comecei a ver [...] quando o pessoal ia, o

[70] Essa informação consta em quase todos os documentos técnicos oficiais, a saber no Relatório do Banco Mundial, – Perdas e Danos (2012) e Atlas de Desastres Naturais – volume Pernambuco (2012), no entanto, é preciso destacar que tais cidades também apresentam uma relevância em termos de centralidade econômica na Mata Sul, em virtude da histórica de ocupação das usinas de cana-de- açúcar. Nesse contexto, alguns municípios com menor visibilidade, inclusive, midiática, como Catende, Marial e Jaqueira, também tiveram grandes proporções de destruição e carecem de uma análise de pesquisa aprofundada sobre o tema.

[71] Nessa narrativa, optamos por não sinalizar o município onde ocorreu tal experiência, uma vez que, por se tratar de funcionários à serviço do público, poderiam ocorrer possíveis identificações dos(as) colaboradores(as) da pesquisa.

> pessoal chamava a Rocan, a Rocan era a polícia que andava aqui na moto [...] aí eu pensei eu vou pra um lugar que eu quero que me respeitem, eu já chego com a polícia?[...] Quando eu entrei que vi que lá também era dividido por lençóis[...] me deparei logo com cinco crianças na frente, tudo suja, de pé no chão, sem camisa [...]Eles eram tão assim, tavam tão machucados e até assim, eu acho que até se sentindo excluídos, pela situação deles, porque eles eram desconfiados demais, aí começaram a dizer: "porque num vem roupa aqui pra gente, quando vem roupa pra gente já é que passou por todos os abrigos, porque a marmita da gente é a última que chega.". Não era, porque tudo era entregue igual[...] aí eu disse: olhe, eu tô aqui pra ajudar, agora [...] vocês vão ter que colaborar, eu vou levar essas reclamações de vocês, a gente vai ver o que vai fazer, de hoje por diante a comida vai chegar tal hora, vai ser assim, assim e assado. Agora eu quero saber uma coisa, posso contar com vocês?[...] "Olhe, de hoje por diante, vocês vão me escutar e escutar ela, o que ela disser vocês a gente vai acatar aqui porque ela chegou respeitando a gente, ela não chegou com a Rocan aqui, com a polícia dando na gente não." [...][72] (Relato de Coordenadora de Abrigo, 2018)

> Os abrigos, foi feito nos Colégios né? E uns lá, ficou os últimos abrigos que ficou foi do CSU, que o pessoal montaram Cabana e as salas de abrigo, só que acontece uma coisa, pegaram essas pessoas usuárias de drogas e jogaram tudo, parece que eles já sabiam, colocaram tudo num canto só e os outros saíram espalhando por ali, aí quando foi um dia [...] numa tarde no sábado, uma das pessoas foram lá onde eu tava e pediram leite, eu fui botar o leite[...] "Porque em dia de sábado a cozinha é fechada". Eu disse: como é a história? Sábado e domingo é fechado por quê? Aí ela disse: "Não é porque a menina folga sábado e domingo". Eu disse: né pra folgar não. Infelizmente naquela época, quem estava a frente da Assistência Social era o [...] eu entrei, estressada não, se amostrando né [...] parei [...] foi aquela confusão na porta [...] peguei ele e mandou eu dá nomes, leite e tudinho né, aí depois mandou as chaves. Tinha gente ali, era ser humano, perderam as drogas que vendia, perderam o pão de cada dia deles, a água levou, mais tinha filho, tinha criança. (Relato de Dandara líder comunitária na cidade de Palmares, 2018)

As questões de desigualdade social e precarização da vida, nos contextos de desastres, tornam-se latentes, mesmo nos abrigos, onde se "escolhe" quem tem mais direitos ou acessos em relação aos outros. Nos abrigos, os sujeitos são tutelados pelo Estado e criam construções territoriais, que se impõem pelas relações de poder nas disputas, nas tensões e na solidariedade, compondo territórios de espera, os quais, na perspectiva de Vidal *et al.* (2011), se configuram

[72] Todas as partes que aparecem entre colchetes foram retiradas por apresentar elementos que poderiam, de alguma, forma identificar os sujeitos que passaram por tais experiências. Esta estratégia foi utilizada para proteger o máximo possível os(as) colabores(as) da pesquisa.

como “pouso”, “parada”, um *entre-deux*, um território de saída, destruído à espera por outras construções territoriais.

Nos territórios de espera criados nos abrigos, acabam por eclodir diversos elementos do convívio social, alinhados às perdas e à precarização territorial, como discute Valêncio (2009), ao analisar os abrigos a partir de uma perspectiva sociológica. Para a autora, nesses espaços, há quebra da privacidade das relações familiares e uma desestrutura do ponto de vista das relações cotidianas dos sujeitos, onde se reúnem, além dos atingidos, os objetos recuperados, como utensílios diversos e roupas amontoadas. Espaços esses que, na leitura de Marchezini (2014), se configuram como sendo “campos de desabrigados”, definidos pelo autor como:

> Os *campos de desabrigados* são espacializações do estado de exceção que não ganham visibilidade como continuidade do desastre. Tais multiterritórios precários confinam e invisibilizam um conjunto de violências e sofrimentos sociais que não mobilizam a sociedade para um outro olhar acerca das tragédias que continuam a ocorrer e se replicar pelo país (MARCHEZINI, 2014, p. 162) (Grifos do autor)

A constituição dos abrigos nos contextos de desastres “naturais” perpassa por uma lógica endógena dos sujeitos que, ali, passam a viver e sobreviver e outra lógica exógena da observação daqueles que não estão imersos nesses contextos, a exemplo da mídia, que provoca, por vezes, a espetacularização do sofrimento dos sujeitos atingidos. Essa reflexão se faz necessária, uma vez que, após a efervescência dos eventos, com a retirada dos holofotes sobre os atingidos, estes retornam à invisibilidade, à luta diária para suprir as necessidades básicas de sobrevivência, restando-os apenas as relações cotidianas, as disputas, os conflitos e a solidariedade construída nos territórios de espera.

Estes, por suas vezes, são compostos de vasta complexidade de experiências, que perpassam pelos sujeitos e suas vivências, sendo constituídos, materialmente, de diversas formas. Nos municípios estudados, em linhas gerais, os abrigos se dividiram em dois grandes conjuntos, os prédios públicos e as barracas de lona (ou tendas na referência de alguns moradores) colocadas em áreas de “vazios urbanos”. Sobre a organização das barracas, uma das coordenadoras aponta para o funcionamento delas como uma alternativa para a falta de abrigos e alojamentos, pois a destruição causada pelo evento, atingiu prédios públicos, como as escolas, que servem de abrigo para muitos atingidos. Ao relembrar os acampamentos, a ex-gestora dos abrigos relata que:

> Cada família ficou com uma barraca, agora no CSU, ele tinha um espaço físico então dentro desse espaço ficou algumas famílias, que eram essas que [...] ficavam divididos por lençóis, [...] **cada um tinha um cantinho mais dividido por lençóis.** Nas cabanas, nas tendas, cada

> um ficou uma família.[..] Quando terminou de colocar nos abrigos, foi que a gente foi pro CSU e teve a doação das tendas que foi doada pelo Rotari, que a gente até participou da montagem de algumas e assim, no meu ver, o tempo que eu passei com essas famílias, que eu passei mais de um ano**. Toda situação era ruim, tanto o abrigo como as tendas, porque eles tavam fora do habitat deles**, mais as tendas pra mim foi a parte, eu não gosto nem de me lembrar [...] É porque as tendas era muito quente, era muito pequena, mais a gente num tinha outra opção pra colocar essas famílias, porque é todas as escolas estavam lotadas e a gente num tinha a opção de casa, de nada, nem de alugar, porque as casas que tinha no alto, algumas famílias já tinham alugado e a gente fez o máximo que pôde. O Estado contribuiu muito na época, nesse lugar das tendas mesmo eles levaram banheiros químicos, eram vários banheiros químicos, não faltava nada pras famílias, porque questões de alimentação, de medicamento, quando não vinha do governo do Estado, vinha sempre doações de várias pessoas, de outros municípios, de outros estados, houve muita doação de pessoal de fora, então passou um bom tempo a gente dando assistência, agora me marcou muito essa questão das tendas, porque tinha até uma senhora que tava grávida e tinha tido o bebê, então quando o bebê saiu, quando ela saiu da maternidade foi direto pra tenda que a gente não tinha como alojar ela em outro lugar. (Relato de Assistente Social Coordenadora de Abrigo na enchente de 2010)[73]

Nas cidades estudadas, os desastres "naturais" ganham dimensões de catástrofes, como aponta Veyret (2019), pelas proporções que atingem e pela possibilidade de suporte aos atingidos. Quarantelli (2006) afirma que as catástrofes se apresentam quando comprometem, inclusive, os sistemas de atenção, proteção e socorro aos atingidos. Nesse contexto, dentro do caráter local, na escala dos municípios, essa realidade se manteve presente, pois locais que serviam de abrigo, hospitais e prédios públicos, também sofreram destruição, bem como muitos dos funcionários dos municípios, à medida que tinham de dar assistência aos atingidos, também recolhiam seus pertences destruídos pelo desastre.

Ainda assim, não trabalhamos com a perspectiva do termo catástrofe, como aponta Quarantelli (2004), pois entendemos o desastre como uma questão de escala. O nível administrativo municipal foi incapaz de oferecer proteção e assistência necessária aos sujeitos atingidos, ficando a cargo do Governo do Estado a atenção imediata. Havendo assim, a possibilidade de apoio e atenção (ainda que precária, em certa medida) aos sujeitos atingidos.

A situação se agrava quando equipamentos básicos de atenção aos sujeitos ficam totalmente ou parcialmente destruídos, a exemplo dos hospitais estaduais e municipais que foram devastados, muitos enfermos acabaram por permanecer nos abrigos em situações

[73] Relato obtido em entrevista semiestruturada no ano de 2018.

insalubres, experiências vivenciadas também por sujeitos que perderam suas moradias e estavam no período de recuperação, como no relato da moradora Olga:

> Foi mais difícil pra mim porque meu marido fez uma cirurgia de coração. Ele passou mal aí foi encaminhado, aí fez uma cirurgia, aí pra ficar com ele, o problema maior é o pós-operatório né... e a gente ficou dentro de um colégio, eu com medo dele pegar uma bactéria, alguma coisa... aí a gente ficou lá 6 meses[...]Tinha uma moça, logo quando meu marido se operou... O prefeito na época era Beto, ele mandou uma pessoa lá só pra ficar auxiliando a gente, uma menina que auxiliava, se ele passasse mal qualquer coisa, mandava doutor lá uma vez na semana... Ele foi muito bom, não teve o que reclamar muito bom mermo e eu acho que eu agradeço a ele até o fim de minha vida porque não é mole uma pessoa com válvula, com uma cirurgia no coração, dentro do colégio, em tempo de pegar uma bactéria e ele deu a maior assistência, mandava o doutor e toda semana ele ia lá, olhar, ver como é que ele tava (Relato de Olga Moradora de Palmares, 2018)

Um dos extremos da precarização territorial dos atingidos por desastres no Brasil, foi o período de permanência nas barracas de lona, áreas que se assemelhavam aos campos de refugiados distribuídos pelo mundo. Os moradores dos municípios de Palmares, Barreiros e Agua Preta vivenciaram esse episódio, no entanto, a maior concentração desses abrigos se instalou no município de Barreiros, que chegou a compor dois acampamentos, denominados Confiança e Esperança, que chegaram a abrigar cerca de 170 e 233[74] pessoas, respectivamente, segundo os dados do relatório da Secretaria Municipal de Ação Social e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), elaborado em setembro de 2010.

Em pesquisa de campo, para construção de relatório sobre desabrigados no Brasil, realizado pelo Conselho Federal de Psicologia, o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres, coordenado pela Profª Drª Norma Valêncio, investigou diversas realidades de assistência aos desalojados e desabrigados nas diversas regiões brasileiras, afetados por desastres "naturais" no ano de 2010 e 2011. Os pesquisadores observaram *in-loco* os acampamentos aos quais nos referimos na cidade de Barreiros, tal análise possibilitou a compreensão de conflitos e tensões nesses territórios de espera, que recuperamos a partir das narrativas dos sujeitos, obtidas pela pesquisa do NUPED. Alguns momentos marcam esse episódio que compõe os desastres, um deles se refere à vivência nos acampamentos e ao descaso do Estado e de seus agentes, evidenciado no seguinte relato:

[74] Nos municípios de Palmares e Água Preta foram apresentados relatos sobre os acampamentos. No entanto, não encontramos dados sistematizados sobre a organização dos mesmos, na cidade de Barreiros. Essa estrutura de abrigo recebe ainda mais destaque, além do quantitativo populacional, por sua localização às margens da rodovia estadual PE-050. Importante rota de ligação de atrativos turísticos do Litoral Sul de Pernambuco e do Litoral Norte de Alagoas.

> Perdi tudo, mas estou pagando dívida. [...] Não é fácil. A gente que tá aqui é muito humilhado; tem muita gente aqui que não tinha quase nada e de repente perdeu tudo e ficou só com a vida e a roupa do corpo. Eles vêm aqui [pessoal da assistência social e demais agentes públicos] e humilham a gente porque a gente tem pouca coisa, eles a acham que são superiores, eles dão ordens e querem ser melhores só porque eles trabalham na prefeitura, só porque eles têm um emprego e uma casa pra morar [...] É a humilhação da comida, na hora da refeição o povo fala mal, não tem mais carne, o pão que chega aqui chega seco, sem mais nada. Tem muita gente que não tinha problema e hoje tem problema de cabeça, porque tem muita gente roubando e veio só uma cartinha pra gente dizendo que eles vão resolver isso [...] água pra beber tem só que é quente, é de doação dessas de copinho, mas tem sempre, e o banho e lá no banheiro, o banheiro e enorme, tinha de tudo no banheiro, mas roubaram tudo pouco a pouco à noite os traficantes roubavam e levavam de tudo roubaram as lâmpadas dos banheiros, as privadas e as pias...[para fazer as necessidades à noite] a gente comprou um pinico e joga no lixo. Só esta chegando absorvente e papel higiênico... Sabonete não veio mais. Passei dois dias com a mesma calcinha só consegui comprar calcinha quando eu recebi. (Relato de acampada Dona X. Em entrevista concedida ao NEPED, 2011)[75]

O tempo de permanência nos acampamentos apresentou variações de acordo com o município e o andamento das obras dos conjuntos habitacionais prometidos pelo Governo do Estado, o que se coaduna nos relatos dos sujeitos. É um período de "expulsões" por parte do Estado, os sujeitos atingidos são direcionados a procurar outras formas de vivência, com o recebimento do auxílio direcionado pelo Estado, para manutenção dos desabrigados em relato ao NEPED, uma das atingidas relata que:

> [Recebemos R$150] [de auxílio-aluguel, mas, não tem como alugar uma casa com 150 reais, e se não sair daqui, vão cortar o auxílio moradia, já foi bloqueado vários auxílios por causa disso, só tem o benefício quem sair daqui, e logo no início não podia voltar pra beira do rio, agora pode tudo, agora você pode arriscar suas crianças... É uma humilhação! Não tem prazo pra ir pra casa, se quiser voltar pra beira do rio pode ir, o que você quiser fazer da sua vida você faz [...] ele não tá mais ligando pra gente. E 150 é muito pouco não dá pra nada...(Relato de Acampada Dona X. Em entrevista concedida ao NEPED, 2011)[76]

Valencio, Siena e Marchezini (2011) discutem como esse processo levou diversos sujeitos a retornarem para as áreas consideradas de risco e a usar as barracas de lona doadas

[75] Idem.

[76] Utilizamos os relatos apresentados pelo no Relatório do Conselho Federal de Psicologia, realizado pelo NEPED - Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres, coordenado pela Profª Drª Norma Valêncio. A equipe realizou pesquisa de campo na cidade de Barreiros-PE, meses após a ocorrência dos do desastre de 2010. Tais relatos são de suma importância para discussão desta pesquisa, tendo em vista o marco temporal de diferença entre o campo realizado pelo núcleo em 2011 e nossa pesquisa de campo realizada em 2018.

para “acampar” em terrenos privados, uma vez que, segundo os autores, a cidade não possuía imóveis disponíveis para locação. Essa precarização intensa levou os sujeitos a uma ampliação da vulnerabilidade, na qual a existência só abrange a escala do corpo-território. As imagens das figuras 18 e 19, cedidas pela Secretaria de Ação Social do Município de Barreiros[77], apresentam os acampamentos de atingidos e a precariedade dos territórios de espera que se constituem nesse espaço.

Figura 18- Barracas no Acampamento dos atingidos – Barreiros (2010)

Fonte: Secretaria Municipal de Ação Social – Barreiros, 2010.

[77] As imagens das figuras 18 e 19 foram fornecidas pela Secretaria de Ação Social do município de Barreiros em 2018.

Figura 19- Acampamento de atingidos por desastres “naturais” – Barreiros/PE

Fonte: Secretaria Municipal de Ação Social – Barreiros, 2010.

Em nossa pesquisa de campo, quase uma década após os eventos de 2010, os acampamentos foram desfeitos e diversas famílias já haviam se deslocado para novas habitações, nos conjuntos construídos pelo Estado. No entanto, na paisagem, ainda permanecem as marcas deixadas pelos abrigos improvisados na enchente de 2010.

Nas áreas onde se situaram as barracas de lona na cidade de Barreiros, observamos, nas figuras 20 e 21, as estruturas dos galpões de alvenaria, onde concentravam as atividades de produção de alimentos, higienização pessoal e pontos de apoio para os gestores dos abrigos. Nos terrenos vazios, às margens das rodovias, concentravam-se os aglomerados de barracas que abrigavam os sujeitos atingidos em 2010.

Nas imagens seguintes 22 e 23 , destacamos os abrigos que receberam moradores das áreas rurais. A escola municipal no engenho Pirangi serviu de abrigo por cerca de um mês, e o antigo mercado no conjunto arquitetônico de Usina Santa Teresinha também abrigou famílias na enchente de 2010.

Figura 20- Área de localização das barracas de lona em Barreiros -PE

Fonte: Zenis Freire, pesquisa de campo (2018)

Figura 21- Área de localização de acampamentos na cidade de Palmares

Fonte: Zenis Freire, pesquisa de campo, 2018.

Figura 22- Escola Municipal Abrigo no Engenho Pirangi em 2010.

Fonte: Zenis Freire, pesquisa de campo na usina Engenho Pirangi Zona Rural de Palmares, 2018.

Figura 23- Prédio usado do abrigo em 2010 na Usina Santa Teresinha

Fonte: Zenis Freire, pesquisa de campo. Usina Santa Terezinha Zona Rural de Água Preta, 2018.

Além dessas marcas, na paisagem de um passado recente, do contexto dos desastres nos municípios estudados, essas experiências não ficaram apenas nas memórias. Mesmo com os deslocamentos de muitos moradores para conjuntos habitacionais construídos *a posteriori*, (os quais serão discutidos no capítulo seguinte) reverberam, nos sujeitos, a dimensão da vulnerabilidade ampliada e as permanências em áreas suscetíveis e novos desastres, como observamos na imagem da figura 24, às margens do Rio Una, onde as moradias precárias continuam a enunciar a possibilidade de outros atingidos.

Fato esse ocorrido no ano de 2017, quando novamente sujeitos passam a se deslocarem, em virtude das enchentes/inundações dos rios. As proporções nesse evento foram inferiores às ocorridas em 2010, porém, muitos dos atingidos, mesmo sete anos após o desastre, ainda não haviam constituído os processos de re-construção territorial. Além disso, nem os serviços de proteção e atenção aos sujeitos atingidos haviam criado uma estrutura que permitisse ações imediatas pós-evento, constituindo mais uma vez os territórios de espera[78].

Figura 24 - Áreas de suscetibilidade a enchentes/inudações nas margens do Rio Una – Barreiros/PE

Fonte: Zenis Freire, pesquisa de campo, 2018.

[78] Nesse ponto, conforme sinalizamos na introdução, abordaremos elementos das formas de organização nos abrigos que foram vivenciadas em 2010 e em 2017. O hiato temporal provocou algumas alterações, sobretudo, no tocante ao quantitativo de sujeitos atingidos. No entanto, as experiências são centrais para esta análise, que busca analisar os territórios de espera, agora, na formação de abrigos em escolas públicas. Vale destacar que, no ano de 2010, o acesso a mídias digitais e aparelhos fotográficos era restrito, isso explica os escassos registros realizados nos abrigos nesses períodos, em 2017, esse fator se difere e alguns órgãos públicos mantém tais registros.

O abrigos reúnem sujeitos destituídos de quase tudo, restando somente o corpo como território. Ainda assim, estes passam a criar diversas formas de territorialidades nos abrigos, que, segundo Sack (1989, p.24), "[...] deve envolver uma tentativa no esforço de controlar o acesso sobre a área e as coisas dentro dela ou restringir a entrada de coisas de fora". O autor, ao tratar da territorialidade humana, exemplifica diversas nuances de como esses processos dos "controles de acesso" aos territórios se dão, incluído a escala micro, como a casa ou, até partes desta, que são restritas ou não a determinados sujeitos.

Esse aspecto é percebido nos abrigos, à medida que os sujeitos acabam territorializando "pedaços" dos abrigos onde são colocados. No entanto, esse controle do acesso é efetuado também pelo Estado, ao fazer o gerenciamento dos abrigos e dos sujeitos que, ali, passam a viver. Nas imagens das figuras 25 e 26, observam-se os arranjos dos móveis e as divisões entre as famílias, seus "muros", recortados por lençóis e lonas, que demarcam os territórios desses sujeitos. Em um segundo momento, é possível observar atividades coletivas destinadas aos sujeitos atingidos, como, por exemplo, a recreaçãopara as crianças dos abrigos.

Figura 25- Abrigo em quadra de esportes IFPE – Barreiros em 2017

Fonte: Relatório da Secretária de Ação Social de Barreiros sobre enchentes de 2017.

Figura 26- Atividades recreativas nos abrigos em Barreiros

Fonte: Relatório da Secretária de Ação Social de Barreiros sobre enchentes de 2017.

Nos entremeios dos abrigos, as geopolíticas minoritárias se estabelecem com as linhas de fuga, criadas pelos sujeitos atingidos, que se dão nas relações de cuidados nos abrigos, como limpeza e alimentação e o cuidado com os idosos e os mais jovens. As questões de gênero tornam-se mais latentes nesse contexto, as mulheres, em sua grande maioria, permanecem mais tempo nos abrigos e se colocam no gerenciamento dos seus territórios, processo este que se estende ainda ao cuidado e à vigilância em relação aos seus corpos, vulneráveis nos abrigos, e às crianças, muitas vezes, vítimas de assediadores.[79]

Diante desse contexto, é possível perceber que ocupação dos abrigos apresentou nuances diferentes do ponto de vista de organização e de auto-organização, diferenças marcadas entre os abrigos das zonas rurais e das zonas urbanas (enquanto limites administrativos). Nas áreas rurais, os abrigos se constituíram por meio da ocupação de prédios públicos, como escolas e unidades básicas de saúde. Esse formato de ocupação se deu em virtude dos isolamentos das áreas, causados pela enchente/inundação, sem assistência do Estado. Antes de as águas do rio recuarem, os sujeitos acabaram por ocupar e se auto-organizar nos abrigos, sem o gerenciamento e/ou a coordenação de funcionários direcionados pela Prefeitura Municipal, levando-os a "demarcarem" seus territórios nos abrigos:

[79] Estes relatos, juntos aos de violências e ameaças foram percebidos nos relatos das mulheres atingidas, esses estão presentes nas narrativas de forma sutil, no entanto, nos possibilitam a reflexão da profundidade das nuances e dos eixos que podem ser pensados a partir da realidade dos sujeitos atingidos.

> Cortava as cortina, aí mainha cuzinhava no fogão, ficou tipo uma casa mermo. No colégio tinha banheiro, a gente tomava banho no banheiro, às vezes tomava banho no rio, quando o rio baixou né, quando a água limpou tomava banho no rio, ou se não no colégio mermo porque tinha dois banheiro, era um banheiro da gente e um banheiro dos alunos e quando era na parte da noite que num tinha aula né.
>
> Assim, cada cá, ficou numa sala, um cômodo de uma sala, eu fiquei numa só lá né, eu, meus filho e meu esposo e Estrela ficou em outra, num foi Sol? e meu pai em outra. E assim, quando começou cursinho ali no colégio, pra aula, essa coisas, a gente tava lá ainda, até arrumarem uma solução pra nós né. [...] A gente ia voltar pra casa da gente, por conta que tavam mandando sair, pra desocupar a sala prus menino estudar, mais depois a gente disse que num saía e ficou assim, eles estudando e a gente morando lá no colégio.[...] Oia, porque as casa tava condenada pela Defesa Civil, tava condenada, aí pronto eu disse: daqui eu não saio, só vou sair quando Jesus me conceder minha benção, que Deus sabe que eu nem tenho essas condições de fazer uma aqui no Engenho e nem tenho as condições de comprar uma na rua e quem fez tudo isso foi o Senhor mermo irmã, porque a gente num tinha condição, hoje a gente ta aqui né, por causa do Senhor, através do Senhor (Relato de Frida, Moradora de Agua Preta, 2018)

Os relatos de moradores da Zona Rural de Água Preta nos permitiram perceber a dimensão das táticas de burla discutidas por Certeau (2009), ao ocupar as escolas e manter-se nelas, mesmo em períodos de aulas, até o recebimento de nova moradia. Essa ação se coloca como forma de reinvindicação espacial e pela dignidade de morar e viver, estratégias semelhantes a essas foram utilizadas por moradores que permaneceram nas barracas de lona, nos diversos municípios, aqueles que permaneciam nos chamados acampamentos, seriam os primeiros a receberem as novas moradias.

Muito sujeitos se utilizam da burla para manter uma mobilidade cotidiana entre trabalho e casas de parentes (durante o dia) e o abrigo nas barracas (no turno da noite), ou o inverso, permanecer no abrigo durante o dia e dormir em casa de parentes no turno da noite, por medo de possíveis violências e conflitos.

Na zona rural de Palmares, Engenho Pirangi, o período de moradia nos abrigos foi menor, cerca de um mês, na escola municipal, onde os abrigos foram auto-organizados pelas lideranças locais. Os traços de solidariedade e ajuda mútua aparecem, como no relato de um dos sujeitos atingidos.

> Graças a Deus eu perdi coisa pouca, mesa, guarda-roupa, coisa pouca eu perdi, teve gente que perdeu tudo, mais a maioria deu tempo tirar, essa que é a verdade, agora teve gente que perdeu roupa e tudo. Então no quarto em que eu fiquei, numa sala de aula de 40 alunos ficou 6 família, pronto aí eu mesmo passei as primeira noite era numa cadeira, eu e mais dois, um sentava um pouquin depois o outro, tava tudo

> muiado, aquela coisa. Passamo 30 dia ali, numa situação muito complicada, muito complicada mermo. Isso aqui ficou tudo, o pessoal que pegou os móvel, jogou tudo na rodagem que num tinha onde colocar pra jogar fora, isso aqui ficou parecendo uma guerra. **Quando passa dá uma tristeza**. Aí isso houve ajuda na hora viu, aqui o prefeito do município ajudou muito [...] voluntário, chegou gente aqui da Paraíba num carrão aí, doando as coisas pra gente, num faltou nada não, **foi uma experiência muito difícil porque, muita gente junta, aquela coisa e até um certo ponto a gente olhando direitinho ainda é bom que todo mundo era conhecido, pior é na cidade né? Que muita gente vem, com um abrigo com 100 pessoas,** [...] todo mundo era de casa, conhecido, agora era muito difícil, muito difícil, sem ter aonde cuzinhar, muita gente perdeu bujão, aquela coisa toda, aí com três dia começou a chegar ajuda da prefeitura, governo ajudou, inclusive o governo ajudou até dezembro, todo mês vinha uma cesta básica. [...] eu pela associação ai criei uma comissão, aqui eu trabalho sempre assim, [...] a gente recebe vinte feira, por exemplo, pra distribuir para cem família né? Brincadeira, aí o que é que a gente fazia, **a gente criou uma comissão, cinco pessoas e quando uma saia ficava outro, aí quando o outro chegava, a gente sentava e pegava um caderno aí saía organizando pra agasalhar todo mundo e foi assim que funcionou**. [...] O exército veio aqui a primeira vez aí passou ali, teve uma casa que ele deu 3 colchão, enquanto tinha um senhor ali com 70 anos, durmino no chão, então eu tava aqui eles passaram aí pararam aí fumo pru colégio, aí viu a organização de como funcionava, aí foram pra cidade e eles truxeram mais colchão, aí já melhorou, a prefeitura já conhecia a gente também, então deu pra atender, nesse mermo tempo muita gente fez um cadastro na cidade sobre casa, mais umas dez pessoas daqui foi contemplada. (Relato de Liderança Comunitária da Zona Rural de Palmares, 2018)

Seja na auto-organização ou na gerência do Estado, a constituição dos territórios de espera, como "os espaços destinados voluntariamente ou servindo involuntariamente a por em espera populações deslocadas ou em deslocamento" (VIDAL *et. al.*, 2011, p. 23), coloca-se como um desafio para a vivência dos sujeitos. Esses diversos territórios de espera se intercalam de maneira complexa, constituindo uma espécie de "rede territorial de espera"[80], que funciona sob dois aspectos, uma base material, colocada no trânsito mútuo entre casa-abrigo-casa, e um segundo aspecto, que diz respeito a uma articulação imaterial das redes de relações e conexões entre os sujeitos que compõem a solidariedade, ajuda mútua e de transmissão de informações.

Essas redes se formam nas entradas e saídas dos territórios de espera, que implicaram na mobilidade e no deslocamento contínuo dos sujeitos, desde a destruição de suas casas até ao

[80] A ideia de rede de espera foi sugerida pela professora Drª Ana Brasil, em grupo de trabalho no CONGEO, evento realizado na Universidade Federal Fluminense em 2018. Acrescentamos à sugestão a ideia de redes territoriais de espera, pois estas implicam as construções e re-construções dos territórios de espera, e incorporam tanto os elementos das conexões e articulação das redes, quando as dinâmicas territoriais.

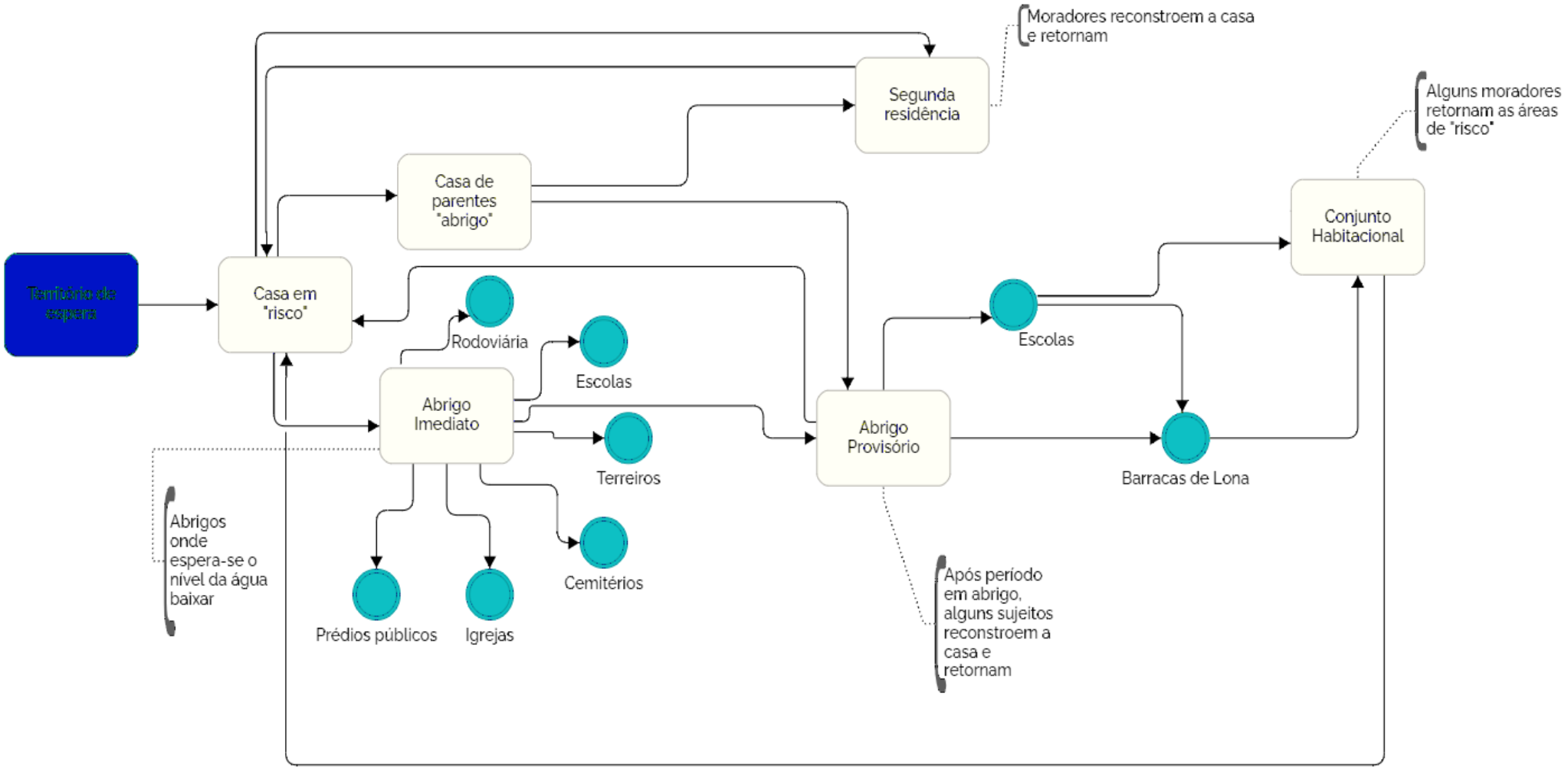
a construção dos conjuntos habitacionais.[81] Ao narrar os deslocamentos, a moradora de Palmares relata todos os itinerários que constituíram nos territórios de espera.

> [...] Aquilo foi um terror. [...] Eu fui pra **escola**, ali pra garage, depoi aí disseram que a barrage tinha estourado, a gente **correu pra lá pra feirinha**, que é uma que é uma ladeira danada; até nesse dia teve um homi que morreu, que ele ficou desesperado aí bateu no poste e morreu. [...] Aí pronto depois [...] eu fui pru Elizeu, pru **colégio**, num tinha água, num tinha nada, aí eu peguei amizade, lavava roupa na casa de uma pessoa, aí eu tinha uns colega da firma, me dava marmiteque, sabe que logo no começo assim no Elizeu num dava comida não, aí eu trazia marmiteque e o povo comprava suas comida e eu tinha meu menino, num tinha marido, aí eu me virava. Aí **depois eu fui pra tenda**, fui pra tenda lá em cima, aí a gente foi pra tenda tudo limpinho, tudo normal, quando a gente chegou lá parecia um coquinho[...] aí eu adoeci **fui pra casa da minha irmã**, passei a noite todinha, quando eu cheguei aí tava uma zuada aí dissero que foi eu que entreguei ao policial que essa menina tava com o som ligado e eu tinha chegado naquela hora, eu só fiz entrar na tenda e butar uma toalha, aí ela se ajuntou com os maloqueiro e foi danar brita na minha tenda, meu menino ficou até com trauma, o pequenininho foi[...], **aí peguei arrumei uma casa e fui pagar meu aluguel** com o dinheiro do auxílio moradia, **aí eu depois ganhei minha casa aqui**. Mais foi bom no colégio, tinha comida, o povo que trabalhou pra Eduardo Campos tudin, a gente ganhou muita coisa, tinha papel higiênico, tinha de monte, sapato, roupa, comida, o que vinha a gente ganhava, foi muito bom esse governo do Eduardo Campos, aí pronto, a gente foi bem atendido, era saúde, era psicola, eu sei que eu peguei amizade com esse povo, até hoje tem contato comigo até hoje, todo mundo não. Aí pronto, foi indo**, foi um terror mais foi bom**. Hoje, graças a Deus ganhei minha casa, que eu vivia de aluguel pela prefeitura, que era 80 né? A gente pagava, eu trabalhava num bar pra ganhar uma micharia pra comer e inteirar o resto. (Relato de Conceição, Moradora do Município de Palmares, 2018)

O relato da Moradora nos remete às nuances das vivências do abrigo e dos deslocamentos efetuados pelos sujeitos atingidos, colocando-se, assim, sempre em processos de transição. Podemos destacar a ideia dos conflitos ocorridos nos abrigos, onde a aglomeração de pessoas, em situação de vulnerabilidade ampliada, reitera a precariedade da vida em espera. As andanças, de casa- garagem- escola- tenda- moradia alugada, colocam esta espera como um *continuum* transitório, sujeitos que vivem em trânsito territorial e constituem as redes territoriais de espera, as narrativas dos diversos atingidos nos proporcionaram a possibilidade de construir um esquema sobre as redes territoriais de espera que se apresentam na figura 27.

[81] É importante destacar que existem sujeitos que ainda vivem esses deslocamentos e que, por motivos diversos, não obtiveram a casa, estes vão desde a falta de conhecimento dos procedimentos para obtenção da moradia, como atrasos de obras, problemas com documentação entre outros.

Figura 27- Esquema da constituição da rede territorial de espera



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

A análise dessa rede territorial da espera compreende os diversos sujeitos atingidos pelos desastres, seja de forma direta ou indireta, alguns deles ficam abrigados em casas de pessoas que não tiveram as casas destruídas, sejam estes conhecidos ou não.

Os(as) moradores(as) dos municípios estudados já passaram mais de uma vez por tais processos de deslocamentos, pois muitas vezes retornam ao território anterior, no entanto, as intensidades, cada vez mais abrangentes dos eventos, vêm ampliando o quantitativo de atingidos que passam a viver uma espera cotidiana, muitas vezes, em suas casas.

Tal espera se dá com a preocupação de novos eventos, quando os moradores organizam suas vidas e casas, deixando-as "preparadas" para os novos eventos. Assim, os objetos considerados mais importantes ficam suspensos e há sempre uma "sacola pronta", com objetos essenciais e documentos, para ser levada em caso de outra inundação. As figuras 28 e 29 apresentam a organização das casas dos sujeitos em espera.

Figura 28- Disposição de móveis e bens materiais em casa de sujeitos atingidos

Fonte: Zenis Freire, pesquisa de campo, 2018.

Figura 29- Móveis dispostos à espera do deslocamento.

Fonte: Zenis Freire, pesquisa de campo, 2018.

Os objetos da figura 29 são resquícios recuperados na enchente/inundação, em 2017, aos quais se somam os donativos recebidos de doações, de moradora do município de Palmares, esta vive às margens do Rio Una, em moradia cedida por parentes que foram atingidos em 2010 e, atualmente, residem nos conjuntos habitacionais. Em situação de vulnerabilidade, a moradora nos relata que "era o lugar que tinha pra viver", após o evento ocorrido em 2017, a mesma morou em abrigos localizados em escolas municipais, por cerca de um mês. Após esse período, os sujeitos dispersados, em busca de outras formas de moradia, nesse e em muitos outros casos, tiveram de retonar para as habitações atingidas e espera por uma nova casa. Em nosso campo de 2018, após o evento, a disposição dos utensílios ainda denotavam a espera de mudança e o receio de outra inundação.

Nesse contexto, os sujeitos atingidos criam rearranjos espaciais em suas residências para permanecer nelas, fosse à espera dos deslocamentos ou de novas enchentes/inundações. O medo e o receio criados pela excepcionalidade de 2010 mudaram as formas de viver e de se organizar as disposições de seus móveis nas moradias, conforme representado na figura 30, que denota estratégias de proteção muitas vezes insipientes, como muros de contenção provisórios,

construídos de madeira e de barreiros de alvenaria, no escopo de impedir a entrada das águas nas residências.

Figura 30- Disposição dos móveis de moradores após enchente de 2010

Fonte: Zenis Freire, pesquisa de campo, 2018.

Assim como os objetos, muitas vidas se colocam em suspensão após os desastres, pois as marcas deixadas na paisagem, em seus modos de vida e em seus corpos, compõem seu cotidiano. A vida dos sujeitos nos territórios de espera, portanto, se apresenta, como já sinalizamos anteiromente, em um estágio de i-mobilidade (HAESBAERT, 2015), colocando-se dentro de um estado de ambivalência, entre estar "parado" e em movimento ao mesmo tempo. Isso representa uma discussão importante no âmbito do constante trânsito terrritorial que tais sujeitos vivem e que passaremos a analisar a seguir.

4.2 TERRITÓRIOS TRANSITÓRIOS NO CONTEXTO DE DESASTRES "NATURAIS": MÚLTIPLAS ESCALAS, MÚLTIPLOS SUJEITOS

O contexto dos desastres implica múltiplas escalas e sujeitos, que se colocam desde experiências no âmbito das migrações internacionais, por questões ambientais, até deslocamentos em escala locais, denotando a amplitude dos fenômenos e complexificando as dinâmicas territoriais, que se apresentam por diversas nuances. Os sujeitos atingidos por desastres, deixam seus territórios basilares e criam formas de "entrar" e "sair" dos territórios pelos deslocamentos, processos estes analisados a partir da des-re-territorialização, nesses entremeios, nos trânsitos contínuos, vão se constituindo as transterritorialidades.

Destacamos que é um processo, ou seja, não deve ser compreendido de forma fragmentada, mas sim contínua, ocorrendo de forma coexistente, muito embora, por vezes, para explicar determinadas especificidades vivenciadas pelos sujeitos, seja necessário recorrer a conceitos e análises que nos auxiliem a pensar nessas experiências.

Antes de adentrarmos a essas discussões, faz-se necessário pontuar análises que nos permitem compreender as ideias desse "trânsito territorial". Uma das primeiras discussões sobre a perspectiva de *trans*ição e constituição de transterritórios é elaborada por Mançano Fernandes (2009, p. 199), ao realizar análise sobre a tipologia dos territórios e construir a ideia dos chamados "transterritórios", entendendo-os como um "eixo que reúne territórios de diversos países".

O autor desenvolve o conceito ao pensar na perspectiva de integração, do ponto de vista da governança, para ações de produção capitalista a nível transnacional, havendo, nesses espaços, o que o autor elenca como sendo "conflitualidades entre os projetos comunitários e capitalistas", que podem gerar "territorialidades de dominação e de resistências" (MANÇANO FERNANDES, 2009, p. 199). Os transterritórios, portanto, sob esta análise, podem ser vistos dentro da ótica de articulação de escalas, imbricados dos processos de globalização que transpõem limites e se interseccionam. Esta leitura é percebida dentro de uma escala da macropolítica, que agrega relações entre Estado e Capital, direcionadas aos processos de exploração.

Sob outro prisma de análise, Mondardo (2018) se dedica ao estudo não dos "transterritórios"[82], mas sim da transterritorialidade, que para o autor compõe um conjunto de discussões que permeiam o campo político-cultural, ligado à ideia da "transculturação" de povos e comunidades tradicionais em regiões fronteiriças, centro de sua argumentação no livro *Territórios de trânsito: dos conflitos entre Guarani e Kaiowá, paraguaios e "gaúchos" à produção da multi/transterritorialidade na fronteira.*

Apesar de não tratarmos dos temas elencados por Mançano Fernandes (2009) e Mondarno (2018), essas leituras nos auxiliam na provocação dos múltiplos usos e de aplicações que podem ser analisadas, a partir do prefixo "trans". Na proposta de Mondardo (2018), as inquietações surgem da possibilidade de pensar esse "trânsito" entre os territórios do ponto de vista dos sujeitos atingidos por desastres "naturais", uma vez que:

> O prefixo *trans* pode evidenciar os processos de hibridização/ (trans)territorialização. Da mesma forma que a hibridização não diz

[82] Embora Mondardo (2018) faça uma recuperação da discussão realizada por Mançano Fernandes (2009), o seu objetivo é mapear as discussões realizações sobre as noções de transterritórios, para chegar à discussão da transterritorialidade.

> respeito a uma condição estática, a transterritorialidade não corresponde a uma situação estável, mas a um processo sempre aberto e incessante desse ir e vir, ser/não ser, ou mais propriamente um *devir* entre territórios/territorialidades que potencializa essa passagem de entrada e saída de trocas/ alternâncias de territórios, que se configura nas vivencias e pelos trânsitos por distintos territórios (MONDARDO, 2018, p. 125)

Sendo assim, a transterritorialidade ganha uma conotação complexa, de um "novo" tornar-se, ligando elementos políticos, culturais e econômicos que se dão nos encontros em diferentes povos de diferentes lugares e vivências. Para Haesbert e Mondardo (2010 p. 16), "[...] a transterritorialidade, assim, envolve não apenas o trânsito ou a passagem de um território ou territorialidade a outra, mas a transformação efetiva desta alternância em uma situação nova, muito mais híbrida".

Muito embora a análise dos autores tenha maior relevância de aplicação para os contextos migratórios, na qual a hibridização no contexto cultural e econômico tenha maior ênfase. No tocante aos sujeitos atingidos por desastres e que enfrentam os descolamentos estudados nesta pesquisa, a transterritorialidade ganha relevância em sentido mais estrito e efêmero, porém, se mantém presente na constituição das redes territoriais de espera, já sinalizadas no tópico anterior.

A passagem pelos diversos abrigos permite uma transição constante entre territórios distintos, que possibilitam os encontros com sujeitos diversos, onde eclodem conflitos e a tensão de convivência com o outro em um contexto de extrema precarização. Nesse sentido, histórias, narrativas e vivências se entrelaçam, nos abrigos, sujeitos que nunca se viram e que apresentam condições de vida diferentes se encontram, criando essa hibridização, a partir da experiência.

Em nossa leitura, que coaduna com a composição das redes territoriais de espera e essa constante "entrada" e "saída" dos territórios, a transterritorialidade se aplica diante dos aspectos simbólicos construídos, a partir do entendimento de "território em trânsito", de Haesbaert (2014)[83], pelos sujeitos atingidos por desastres na Mata Sul. Muito embora os deslocamentos envolvam curtas distâncias e, em sua maioria, ocorram dentro dos limites municipais (no caso das pessoas mais pobres), representam a constituição de uma constante insegurança e incerteza

[83] Na realização da análise dos "territórios em trânsito", o autor analisa os "contornamentos" realizados pelos moradores de favelas no Rio de Janeiro, que usam dessas estratégias para burlar os muros, construídos nas cidades que confinam os sujeitos aos espaços de precarização, esse trânsito se relaciona, portanto, ao deslocar-se, de um lugar a outros, muitas vezes, perfurando os muros, para ter acesso a áreas negadas a esses sujeitos.

sobre as condições mínimas de sobrevivência, a exemplo de alimentação e abrigo (ainda que precário).

O território em trânsito constante indica uma potencialização da precarização da vida, como nos coloca Butler (2016). Muito embora esses sujeitos estejam sob tutela do Estado enquanto estão nos abrigos, suas vidas e a escala do corpo atingem o ápice da vulnerabilidade nesse contexto, resta aos sujeitos lançar mão da ideia transgressora da transterritorialidade onde:

> Em outras palavras, várias formas daquilo que denominamos de contornamento dos grupos subalternos envolvem, no caso brasileiro, um "jeitinho territorial" que depende diretamente da capacidade de adaptar espaços, encontrar "desvios" ou de transitar entre múltiplos territórios ou melhor "transterritorializar-se**" no sentido não apenas de trânsito, mas também de transgressão dos domínios e das regras territorialmente posicionadas** (e, muitas vezes mais formalmente delimitadas). (HAESBAERT, 2014, p. 296) (Grifos nossos)

Transterritorializar-se (como ação), no caso dos sujeitos atingidos, é compor estratégias de resistência, na tentativa de conseguir o mínimo de condição de vida, o abrigo da casa, a exemplo dessas ações se destacam as ocupações de prédios públicos para criação de abrigos e a permanência constante nos acampamentos em barracas de lona para garantir a aquisição das moradias advindas do Estado[84]. Essas ações dos sujeitos, segundo Haesbaert (2014, p.292), "são diretamente proporcionais à criatividade dos grupos subalternos em recomporem seus discursos [...] e suas práticas territoriais", uma vez que esses apresentam uma intensa precarização da vida e da constituição dos territórios transitórios, que acabam por gerar a ampliação da vulnerabilidade dos sujeitos sobre o principal abrigo que dispõem como base territorial fundamental, o corpo.

4.3 VIDAS EM SUSPENSÃO: O CORPO-TERRITÓRIO NOS CONTEXTOS DE DESASTRES "NATURAIS"

As análises em torno do corpo ainda apresentam lacunas na Geografia, os(as) estudiosos(as) da Geografia humanista passam a incluir o tema no debate, pensando o corpo a partir da intersecção com a psicologia e as teorias ligadas ao comportamento e à percepção, autores como Dardel (2011) e Tuan (1983), em suas obras, apresentaram discussões sobre a dimensão sensorial e suas relações espaciais, uma das abordagens possíveis para pensar o corpo.

[84] Nos relatos da pesquisa de campo, muitos atingidos narram a constante permanência nos acampamentos, "sem sair para nada", ou revezando com parentes e vizinhos para conseguir cadastrar-se nas listas de distribuição de unidades habitacionais distribuídas pelo governo do Estado, havia a promessa que os primeiros a receberam a nova moradia, seriam os que estivessem nos acampamentos.

A Geografia Cultural se soma ao debate a partir do prisma das relações corpo, cultura e imaginários, dentre outros temas.

A Geografia Política e a Geopolítica se centrava unicamente nos debates dos Estados Nacionais e das relações internacionais. No âmbito da Geografia Crítica, iniciada na década de 1970, alguns autores se contrapunham às discussões sobre o corpo, pela afirmativa de que este debate "individualiza" os atores, que devem ser pensados no coletivo. Com a emergência da ampliação dos debates sobre os diferentes sujeitos e grupos sociais, parece haver uma abertura das análises para pensar o corpo a partir de outros caminhos e olhares.

No campo da política, os estudos sobre micropolítica, ações e movimentos sociais passam a abranger a dimensão do corpo. No tocante à geografia crítica, há uma ampliação dos campos de análise e renovações do pensamento crítico aos quais se somam a abertura de outros temas, bem como a possibilidade de abordagens integradoras. Sujeitos e corpos diversos passam a ser trabalhos como temas de pesquisa na Geografia.

No estudo sobre os corpos, dimensões diversas são privilegiadas por diferentes autores na Geografia, dentre eles, Harvey (2004) pensa o corpo a partir da exploração do trabalho e dos processos de acumulação. Smith (2000) discute a perspectiva escalar, com análise dos fenômenos que se dão desde a escala do corpo, como a dimensão mais basilar e fundamental dos sujeitos, até a abrangência da escala global. Outra contribuição importante, embora não amplamente desenvolvida, é construída por Santos (1996), ao discutir a dimensão da corporalidade relacionada a uma "epistemologia das existências".

Em debates mais recentes, Serpa (2019) busca, a partir da fenomenologia, analisar o corpo sob o aspecto do espaço vivido, e Haesbaert (2020) inicia discussões sobre o corpo-território (e o território-corpo 'da terra') na direção de diálogos com o pensamento decolonial[85].

No período que compreende as últimas décadas do século XX e as primeiras do século XXI, as discussões em torno do corpo ligadas a questões de gênero e raciais vão abrir novas nuances, sobretudo, nas lutas sociais a nível de América Latina. A lógica das lutas dos povos originários, pela dimensão arraigada corpo-terra, abre possibilidades para outras reflexões nesse sentido, a exemplo dos corpos vulneráveis. Antes de adentramos tal discussão, vale realizar algumas reflexões acerca da ideia de corpo.

Os estudos sobre corpo, na Ciência Moderna, perpassam por uma dimensão de dualidade e dicotomia, discutidas a partir do pensamento eurocêntrico como destaca Quijano (2005). Para o autor, essa ideia perpassada, incialmente, pela contraposição de "corpo" e "não-

[85] No período atual, diversos(as) são os(as) autores(as) que vêm debatendo a questão do corpo por horizontes teóricos diversos. Aqui, pontuamos alguns dos quais dialogamos nesta análise.

corpo", que tem suas raízes fundadas na discussão religiosa que imperava na Europa, no período de ascensão do cristianismo, onde há uma separação entre alma e corpo. A este, cabia a repressão, para que houvesse elevação da alma, Quijano (2005) destaca que, a partir da divisão efetuada por Descartes, entre "razão" e "corpo", se constituiu uma cisão entre a razão/sujeito humano e o corpo/natureza humana.

A ideia contida nessa separação, para Quijano (2005), liga o corpo à natureza e, portanto, "deve ser dominado" e "objeto de conhecimento", essa lógica levou a uma perspectiva de separação que, posteriormente, fundou as bases de distinção racial desses corpos, deixando os "não europeus" mais próximos da natureza e, portanto, sendo estes, passíveis do estudo, da exploração e da dominação. Para o autor, essas ideais formam o caráter impulsionador e justificador da colonização.

O reforço de construções entre o "eu" e o "outro" e essas diferenciações mediadas pelas assimetrias de poder corroboram para tentativas de dominação sobre "os outros", criando distinções sobre os corpos que enfrentam maiores vulnerabilidades ou não e aqueles que merecem proteção, ou não. Esses corpos objetificados que, por muito, estiveram "esquecidos" nas discussões da Geografia, são retomados em uma busca de amplitude conceitual, que inter-relaciona a materialidade dos sujeitos e a constituição de suas subjetividades. As duas dimensões se ligam, constituindo uma relação direta entre territórios e existência dos sujeitos, a partir das práticas de resistência e de r-existência.

> Essa articulação entre corpo e território, de modo mais amplo, "coloca no centro o comunitário como forma de vida", permitindo abordar o território em múltiplas escalas, ressaltando a importância da "escala mais micro", mais íntima, que é o corpo", primeiro território de luta. (HAESBAERT, 2020, p. 80)

O corpo-território é a primeira referência (e muitas vezes única) de defesa da vida nos contextos de desastres "naturais", uma vez que os sujeitos em sua maioria, após o evento apresentam somente o corpo como base da existência. Sendo assim, é imprescindível compreendê-lo dentro de sua complexidade, para tanto, recorremos à filosofia, Judith Butler (2016) define o corpo como sendo:

> [...]Onde encontramos uma variedade de perspectivas que podem ou não ser as nossas. O modo como sou apreendido, e como sou mantido, depende fundamentalmente das redes socais e políticas em que o corpo vive, de como sou considerado e tratado de como essa consideração e esse tratamento possibilitam essa vida ou não tornam essa vida vivível.[...] certos tipos de corpos parecerão mais precariamente que outros, dependendo de que versões do corpo ou da morfologia em geral,

> apoiam ou endossam a ideia de vida humana digna de proteção, amparo, subsistência e luto". (BUTLER, 2016, p.85)

O corpo, portanto, se apresenta como uma construção social, endossada e gerida pelas assimetrias de poder que hierarquiza o valor da vida, fazendo com que determinados corpos sejam mais dignos de proteção do que outros. Esses corpos, como construção, portanto, só podem ser constituídos a partir da base territorial. O argumento de Lima (2012, p.43) corrobora nossa argumentação, ao destacar o sentido do "corpo como poder", sendo constituído a partir do que o autor discute como uma "relação geografizada". De acordo com o mesmo:

> [...] do espaço ninguém está com o corpo fora [...] o corpo, portanto, não é um simples fragmento do espaço. Mais além, não haveria espaço se eu não tivesse um corpo. É uma dimensão expressiva esta a que nos referimos. Reveladora de tensões territorializadas, as mais diversas. É uma dimensão que se presta a constuir valores (sociais)territorializados.(LIMA, 2012, p.42- 43).

O corpo, portanto, entendido a partir da análise geográfica, não deve ser resumido a um recorte individual, mas como construção social-política e histórica, espacializada, pois, como elenca Serpa (2019), o corpo não é a-espacial, muito pelo contrário, e carece ser analisado sob as dimensões espaço-temporais. Essa perspectiva corrobora com Butler (2016, p.87), à medida que a autora afirma que: "o corpo encontra sua capacidade de sobrevivência no espaço e no tempo social neste sentido, o corpo não implica somente a morfologia e sim as constituições sociais que se dão a partir das relações espaço-temporais"[86].

Levando em consideração essa perspectiva, é possível discutir as vulnerabilidades que constituem os corpos dos sujeitos atingidos, estes deixam de ser o *homus estatisticus*, do qual se refere Moreira (2008), e passam a ser corpos de contorno, de transgressão da morte, insistindo na vida, são sujeitos de resistências e de r-exitênccia que se constroem e se re-constroem após uma ruptura territorial, des-territorialização, e buscam novas formas de territorializar-se. Esses corpos políticos, de luta, de grafias, de geo-grafias circunscrevem no espaço suas ações, por meio das territorialidades e transterritorialidades, das rupturas territoriais e de suas re-construções, seja nos deslocamentos ou nas permanências.

Os desastres atingem múltiplas escalas, corroborando a perspectiva de Smith (2000), que pensou as escalas geográficas desde a "escala do corpo" como sendo a mais fundamental e

[86] Nesta construção, apresentam-se três matrizes teóricas filosóficas diferentes, uma dialética, pensada por Lima (2014); uma fenomenológica, discutida por Serpa (2019); e uma analise filosófica, a partir de Butler (2016), que não caberia "classificação" em nenhuma das anteriores, porém parte da análise da política sobre os corpos como eixo central de analise. Apesar dessas perspectivas diversas, os pensamentos dos autores se encontram ao entender o corpo dentro de uma complexidade que se constitui a partir da convergência das relações espaço-temporais.

basilar até a escala global e suas interações diretas, já que os fenômenos se dão de forma multiescalar. Embora os desastres se manifestem por todo o globo, atingindo múltiplos sujeitos, as escalas mais afetadas são as micro, a exemplo do corpo e da casa, nos desastres, quando há a destruição da casa, resta somente corpo como território de existência.

Para os sujeitos atingidos por desastres, a luta principal é pela vida. Assim sendo, os deslocamentos em busca de proteção funcionam como uma luta pela existência que se encontra no limiar, à margem, na borda. O corpo se torna o único possível de ser defendido e abrigado, e geralmente está marcado por doenças, fissuras, fome, sono, perdas materiais e imateriais. Esse corpo vulnerável que "está" ou vive no "limite" do risco, entre a possibilidade de vida e de morte, é o corpo que se desloca, transita, se abriga, tem medo, espera, trabalha, precisa de assistência.

Após o período da enchente/inundação, os(as) narradores(as) descrevem marcas deixadas pelo desastre, estas estão não somente na paisagem, mas também em seus corpos, inscritos em seus imaginários de vivências cotidianas. Nesse entremeio, há uma tensão entre a lembrança do ocorrido e a tentativa do esquecimento, os corpos físicos também guardam essas marcas, uma moradora afirma: "E após a enchente? Após a enchente veio depressão, veio diabete, veio tudo, muita gente teve doença após a enchente." (Relato de Dandara Moradora do Município de Palmares, 2018). Outra moradora também relata as implicações do desastre em seu corpo físico, quando nos conta que:

> Depois da enchente eu fiquei morta, me acabei. Caindo, caindo, começo a andar dá umas fraqueza nos cambito, caio. Pra eu ir sozinha pra rua uma moto vem mim pagar em frente a casa de ZPG, tenho esse problema de visão, tudo depois dessa enchente foi tudo derrota, foi nada de bom, só coisa ruim mermo pra mim. (Relato de Lélia, Moradora do Município de Água Preta)

Dois elementos são percebidos nas narrativas discutidas, o primeiro é a "memória corporificada" e o segundo a "atualização dos desastres", ambos os conceitos discutidos por (2004; 2007a; 2017). O desastre é revivido nas marcas deixadas, nas dores corpóreas, criando um *continuum* dos desastres que não acaba quando as águas dos rios se retraem, elas permanecem, ampliando o "sofrimento ambiental" que perpassa o pós-desastre.

Os sujeitos atingidos, como destacamos anteriormente, apresentam uma multiplicidade complexa de análise, não é, portanto, possível permanecer em explicações genéricas e generalizantes. Tem sido corriqueiro, em algumas pesquisas sobre risco, surgirem vulnerabilidades, questões do tipo, "As pessoas ganham a casa vedem e voltam para as áreas anteriores", "Tem que ter fiscalização", "As pessoas não se adaptam aos lugares onde vão

morar", ou mesmo, "As pessoas se adaptam a diversas situações", "A resiliência humana permite que as pessoas se reinventem". Jargões como esses são identificados, tanto no âmbito do senso comum, nos campos de pesquisa, como em alguns trabalhos acadêmicos, que, por vezes, trabalham com teses únicas que buscam uma universalização dos fenômenos e de suas resoluções.

As dimensões "in-visíveis" dos desastres são permeadas nos relatos dos moradores, pelas doenças do corpo e da mente, que os acompanham. É corriqueiro ouvir "nunca mais me recuperei", muitas pessoas se apresentam "deprimidas" ou relatam que tiveram ampliação de algum tipo de doença após a enchente. São doenças de pele que marcam esses corpos. Ou doenças mentais[87] que refletem nos corpos, as angústias, perdas e revoltas. Uma das moradoras de Palmares nos que relata que:

> Eu num tinha diabete, depois da cheia eu vim descobrir que tinha, o sistema nervoso atacado diariamente, piorei com isso mais ainda. Além da diabete, além da sarapotônica que eu tenho, aí juntou com a diabete, piora mais ainda. Eu perdi o gosto de comprar alguma coisa pra dentro de casa, entendeu? A gente perde. Eu ganhava um salário e meio, quando eu tava trabalhando, quando eu entrei pru beneficio fiquei com um salário. Quando foi há dois anos atrás, dois ou três anos atrás, eu tive um problema seríssimo de rins, paralisação, um negocio assim, a diabete tava 700 e pouco e só podia fazer se fosse particular, dentro de um salário mínimo você tira um empréstimo pra fazer uma cirurgia e passar a vida com 676 reais que eu recebo hoje aí você diz assim: ah mais você ta aí reclamo porque num tem isso, num tem mais nada na sua casa. Poxa, se for pensar assim, eu fui mãe e pai, eu tenho um casal de filho, sou feminista né, aí determinei ter um filho com 24, meu filho vai fazer 30 ano agora e a outra com 35, vive com 33, criei meus dois filhos aqui dentro, graças a Deus, graças a meu bom Deus eles não me decepcionaram né, hoje todos dois são casados, já tenho 3 neto e digo a você de coração , poxa 26 anos de trabalho, de construção, deixar de comprar alguma coisa pra arrumar a sua casa e em um dia, em uma noite, tudo destruído e você não vai voltar 26 anos atrás de trabalho pra conseguir tudo que você tinha antes, antes você tinha um salário bom, hoje você num tem. (Relato de Dandara Moradora de Palmares, 2018)

Além de todas as implicações que permeiam os desastres, ainda existem corpos mais vulneráveis que outros, vidas mais precárias que outras, que "podem ser perdidas" e que apresentam maiores dificuldades de re-construção territorial e de r-existência. Pensar a questão da vidas desses sujeitos, leva-nos ao diálogo com Butler (2016, p.64), ao discutir quais são as

[87] Essa afirmação se faz com base nas narrativas dos moradores e em seus sentidos, "se sentem doentes após o desastre", no entanto, para tal afirmação do ponto de vista clínico, carece o desenvolvimento de um estudo específico sobre o tema.

“vidas passíveis de luto”. Para a autora, “uma vida não passível de luto é aquela cuja perda não é lamentada porque ela nunca foi vivida, isto é, nunca contou de verdade como vida”. Essas vidas são consideradas apenas estatísticas e, por isso, podem ser perdidas, as vidas das margens, das bordas, das beiras dos rios, que constituem periferias sociais, são relegadas, inclusive, ao preconceito da escolha de viver às margens, portanto, são vidas menos passíveis de luto. Essa alusão fica muito evidente, sobretudo, ao se falar dos sujeitos que retornam às moradias anteriores.

Outro elemento que impulsiona essa discussão, diz respeito às hierarquias que se estabelecem sobre as proporções dos desastres que são considerados “mais ou menos” devastadores pelo número de mortos (em termos quantitativos), que geram comoção social. Sendo assim, os desastres com “poucos” ou nenhum óbito são considerados menos importantes, como se estes fossem restritos a um bairro ou uma rua como discutimos em (FREIRE, 2016).

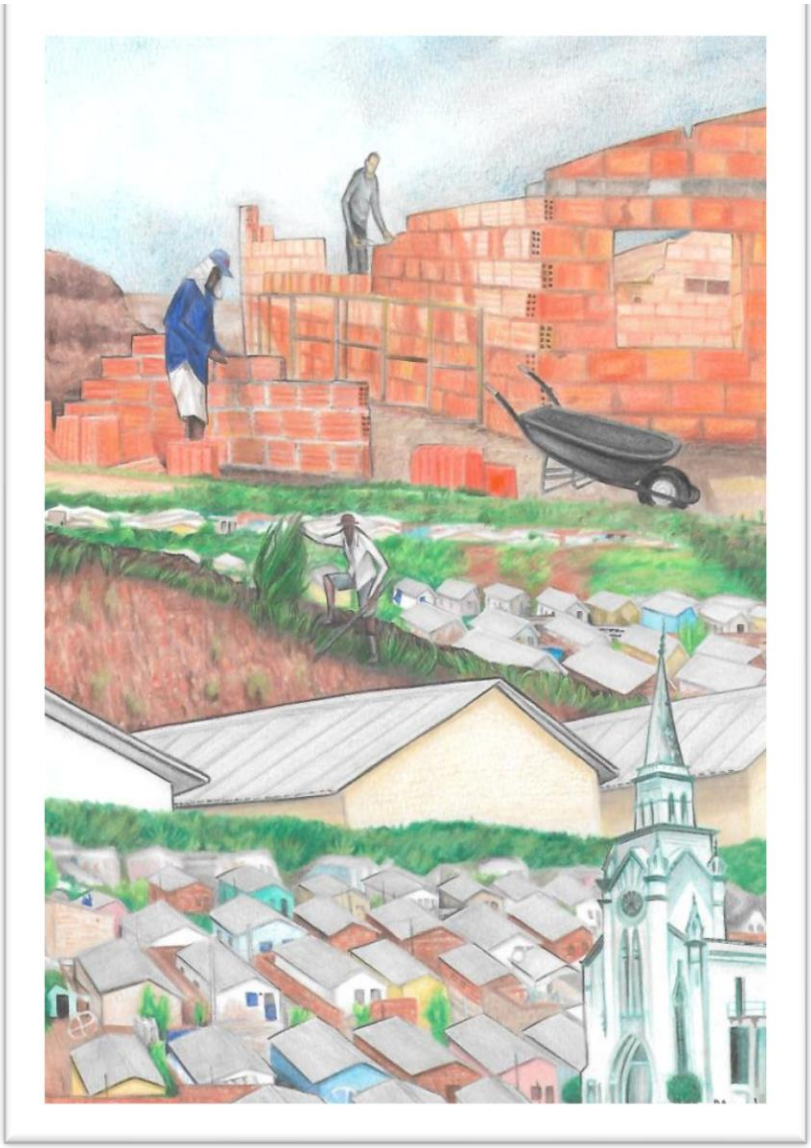
A comoção, como aponta Butler (2016, p.81) ,“[...] nunca é somente nossa: a comoção é, desde o começo transmitida de outro lugar. Ela nos predispõe a perceber o mundo de determinada maneira, a acolher certas dimensões do mundo e resistir a outras”. Segundo a autora, essa comoção se dá a partir dos enquadramentos e recortes que nos direcionam a perceber quais vidas são “dignas de proteção” e quais não seriam.

Os desastres “naturais” são usados pela mídia na construção desses enquadramentos de comoção, que acaba por explorar as pessoas já fragilizadas com os eventos. No entanto, essas comoções são pontuais, no período imediato aos desastres, após isso, as vidas passam a ter pouca ou nenhuma importância e só são lembrados nas datas “comemorativas” de aniversário do desastre. Um mês, um ano, uma década, depois, retorna-se à Mata Sul para ouvir as histórias dos desastres e, como aponta Silva (2007a), acabam por ser atualizados quando vêm à tona novamente as narrativas desse período.

Se nas palavras de Butler (2016, p.81), “a comoção depende de apoios sociais para o sentir: só conseguimos sentir alguma coisa em relação a uma perda perceptível”, os desastres “despertam” na população e no Estado uma comoção imediata. Porém, esta se perde e só retorna nas datas de “comemoração dos desastres”. Nos dias cotidianos, nos quais as lutas sociais são intensas, os sujeitos atingidos seguem a invisibilidade constante e a batalha por melhoria nas condições de vida, construindo suas geo-grafias e formas de r-existência.

5 DA LONA AO “CONCRETO”: ENTRE POLÍTICAS DE DES-ATENÇÃO DO ESTADO E GEO-GRAFIAS DOS SUJEITOS ATINGIDOS

Figura 31- Geo-grafias, r-existências e construção territorial na Mata Sul. Alex Mendes (2021):



Fonte: Elaboração do Artista – Alex Mendes, (2021)

Os processos de re-construção territorial pós-desastre na Mata Sul se apresentam entre dois aspectos, as políticas de des-atenção do Estado e a construção das Geo-grafias dos sujeitos atingidos. A primeira se relacionada com os projetos, planos e políticas direcionadas ao socorro, à proteção e às ações direcionadas pelo Estado, em virtude dos desastres, e a segunda está direcionada às ações/práticas/lutas e re-invenções cotidianas dos sujeitos atingidos.

Recorremos mais uma vez ao uso do hífen na grafia para discutir a des-atenção do Estado, uma vez que o mesmo, em suas diversas escalas administrativas (municipal, estadual e federal), traçou caminhos de atenção aos sujeitos atingidos. No entanto, se deu de maneira desigual e precarizada, o que corrobora com a perspectiva de uma "atenção desatenta" por parte do Estado, que ainda tem tratado os eventos de desastres a partir da superficialidade, a partir de uma relação de causa-efeito, baseando-se, muitas vezes, apenas nos aspectos técnicos que, apesar de importantes, não dão conta da dimensão complexa dos desastres que envolvem raízes profundas de desigualdade social e injustiça ambiental.

Os elementos acima destacados permitem nossa análise sob os seguintes aspectos: 1) as macropolíticas vinculadas às dimensões político-administrativas do Estado e a agentes econômicos, como bancos, organismos internacionais e empresas de construção civil; 2) as micropolíticas dos sujeitos atingidos, constituídas nas relações cotidianas e nas r-existências.

5.1 POLÍTICAS DE DES-ATENÇÃO AOS SUJEITOS ATINGIDOS NA MATA SUL

Os eixos da macropolítica, em geral, operam em escalas de cunho regional, nacional e até internacional (com rebatimentos sob as escalas locais), condizendo com ações sistemáticas e, por vezes, homogeneizadoras, vinculadas ao Estado e a Entidade Supranacionais. Do ponto de vista político, apresenta enfoques jurídicos-administrativos hierarquizados, que se colocam nas normas de operacionalização, atenção e "resposta" aos desastres "naturais". No quadro 2, podem-se observar as principais esferas que são regidas a partir da macropolítica. Em sequência, atentaremos com mais detalhes a algumas ações da esfera macropolítica, sobretudo no tocante ao planejamento de prevenção de enchente/inundações e na reconstrução das áreas destruídas.

Quadro 2- Macropolítica na Mata Sul

JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	ESFERA DE ATUAÇÃO	AÇÕES EXECUTADAS
Governo do Estado Pernambuco	Estadual – Unidade da Federação	Construção de Gabinete de Crise e gerenciamento das ações
Defesa Civil Estadual	Estadual	Coordenação de ações articuladas das defesas civis municipais, resgate de atingidos
Secretaria de Defesa Social	Estadual	Coordenação de atenção aos atingidos, direcionamento a moradias e organização dos abrigos

Secretarias de Recursos Hídricos	Estadual	Planejamento de ações relacionadas a coleta de dados hidrológicos climáticos
Secretaria de Saúde	Estadual	Atenção aos sujeitos atingidos e aos pacientes que necessitaram deslocados
Secretarias de Desenvolvimento Agrário	Estadual	Ações dos atingidos nas áreas rurais e deslocamentos destes
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria	Federal	Moradias e acesso à terra nas áreas rurais
Universidade Federal de Pernambuco	Federal	Consultorias e pesquisa na região atingida
Ministério da Integração Nacional	Federal	Infraestrutura
ECONÔMICO	**ESFERA DE ATUAÇÃO**	**AÇÕES EXECUTADAS**
Banco Mundial	Internacional	Relatório de perdas e danos
Bancos Privados	Regional/local	Empréstimos para reconstrução das residências
Bancos Públicos (Caixa Econômica Federal)	Regional/local	Financiamento de habitação popular
Empresas de construção Civil PPP (Parceria Público Privada)	Estadual	Construção de barragens e conjuntos habitacionais
MISTAS (SOCIAL-FILANTRÓPICA) (entidades)[88]	**ESFERA DE ATUAÇÃO**	**AÇÕES EXECUTADAS**
Instituições Religiosas	Local	Doações, abrigos e atenção aos atingidos
Rotary Club e Organizações sem fins lucrativos	Internacional/ Local	Doações de abrigos de lona e itens de primeira necessidade.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O desastre ocorrido em 2010, na Mata Sul, conforme apresentado no topico 3, gerou destruição na infraestrutura dos municípios atingidos e demandou resposta do Estado a este evento. A pressão por parte da mídia, dos comerciantes e dos empresários com prejuízos levou o Estado a construir um planejamento para mitigação dos riscos de desastre na região.

Esse plano moveu uma teia complexa de relações que envolvem diversas esferas políticas, administrativas e entidades civis, que, por suas vezes, abarcam diferenças de demandas e conflitos. As principiais solicitações se deram em ações que sanassem as

[88] Vale destacar que há uma ação tanto das instituições religiosas como de organizações sem fins lucrativos que atuam diretamente nas comunidades, no entanto, demarcamos estas também relacionadas à macropolítica por estarem para além das ações efetuadas pelos sujeitos na Mata Sul.

enchentes/inundações do Rio Una, a reconstrução da infraestrutura destruída e a disponibilidade de recursos financeiros para recuperação de comércios locais.

Diante dessas demandas, nosso foco dar-se-á sobre a construção das barragens de contenção para "barrar" ou minimizar as enchentes/inundações ao longo do Rio Una e seus afluentes e, por conseguinte, a infraestrutura em atenção aos atingidos, a exemplo dos conjuntos habitacionais construídos para moradia daquele(as) que tiveram suas residências destruídas.

5.1.1 Barragens de contenção e medidas de mitigação e prevenção de enchente na Mata Sul

Iniciamos a discussão sobre a construção da Barragem Governador Eduardo Campos, popularmente conhecida como Barragem de Serro Azul. Nas enchentes/inundações ocorridas no ano de 2000, já circulava a ideia de que construções de barragens de contenção ao longo do Rio Una viriam a provocar uma diminuição da intensidade dos eventos na região, porém só após o desastre ocorrido em 2010, que esta possibilidade se materializou. Foram previstas construções de cinco obras de barragens de contenção ao longo do Rio Una, de seus afluentes e no Rio Serinhaém.

As barragens projetadas, como se pode observar no material de divulgação da figura 32 são: Serro Azul, Gatos, Panelas II, Barra de Guabiraba e Igarapeba, sendo estas gerenciadas pela Unidade Gestora de Projetos Barragens Mata Sul – UGP – Barragens, subordinada à Secretaria de Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco[89]. Destas, apenas a de Serro Azul foi inaugurada no ano de 2017, depois de quatro anos de atraso nas obras. As demais iniciaram seus processos de construção, mas permanecem sem previsões concretas de finalização das obras.

[89] Informações contidas no Relatório de Impacto Ambiental – Serro Azul.

Figura 32- Ilustração da Configuração das Barragens na Mata Sul[90].

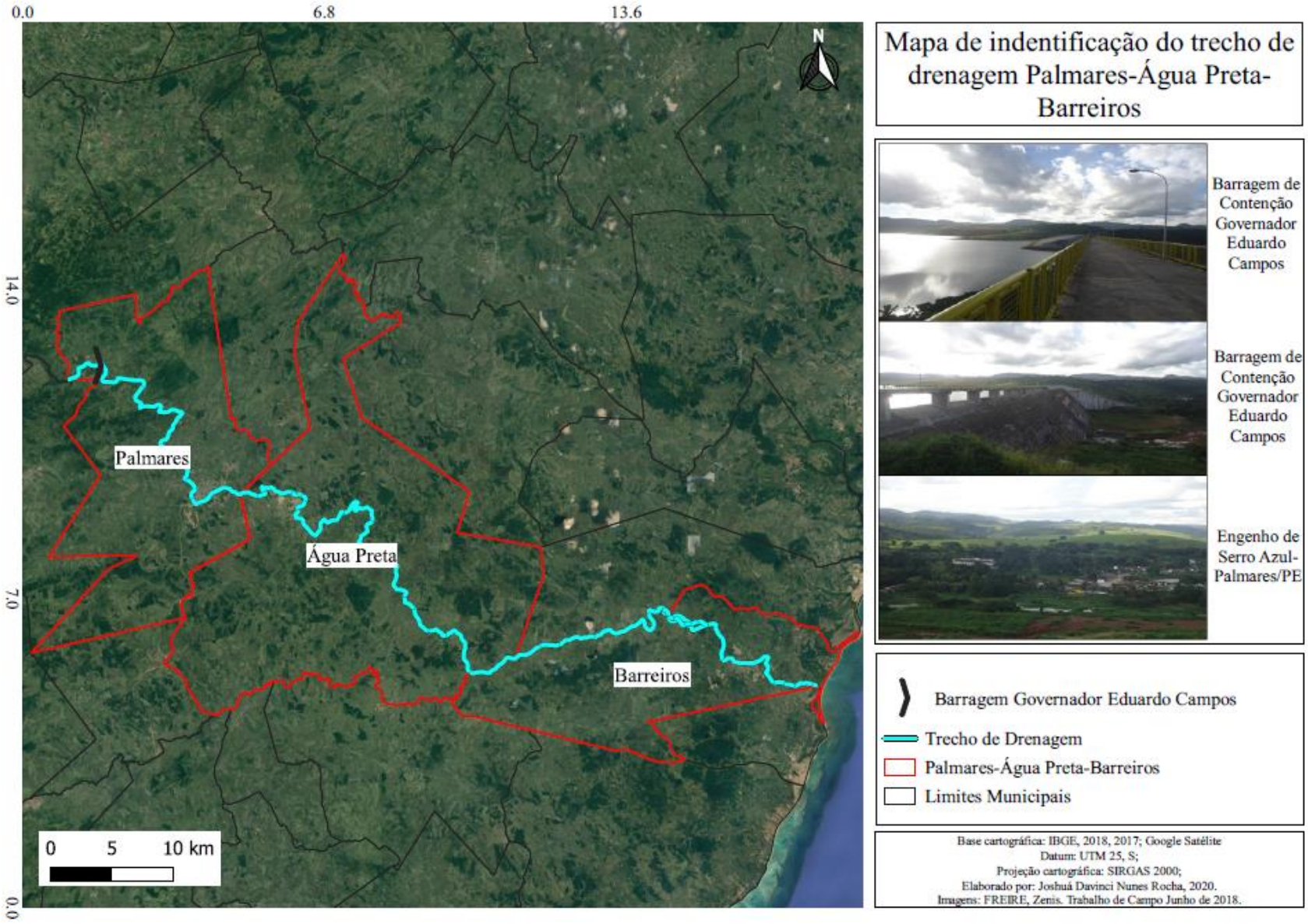
Fonte: Secretaria de Recursos Hídricos–PE http://www.sirh.srh.pe.gov.br/site Acesso: 03/05/2020

Esse projeto envolve uma parceria de investimentos do Governo do Estado de Pernambuco e do Governo Federal, tendo como objetivo barrar as enchentes/inundações na Mata Sul e suprir as demandas da região do agreste pernambucano, que têm enfrentado problemas de abastecimento nas últimas décadas.

Das obras sinalizadas, somente a barragem de Serro Azul, conforme o mapa 6, foi finalizada, depois de alguns anos de paralização. O reservatório apresenta capacidade de 300 m³ e foi "inaugurado" no ano de 2017, quando novas enchentes/inundações destruíram parte das cidades e áreas rurais dos municípios de Palmares, Água Preta e Barreiros. Apesar dos pontos de destruição, a construção das barragens de contenção tem gerado conflitos e tensões no território e ambiente da Mata Sul. De um lado, moradores e funcionários da Defesa Civil afirmam que sem o barramento os danos seriam mais intensos e similares aos ocorridos no ano de 2010.

[90] Não foi possível construir um mapa de localização das barragens, uma vez que, somente as construídas aparecem nas imagens de satélite. Sendo assim, para evitarmos incorrer no risco de informações imprecisas, apresentamos a imagem ilustrativa disponibilizada pela Secretaria de Recursos Hídricos.

Mapa 6- Área de Drenagem do Rio Una e construção de barragem de Serro Azul



Fonte: Organização da autora 2020. Elaboração Joshuá Rocha (2021)

Como reinvindicação da continuidade das obras de barramento, criou-se um movimento que conta com diversas entidades civis, figuras públicas e políticas da Mata Sul, como vereadores, prefeitos, comerciantes, representantes religiosos e empresários, dentre outros, compondo movimento “SOS Barragens”, que surge da exigência da construção das demais barragens de contenção, tais grupos vêm promovendo reuniões e audiências públicas para o seguimento das obras. Nas eleições de 2018, o movimento ganhou publicidade com cartazes pelas ruas com a frase: “Sem barragem, sem voto”, essa tática teve como objetivo pressionar os gestores públicos e candidatos às eleições a acelerem das obras.

Por outro ângulo, moradores das áreas atingidas e residentes nas imediações da barragem não confiam na eficácia da construção para contenção das enchentes/inundações do Rio Una. O medo foi agravado após eventos de rompimentos de barragens, a exemplo do ocorrido em Mariana-MG, no ano de 2015. O receio dos moradores é que haja um evento ainda mais danoso do que o ocorrido em 2010, tendo em vista que a barragem Governador Eduardo Campos se localiza vizinha às comunidades rurais, como é possível identificar na figura 33, que denota a área (na lateral, inferior à esquerda) de abertura de comportas e ao fundo (lateral direita) o povoado da comunidade rural.

Figura 33- Engenho Serro Azul nas proximidades da Barragem de Contenção

Fonte: Zenis Freire, pesquisa de campo, 2018.

A construção das barragens de contenção tem gerado um outro conflito ambiental, resultante dos desdobramentos das ações de planejamento do Estado, para prevenção de desastres na área. Novamente colocando a perspectiva territorial em questão e ampliando as possibilidades de precarização dos sujeitos que ali residem, ao analisar construções de barragens e a implicação disto nas populações, Soriano e Valencio (2009) indicam que:

> [...] estes empreendimentos, principalmente, considerando os de grande porte, já representam risco, para determinadas populações mesmo antes de suas construções. Trata-se da desocupação compulsória de áreas sendo as vítimas, geralmente, parcelas mais vulneráveis da população e com menos condições legais de se defenderem. Observa-se então a desterritorialização indireta, ou seja, a perda territorial de uma parcela da população cujas raízes no lugar podem ser seculares. (SORIANO E VALENCIO, 2009, p. 149)

Os desdobramentos desse processo se traduzem em dois aspectos de expulsões e deslocamentos, quais sejam: o primeiro referente aos *sujeitos residentes na porção que foi inundada pela obra*, muitas dessas famílias seriam transferidas para conjuntos habitacionais, no entanto, por se tratar de áreas que têm jurisdição regida pelo INCRA e que são negociadas com o acompanhamento de secretarias do estado, ligadas ao desenvolvimento rural, acumulam uma série de conflitos que se pautam no acesso à terra e à moradia[91].

O segundo aspecto a ser destacado diz respeito aos *moradores das proximidades da barragem de contenção*. Em reportagem no Engenho Serro Azul, no ano de 2017, o Jornal Brasil de Fato PE (2020) identifica relatos de moradores que anseiam pelo deslocamento de suas moradias, por temerem a insegurança de viver nas proximidades da barragem, uma vez que residem a menos de 500 m da mesma[92]. O projeto contido na elaboração no Relatório de Impacto Ambiental RIMA – Serro Azul (2011) – previa, junto à retirada dos sujeitos, o pagamento de indenizações e a relocação dos moradores para uma agrovila, criada para possibilitar o trabalho na terra. A reportagem traz relatos dos moradores que corroboram esse elemento como base no acordo.

No entanto, a partir dos relatos dos sujeitos à reportagem jornalística, as lideranças comunitárias destacam suas ações reivindicatórias para o cumprimento da transação por parte do Estado, dentre elas, a paralização das obras da barragem. Entretanto, a resposta do Estado

[91] Tendo em vista o recorte de nosso objeto de estudo, não nos dedicamos de maneira aprofundada a esta temática, embora, não possa ser negligenciada para indicações de lacunas de pesquisa, que se apresentam de forma ampla e complexa, necessitando de pesquisas que se dediquem exclusivamente à questão dos deslocamentos dos sujeitos atingidos pela construção das barragens de contenção.

[92] Para maiores detalhes da reportagem ver: https://www.brasildefatope.com.br/2017/08/15/pe-apos-construcao-da-barragem-de-serro-azul-comunidade-de-palmares-esta-sob-risco Acesso: 20/ 07/2020.

veio em formato de repressão policial. Em meio a esses conflitos, os problemas cotidianos que afetam a comunidade se ampliam e apresentam desdobramentos, como, por exemplo, o medo de rompimento da barragem, que se acumula, gerando problemas de saúde aos moradores[93].

Diante desse contexto, reforçamos a lógica de des-atenção do Estado aos sujeitos, que embora faça acordos com as comunidades rurais, sugeridas inclusive nos relatórios de impacto ambiental, esfacela o planejamento, com o passar do tempo. As "medidas mitigadoras" são realizadas de maneira precarizada, agravando ainda mais as situações de vulnerabilidade dos sujeitos e criando a possibilidade de "novos" riscos que podem intensificar desastres futuros.

Nas análises realizadas por Valencio *et al.* (2009), há, por parte do Estado, um reforço da lógica de seguridade, com reafirmação de técnicas e "certezas" promulgadas pelas obras de engenharia, que são marcas da história do Brasil. Nesse contexto, a autora destaca:

> No Brasil, desde o início do século XX, uma das expressões materiais identificadas com o desenvolvimento sócio-econômico regional é a construção de barragens. Na produção de hidroenergia, regularização da vazão, abastecimento e irrigação, dentre outras finalidades, o barramento de rios tornou-se prática corrente, fosse conduzida pela iniciativa privada fosse pelas mãos do Estado. O emolduramento das águas, na forma de reservatórios implantados de parte a parte do país tornou-se um símbolo do processo de modernização do lugar na medida em que as águas, devidamente domesticadas, se prestariam como instrumento de realização de mudanças contínuas no espaço, nas suas porções urbanas e rurais. (VALÊNCIO et al. 2009, p.176)

A visão do Estado, criada a partir dessa máxima, tem gerado políticas de "mitigação" aos desastres, sempre na tentativa de adestramento dos rios, seja pela canalização, como analisa Carvalho (2011), e/ou pelo barramento discutido por Valencio *et al.* (2009), ambos destacam as formas engessadas de tratar os riscos e os desastres. No tocante à segunda autora, há uma provocação, ainda sobre os sistemas de resposta aos eventos gerados a partir do rompimento de barragens e às lacunas dos órgãos competentes nessas ações.

As prerrogativas destacadas pelos autores e fomentadas pelos sujeitos quem vêm sendo atingidos por esses processos, reforçam nosso entendimento de que as políticas de planejamento, prevenção e mitigação de riscos e desastres, promulgadas pelo Estado nas esferas administrativas, são realizadas de maneira inconsistente, pois excluem os sujeitos do processo, invisibiliza-os, reprimindo-o e, além disso, embora esboce um apelo tecnicista, não segue à risca as elaborações e indicações dos materiais técnicos, acumulando elementos que podem, em

[93] Importante frisar que esta discussão se dá a partir do relato dos moradores à reportagem, carecendo, portanto, de análise de profissionais competentes da área de saúde que analisem tais aspectos.

um futuro próximo, reverberar em desastres ainda mais trágicos do que os documentados até o momento.

Destaca-se ainda que as barragens de contenção foram as medidas estruturais para tentativa resolutiva do problema, a esta se soma a ampliação de estações de monitoramento climático nas cidades de Palmares, Barreiros e Água Preta. Porém, o formato de organização das Defesa Civil ainda é insuficiente, sobretudo no que se refere às suas esferas municipais, que não apresentam uma articulação efetiva regional. Embora, segundo os coordenadores das Defesas Civis municipais, haja uma constante comunicação entre as unidades, no contexto da estrutura física, da organização e da disposição de pessoal, cada município apresenta uma realidade diferente.

Em nossos trabalhos de campo, foi possível observar algumas Defesas Civis que contam com equipes técnicas com múltiplas formações, abrangendo assistentes sociais, técnicos em segurança do trabalho e técnicos ambientais, embora a nosso ver seja insuficiente, há um certo olhar multifacetado sobre as questões enfrentadas. Outras realidades, porém, se apresentaram ainda mais precarizadas, como a Defesa Civil, com apenas um ou dois componentes na equipe, indicados por relações político-partidárias, sem local de trabalho adequado. Em algumas realidades, a unidade apresenta uma mesa e uma pilha de documentos no chão.

Nos municípios estudados, mesmo diante da precariedade, há a tentativa de manter o funcionamento de ações, por parte dos funcionários, ainda que de forma fragilizada. Em sua maioria, as Defesas Civis se resumem à construção, ao registro de relatórios (quando existem) e à disponibilização de lonas de plástico, para conter deslizamentos, sendo muitas vezes direcionados a desvios de função. Vale salientar que tal região apresenta milhares de sujeitos atingidos por desastres e que, praticamente, todos os seus municípios foram afetados de forma direta e/ou indireta. Esses elementos reafirmam a lógica de desestruturação das ações do Estado e o sucateamento dos serviços oferecidos aos sujeitos atingidos.[94] Diante do exposto, direcionamos a análise a outra política do Estado, agora centrada nos projetos de habitação popular para residência dos sujeitos atingidos.

[94] Importante destacar que a crítica não se faz ao serviço público, pois como observaremos a seguir as parcerias público privadas não se apresentam de maneira bem-sucedida. Buscamos, aqui, problematizar as formas de desatenção dadas aos sujeitos atingidos, em suas múltiplas formas e esferas.

5.1.2 Políticas de habitação para os sujeitos atingidos por desastres “naturais” na Mata Sul

No Brasil, diferentes momentos históricos levaram à construção de habitações populares, via bancos, como o BNH (Banco Nacional de Habitação), sobretudo, nas últimas décadas do século XX. Nas duas primeiras décadas do século XXI, o Governo Federal reafirma as políticas de habitação, com destaque para o Programa Minha Casa Minha Vida, com financiamento do Banco Caixa Econômica Federal. Tais projetos de moradias, direcionadas às classes populares, embora tenham suas controversas e ambivalências, foram caminhos de acesso à moradia para os sujeitos atingidos por desastres “naturais” da Mata Sul, por meio de parcerias entre os governos Federal e Estadual, que resultaram na Operação Mata Sul, com a construção de 16.849 unidades habitacionais nos municípios atingidos no ano de 2010.

Desses os municípios, Palmares, Barreiros e Água Preta concentraram o maior número de unidades recebidas, a tabela 2 denota os números de habitações e suas respectivas localizações e montante de investimento.

Tabela 2- Unidades habitacionais construídas pela Operação Mata Sul

Município	Número de Moradias	Localização das Habitações[95]	Investimento via Caixa Econômica Federal
Palmares	2.610	• Engenho Paul • Quilombo dos Palmares • Quilombo dos Palmares • Fazenda Nova Esperança	143.8 milhões
Barreiros	4.043	• Fazenda São Francisco I • Fazenda São Francisco II • Massa Falida – Engenho Baeté • Santa Clara I • Santa Clara II	251.2 milhões
Água Preta	2.159	• Barra D’Ouro I • Barra D’ Ouro II	82.6 milhões

Fonte: Dados da CEHAB, Companhia de Habitação de Pernambuco, abril 2021

[95] A tabela demonstra as nomenclaturas oficiais da localização dos conjuntos habitacionais, porém estes são reconhecidos pela população com toponímias distintas, as quais utilizamos na produção dos mapas a seguir.

Os conjuntos habitacionais formam um aglomerado de milhares de moradias na área periurbana. Dos municípios estudados, na figura 34, observamos um dos maiores conjuntos construídos na Mata Sul, com quase 2000 moradias.

Figura 34- Maior conjunto habitacional entregue na Mata Sul município de Barrerios/PE

Fonte: Zenis Freire, pesquisa de campo, 2018.

A construção dos conjuntos habitacionais foi realizada em etapas, iniciando com a aquisição de terrenos de fazendeiros e de grandes proprietários de terra e/ou da sessão de terrenos públicos, seguida do processo de terraplanagem, um processo necessário, tendo vista, que o relevo dessa área se apresenta permeado de colinas, conforme mencionado anteriormente. Esta etapa foi executada a partir dos investimentos do governo do estado, e a infraestrutura das residências ficou a cargo de empresas privadas, que deveriam construir uma unidade habitacional em alvenaria, com cerca de 42 m², a ser financiada pelo Banco Caixa Econômica Federal, investimentos estes do Governo Federal.

Segundo Valencio, Selina e Marchezini (2011), em trabalho de campo realizado em junho de 2011, as obras dos conjuntos habitacionais em Barreiros estavam em atraso, em processo de terraplanagem. Em toda a Zona da Mata, foram prometidas cerca de 16 mil habitações. O processo de entrega das moradias se deu em etapas, as quais tiveram processos diferentes, a depender do município.

A primeira etapa do processo de entrega das habitações aos sujeitos atingidos foi realizada em novembro de 2011, mais de um ano após o desastre. Segundo os moradores e os funcionários públicos das Secretarias de Defesa Social dos diferentes municípios, os grupos prioritários da lista de recebimento foram aqueles(as) que residiram em barracas de lona e os(as) que ainda se encontravam abrigados(as) em escolas, desde o evento de 2010.

Em 2017, reportagens jornalísticas, realizadas pelo G1 Pernambuco (2017) e pela EBC (2017), mostram que sete anos após o evento havia moradores que não tinham recebido suas moradias. Em virtude da demora, alguns sujeitos passaram a ocupar as residências ainda inacabadas e outros receberam habitações próximas a terrenos que já apresentavam erosões[96], além de deterioradas, apresentando rachaduras na infraestrutura, enunciando, assim, risco de desastres futuros por deslizamento de terra.

Essa realidade ainda estava presente em nosso trabalho de campo de 2018, com relatos de sujeitos que não tinham recebido moradias e aqueles que às abandonavam pelas condições de precarização nos conjuntos. Além da falta de organização na distribuição das moradias, os sujeitos destacam fatores como "má fé" e corrupção por parte de alguns sujeitos que não foram atingidos de maneira direta ou não perderam suas residências no desastre. A título de exemplo de uma das moradoras de Água Preta que nos conta:

> Eu sei por que eu não ganhei. Porque na época que eu tava no abrigo, a gente sempre tava saindo né, saía eu, saía C., saía as menina pra ver se nós arrumava alguma coisa e nesse intervalo aí um S. E. foi pra porta aqui da casa que eu morava, se lambuzou-se todinho dizendo que morava na casa, aí minha casa que era pra ser pra mim foi dada pra ele, perdi minha casa por causa de E.(Relato de Lélia, Moradora de Água Preta)

Outro relato que corrobora a perspectiva da narradora apresenta:

> Eu tenho medo pelos outros né, que moram lá embaixo, **as pessoas que mora lá embaixo, pessoas que precisa de casa e muitas casas aqui ainda fechada ainda, eles coisam, o povo vai e roubam telha em vez de colocar**, eu tenho pena pelo **povo que ta lá embaixo que precisa, pagando aluguel e muitas pessoas aqui mesmo nessa rua que eu moro tem três casas, uma é deposito de ferro velho, outra ninguém vei morar é fechada, tudo se acabando e quem ganhou não vem morar porque tem outras casas**. Eu achei a administração desse negócio dessas casas muito ruim, **porque deu a muita gente que não precisava e gente que precisa ta lá embaixo ainda e eu tenho dó daquele povo que fica lá embaixo, pagando aluguel, que realmente**

[96] Reportagem referente a esse processo em 2017, disponível em: https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/apos-7-anos-e-duas-enchentes-moradores-de barreiros esperam-casas-prometidas-em-pe.ghtm Acesso: Abril de 2021.

> **quer uma morada e não conseguiram, enquanto outros que não precisam conseguiram duas, três casas e aqui não moram, umas são alugadas, outras ficam fechadas, umas eles botam pra fazer ferro velho, depósito, essas coisas e é isso**. (Relato de Frida, Moradora do município de Palmares)

Embora exista, por parte do Estado, o discurso do planejamento urbano para os conjuntos habitacionais, o que se observa no campo é um deslocamento populacional para aglomerados precários, com ausência ou ineficiência de serviços básicos como acesso à agua, à coleta de resíduos sólidos, à segurança, à pavimentação e a transportes, entre outros. A figura 35 apresenta um dos conjuntos habitacionais na cidade de Barreiros, em fase de conclusão das obras, e a figura 36 mostra uma unidade escolar de um dos conjuntos habitacionais da cidade de Barreiros – PE[97].

Figura 35- Conjunto habitacional em obras no Município de Barreiros – PE

Fonte: Imagem cedida por D. S.[98]Assistente Social do Município de Barreiros, 2018.

[97] A maioria das imagens e dos dados apresentados, relacionados à moradia, é registrada na área urbana do município de Barreiros. Isso se deu pelo fato de o município apresentar maior sistematização de dados, relatórios, imagens, etapas dos abrigos e da construção e entrega das moradias. Apesar de nossa busca no município de Palmares e Água Preta, os dados são escassos ou se perdem, conforme a mudança de gestão municipal.

[98] Aqui destacamos somente as iniciais da que pessoa que cedeu a imagem na tentativa de preservação da identidade dos sujeitos que colaboraram com a pesquisa.

Figura 36- Escola Municipal de um dos conjuntos habitacionais de Barreiros/PE

Fonte: Zenis Freire, pesquisa de campo, 2018.

Na imagem da figura 37, observamos os primeiros deslocamentos dos sujeitos atingidos para os conjuntos habitacionais, o que representa, para muitos, o fim da espera e a possibilidade de re-construção da vida no pós-evento. No entanto, encontraram novos desafios e a precarização territorial. Entre as possibilidades e os desafios enfrentados pelos sujeitos atingidos, que chegam aos conjuntos habitacionais, apresenta-se novamente o aspecto da i-mobilidade discutida por Haesbaert (2015), a distância dos conjuntos que parecem "ilhas" isoladas do restante da cidade e que apresentam acesso "restrito" ao centro, que se dá não por falta de transporte, mas pela escassez de recursos financeiros que possibilitem o deslocamento.

Figura 37- Chegada dos moradores aos conjuntos habitacionais Barreiros/PE.

Fonte: Relatório da Secretaria de Ação Social de Barreiros, 2013.[99]

Na imagem da figura 38, pode-se observar outro conjunto habitacional da cidade de Barreiros, com ocupação, conhecido popularmente como "platô", ele foi um dos primeiros a receber os sujeitos atingidos. Em uma análise comparativa, a infraestrutura e os equipamentos urbanos não apresentam diferenças significativas, a não ser as obras individuais que moradores realizaram nas residências, a exemplo dos muros.

Figura 38- Conjunto Habitacional do Município de Barreiros – PE

Fonte: Zenis Freire, pesquisa de campo, 2018[100].

[99] Autor ou autora do registro fotográfico não consta no relatório.

[100] As imagens dos conjuntos habitacionais em nosso campo de pesquisa foram um desafio significativo, há um conflito em torno das moradias, pois muitos sujeitos venderam as residências, mesmo não sendo permitido na legislação, outros mantém as habitações fechadas só para ida em finais de semana, ou em caso de fiscalização. Em campo, em Palmares e Água Preta, os moradores questionavam se nossa presença se tratava de fiscalização, mesmo

Para os sujeitos, alguns dos fatores desafiadores na ocupação dos conjuntos habitacionais foram a falta de relações de vizinhança e a dificuldade de acesso a hospitais, escolas e postos de saúde. Embora os conjuntos disponham de escolas e postos de saúde, do ponto de vista da vida cotidiana, os sujeitos preferem se consultar nas unidades básicas de seus antigos bairros e sentem a quebra das relações com os agentes comunitários de saúde, com os quais já dispunham de vínculos afetivos de confiança e seguridade.

Há saudosismo das conversas, das relações com seus espaços de crença e com a organização de vida em comunidade que muitos sujeitos dispunham antes do evento. As relações construídas nos abrigos, também são rompidas pelo constante processo de des-re-territorialização, à medida que as moradias vão sendo entregues. Os sujeitos conhecidos se perdem nos aglomerados habitacionais, muitos quebram relações e contatos e não sabem onde seus vizinhos e aqueles com os quais dividiram os abrigos se localizam. A narrativa da moradora é imprescindível para a compreensão de tal aspecto:

> Agente nem queria vim irmã pra cá e eu chorava né. Porque eu sou evangélica né, eu e minha filha, aí a gente congregava lá mermo, aí a gente já tava acostumado com tudo né irmã, porque nascido e criado ali e a convivência com meus irmãos na igreja, eu disse: oxe, eu vou nada aí eu ficava um pouco temendo, eu dizia assim: Jesus, eu ir pra ali; aí meu esposo dizia assim: se vocês quiser ir vocês vão, que eu não vou não, fazer o que? Morar na rua, sem ter um emprego. Mesmo assim, aí minha mãe dizia assim: oxe, o Deus daqui é o Deus de lá, se tiver uma sardinha a gente divide com tudinho, ninguém vai morrer de fome. (Relato Carolina, Moradora de Água Preta, 2018.)

No mesmo sentido, outra moradora destaca:

> A gente num queria vim morar, mais depois a gente insistiu e resolveu. Todo dia no comecinho, meu pai bebia muito, muito, muito mermo, aí depois ele parou, tem uma segurança, aí ele mudou, completamente ele mudou, do jeito que era no engenho, aqui é diferente. (Relato Ângela, Moradora de Água Preta 2018)

Narrativas como esta nos reafirmam a profundidade e a complexidade que o sofrimento ambiental pode atingir e a necessidade de análise desse processo. Do ponto de vista territorial, é significativo, tanto no aspecto material como no subjetivo, à medida que o território se constitui também na construção da coletividade das lutas dos desafios e das relações com o outro, tais elementos dificultam o processo de re-construção territorial.

---

com nossos guias sendo da comunidade, há muita desconfiança por parte dos sujeitos atingidos, compreensível pela vulnerabilidade por estes apresentada e por já terem sido vítimas de fraudes, falsas reportagens entre outros, por este motivo alguns campos não foram possíveis de fotografar.

Nesse processo, há uma diferença das ações realizadas pelo Estado, a partir da divisão político-administrativa "zona urbana" e "zona rural"[101]. Os sujeitos atingidos, que eram moradores de engenhos (comunidades rurais), tiveram suas residências projetadas e disponibilizadas pelo INCRA, mantendo uma infraestrutura que desconsidera a disponibilidade de terras para plantação, como apresentado na figura 39.

Figura 39- Conjunto habitacional construído no Engenho Pirangi – Palmares/PE

Fonte: Zenis Freire, pesquisa de campo, 2018.

A partir da implementação dessas políticas de assistência aos atingidos, por parte do Estado, novos desafios se apresentam, se antes dos desastres "naturais" os sujeitos enfrentavam as enchentes/ inundações, agora se deparam com outras esferas da precarização territorial, pois há, por parte do Estado, uma manutenção da lógica estratégica de "ausência" de ações efetivas, que permitam os processos de reconstrução territorial.

A continuidade de ações cessa após a entrega de moradias aos sujeitos atingidos, como se a unidade habitacional provocasse a resolução de problemas sociais historicamente consolidados. Aspecto esse que reforça a visão superficial dos desastres no Brasil, pautados em relações causa e efeito, que podem ser resolvidas apenas com medidas técnicas (por vezes, mal formuladas), o que nos permite retomar o questionamento do capítulo anterior: Quais vidas importam?

Podemos observar a manutenção da precarização territorial com o deslocamento das populações atingidas para áreas dos municípios, que apresentam localização geográfica de difícil acesso e sem a infraestrutura de serviços e redes técnicas que permitam a mobilidade dos

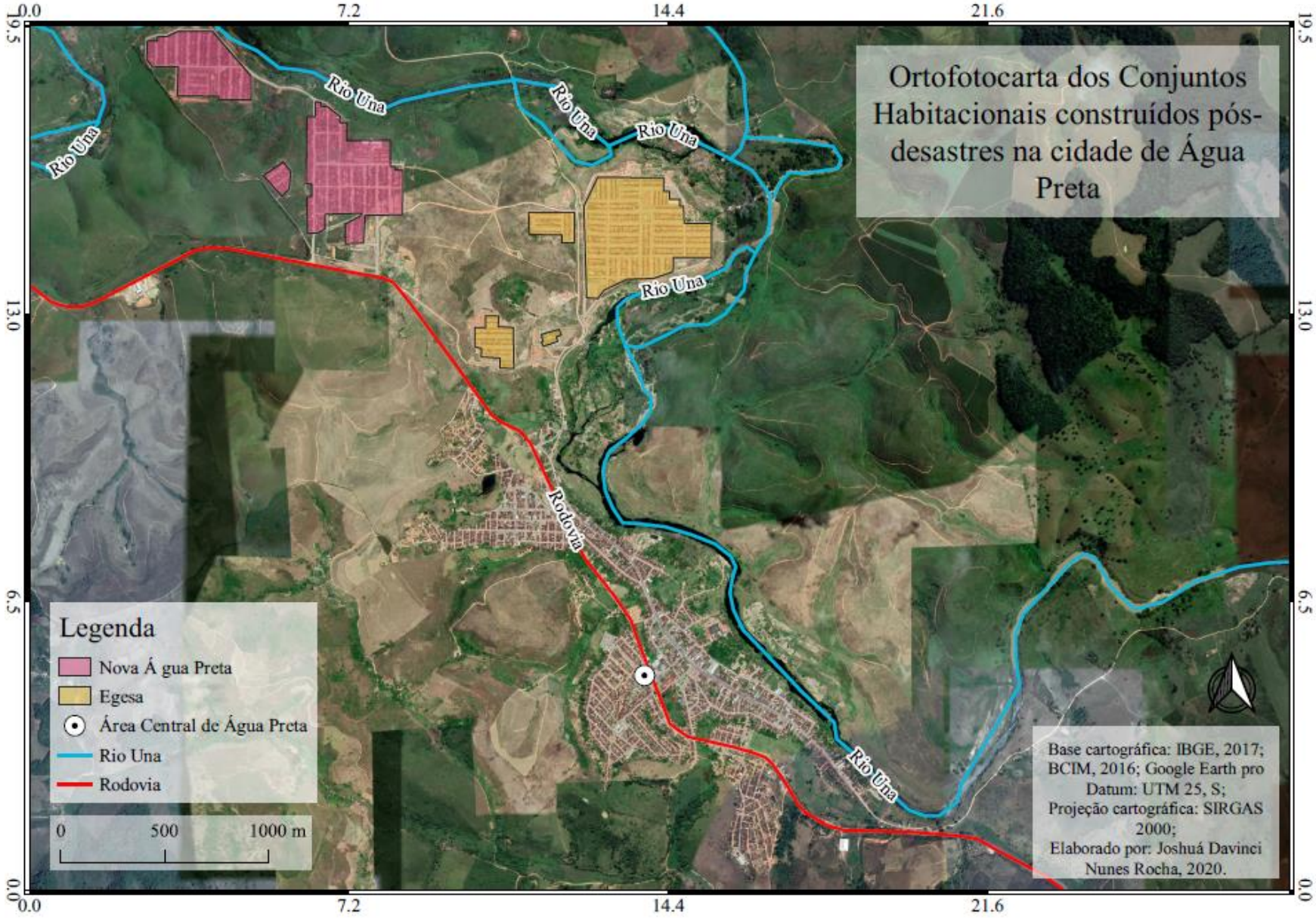
[101] Aqui, não pretendemos reafirmar as dicotomias urbano/rurais, mas este ponto carece de separação, por se tratar de um aspecto administrativo e das jurisdições que gerenciam o acesso à terra, do espaço urbano e no rural, neste caso, diferente das áreas urbanas, as tomadas de decisões se dão pelo instância federal através do INCRA.

moradores[102]. A concentração das construções em áreas "periurbanas" colocam os sujeitos novamente nos limites, às margens, não mais do rio, mas sim do acesso.

A seguir, apresentamos o mapeamento dos conjuntos habitacionais em ortofotocartas nos municípios de Barreiros, Água Preta e Palmares, com destaque para os deslocamentos ocorridos neste último, em áreas administrativas "urbanas" e "rurais". Pode-se observar *a priori* a localização geográfica com o fator distância, como complicador de acesso aos serviços disponíveis na área do centro da cidade. Este fator merece destaque, pois os sujeitos atingidos, embora estivessem em locais de suscetibilidade às enchentes/inundações, estavam próximos a serviços como bancos, lotéricas (onde a maioria dos moradores recebe o auxílio do Bolsa Família), feiras, mercados, locais de trabalho, escolas e postos de saúde, dentre outros. Nas novas moradias, há falta de acesso às redes de transporte, esta se dá muitas vezes não somente pela disponibilidade ou não dos transportes, mas sim pela falta de renda para seu uso.

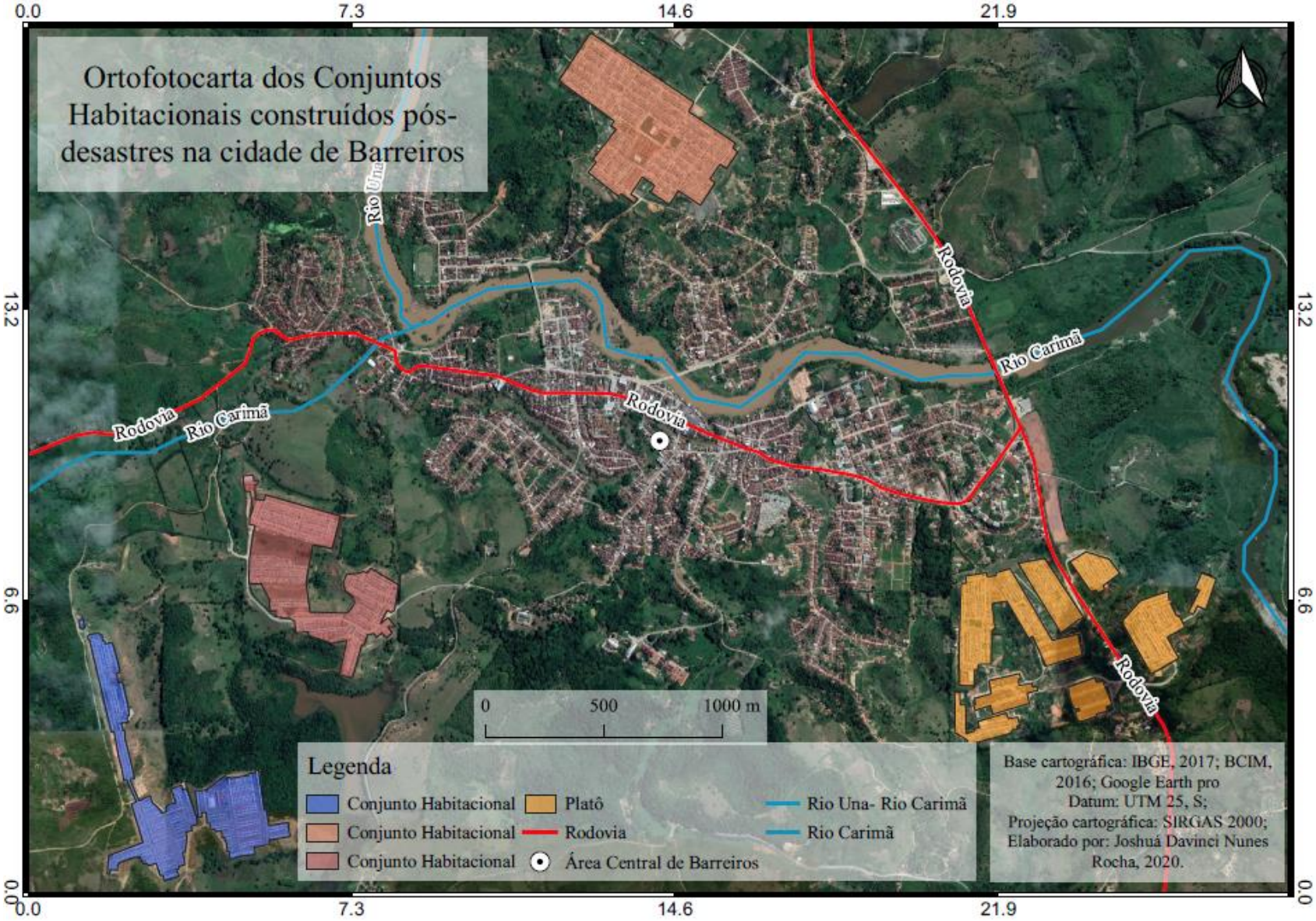
Nos mapas 7, 8, e 9 utilizamo-nos das toponímias dos conjuntos habitacionais utilizados pelos sujeitos, uma vez que os desígnios oficiais disponíveis na tabela 2 são desconhecidos pela maioria dos residentes. Portanto, na cidade de Água Preta, nos referimos à "Nova Água Preta" e "Egesa", para identificar Barra d' Ouro I e II. Em Barreiros, a maior parte dos conjuntos é sinalizada como "Platôs" enumerados de I a VI e, no município de Palmares, compõem na linguagem oficial e popular os Quilombos que são enumerados de I a IV pelos sujeitos.

Mapa 7- Localização dos conjuntos habitacionais na cidade de Água Preta - PE



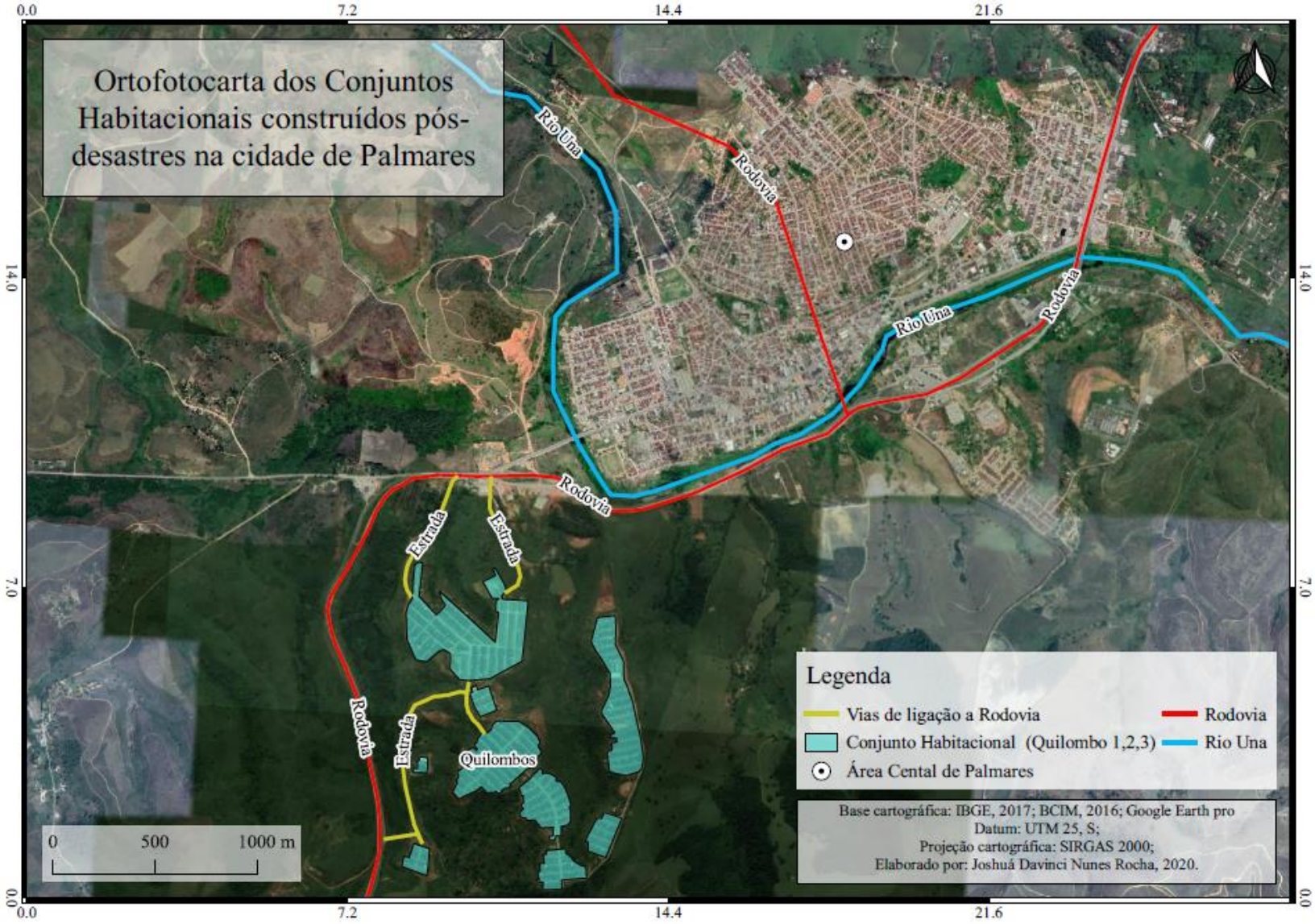
Fonte: Organização da autora 2020. Elaboração Joshuá Rocha (2021)

Mapa 8- Localização dos conjuntos habitacionais no município de Barrerios-PE



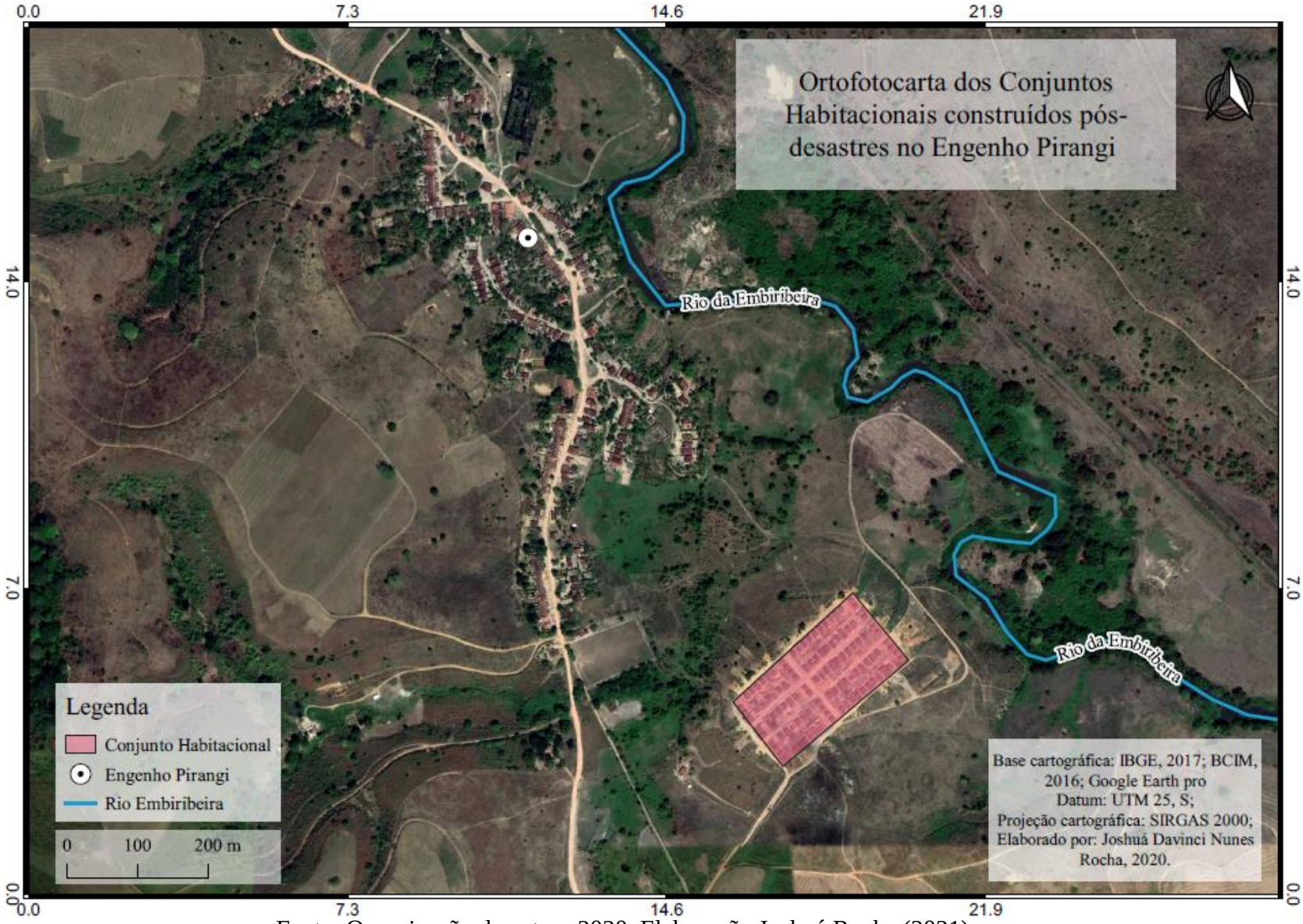
Fonte: Organização da autora 2020. Elaboração Joshuá Rocha (2021)

Mapa 9 - Localização dos conjuntos habitacionais no município de Palmares - PE



Fonte: Organização da autora 2020. Elaboração Joshuá Rocha (2021)

Mapa 10- Localização do conjunto habitacional do Engenho Pirangi - Município de Palmares-PE



Fonte: Organização da autora 2020. Elaboração Joshuá Rocha (2021)

No mapa 10, apresentamos uma particularidade no Município de Palmares, o conjunto habitacional do Engenho Pirangi, que foi construído a partir de uma demanda dos sujeitos atingidos na zona rural, que reivindicaram a permanência no local. Nas demais localidades, aqueles(as) que residiam em áreas administrativamente rurais, para recebimento de nova moradia, deveriam deslocar-se para os conjuntos habitacionais construídos nas sedes municipais. No tocante à comunidade destacada, o INCRA foi responsável pela realização da obra.

Faz-se necessário destacar que este é um território de conflito por terra e os(as) moradores(as) seguem há alguns anos na luta pela posse, direito adquirido em decorrência de dívidas deixadas pela usina local aos trabalhadores. O INCRA, órgão responsável pelos loteamentos e pela documentação de regulação dos assentamentos rurais, ainda não finalizou o processo, e os trabalhadores seguem esperando suas terras para cultivo[103].

O abandono dos sujeitos atingidos na área urbana é significativo. Porém, nas comunidades rurais, há uma ampliação dessa ausência do Estado. Na paisagem dos engenhos ainda é possível observarmos as marcas do evento ocorrido em 2010, como é observado na figura 40. A ponte que fazia ligação entre as comunidades que margeiam o rio Pirangi (afluente do rio Una) foi destruída, e seus destroços não foram removidos.

Os sujeitos atingidos necessitam usar um transporte improvisado (apresentado na figura 41 – "uma chapa de ferro") para deslocar-se, provavelmente resquício do maquinário da usina de açúcar desativada que está à margem direita do rio. Para a tração do transporte que se assemelha a uma "balsa" deteriorada, é utilizado um fragmento de madeira. O meio de transporte de travessia do rio é preso a uma corrente e a um fio, na margem para que não seja levado pela correnteza, em períodos de aumento da vazão do rio os moradores da margem esquerda ficam em estado de sítio.

[103] As informações, aqui, descritas são fruto da construção de nossos diários de campo, que reúnem informações disponibilizadas por lideranças locais, moradores e transeuntes. Observações e narrativas que transpõem as entrevistas realizadas.

Figura 40- Ponte destruída na enchente no Engenho Pirangi – Palmares/PE

Fonte: Zenis Freire, pesquisa de campo, 2018.

Figura 41- Meio de transporte utilizado pelos moradores do Engenho Pirangi para travessia[104].

Fonte: Zenis Freire, pesquisa de campo, 2018.

[104] Trata-se de uma estrutura de ferro que é usada como uma espécie de jangada para travessia do Rio Pirangi, após a queda da ponte, como apresenta a figura.

Diante do exposto, após a análise das políticas de des-atenção aos sujeitos atingidos, reafirmamos nossa hipótese de que, embora haja por parte do Estado políticas que se direcionem para o auxílio destes, tais políticas são realizadas de maneira superficial e precarizada, tendo como objetivo uma resposta política imediata, sem levar em consideração a oportunidade de criar um projeto efetivo que auxilie a transformação social e cidadã àqueles(as) que reivindicam seus territórios como uma extensão corpórea da existência.

O que se observa é a permanência da lógica tecnicista hegemônica, baseada no caráter quantitativo das habitações, dos atingidos, dos montantes "gastos", das obras faraônicas de divulgação, da disponibilidade de bens de consumo e de uma resposta midiática. Estes aspectos reforçam, entre os agentes que movem a macropolítica (sobretudo, Estado e capital), a manutenção da subalternização dos(as) que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Embora esses processos reverberem de forma significativa nos sujeitos atingidos, gerando aspectos de conformismo e uma manutenção do *status quo*, resultante da colonialidade do poder, do saber e do ser, que remontam um passado colonial escravista das relações de servidão geradoras da "liberdade contingenciada", discutida por Ferreira Filho (2020), presentes de maneira arraigada e subjetiva nos moradores da Mata Sul, observamos que, nas micropolíticas cotidianas, pode-se encontrar geo-grafias construídas pelos sujeitos atingidos e suas formas de r-existência, sobre as quais passamos a discutir a seguir.

5.2 GEO-GRAFIAS DOS SUJEITOS ATINGIDOS POR "DESASTRES NATURAIS" NA MATA SUL

Os saberes geográficos se constituem desde o início da ocupação dos seres humanos no planeta, de acordo com Claval (2011), e têm suas bases na toponímia (nomear os lugares), na construção de itinerários e na marcação de pontos de localização. Lacoste (2012) chama atenção para pensar a diferenciação destes saberes, ontologicamente estratégicos, e a geografia institucional, datada do século XIX, compondo a esteira da Ciência Moderna.

Ambas as considerações nos provocam a reflexão da necessidade de discutir os saberes geográficos pelos sujeitos no cotidiano, suas estratégias ou táticas na análise teórica de Certeau (2009). Assim como, no capítulo anterior, destacamos uma certa negligência da Geografia na análise dos sujeitos e da escala do corpo, esta, seguindo a mesma lógica, passa a desconsiderar também as micropolíticas, dando ênfase às macropolíticas centradas nos Estados Nacionais e na Geopolítica Clássica pautada nos conflitos internacionais, como indicam discussões realizadas por Costa (2016); Castro (2014), Becker (2012); Raffestin (1993), dentre outros.

No entanto, na tentativa de recuperar as nuances dos saberes geográficos, para além das amarras institucionais criticadas por Lacoste (2012), partimos da premissa de que os sujeitos, a partir desses saberes, constroem micropolíticas cotidianas e, por conseguinte, geo-grafias. O termo "geo-grafias", cunhado por Porto-Gonçalves (2002), se propõe enquanto perspectiva a ser desenvolvida, uma provocação, pois, segundo o autor, "mais do que a geografia estamos diante de geo-grafias, enfim, do desafio de geo-grafar nossas vidas, nosso planeta, conformando novos territórios, novas territorialidades" (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 247). No intuito de contribuir com o olhar sobre essas "grafias" ou "geo-grafias", partimos da análise dos sujeitos atingidos por desastres "naturais". Nesta ótica, "geo-grafar" é pensada como verbo que nos induz à prática, à ação.

A ação, no âmbito da geografia, ganha relevância significativa com o conceito de espaço elaborado por Santos (2012), entendendo-a como "indissociável" dos objetos na composição dos sistemas que constituem o espaço geográfico. Para o autor, "a ação é o próprio homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade [...]. As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo também as empresas, as instituições". (SANTOS, 2012, p.83). Apesar da amplitude das ações, destacamos em nossa análise aquelas elaboradas pelos sujeitos, de forma cotidiana, uma vez que:

> As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam suas funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. (SANTOS, 2012, p. 83)

Faz-se necessário destacar que, tanto as ações quanto os objetos, na leitura de Santos (2012), podem ser pensadas em escalas, macro, dentro do campo de empresas e corporações, mas restringimos a escala dos sujeitos e da corporeidade. As ações e os objetos, segundo o autor, são mediados pela intencionalidade[105]. Esta, por sua vez, funciona como um motor das ações e relaciona aspectos da subjetividade e da consciência.

Diante do exposto, podemos retomar a discussão de geo-grafias, tomando como base as ações, dotadas de intencionalidades realizadas como formas de reinvenção do cotidiano e dos processos de re-construção territorial, posteriores ao evento do desastre, "grafar" ou de "geo-

[105] É importante destacar que Santos (2012) faz uma análise do conceito de intencionalidade, a luz de diversos filósofos, dentre eles, Jean Paul Sartre, nosso objetivo, porém, não é um amplo debate teórico e filosófico, sobre o conceitos, mas sim a compreensão de que as ações dos sujeitos se ancoram na intencionalidade para se constituírem nas relações sociais cotidianas.

grafar", portanto, para esses sujeitos, significa marcar o mundo a partir da construção de "novos territórios e territorialidades".

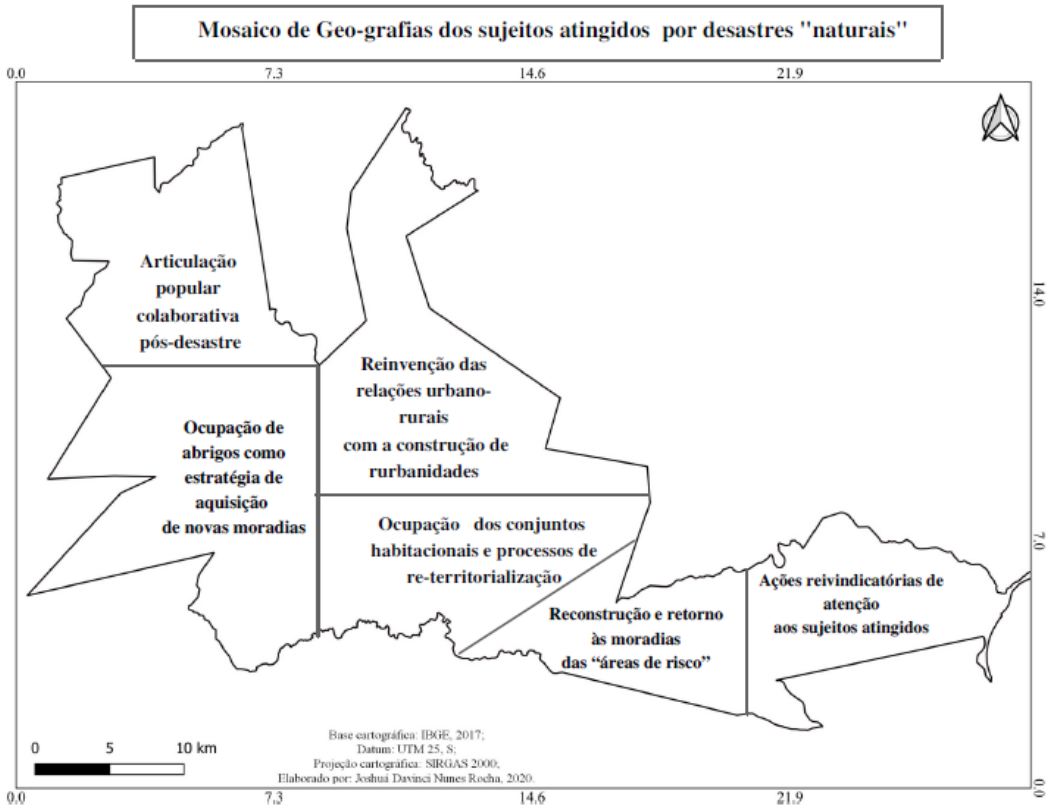
Elencamos alguns pontos que identificamos como geo-grafias dos sujeitos atingidos por desastres na Mata Sul, partindo dos aspectos micropolíticos cotidianos que se dão desde o evento de 2010 até os dias atuais, são eles: 1) Articulação popular colaborativa pós-desastre; 2) Ações reivindicatórias de atenção aos sujeitos atingidos; 3) Ocupação de abrigos como estratégia de aquisição de novas moradias; 4) Reconstrução e retorno às moradias das "áreas de risco"; 5) Ocupação dos conjuntos habitacionais e processos de re-territorialização; 6) Reinvenção das relações urbano-rurais com a construção de rurbanidades.

É imprescindível destacar que nenhum desses processos se deu de forma homogênea, nem tampouco sem conflitos, pelo contrário, é possível perceber as nuances da conformidade, com as ações do Estado, mas também a ambivalências dos sujeitos entre saída e retorno às áreas antes atingidas, revoltas com o gerenciamento de distribuição das moradias e até para alguns a construção de um "sentido de lugar" nos conjuntos habitacionais. Todos estes aspectos são um emaranhado de elementos que articulam problemas sociais relacionados à precarização territorial, bem como dimensões subjetivas de existência e de r-existência.

Elaboramos um mosaico das geo-grafias construídas pelos sujeitos[106], apresentado na figura 42. Na sequência, a partir das narrativas dos sujeitos, pontuamos os principais atos/ações e as práticas exercidas nos processos de re-construção territorial.

[106] Nessa composição, não há hierarquias de ações ou uma dimensão de linearidade histórica e de periodicidade. Mapeamos, aqui, essas ações ao longo dos dez anos passados do evento ocorrido em 2010.

Figura 42- Composição do mosaico de geo-grafias dos sujeitos atingidos por desastres "naturais" na Mata Sul



Fonte: Elaboração de base cartográfica, Rocha (2020). Elaboração e composição do Mosaico, Freire (2021)

1) Articulação popular colaborativa pós-desastre;

A luta social e o esforço coletivo são observados nas diversas ações dos atingidos e na criação de uma coletividade e de uma solidariedade, que por vezes também se apresentam de forma conflituosa. Porém, tem como pauta principal as diversas formas de r-existência, dos sujeitos em meio aos cenários de devastação que enfrentaram. A narrativa do morador Julião nos enuncia a experiência, em sua comunidade, no evento de 2010:

> É... difícil situação viu. Foi bom também foi que uniu muita gente viu... Tinha muita pessoas... eu tava molhado porque tava ajudando os outros, correndo, sempre tava com uma saúde de ferro... aí depois que eu tirei minhas coisas comecei ajudano os outro, mais cheguei até a (fulano) o administrador do engenho, um camarada que tinha uma situação boa e foi embora daqui, o cara que mais ganhava, era o chefe da gente na época, 10hs da noite eu encontrei com ele, andando ali, visitando a família, onde tava faltando num canto e noutro, todo molhado, assim uma tristeza, aí cheguei onde ele tava, ele tava assim todo incuído, eu disse: rapaz cadê a roupa? Ele disse: perdi tudo, ficou tudo lá da casa.

> A minha tava todinha, ele era assim da minha grussura, dei uma roupa a ele, ele vistiu ficou logo animado, dei mais umas duas, que dizer e eu vi os outros fazendo também, então houve uma solidariedade, até que eu disse na assembleia aqui que a cheia uniu um bucado de gente aqui viu, porque quem num gostava bem de olhar a cara do outro teve que durmir mais ele, fazeno a comida, dividir.(Relato de Julião, Morador do Município de Palmares, 2018)

Somam-se a essas ações, os vizinhos que salvam uns aos outros, aqueles que dividem mantimentos, alimentação, angústias e o sofrimento ambiental. Os desastres, portanto, por mais que tenham uma dimensão subjetiva individualizada, em especial nas questões de saúde, são fenômenos coletivos, multiescalares que compõem aspectos diversos da luta social e cotidiana. Muitas vezes, definir, pontuar ou, até mesmo, cartografar as lutas pela vida e pela r-existência, são ações tidas como um desafio, porque há, inclusive, em certa medida, por parte de alguns sujeitos, uma apatia e letargia em articulações de lutas autônomas organizadas, sendo, por vezes, perceptível certo "comodismo" e espera pelas ações do Estado.

2) Ações reivindicatórias de atenção aos sujeitos atingidos;

Na Mata Sul, as diversas formas de luta pela constituição de seus territórios e territorialidades perpassam múltiplos sujeitos. No contexto dos desastres "naturais", essas lutas se ampliam pela intensificação da precarização dos territórios e/ou da destruição dos mesmos, somando-se às lutas cotidianas contínuas. Algumas das narrativas utilizadas nesta pesquisa são lideranças comunitárias que participam de Movimento de Mulheres, Sindicatos e Associações rurais, que já se constituíam ativismos na luta pela terra, saneamento básico, moradia digna e trabalho, como aponta o relato de uma das lideranças comunitárias da cidade de Palmares:

> Eu tenho um Centro de Mulheres Negras aqui dentro. Na última cheia agora que deu um desespero assim porque ou eu tirava as coisas de dentro da minha casa ou eu tirava do centro, fiquei perdida... alguns documentos eu sei que eu tirei, tão guardados. Em 2010 eu perdi tudo, quer dizer só perca né? O Centro de Mulheres eu inaugurei em 2009, através desse Centro de Mulheres foi que veio muitas ajudas né? Por isso que o pessoal diz assim: Não, a líder é D. Então pergunte a D. lá das Pedreira, por causa do Centro de Mulheres, Centro de Mulheres Negras, há o preconceito até da sua cor né, porque infelizmente todo mundo tem um sangue e o nome Negra é porque quando eu montei o Centro de Mulheres já tinha um registrado como Centro de Mulheres de Palmares [...] Aí como eu que um que atingia a região, aí eu botei Centro das Mulheres Negras do município dos Palmares, aí eu posso dá palestras, falo sobre a questão de negros, sobre a questão de religião, de discriminação, de igualdade. Eu sou mulher de Terreiro e muitas vezes

> assim, como eu disse, trouxe tudo que Lula prometeu né? Mais eu me sinto excluída. (Relato de Liderança Comunitária de Palmares)

As diferentes frentes, como o machismo, o racismo e a intolerância religiosa, que fazem parte das pautas de discussão e luta do Centro de Mulheres Negras, se somam à possibilidade de perda da sede, já em localização precária. As demandas acabam sendo resolvidas pela urgência momentânea, mesmo que com uma agenda ampla, a dimensão trágica do desastre acaba por causar de uma coesão dos sujeitos em torno da re-construção das áreas atingidas, porém essas rachaduras, permeadas pelos conflitos que já existiam no cotidiano social, continuam emergentes. E, como discutimos, no capítulo anterior, atingem diretamente a escala do corpo, uma vez que, nos desastres, questões raciais, de gênero e conflitos religiosos não desaparecem, passam a coexistir nos espaços dos abrigos.

As batalhas cotidianas dos sujeitos mais pobres no campo-cidade (sempre em relação) se apresentam de forma contínua, sendo potencializadas nos contexto de desastres, onde aparecem outras demandas, como a luta para sobreviver, pelo recebimento de auxílios financeiros, pela construção e entrega das moradias, pela recriação de novas fontes de renda, pelo trabalho e pela melhoria das condições nos conjuntos habitacionais como: acesso à água, ao transporte, às escolas, aos postos de saúde e à coleta de resíduos sólidos, entre outros.

Logo após o desastre, as ações do Estado se iniciam na limpeza das ruas, desigualmente distribuídas, priorizando as áreas centrais e de comércio na reorganização da cidade, de modo que foram necessárias ações reivindicatórias dos(as) moradores(as) dos bairros de periferia social e das lideranças comunitárias, para chamar a atenção dos gestores do Gabinete de Crise sobre os problemas enfrentados. No bairro, Santo Onofre, conhecido como Pedreiras, foi realizado um ato com o objetivo de cobrar ao Estado, seus direitos enquanto cidadãos(ãs):

> Conseguimos um carro de som[...] aí fiquei falando que cada um contasse sua história e eles lá observando cada um falando né, eles só observando e ninguém nem se interessou porque achava que era mais uma pessoa de fora que tava observando o comentário da gente, aí chegou um momento que como a gente falou, falou da questão do lixo, das questões das casas, da questão da Senhora que mora sozinha e num tinha quem tirasse, muitos num tinha família né e a gente... todo mundo tava levantando questões sobre as suas casas e a deles tava precisando de ajuda e eu cheguei a dizer a ele no dia, olhei bem sério pra ele, não me dirigi a ele né, aí me dirigi a Amauri que estava presente com ele aí disse: a quem interessa é que a gente **só quer a nossa dignidade de volta.** (Relato de Dandara, Moradora do Municipio de Palmares, 2018)

Além desse ato, foram realizadas interrupções das rodovias, no município de Barreiros, para reivindicação da entrega de moradias nos conjuntos habitacionais, ação também efetuada

pelos trabalhadores que realizavam as obras das habitações (muitos atingidos passaram a trabalhar no setor da construção civil durante as obras). Cerca de 200 funcionários foram demitidos pela Egesa, empresa contratada para realização das obras, estes lutavam pela manutenção do emprego e pelo recebimento dos salários. Segundo reportagem do G1 Pernambuco (2014)[107], a empresa, além das dívidas trabalhistas, abandonou as obras, recolhendo os materiais e equipamentos, deixando muitas casas inacabadas.

Essas lutas cotidianas que perpassam os sujeitos atingidos não ocorrem somente nos dias iniciais pós-evento, elas persistem, inclusive, após a entrega das moradias nos conjuntos habitacionais. Sobre esse contexto, um representante comunitário dos trabalhadores rurais, atingido na enchente de 2010, narra alguns dos desafios enfrentados pelos(as) moradores(as), mesmo após a entrega das moradias:

> É... é grande...eu ando mei doente, me afastei por uns dias, fazendo uns tratamentos, mais não tem jeito, por mais que eu me afasto, mas eu não vou embora daqui, meu lugar é aqui. E tem outra coisa, eu gosto do que faço e a gente tem que correr atrás das coisas, somos nós que temos que correr atrás, mesmo com umas estradas rins dessas aí, a gente vai pra Prefeitura, se vira como pode. Pronto, o mês passado eu entreguei um documento ao governador, ele vei pra cá fazer uma visita ali na Matasus, não consegui falar com ele lá, aí quando ele foi pra Ribeirão eu consegui falar com ele lá, entreguei um documento a ele sobre umas casas que tem ali, que falta água, inventaram uma fossa coletiva e não deu certo, o pessoal daquela área ali sofre muito, é as casas do INCRA, o INCRA fez as casas e abandonou, pronto foi embora. (Relato Julião Morador do Município de Palmares, 2018)

Observa-se, portanto, que a maioria das ações são pontuais e difusas, apesar de existirem movimentos articulados ligados a instituições religiosas, comerciantes e políticos locais, como o SOS Barragem, citado anteriormente e que abrange uma gama de relações. Além de uma articulação de políticos, como prefeitos e vereadores da Zona da Mata Sul, que têm uma mobilização organizada, é importante frisar que não percebemos o SOS Barragem, como a constituição de um movimento de r-existência, mas sim como uma reivindicação em prol de um causa única: a construção de barragens de contenção.

Porém, identificamos que não há um movimento social organizado dos sujeitos atingidos, em nossa análise, isso se dá por quatro aspectos que levam à desarticulação: 1) As formas de estruturação político-partidárias, baseadas nas trocas de favores pessoalizadas das famílias oligárquicas da região, que ainda comandam os cenários políticos; 2) Por parte de

[107] Reportagem disponível em: http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/03/em-pe-obras-de-casas-para-vitimas-de-enchentes-estao-paradas.html Acesso: Abril de 2021.

alguns sujeitos, há inércia e letargia, geradas pelas diversas perdas que se tem nos desastres e que causam danos materiais e psicológicos; 3) A diversidade de sujeitos atingidos que, por muitas vezes, não se percebem como "iguais" na condição de atingido, aqueles que possuem fonte de renda, ainda que mínima, não se colocam no contexto de luta, mas sim em uma dimensão de hierarquização em realção aos sujeitos que apresentam condições de vida ainda mais precárias; 4) A construção de um discurso de naturalização dos desastres, que visa à culpabilização da natureza e dos moradores que vivem às margens dos rios. Sobre este último ponto, analisamos a existência de um discurso, de parte da população, que circula de modo a naturalizar o desastre ou a responsabilizar os próprios moradores pelo acontecido, frases como: "Foi Deus que quis"; "Foi Deus que mandou, fazer o que?"; "Quem manda morar na beira do rio?". Essas afirmações acabam por gerar uma lógica de responsabilização dos atingidos por sua condição, o que fragiliza ainda mais a possibilidade de articulação e de ações reivindicatórias

3) Ocupação de abrigos como estratégia de aquisição de novas moradias;

Essas ações já foram sinalizadas no capítulo anterior e, no início deste, retomamos pontualmente algumas elementos. Muitos atingidos passaram um largo período nos diferentes abrigos, no entanto, eles sofreram a pressão direta dos gestores dos abrigos municipais para "esvaziar os espaços", como discutem Valencio, Siena e Marchezini (2011), ao analisar o caso dos acampamentos em Barreiros.

Passado um período de permanência nos abrigos públicos, há uma pressão por parte da prefeitura municipal para o início das aulas nas escolas e para o desmonte dos acampamentos. No entanto, as moradias prometidas ainda não haviam sido construídas. Portanto, algums atingidos foram orientados a procurar outras áreas de vivência, esse processo se deu com resistência por parte dessas pessoas, as quais tinham a informação de que os primeiros a receber as moradias, seriam os acampados. Durante o período nos abrigos de lona, mesmo tendo auxílios de parentes ou amigos para realizar higiene pessoal em suas moradias, muitos dos sujeitos permaneciam nesse trânsito sazonal – durante o dia, nos abrigos, e, na casa de parentes, à noite – e resistiam à saída dos acampamentos, para não perderem a possibilidade de recebimento das moradias.

Na comunidade rural do Engenho Parnazo, município de Água Preta, atingidos ocuparam a escola municipal e, mesmo com muitas tentativas de expulsão por parte dos

gestores municipais, permaneceram no abrigo durante o período letivo e o retorno das aulas. As famílias só deixaram a escola para a residência do conjunto habitacional em "nova água preta", uma tática que garantiu à família a nova moradia. Porém, os mesmos foram forçados a se deslocarem para a "rua" (como alguns sujeitos que vivem nas áreas rurais se referem às cidades). Para não realizar tal deslocamento, outros moradores também atingidos acabaram por reconstruir as residências destruídas, como discutiremos a seguir.

4) Reconstrução e retorno às moradias nas "áreas de risco";

O porquê do retorno dos sujeitos às "áreas de risco" e vulnerabilidade é constantemente questionado por várias instâncias e discutido tanto no âmbito das políticas públicas quanto no âmbito do senso comum e no ambiente acadêmico. A "resposta" para esta questão não pode ser pensada de maneira simplificada, pois não se apresenta de forma única, mas, sim, múltipla, e abrange implicações que perpassam tanto a dimensão da materialidade quanto as subjetividades dos sujeitos atingidos.

Dentre os fatores que contribuem para que os sujeitos atingidos retornem às áreas consideradas de "risco", identificamos dois eixos centrais que levam a isso: 1) Eixo simbólico – subjetivo, que corresponde às relações de vizinhança, aos apegos afetivos às casas construídas a partir do trabalho, à criação dos descendentes território-afetivo. 2) Eixo econômico - direcionado à vulnerabilidade social e financeira ou à valorização imobiliária.

No âmbito da questão econômica, destacamos dois aspectos que convergem para a saída das casas dos conjuntos habitacionais e o retorno para a antiga moradia: o primeiro se dá pelo custo de vida, as moradias nas "áreas de risco" apresentam o atrativo de serem próximas ao centro da cidade, o que implica acesso a serviços sem custo de deslocamento; além disso, por ser uma área de periferia social, apresenta baixo custo de moradia[108], então, para ampliar a renda ou liquidar dívidas, moradores alugam ou vendem as residências nos conjuntos habitacionais e retornam para a casa anterior.

Em nosso campo, histórias de vulnerabilidade social e econômica se apresentam de forma latente. Encontramos uma narradora que teve sua casa atingida no ano de 2000 e recebeu moradia em outro bairro da cidade. Em 2010, novamente atingida, buscava nova residência. A dimensão da vulnerabilidade da narradora se encontrava no âmbito da violência urbana. Com filhos sob ameaça por dívidas com o tráfico de drogas, a moradora realizou a venda do imóvel para sanar o débito e retonou às moradias às margens do Rio Una, onde passou a viver de

[108] A título de esclarecimento, o aluguel do imóvel no conjunto habitacional pode ser rateado para o pagamento de um aluguel nas "áreas de risco" e manter alguma renda familiar. Outra estratégia utilizada é a reunião de moradores em uma residência (geralmente pai ou mãe de um dos cônjuges) e o valor do aluguel serve de renda familiar.

aluguel[109]. Histórias como esta nos levam a problematizar a multiplicidade dos conflitos que permeiam os atingidos, pois, para além dos discursos de gestão e fiscalização, existe uma dimensão sociopolítica complexa que carece de análises mais profundas.

O segundo aspecto que se relaciona à dimensão econômica, diz respeito à condição de valorização imobiliária, já que muitos sujeitos atingidos apresentavam moradias com investimentos de uma vida de trabalho, e com valores de mercado (para o local) significativo. Muitos dos sujeitos, por apresentarem uma seguridade de renda, optaram pela obtenção de empréstimos e reconstrução das residências parcialmente destruídas.

No âmbito do eixo simbólico e subjetivo, muitos moradores retornam por não conseguirem criar laços territoriais, afetivos e relações de vizinhança de colaboração entre os moradores dos conjuntos. Quando se nasce e cresce em um bairro, embora seja de periferia social e sem disponibilidade de infraestrutura, os laços e as experiências formadas nesse lugar, embora sejam conflituosos, permitem uma relação orgânica entre os sujeitos que ali residem. Nos conjuntos habitacionais o que ocorre é um aglomerado de casas generalizadas, de sujeitos que não se conhecem e não apresentam relações entre si, mesmo após quase meia década de habitação nos conjuntos.

Os sujeitos, em sua maioria, não desenvolvem a apropriação no novo espaço de vivência, surgindo questões ligadas à saúde mental, como depressão, em virtude da ruptura com a moradia anterior, onde se deu a constituição das narrativas de vida, das histórias e memórias que são perdidas, e o deslocamento forçado do local de moradia da vida inteira, onde estão circunscritas as lutas pela moradia, o trabalho por melhores condições e as relações de vizinhança e de comunidade.

Para os sujeitos deslocados, a realocação significa uma completa mudança dos modos de vida e da composição de suas racionalidades de mundo. Esses aspectos são ainda mais latentes na passagem da moradia do campo para a sede municipal, marcada pela ambivalência entre a "melhoria" nas condições materiais de vida e a perda no sentido das relações sociais desenvolvidas no campo. O relato da moradora de Água Preta demonstra as dificuldades de residir na cidade, ao afirmar que:

> [...] no Engenho também é melhor por uma parte, porque num falta nada, tem uma macaxeira, tem alguma coisa pra pessoa comer e aqui a pessoa vai buscar aonde? Nem roçado nem nada tinha." E

[109] Esses relatos surgem nos diários de campo e são corroborados por vizinhos que serviram de testemunha do caso para que a atingida pudesse receber a nova moradia. A narradora nos permitiu a realização da entrevista, porém, ao adentrar os por menores da situação, foi tomada pela emoção, o que nos levou à interrupção do relato sobre a temática.

> complementa "**tudo é comprado né**? (Relato de Ângela Moradora de Água Preta, 2018)

A perspectiva comunitária do plantio do próprio alimento e as relações de trocas entre familiares e vizinhos indicam as possibilidades de construção de outras racionalidades, que não se apresentam tão imersas nas relações capitalistas e da lógica do consumo "onde tudo se compra". Os moradores de áreas rurais que não receberam habitações nos conjuntos, acabaram por reconstruir suas moradias nas áreas mais próximas àquelas destruídas pelo desastre, sem auxílio do Estado e recorrendo a empréstimos bancários, por serem, em sua maioria, aposentados e pensionistas.

Nesse caso, há uma maior flexibilidade nas formas de construção das habitações, levando em consideração as demandas dos moradores que reconstroem as moradias sem aparato técnico em autoconstrução, utilizando a experiência da enchente/inundação anterior de forma intuitiva, para construir as moradias em áreas mais distantes das margens. A falta de auxílio e financiamento por parte do Estado acaba comprometendo a renda dos moradores das áreas rurais. A imagem abaixo, na figura 43, ilustra a habitação construída pelos moradores das áreas rurais.

Figura 43- Casa construída por moradores no Engenho Parnazo.

Fonte: Debora Gomes, moradora do Engenho Parnazo, 2020.

5) Ocupação dos conjuntos habitacionais e processos de re-territorialização;

Os processos de re-territorialização na Mata Sul se dão de diferentes formas e arranjos, comumente em casos de deslocamentos compulsórios há certa dificuldade na reconstrução dos

territórios, sobretudo, no tocante ao aspecto simbólico-cultural, pois existe uma dimensão da subjetividade implícita, que remonta o apego aos lugares de vivência. Exemplos, como os que Oliveira (2011) e Costa (2013) analisam, em Aldeia da Luz – Portugal e Sobradinho – Bahia, respectivamente, denotam as implicações de dificuldade de apropriação territorial dos sujeitos que são realocados, em novas cidades, novos bairros ou novos conjuntos habitacionais, e acabam não desenvolvendo relações de apropriação simbólica às novas áreas de vivência.

Nos municípios de Barreiros, Água Preta e Palmares essa dificuldade de apropriação também se apresenta, porém outros aspectos devem ser incorporados a essas discussões: o primeiro diz respeito ao "planejamento" da retirada e o segundo ao grau de vulnerabilidade que os sujeitos apresentam. Isso pode indicar as possibilidades de maior ou menor apropriação territorial e até o desenvolvimento do sentido de lugar.

Nos estudos de Oliveira (2011) e Costa (2013), os processos de deslocamento se dão em tempos longos (meses ou até anos), por se tratar de obras para construção de barragens e hidrelétricas, havendo uma espera para a retirada, que por vezes é planejada. No tocante aos atingidos por desastres "naturais", esse processo se dá em um tempo curto e abrupto (de horas ou minutos) e a retirada se dá em desespero pela manutenção da vida

No contexto em que os sujeitos criam os processos de re-territorialização, dois pontos são importantes, a destacar: o primeiro é a dimensão da vulnerabilidade, e o segundo é a intensidade da precarização territorial, que fazem com que os sujeitos vejam os desastres como sendo "algo ruim, para acontecer algo bom", como podemos analisar no relato da moradora do município de Palmares.

> É, foi bom, foi bom. Depois foi bom, tinha piscole, tinha um povo, eu estressada, mais foi maravilhoso, foi maravilhoso... hoje eu tenho tudo, eu num tinha um copo, eu hoje de pobizinha eu tenho de tudo na minha casa, quando ela vendeu a casa nem uma colher eu tinha, foi no tempo que Beto se candidatou, aí eu trabaiei prus vereador, ganhei um trocadinho e o homi me deu um isopor deste tamanho, aí eu vendi e fui comprando minhas coisinhas, pronto aí hoje eu só é chuuuuuuu só vuando. (Relato Elisabeth Moradora de Palmares, 2018)

No relato da moradora, pode-se identificar a intensidade da precarização territorial e social vivida pela mesma, mãe solo, morando em quarto alugado e trabalho instável. No período do evento do desastre, a moradora perdeu o pouco que tinha na enchente/inundação, viveu em um território de espera, em trânsito constante, até chegar a casa no conjunto habitacional. A partir da entrevista com uma das assistentes sociais e com a coordenadora de abrigos na cidade de Palmares, percebemos que a realidade da moradora não é isolada.

> Então assim, tinha gente que tinha casa de taipa e tava indo pra uma casa de alvenaria, diziam que tavam realizando o sonho da vida, de ter uma casa realmente, então é...muita coisa de sofrimento, mais muita gente também viu felicidade, não pela enchente, mais por ta adquirindo uma nova moradia.(Relato de Assistente Social de Palmares, 2018)

Para muitos moradores que vivem em intensa precarização territorial, o sonho da casa própria é muito latente, o acesso à moradia se coloca como possibilidade de construção de "território como abrigo" (SANTOS, 2001), esses sujeitos apresentam um processo de apropriação dos conjuntos habitacionais, construindo territórios e talvez até lugares, como apresenta um dos moradores da cidade de Barreiros. Este, no período do desastre, encontrava-se em situação de rua e ficou abrigado nas barracas de lona até conseguir a casa própria no conjunto habitacional ao qual se refere como "é o meu lugar no mundo".

A re-territorialização, portanto, não pode ser pensada sozinha, deslocada das demais dinâmicas territoriais que trabalhamos ao longo do texto, mas que compõe essa complexidade de relações e desdobramentos do conceito de território. Pode-se pensar a re-territorialização a partir de Haesbaert (2004a), não como uma volta ou retorno ao território anteriormente destruído, ou mesmo, uma "nova" construção territorial, a re-territorialização se configura nessa multiplicidade das diversas formas de apropriação de uma "porção" do espaço. Seja a re-apropriação de um território anterior, em uma espécie de "retomada", seja na construção de outros territórios. A re-territorialização exprime a possibilidade de apropriar-se após o rompimento com o território anterior e se configura como um processo *continuum* entre construções e re-construções territoriais.

Para aqueles que passaram cerca de um ano em território de espera nos abrigos improvisados, a chegada da notícia de mudança para os conjuntos habitacionais implica a possibilidade de re-construção territorial, como apresenta o relato da moradora de Água Preta:

> Quando pensou que não o telefone tocou... a gente passou um ano e um mês morando ali no colégio, aí foi pronto, foi dando essas casas do governo essas coisas, aí o telefone tocou, aí graças a Deus né ganhou eu, minha mãe e A. dizendo que a gente vinhesse assinar os papel da casa, que a gente tinha ganhado. [...] Nós saiu direto, a Prefeitura mandou os carro né pra pegar as família que tava se passando pra casas novas, aí ele mandou... a minha mermo foi de dia, a minha, a de mãe num foi N.? A ainda passou mais uns dias, e olhe que eu nem gosto irmã de relembrar porque é um desespero muito grande na hora que bate na pessoa.[...] É porque hoje a minha casa tá grande né irmã, porque graças a Deus, Jesus concedeu, deu as condições da gente fazer essa reforma, mais era mermo que nem aquela de A ali um apartamentozin, essa aqui já era a cozinha, aí pra cinco pessoas achava imprensado, porque lá também era a mesma coisa, minha casa nunca foi grande.[...]

> Foi muito diferente, eu achei melhor aqui irmã que aqui foi onde Jesus supriu todas as nossas necessidades e tudo e ele sabe trabalhar né. (Relato de Carolina, Moradora de Água Preta, 2018)

O formato das residências, o seu tamanho e a qualidade de infraestrutura se colocaram como um dos desafios para alguns sujeitos atingidos, que dispunham de melhores condições materiais e estruturais. Estes, em geral, não criaram relações de apropriação nos conjuntos habitacionais, outros nem chegaram a realizar o deslocamento e optaram pela reconstrução da moradia, mesmo em áreas consideradas "de risco". Em contrapartida, os sujeitos que apresentavam maior grau de vulnerabilidade e precarização territorial viram as novas moradias como um "presente", como apresenta o relato da moradora do conjunto habitacional Quilombo I, do município de Palmares:

> [...] Não tenho o que reclamar, pra mim foi uma maravilha. **Morava na beira do rio né, lá era muito rato, barata, por mais cuidado que a gente tinha sempre aparece e aqui é um paraíso, eu gostei**. Essa rua é sossegada, eu num tenho o que reclamar não. Tem escola, tem o posto de saúde lá em cima.[...]daqui da minha casa não é perto não né, é uma caminhada boa, já lá pra cima fica perto dos moradores lá em cima.[...] **No início era difícil, que não tinha ônibus, a gente tinha que pagar 5 reais pra vim de moto, mais agora tem ônibus toda hora**. Isso aqui ta muito habitado, tem muita gente morando tem ônibus, as vezes tem carona, meu marido tem uma cinquentinha a gente desce a hora que quer, sobe e tá tranquilo. (Relato de Carolina Moradora de Palmaeres, 2018) (Grifo nosso)

Além da moradia, alguns sujeitos receberam, por meio do programa "Minha Casa Melhor", um valor monetário para comprar móveis e eletrodomésticos, o que proporcionou a possibilidade de ter acesso a produtos que, até então, não eram viáveis a suas condições de renda ou foram perdidos no desastre. Apesar de todos os desafios e das dificuldades enfrentadas no desastre, a casa e os móveis representaram uma conquista importante para a moradora de Água Preta.

> Comprei sofá, comprei televisão, comprei beliche, comprei colchão, comprei um pra minha cama box, um colchão de casal, comprei ainda um computador, ainda dei de presente. Só Deus mesmo, foi grande né, o que Deus faz... eu só tenho a agradecer a Jesus e as vezes eu não gosto nem de lembrar das cenas da cheia, a gente passou por muita coisa ali. (Relato de Carolina Moradora do Município de Água Preta)

As reflexões sobre o tema devem ser realizadas dentro de uma multiplicidade, pois embora haja, para alguns sujeitos, melhoria na nova condição de vida em relação à anterior, em sua maioria, os casos que envolvem desastres "naturais" e ou crimes ambientais, o que ocorre é uma ampliação da precarização territorial, expondo ainda mais tais sujeitos aos desafios de

re-construção territorial. As diversidades apresentadas nas áreas estudadas denotam realidades distintas, o que nos impedem de pensar uma generalização das dinâmicas territoriais de sujeitos atingidos por desastres "naturais" e nos desafia a compreender sua complexidade que está para além das dimensões econômicas e que se encontra em um emaranhado de relações socioculturais-políticas e ambientais.

Pensar a re-territorialização e a apropriação dos territórios depende muito de todos os fatores, aqui, elencados, envolvendo múltiplas escalas de análise que perpassam desde a escala do corpo, constituído, aqui, como um "corpo-território" (HAESBAERT, 2020), até escalas macro, ligadas aos gerenciamentos, à administração do Estado e aos organismos internacionais. Alguns moradores, embora destaquem a importância da melhoria da qualidade de vida e da moradia, ainda afirmam que retornariam para a localidade anterior, "levaria essa casa aqui pra lá". No entanto, para outros moradores, mesmo que a área fosse "segura", não retornariam às áreas anteriores. Este discurso é perceptível, sobretudo aos que apresentam medo de novos eventos[110].

6) Reinvenção das relações urbano-rurais a partir da construção de rurbanidades;

Elencamos estes três aspectos que corroboram para a não constituição de um movimento social organizado dos atingidos, muito embora haja, como indicamos, ações pontuais, tais como: protestos, manifestações e denúncias à mídia. Não há uma articulação mais efetiva e contínua constituída pelos sujeitos atingidos, soma-se a isso a constante ideia de "adaptação do risco", gerando, inclusive, uma "naturalização" dos desastres. Ou seja, há inundação, a casa enche, é danificada totalmente ou parcialmente, os móveis são retirados e/ou perdidos, os sujeitos reconstroem as moradias a partir de ações individuais, com um ou mais pavimentos e permanecem na área. Nos anos subsequentes o que tem ocorrido são devastações ainda maiores. Sendo assim, antes mesmo que haja um processo de re-construção, há novamente uma ruptura das áreas de vivência.

[110] Não temos competência técnica e clínica para identificar traumas em decorrência do evento, mas os relatos dos moradores denotam um receio de passar por desastres novamente, principalmente aqueles que tiveram dificuldades para se abrigar em meio ao desastre.

Algumas das estratégias de r-existência dos sujeitos pós-desastre se deram com o deslocamento de populações atingidas para os conjuntos habitacionais. Muitos moradores das áreas rurais que eram parceleiros ou meeiros tiveram de viver na "cidade" e de re-inventar suas formas de vida a partir da criação de cultivos nas encostas dos conjuntos habitacionais, como nos mostra a figura 44:

Figura 44- Agricultor cultivando gêneros alimentícios nas encostas do conjunto habitacional em Barreiros.

Fonte: Zenis Freire, pesquisa de campo, 2018.

Diversos são os moradores que criam "novas" configurações de vidas e de r-existência apropriando-se dos territórios e mesclando o modo de vida da cidade com suas experiências de vida no campo. Tentam replicar seu modo de vida ligado à terra num espaço em que tudo é concreto. As plantações são um dos exemplos, pois, além dos cultivos para complementar a alimentação familiar, o excedente é vendido nas feiras das cidades como forma de conseguir uma renda extra. Nesse ponto, outra "tensão" entre os sujeitos e o ambiente se cria, uma vez que esse cultivo, a longo prazo, pode gerar erosão ou até deslizamentos de terra. Contudo, como convencer estes sujeitos que vivem e sempre viveram da agricultura e a utilizam para ampliar a renda que tais áreas não devem ser utilizadas pela possibilidade de "riscos" futuros? Aqueles que se deslocam e se re-constroem pós-desastres o fazem a partir destas resistências do cotidiano, da manutenção de seus modos de vida.

Quintero Weir (2016)[111] elabora uma discussão crítica e muito pertinente a respeito das formas de morar e viver impulsionadas pelo que o autor define como "políticas públicas

[111] O artigo do autor faz uma crítica interessante de como as políticas públicas de habitação na Venezuela, vistas como "revolucionárias", acabaram com a vivência e as existências do povo Añuu após uma inundação no ano de

revolucionárias no contexto da habitação", mas que desconsidera as relações dos sujeitos com seus territórios, suas formas de viver e morar. Com isso, não queremos invalidar as políticas públicas de habitação, nem tampouco desconsiderar a importância destes programas, sobretudo para aqueles que tiveram a primeira oportunidade de uma moradia digna. No entanto, para sucitar essa problematização, é necessário refletir de forma mais ampla sobre a massificação das habitações e abrir a possibilidade de pensar as moradias a partir dos sujeitos que, ali, passariam a viver.

Além das diferenças nas moradias, na renda e nos vínculos de vizinhança, a mudança do campo para a cidade transforma as relações de trabalho. A vida da plantação, da colheita, da pesca e dos serviços domésticos é substituída por outros serviços de maior utilização nas cidades, como: motoristas de alternativos, seguranças, mototaxistas, ou até mesmo pelo desemprego. Alguns moradores, por não criarem laços e relações de apropriação com a área urbana, passam a viver no trânsito entre a vida no campo e na cidade, passando a alternar os dias da semana em que ficam em um lugar ou no outro.

Ganha corpo nesta discussão a ideia de urbano e rural, campo e cidade como um *continnum*, como destaca Rosa e Ferreira (2010), tamanha a correlação destes espaços, retomando a complexidade das relações. A Mata Sul já apresenta fortemente essas características, como discutimos anteriormente. Todavia, os desastres as evidenciam ainda mais, pois transpassam também os modos de vida e existência dos sujeitos, de modo que se redesenham as paisagens das cidades atingidas, apresentando marcas de destruição e reconstruções, seja pelo Estado, com as obras de infraestrutura, seja pela ocupação dos sujeitos, que passam a re-significar áreas antes destruídas. Assim como se apresenta na imagem da figura 45.

2010, onde os indígenas tiveram suas casas destruídas. As políticas habitacionais, por suas vezes, construíram moradias de concreto para povos considerados de água e que moravam em palafitas e usavam materiais tradicionais e simbólicos para suas construções, que diziam respeito as suas cosmologias. O autor destaca a colonialidade implícita nessas formas de habitar que desconsidera as formas de vida do povo.

Figura 45- Margens do Rio Una: casas destruídas dão lugar a quintais de agricultura familiar em Palmares/PE.

Fonte: Zenis Freire, pesquisa de campo, 2018.

Em Palmares, por exemplo, como percebemos na figura 45, a casa destruída pela enchente/inundação do Rio Una, em 2010, se transformou em uma área de quintal de plantação, onde moradores que ainda vivem às margens do rio, retiram seu sustento cotidiano, enquanto esperam a possibilidade de nova moradia nos conjuntos habitacionais. Aqui, o sentido de rurbanidade[112] se constrói a partir de uma ligação de contínuo simbólico, constituído pelos sujeitos a partir dos rearranjos espaciais que constroem. Funcionam, assim, como um devir, uma construção, não mais urbana, nem rural, mas os dois ao mesmo tempo, territorializando as "novas" áreas de vivência ou reinventando-as. Assim, áreas que outrora apresentavam os cacos da destruição deixada nos desastres dão lugar ao florescimento dos cultivos, da possibilidade da renda.

Os conjuntos habitacionais genéricos vão dando lugar às cores, às mudanças nas formas, ao cultivo de hortas e quintais, e os sujeitos atingidos criam novas formas de vivência, não no sentido da ideia da naturalização adaptativa, mas sim na construção cotidiana da existência,

[112] Em termos conceituais, rurbanidade vem sendo trabalhada na perspectiva sociológica, sobretudo, no tocante à perspectiva geracional de ocupação dos espaços urbanos e rurais. No contexto da nossa pesquisa, utilizamos como termo, fruto das observações das vivências dos sujeitos atingidos. Nesse sentido, apresentando-se como condição espacial, criada a partir das redefinições de modos de viver/morar em áreas atingidas e nos conjuntos habitacionais, no pós-evento. Sendo assim, é uma construção colocada em perspectiva que pode ser analisada em trabalhos mais específicos sobre o tema.

uma ação de existir novamente, mesmo chegando ao extremo da vulnerabilidade, da precarização da vida, em defesa do corpo-território.

5.3 PONTOS DE CONVERGÊNCIAS ENTRE GEO-GRAFIAS E R-EXISTÊNCIAS DOS SUJEITOS ATINGIDOS POR "DESASTRES NATURAIS" NA ZONA DA MATA SUL.

Os pontos, aqui, analisados como geo-grafias são expressos pelas ações dos sujeitos atingidos. É importante destacar que estas têm variações no espaço e no tempo, o que retira o caráter linear da condição de atingido. Ao longo da última década, estes perpassam por diversos momentos de ações e reivindicações, estratégias e táticas de sobrevivência, a partir da construção de micropolíticas cotidianas das mais variadas.

Essas, por suas vezes, compõem as geo-grafias que marcam o espaço geográfico a partir das ações, que advém da luta social, ainda que não organizada ou difusa. Todos esses aspectos se reúnem a partir da defesa do corpo-território, na escala basilar que os compõe, tendo como centro a dimensão da corporeidade que diferencia os sujeitos, a partir de suas existências como sinaliza Santos (1996), corpos diversos de idosos, crianças, enfermos, mulheres, homens e não-binários, que a partir desta diversidade reivindicam o direito à vida.

Nesse ínterim, as geo-grafias se ligam ao conceito de r-existência, que apesar de desenvolvido, principalmente, a partir do olhar dos estudos que versam sobre as lutas dos povos originários, indígenas e quilombolas, também pode ser analisado sob o contexto dos diversos sujeitos dos rincões do Brasil, pois, em sua definição, Porto-Gonçalves (2006) afirma que:

> [...] mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um *topoi*, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 165)

O autor parte da perspectiva da construção do mundo-moderno-colonial, onde muitos sujeitos foram aniquilados junto a seus saberes, havendo por parte dessa construção colonizadora uma tentativa de apagamento de crenças, formas de vivência e conhecimentos dos povos originários. A r-existência, portanto, está para além de "permanecer vivo", mas sim de re-construir a existência, "existir novamente" mesmo diante de tantas formas de violência.

Essa discussão coaduna com os sujeitos atingidos, à medida que, através da luta e da defesa pela vida, constroem seus territórios cotidianos e, após os desastres, re-inventam tais processos de re-construção, seja na ocupação de abrigos, na constituição dos territórios de

espera, no contínuo trânsito territorial, na moradia dos conjuntos habitacionais, ou, até mesmo, no retorno às “áreas de risco”. Todos esses processos constituem estas “grafias” que os sujeitos constroem ao longo da luta pela vida. A r-existência, portanto, toma uma conotação importante, pois permite a construção de uma nova existência, após a perda do territórios referenciais, seja de localização geográfica ou de território, como “casa”, os sujeitos continuam r-existindo após estarem à margem, na borda e no “limite” do rio e da vida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na finalização deste mosaico que compõe a pesquisa, realizamos observações que nos orientam a trabalhos futuros, novos e outros cacos que se mantém dispersos e carecem de novas seleções, outras questões, reflexões, diálogos com as referências e inquietações sobre o mundo. Esses são os desafios da pesquisa sobre a qual nos debruçamos para compreender os desastres "naturais" dentro da sua complexidade, dos eixos que ligam a sociedade-natureza, urbano-rural, cidade-campo, estes inseparáveis e indivisíveis

Em meio a este processo, deparamo-nos com a realidade dos sujeitos atingidos na Zona da Mata Sul. Nesse ínterim, percebemos que os desastres, ocasionados a partir de extremos climáticos da pluviosidade, não se resumem ao dia do evento, mas sim são composições sedimentadas que remontam um processo de desigualdade, escravismos, morte, servidão e violação que vem constituindo a sociedade brasileira desde o Período Colonial.

Ferreira Filho (2020) nos traz a reflexão de como os sujeitos na Zona da Mata são forjados em meio a um estado de sítio, produzido pela arquitetura espacial da *plantation*, delimitados e contidos pelas estruturas física, social, cultural, política e econômica, estabelecidas a partir das dimensões espaço temporais. Todos esses elementos e processos se aglutinam nos desafios e conflitos em torno do território e do ambiente e eclodem no contexto de desastres "naturais" que vêm assolando a região.

Após o evento, os sujeitos atingidos criam as redes territoriais de espera com entradas e saídas dos territórios, apropriações dos abrigos, nos quais reconfiguram suas vidas e seus territórios em meio à precarização e à ampliação da vulnerabilidade, esta por sua vez atinge a escala do corpo, base escalar fundamental da existência dos sujeitos.

A partir desse contexto, são criadas geo-grafias, entendidas como ações que os sujeitos imprimem na terra, construindo, demarcando e se apropriando de seus territórios. Sendo assim, as narrativas dos sujeitos, os registros de suas memórias e suas produções documentais, como fotos e vídeos, também se apresentam como formas de r-existência, pois, ao falarmos em "sujeitos atingidos", "desabrigados", "desalojados", "vítimas", entre outros, o fazemos de maneira genérica, como se essas fossem pessoas sem rosto e sem corpo, invisibilizadas.

Todas essas nuances envolvendo os desastres "naturais", promovem o que Auyero e Swistun (2007) identificam como sendo sofrimento ambiental, os autores estudam tais elementos em uma perspectiva antropológica e de saúde, como sujeitos "contaminados" por componentes químicos que poluem as áreas onde moram comunidades mais pobres. A

articulação deste conceito na geografia é muito importante, haja vista que estão diretamente ligados às dimensões espaciais.

Nos contextos de desastres "naturais", as narrativas dos moradores, as marcas na paisagem e os estudos de campo denotam como o sofrimento ambiental perpassa os sujeitos, desde o momento que percebem o risco, na apreensão de um possível desastre, na efetivação do mesmo, perpetuando-se nos territórios de espera e até na mudança e ocupação dos conjuntos habitacionais, de modo que este marca e se reatualiza os sujeitos atingidos dos desafios enfrentados nos desastres "naturais" em diversas formas e esferas.

Não existe, portanto, um pós-desastre absoluto, pois este não é estanque e, como aponta Silva (2007b), ele se atualiza constantemente em vários momentos da vida dos atingidos. Identificamos essa atualização na vida dos sujeitos atingidos na Mata Sul, não somente pela ocorrência de outros eventos, mas também pela mudança da vida, pelas perdas, pelos deslocamentos, pelas marcas na paisagem, pelas reportagens que relembram o desastre, pelas lutas constantes por melhoria das condições de vida e, até mesmo, pelas narrativas cedidas aos pesquisadores. O lembrar, segundo Silva (2004-2017), também atualiza o desastre e todos esses aspectos, em conjunto, articulam-se na manutenção do sofrimento ambiental.

Embora os relatos dos sujeitos atingidos, por vezes, pareça apresentar uma letargia e uma dependência do estado, sem um sentido de lutas de reivindicação mais específica, por direitos e melhorias estruturais de suas vidas. No entanto, há um ponto de reflexão necessário, ao analisarmos os relatos dos sujeitos atingidos em reportagens jornalísticas, em trabalhos de campo do NEPED. No ano de 2011, verificamos que os relatos realizados na emergência do desastre, enquanto os sujeitos ainda estavam nos abrigos, eram carregados de tensão e exigências. Com o passar do tempo e a entrega das unidades habitacionais, há uma mudança do discurso, as críticas corriqueiras ao Estado e o sentido de revolta se dissolvem em uma espécie de conformidade e "agradecimento" pelos direitos recebidos.

Aquele(as) que ainda não receberam a habitação ou se sentem prejudicados(as) de alguma forma pelas ações (ou falta delas), por parte do Estado, apresentam narrativas com tom reivindicatório. Estes aspectos são reforços em virtude da condição de vulnerabilidade dos sujeitos, quanto maior a precarização da vida, maior a conformidade com as ações paleativas do Estado. Nesse aspecto, observamos a força simbólica das relações político-partidárias e de servidão que, por vezes, imobiliza os sujeitos.

Muitos dos sujeitos que outrora viverem processos de expulsão de suas terras, que sofreram a exploração do trabalho nas usinas e que perderam seus empregos e lutam pelas terra são os mesmos ou seus descendentes, que também enfrentam os desastres "naturais",

atualmente, perdendo suas casas, terras, lavouras e tendo de se re-construir e de r-existir diante de tantas lutas. Esses sujeitos da ação vêm se reinventando em gerações, pelo processo de luta social, pela terra, pela vida e pelo território. Portanto, a linha que traça a luta pela terra, do período colonial até o período atual, no qual se luta por melhoria nas condições de vida e de moradia, remonta-nos às reinvenções desses sujeitos enquanto sujeitos da ações. Expulsos da terra e da casa, por diversos momentos e contextos diferentes, mas na perspectiva de re-construção da vida e do território.

Deslocar-se, ainda que seja um processo dolorido para alguns dos sujeitos atingidos, significa uma possibilidade futura, uma construção de lar, talvez, de um território-abrigo, como condição básica. Sendo assim, esses sujeitos compõem suas r-existências, seja no tocante à re-construção das casas destruídas e no respiro da sobrevivência, ou seja ainda no deslocamento, processo de re-construção territorial. Este processo é constituído por um "trânsito" e por territórios em transição, gerados a partir dos deslocamentos dos sujeitos atingidos. No entanto, muitos destes permanecem nas áreas afetadas e/ou retornam para estas, mesmo com a possibilidade de novos eventos, isso se dá em virtude dos elementos político-econômicos, pela falta de políticas de assistência do poder público e também em virtude da ligação territorial desses sujeitos com seus espaços de vida.

Muitas vezes, a assistência do Estado permanece em um curto espaço de tempo, enquanto há presença da mídia. No entanto, passado tal período, os atingidos precisam se re-inventar, r-existir, re-construir, esses sujeitos constroem suas geo-grafias em diversas das suas ações. Seja escapando da morte nas enchentes, em busca dos abrigos, seja nos abrigos, na tentativa de conseguir donativos e doações, ou, até mesmo, na luta pela casa, por seus comércios e demais elementos importantes para análise.

Nesse contexto, o processo de r-existência atinge uma dimensão política e simbólica, pela luta diária de re-construção da moradia, das memórias, das relações com parentes e vizinhos, dos conflitos pelos donativos doados, dos meios de subsistência, da assistência do estado e pela nova casa. A luta pela vida no desastre, pela dignidade e pelo território são dimensões importantes da r-existência desses sujeitos, reinventar suas geo-grafias, suas relações com o espaço.

Essas dimensões mais subjetivas da ruptura com o espaço de vivência não são precisadas nos manuais de desastres, tampouco nos relatórios de Banco Mundial de Perdas e Danos, menos ainda nos relatórios técnicos ou nos relatórios das operações reconstrução. Assim, não há como quantificar essas dimensões que implicam ampliação do sofrimento ambiental, que não se finda com o deslocamento dos sujeitos para os conjuntos habitacionais.

Isso, porque não há por parte do Estado e nem dos corpos técnicos, uma visão dos desastres a partir dos sujeitos, levando-os em consideração, pois eles são tratados como meros números a mercê da estatística, que determina ou não os desastres. Um dos elementos que consideramos, para atuação sempre precária do Estado, é a manutenção de uma margem aceitável dos desastres "naturais", pois estes são usados como um "negócio".

Em nossa ótica, as ações direcionadas à atenção aos atingidos não são efetivas, pois não há, de fato, uma intenção de erradicação dos danos aos atingidos, há nos desastres uma forma lucrativa de manter muitos municípios, que apresentam receitas defasadas e, em contexto de desastres, podem declarar Situação de Emergência e de Estado de Calamidade, o que permite liberação de verbas emergenciais, que são de suma importância para a atenção imediata aos atingidos. Porém, sendo as ações efetuadas de emergência, há diminuição dos processos burocráticos, com recebimento e gastos das verbas.

Além desse aspecto, os sujeitos atingidos, que apresentam melhores condições de renda e não carecem de assistência do estado, fazem filas nas portas dos bancos no pós-evento, de onde são concedidos empréstimos e crédito a comerciantes e moradores para reconstrução dos bens perdidos. Nesse sentido, políticas efetivas de prevenção são relegadas a políticas paliativas, que possam garantir a manutenção dos lucros e da precarização dos territórios, em meio aos processos de desastres "naturais".

Por fim, compomos algumas considerações sobre o trabalho que enumeramos, a partir das discussões desenvolvidas ao longo dos capítulos. No primeiro, compreendemos que o conceitos de território e ambiente nos auxiliam no entendimento da complexidade de nosso campo empírico, a Mata Sul, por ambos se apresentarem como interseções que superam as dicotomias geográficas.

No segundo, obsevamos que a definição de desastres "naturais" é variável, de acordo com a escala que atingem, sendo eles resultantes de uma complexa relação entre os eventos naturais e a profunda desigualdade social e falta de justiça ambiental, construída espaço-temporalmente. Nesse ínterim, a vulnerabilidade se amplia em contextos de desastres, em virtude da intensificação da precarização territorial

No terceiro, identificamos que os desastres impactam múltiplas escalas, dentre elas, a escala do corpo, a quem resta aos sujeitos, como único território, esse corpo território entra em estado de espera, construindo chamados territórios de espera, que são transitórios e que compõem entradas e saídas constantes, onde se dão relações de conflitos, apropriação e solidariedade.

Por fim, no quarto nos denota que os sujeitos atingidos por desastres, a partir das políticas de des-atenção do Estado, criam suas geo-grafias que permitem a dimensão da r-existências. Nossas indicações finais seguem no sentido de buscar de horizontes de construção e perspectiva, aos quais somamos a tensionamentos e questionamentos de mundo. A partir do diálogo com o pensamento descolonial, a princípio, na tentativa de entender a colonização “do poder”, “do saber” e “do ser” além de traçar mecanismos teóricos e metodológicos que nos permitam transpor as cisões e hierarquias de conhecimento, partindo de conteúdo geográfico, dos territórios cotidianos construídos pelos sujeitos, a partir do mesmo, não como objeto de pesquisa, mas como coprodutores do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia ciência da sociedade,** uma introdução a analise do pensamento geográfico, ed., São Paulo: Atlas, 1987.

ANDRADE, Rúbia Nogueira de. CUNHA. Maristela Casé Costa. Ocupação da bacia hidrográfica do rio una, Pernambuco/Alagoas,Brasil: uma perspectiva arqueológica. **Revista Noctua,** n.2, p. 78-101. 2017.

ARAGÓN, Georgina Calderón. Lo ideológico de los términos en los desastres. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica, p. 1-16. 2011.

AUYERO, Javier. SWISTUN, Débora. Expuestos y confundidos: un relato etnográfico sobre sufrimiento ambiental**. Revista Íconos** n. 28, p. 137-152, 2007.

BADIE, Bertrand, **O Fim dos Territórios**: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito; Instituto Piaget; Lisboa. 1995.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política,** n.11. Brasília, mai/ago p. 89-117, 2013.

BANCO MUNDIAL. **Avaliação de perdas e danos**: inundações bruscas em Pernambuco em junho de 2010. Banco Mundial, 2012.

BECK, Urich. **Sociedade de risco**: rumo a outra modernidade, São Paulo. Editora 34, 2011.

BECKER. Bertha Koiffmann. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, v. 2, n.1, p. 117-150, 2012.

BITOUN, Jan. MIRANDA, Lívia Izabel Bezerra de. ARAÚJO, Tania Bacelar de. As ruralidades brasileiras e os desafios para o planejamento urbano e regional. **Anais XVI ENANPUR,** espaço, planejamento e insurgências, Belo Horizonte, p. 1-22. 2015. Disponível em: http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2366 Acesso em: abr.2020.

BORDAS, Marie Ange. **Geografias em movimento**. São Paulo; Edições SESC, 2013.

BRASIL, **Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991 a 2010**: volume Brasil / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres UFSC. Florianópolis: CEPED. 2013.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra:** quando a vida é passível de luto? 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARVALHO, Luiz Eugênio Pereira. **Os descaminhos das águas na metrópole**: a socionatureza dos rios urbanos. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

CASTRO, Antônio. **Glossário de Defesa Civil**: estudos de riscos e medicina de desastres. Brasília: MPO, 1998.

CASTRO, Iná Elias de**. Geografia e Política**: território, escala de análise e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CERTEAU, Michael. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de fazer, v.1, ed 17ª Petrópolis, PJ: Vozes, 2009.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. **Refugiados Ambientais**: mudanças climáticas, migrações internacionais e governança global. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia**. Tradução Margareth de Castro Afeche Pimenta, Joana Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed da UFSC, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural.**GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, n.30, p. 05 – 12. 2011. Disponível em : https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228. Acesso em: mai. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetorias geográficas**. 6 ed. Rio de Janeiro Bertrand Brasil. 2011.

COSTA, Ana Luiza Martins. **Uma retirada insólita**:barragem de sobradinho. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

COSTA, Everaldo Batista da. Riesgos y potenciales de preservación patrimonial en América Latina y el Caribe. **Revista Investigaciones Geográficas**, Instituto de Geografía UNAM. n.96 ago. p.1-21, 2018. Disponível em: DOI: dx.doi.org/10.14350/rig.59593 www.investigacionesgeograficas.unam.mx . Acesso em: jan. 2021.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Politica e Geopolitica**: Discursos sobre o território e o poder. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2016.

CRISTO, Sandro Sidney Vargas de. **Análise de susceptibilidade a riscos naturais relacionados às enchentes e deslizamentos do setor leste da bacia hidrográfica do rio Itacorubi, Florianópolis - SC**. Dissertação de mestrado. Florianópolis: Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. 2002.

CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um dialogo necessário para renovação do pensamento critico. In: _____. OLIVEIRA, Denilson Araujo de.(Org) **Geografia e Giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento critico. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 15-37. 2017.

_____. **Lutas sociais, reconfigurações identitárias** e estratégias de reapropriação social do territó-rio na Amazônia. (Tese de Doutorado em Geografia). Niterói, 2011.
_____. Uma proposta metodológica para o uso/operacionalização dos conceitos na pesquisa em geografia. **Anais** XVI Encontro Nacional de Geógrafos, Porto Alegre. 2010.

CRUZ, Valter do Carmo. OLIVEIRA, Denilson Araujo de.(Org) **Geografia e Giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento critico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

DABAT, Chistine Rufino e ABREU E LIMA, Maria do socorro de. Os movimentos sociais e as mudanças recentes na zona da mata de Pernambuco. In: Matos, Aecio Gomes de.

Modernização conservadora e desenvolvimento na zona da mata de Pernambuco. Recife, Ed univesitária da UFPE, 2012.

DAMIANI Amélia. Cidades medias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: **América Latina:** cidade, campo e turismo. CLACSO, São Paulo, Dezembro, 2006.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DELEUZE, Giles. GUATTARI, Felix. **O que e filosofia?** Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.

EIRD. Estratégia Internacional para Redução de Desastres. **Glossário**. 2004. Disponível em : http://www.smad.rs.gov.br/downloads/documentos/ONU-UNISDR%20 Acesso: 20 de setembro de 2015.

FREIRE, Zenis Bezerra. **Dinâmica de des-re-territorialização na comunidade do mutirão em Campina Grande/PB:** reflexões a partir dos desastres "naturais". Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciencias Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX).** Recife: Editora UFPE. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**. Ética, estratégia, poder-saber. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, v. 4. 2003.

GIDDENS, Antony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIRÃO, Oswaldo. et al. O papel do clima nos estudos de prevenção e diagnóstico de riscos geomorfológicos em bacias hidrográficas na Zona da Mata Sul de Pernambuco. In: GUERRA, Antônio José Teixeira e OLIVEIRA JORGE, Maria do Carmo (Org). **Processos erosivos e recuperação de áreas degradadas**, Rio de Janeiro: Oficina de Texto, p. 126-159, 2013.

GUATTARI, Felix. ROLNIK, Suely. **Micropolitica**: cartografias do desejo. 12 ed.Petropolis, RJ. Vozes, 2013.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais, **GEOgraphia**, v. 22, n.48, 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100 Acesso em: jun. 2020.

_____. **O Mito da Desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

_____. Precarização, reclusão e "exclusão" territorial. **Terra Livre** Goiânia. Ano 20, v. 2, n. 23, p. 35-52, jul-dez, 2004b.

_____. Sobre as i-mobilidades do nosso tempo (e das nossas cidades) **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 83-92, dez. 2015.

_____. **Viver no limite:** território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2014.

_____. Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográfico cultural integradora. In: SERPA, Ângelo (Org.). **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações. Salvador: EdUFBA, p. 393-419. 2008.

HAESBAERT, Rogério. MONDARDO, Marcos. Transterritorialidade e antropofagia:territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. **Geographia**, n. 24, p. 19- 50. 2010.

HAESBAERT, Rogério. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HARVEY, David. **Espaço de Esperança**. 6ª edição. São Paulo: Layola, 2004

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**, Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.**População em áreas de risco no Brasil**, Rio de Janeiro, IBGE, 2018.

INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE E NORWEGIAN REFUGEE COUNCIL. **Global estimates 2015, people displaced by disasters**. Disponível em: www.internal-displacement.org Acesso em: mai 2016.

ITEP. Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Pernambuco. **Relatório de Execução 2012**. Contrato de Gestão SRHE, ITEP-OS 2012.

ITURRALDE, Rosario Soledad. Sufrimiento y riesgo ambiental.Un estudio de caso sobre las percepciones sociales de los vecinos de 30 de Agosto en el contexto de un conflicto socioambiental. **Cuadernos de Antropología Social**, n.41, p.79-92, 2015.

JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. SPOSITO, Eliseu Savério. Discussão geográfica sobre cidades pequenas. **Geografia,** Rio Claro, v. 34, n. 2, p. 203-217, mai./ago. 2009.

LACOSTE, Yves. **A geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 2a ed. Campinas: Papirus, 2012.

LATOUR, Bruno. **Politicas da natureza**: como associar as ciências à democracia. São Paulo. Editora Unesp. 2019.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Nilo Américo. **Conservação no cerrado, território, política pública**: mosaico sertão-veredas peruaçu. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

_____. Idéias-eixo e também fora de eixo: considerações sobre desenvolvimento territorial. In: **Revista de Geografia (UFPE)** v.29, no.2, 34-62, 2012.

LOPES JUNIOR, Moises Tenorio. et. al. Mudanças climáticas, desastres naturais e cidades.In: GALVANCIO, Josicleda Domiciano, OLIVEIRA, Valeria Sandra de. SOUZA, Werônica Meira (org). **Mudança Climatica**, sociedade, cidade e meio ambiente. Recife Editora UFPE, p. 13-41 2017.

MACIEL, Caio. PONTES, Emilio Tarlis. **Seca e convivência com o semiárido**: adaptação ao meio e patrimonialização da caatinga no nordeste brasileiro, Rio de Janeiro, Consequencia. 2015.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago e GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.) **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global . Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universid Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, p. 127-168, 2007.

MANÇANO FERNANDES, Bernardo. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, Marco Aurelio; SPOSITO, Eliseu. **Territorio e territoiralidades**: teorias, porcessos e conflitos. São Paulo. Expressão Popular, p. 197-217, 2009.

MARANDOLA JR, Eduardo José. **Habitar em Risco**: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana./ Tese de Doutorado. Campinas, São Paulo. 2008.

MARCELINO, Emerson Vieira. **Desastres naturais e geotecnologias**: conceitos básicos, INPE, Santa Catarina, 2008.

MARCHEZINI, Victor. **Campos de desabrigados** – a continuidade do desastre. São Carlos: RiMa Editora, 2014.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org.) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciÍncias sociais. Perspectivas latinoamericanas. Coleccion Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autônoma de Buenos Aires, Argentina. p. 33-50, 2005. Disponível em: Web: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ Acesso em: jan. 2021.

_____. **Revista Letral** Estudios transatlânticos, Misceláneo, n.1, p 4-22, 2008. Disponível em: https://revistaseug.ugr.es/index.php/letral/article/view/3555. Acesso em: out. 2020.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Territórios em trânsito**: dos conflitos entre Guarani e Kaiowá, paraguais e "gaúchos" à produção de multi/transterritoiralidade na fronteira. Rio de Janeiro, Consequencia. 2018.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia pequena história crítica** - 21ª ed.- SãoPaulo: Annablume, 2007.

MOREIRA, Ruy. A Geografia Clássica. In:____. **O pensamento geográfico brasileiro: vol. 1. As matrizes clássicas originárias**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 13-48.
_____. **A formação espacial brasileira**: contribuição critica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequencia, 2014.

MUSSET, Alain. De los lugares de espera a los territorios de la espera. ¿Una nueva dimensión de la geografía social? **Documents d'Anàlisi Geogràfica**. v. 61/2. 2015.

NÓBREGA, Ranyére Silva. SANTIAGO,Gabriela Ayane Chagas Felipe. Tendência de temperatura na superfície do mar nos oceanos atlântico e pacífico e variabilidade de precipitação em Pernambuco**. Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 107-118, jan./abr. 2014.

OLIVEIRA, Ana Maria Cortez Vaz dos Santos. **Processos de desterritorialização e filiação ao lugar**: O caso da Aldeia da Luz. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de letras. Coimbra 2011. p.152.

OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. Ministério da Saúde. **Desastres Naturais e Saúde no Brasil**. Brasília, DF: OPAS, Ministério da Saúde, (Série Desenvolvimento Sustentável e Saúde, 2). 2015.

PACÍFICO, Andrea Pacheco. GAUDÊNCIO, Marina Ribeiro Barboza. A proteção dos deslocados ambientais no regime internacional dos refugiados REMHU - **Rev. Interdisciplinar de Mobilidade Human**a, Brasília, ano XXII, n. 43, p. 133-148, jul./dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/remhu/a/5TBC5g6FyQX9ZcxYSV3ZHPB/?lang=pt&format=pdf Acesso em: mar 2017.

PENIDO, Maria de Oliveira. Bio(necro)política da mineração: quando o desastre atinge o corpo-território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, p. 38-51, jul./dez. 2018 Disponível em: https://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/1827 Acesso em: mai. 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. Walter. La reinvención de los territorios: la experiência latino-americana y caribeña. In:_____. Territorialidades y lucha por el territorio em América Latina. Lima: Unión Geográfica Internacional. 2006.

_____. A globalização da natureza e a natureza da globalização 8ª Ed. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2018.

_____. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. Red de bibliotecas virtuales deciencias sociales en américa latina y el caribe. 2002. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/. Acesso em: abr. 2018.

_____. **Os (Des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

QUARANTELLI, Enrico. **Catastrophes are different from disasters**: Some Implications for Crisis Planning and Managing Drawn from Katrina. 2006. Disponível em: <understandingkatrina.ssrc.org/Quarantelli/>. Acesso em: 20 de Setembro, 2015.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires,

Argentina. p.227-278, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf Acesso em: mai 2015

QUINTERO WEIR. José Ángel (Kayushikai). El último despojo después de la tormenta. Cambio climático, desaparición de la casa y extinción de la territorialidad añuu. Cuatro advertencias y un camino. In: PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. HOCSMAN, Luis Daniel. (Orgs.) **Despojos y resistencias en América Latina, Abya Yala**. Ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Estudios Sociológicos Editora, p. 23-43 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. - ed. – São Paulo, Ática, 1993.

RAMOS, Érika Pires. **Refugiados ambientais**: em busca de reconhecimento pelo Direito Internacional. 2011. 150 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL: **Estudo de Impacto Ambiental** – RIMA/EIA: Sistema de Controle de Cheias da Bacia do Rio Una- Barragem Serro Azul/ Instituto de Tecnologia de Pernambuco; Unidade Gestora de Projetos Barragens da Mata Sul. Recife, 2011. Disponível em: http://www2.cprh.pe.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/Rima-Serro-Azul.pdf. Acesso em: mai. 2020.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Riscos e Vulnerabilidade Urbana no Brasil.** São Paulo, s/d.

ROSA, Lucelina Rosseti. FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um *continuum.* In: SPOSITO, Maria da Encarnação. WHITACKER, Arthur Magon. (Orgs.) **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. 2 ed. São Paulo. Expressão Popular. 2010. p. 187-204
.

SACK, Robert David. **Territorialidade Humana**: sua teoria e história. Cambridge Cambridge University Press,1986.

_____. O significado da territorialidade. In: DIAS, Leila Christina. FERRARI, Maristela. (Org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2. Ed. 2013.

SAITO, Silvia Midori. **Desastres naturais e geotecnologias**: vulnerabilidade. Santa Maria, INPE, 2011.

SANTOS, Milton. O retorno ao território, In: Santos Milton et al (orgs) **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec e ANPUR. p.11 -15, 1998.

_____. 1992: a redescoberta da natureza. São Paulo. **Estudos Avançados**. 6. (14), p. 95-106. 1992.

_____. **A Natureza do Espaço:** técnica tempo, razão e emoção. 4. ed.São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **O papel ativo da geografia: um manifesto**. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis. Julho. 2000.

_____. Por uma geografia cidadã**:** por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 21, Ago, p. 7-14, 1996.

_____.O dinheiro e o território In: SANTOS, Milton. et al. **Território, territórios**. Niterói: Lamparina, 2002.

_____. **Urbanização brasileira**. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções sobre o território.** ed. ,São Paulo, Expressão Popular, 2007.

SASSEN, Saskia**. Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2016.

SCARLATO, Francisco Capuano. COSTA, Everaldo Batista da. A natureza do urbano. **Confins**, n.30, p. 1-21, 2017. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/11676 Acesso em: jan.2021.

SERPA, Angelo. **Por uma geografia dos espaços vividos**: geografia e fenomenologia. São Paulo, Contexto, 2019.

SILVA, Adriana Cassiano da. LOPES, Laryssa Sheydder de Oliveira. SILVA, Jeissy Conceição Bezerra da. Desastres naturais e percepção de risco da população: um estudo de caso da inundação em Palmares-PE em 2010.**Revista de Geografia (Recife)** v. 33, n. 2, p. 112-128. 2016.

SILVA, Julio César Félix da**. Hidropolítica da bacia do rio una: uma abordagem a partir das margens fluviais em São Bento do Una – PE**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciencias Humanas. Universidade Federal de Pernambuco. 2014.

SILVA, Telma Camargo de As celebrações, a memória traumática e os rituais de aniversário. **Revista da UFG**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. Ano IX(1): 12–18. 2007a.

_____. Desastre como processo: Saberes, vulnerabilidade e sofrimento social no caso de Goiânia. In: LEIBING, Annette (Org.) **Tecnologias do Corpo**. Rio de Janeiro: NAU Editora. 2004.

_____. Eventos Críticos: Sobreviventes, narrativas, testemunhos e silêncios. In: Trabalho apresentado na **27ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Belém, Pará, Brasil. 2010.

_____. **Silêncios da dor**: enfoque geracional e agência no caso do desastre radioativo de goiânia, brasil. Iberoamericana , Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies, v1, n.46. p. 17–29. 2007b. Disponível em: DOI: https://doi.org/10.16993/iberoamericana.104 Acesso: nov. 2020

SMITH, Neil. Contornos de uma Política Especializada: veículos dos sem-teto e a produção da escala geográfica. In: ARANTES, Antônio. (Org.). **Espaço da Diferença**. Campinas. Papirus, p.132-159, 2000.

SOARES, Beatriz Ribeiro. MELO, Nágela Aparecida de. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, Diva Maria Ferlin.

HENRIQUE, Wendel. (Orgs) **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, p. 229-250, 2010.

SORIANO, Érico. VALENCIO, Norma. Riscos, incertezas e desastres associados às barragens: os riscos referentes à Itaipu Binacional. In: **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. VALENCIO, Norma; SIENA Mariana; MARCHEZINI, Victor; COSTA, Juliano Gonçalves. São Carlos: RiMa Editora, 2009

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Ambientes e territórios**: uma introdução à ecologia política. Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2019.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. Proteção ambiental para quem? A instrumentalização da ecologia contra o direito à moradia. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 25-44, dez. 2015.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo César da Costa., CORREA, Roberto Lobato.(Org.), **Geografia: Conceitos e Temas**, Ed, Rio de Janeiro, Bertrand. p 165 – 205, 1995.

SOUZA, Maria Adélia. Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: refletindo sobre o espaço banal. um ensaio geográfico. **PatryTer** – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades, 2 (4), 1-17. DOI: https://doi.org/10.26512/patryter.v2i4.26485.

SPOSITO, Eliseu ; JURADO DA SILVA, Paulo Fernandes. **Cidades pequenas**. Pespectivas teóricas e tranformações socioespaciais, Jundiaí. Paco editorial, 2013.

SPOSITO, Eliseu Saverio**. Geografia e Filosofia**: contribuição parao ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora Unesp. 2004.

SUERTEGARAY, Dirce. **(Re)ligar a geografia**: natureza e sociedade Porto Alegre. Compasso Lugar-cultura 2017.

TOMINAGA, Lídia Keiko. Desastres Naturais: por que ocorrem? In: **Desastres naturais:** conhecer para prevenir. _____. SANTORO, Jair. AMARAL, Rosangela do (Org.). São Paulo: Instituto Geológico, p. 11-24. 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VALENCIO, Norma. Da "área de risco" ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil._____. SIENA Mariana; MARCHEZINI, Victor; COSTA, Juliano Gonçalves. São Carlos: RiMa Editora, p.34-48, 2009.

.

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor. Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.

_____. O desastre como desafio para a construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados. **Revista Cronos.** Natal, v. 8, n. 1, p.81-100, 2007. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/cronos/8/d4.pdf>. Acesso em: 23/10/2015.

VEYRET, Yvete. **Os riscos:** o homem como agressor e vítima do meio ambiente. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2019.

VICTOR, Gerson e BUARQUE, Sergio: Estrategia para o desenvolvimento sustentável da zona da mata de Pernambuco. In: Matos, Aecio Gomes de. **Modernização conservadora e desenvolvimento na zona da mata de Pernambuco**. Recife, Ed. Univesitária da UFPE, 2012.

VIDAL, Laurent, MUSSET Alain, e VIDAL, Dominique. Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje), **Confins**. n.13. 2011. Disponível em: URL: http://confins.revues.org/7274; DOI: 10.4000/confins. Acesso em: nov. 2012.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

ENTREVISTA SEMI-ESTUTURADA - ROTEIRO

Data: ___/___/____

Horário e Local da Entrevista:_____

Nome:_____

Gênero:_____

Idade: _____

Endereço: _____

Contato:_____

Local de nascimento:_____

Ocupação:_____

1: Há quanto tempo mora na cidade?

2: Por quantas enchentes já passou? Lembra-se os anos?

3: Poderia relatar como foi o processo e a experiência da enchente (cheia) de 2010?

4: Permaneceu em abrigo? Como se deu a vivência nesse espaço?

5: Chegou a ficar nas tendas ou conhecer alguém que ficou? Como foi o período em que passou nas tendas?

6: Recebeu algum auxílio ou ajuda? De quem? (ONG, Instituições Públicas etc.)

7: Recebeu algum auxílio por parte de algum órgão público?

8: Como foi o processo de mudança para o conjunto habitacional?

9: E hoje como é sua vivência no neste espaço? Se sente em casa?

10: Como foi o processo de reconstrução da vida pós-enchente?

11: Já pensou em se mudar da cidade? Por quê?

12: Como descreveria sua vivência na moradia que foi destruída e a de hoje?

13: Pensa em retornar ao local de onde saiu? Por quê?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE DIÁRIO DE CAMPO

Diário de campo realizado em caderno de anotações

Data ____/___/___ Local _____ Horário _____

Roteiro e anotações pré-campo

Planejamento da viagem: Área estudada, meio de transporte, (ônibus rodoviário, mototáxi, à pé) – Ponto de chegada e de saída.

Equipamentos/Materiais: Caderno de campo, câmera fotográfica, gravador de voz

Cálculo de custos: _____

Contato de campo: _____

Roteiro de observações preliminares:

- Paisagem;
- Tempo de deslocamento;
- Meios de transporte utilizados;
- Locais de hospedagem e alimentação;
- Principais pontos de observação;
- Horário de funcionamento das instituições para coleta de dados;
- Mapeamento dos principais pontos a serem estudados.

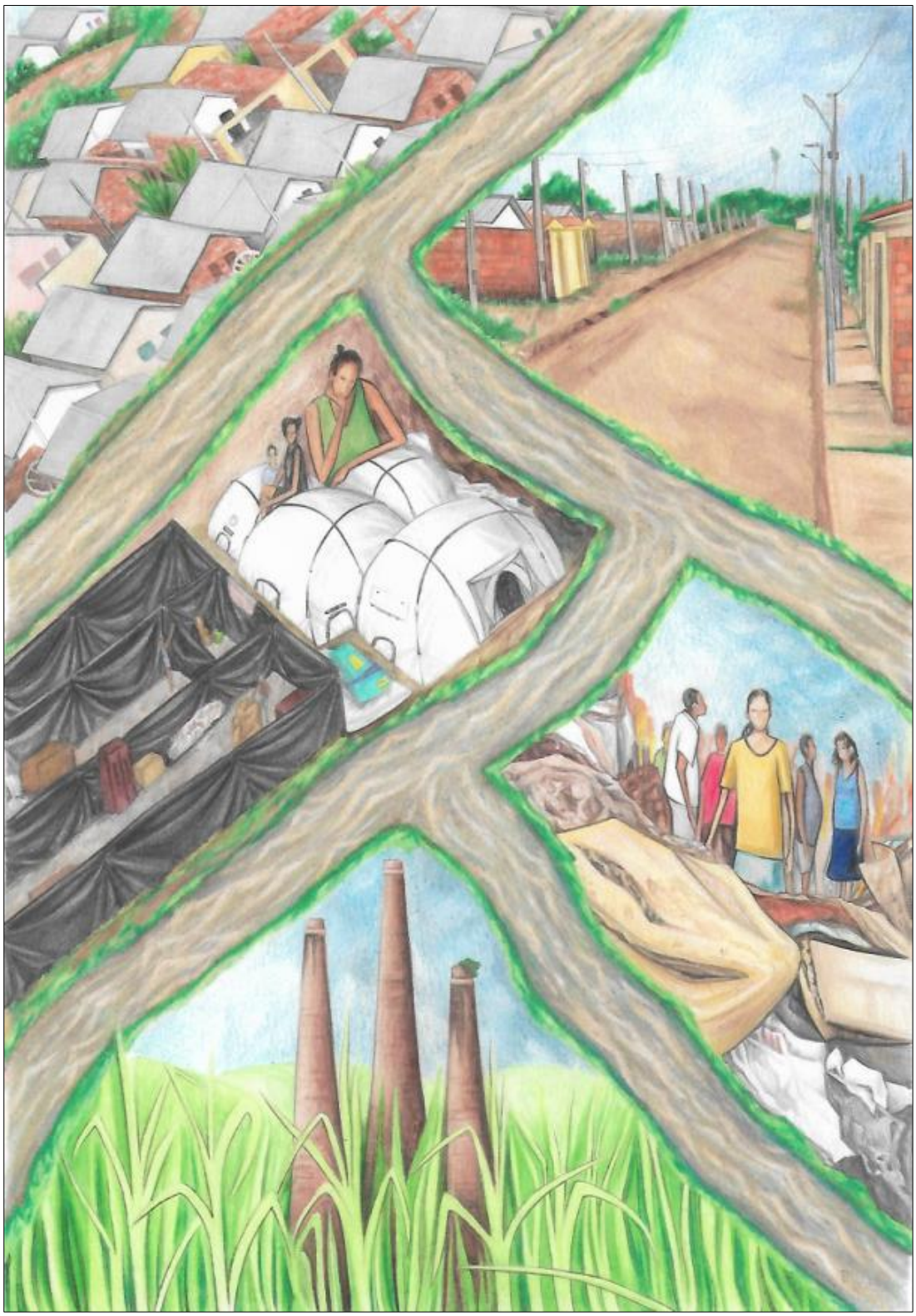
Observações em campo

- Contato de auxílio no campo (pessoas da comunidade);
- Observação de gestos, emoções e palavras;
- Atenção às narrativas e os contextos históricos;
- Equipamentos de coleta de dados (em órgãos públicos e com os sujeitos);
- Fotografias, relatórios, ouvir narrativas dos funcionários que nos recebem.

Escrita a partir das observações no campo

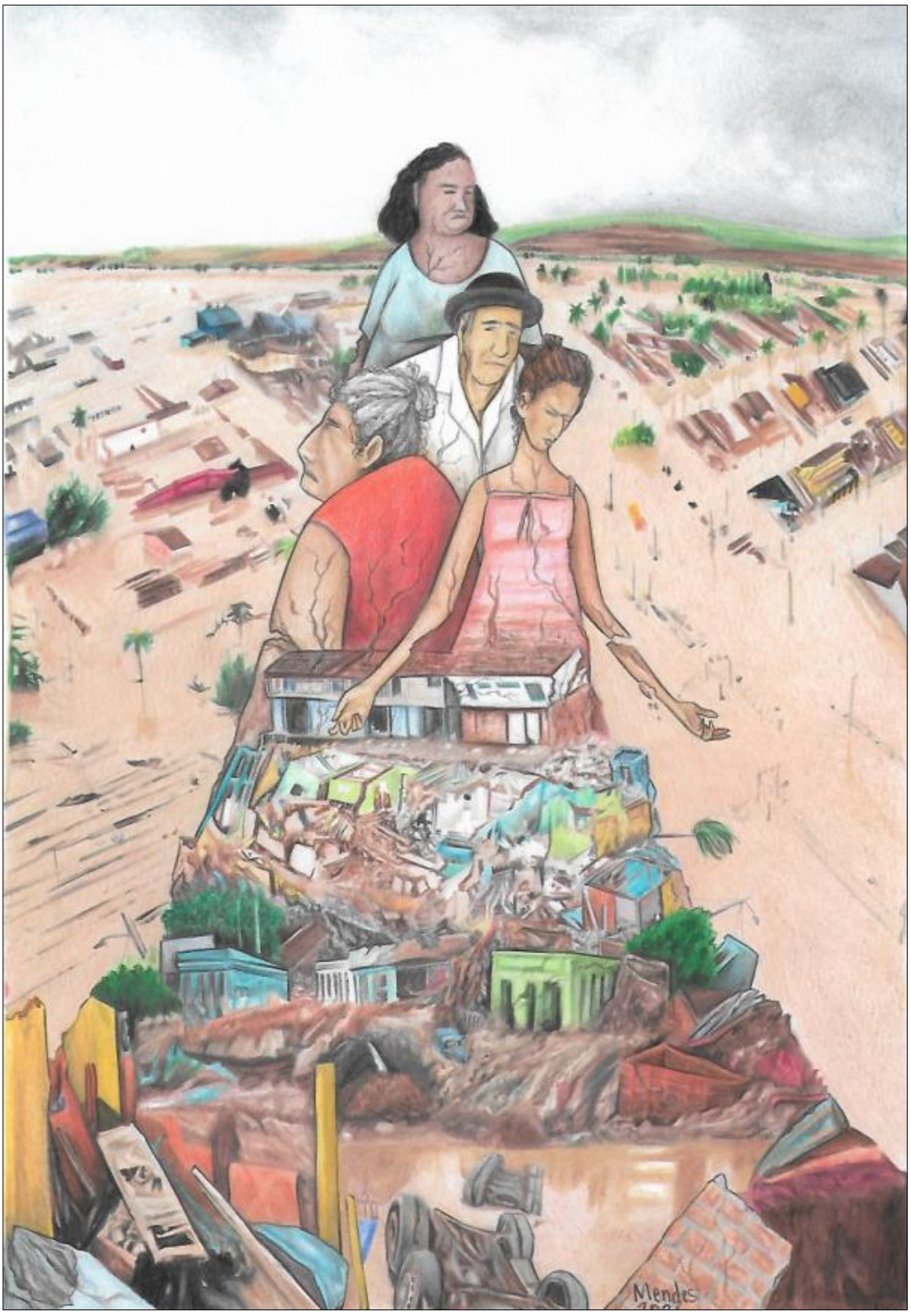
- Pontos de análise (locais de pesquisa);
- Linguagem que deve ter utilizada;
- Termos nativos;
- Conceitos possíveis de uso;
- Rede de contatos nos municípios estudados;
- Delimitação das áreas estudadas levando em consideração contatos, meios de transporte disponíveis e narrativas dos sujeitos;
- Tempo demandado para os trabalhos de campo (em meses e dias);
- Planejamento e organização para campo seguinte;
- Anotação dos imprevistos e de todos os elementos não planejados

ANEXO A - ARTE DE CAPA MOSAICO DOS DESASTRES NA MATA SUL ALEX MENDES (2021)

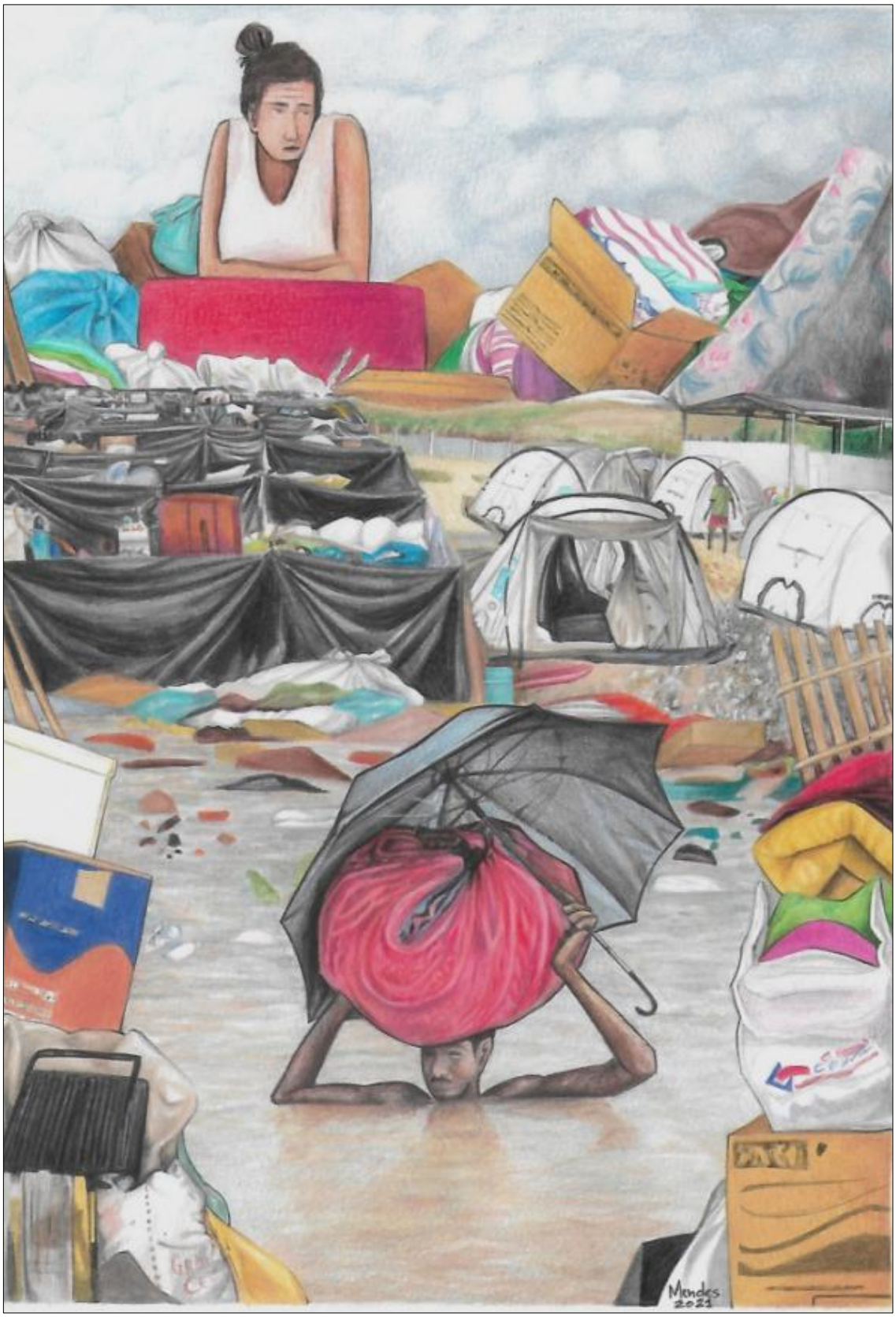


ANEXO B - ARTE ELABORADA PARA O PRIMEIRO CAPITULO: ENTRE A MATA E O RIO: TERRITÓRIO E AMBIENTE NA ZONA DA MATA SUL – PE, ALEX MENDES (2021)

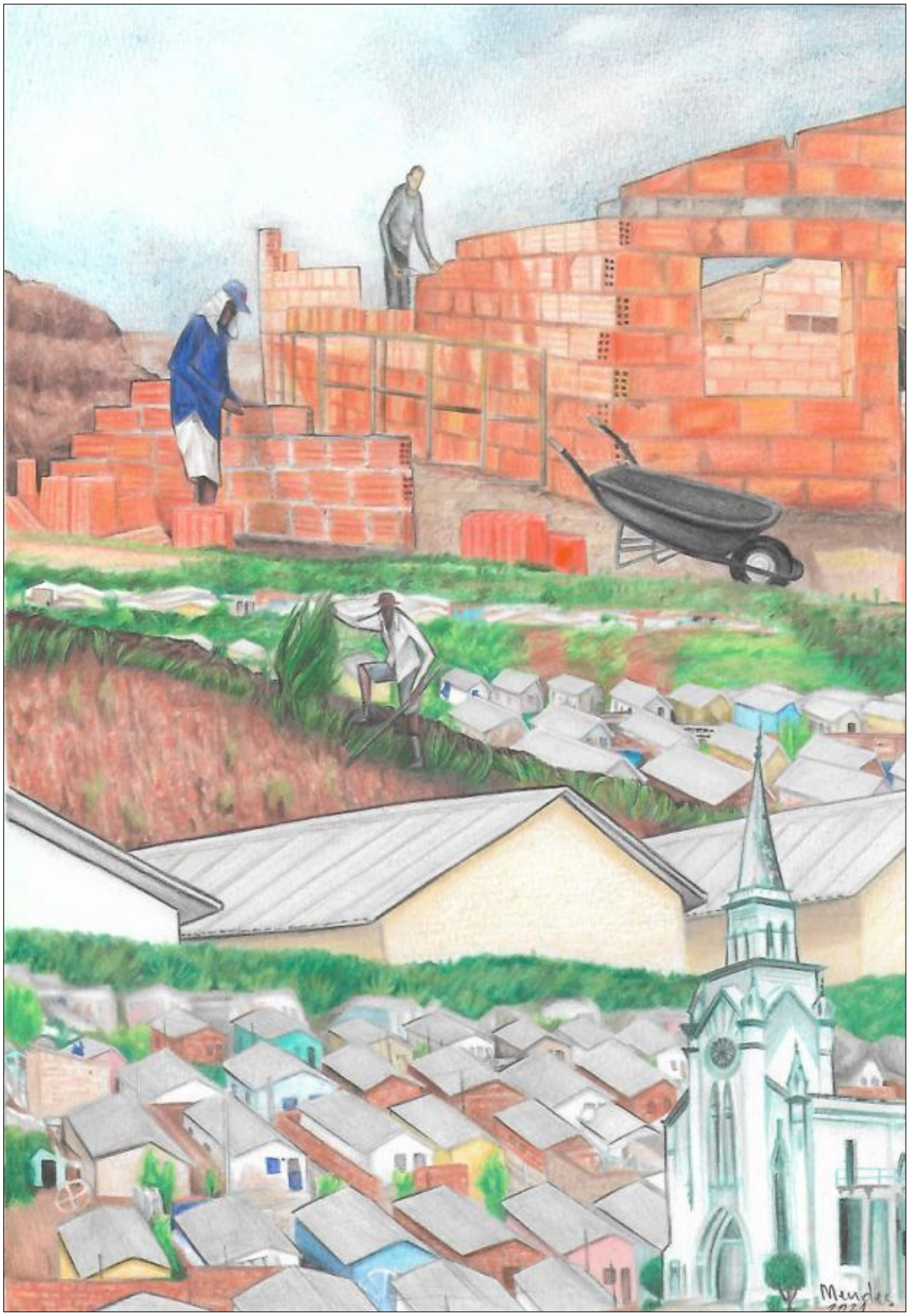
ANEXO C - ARTE ELABORADA PARA O SEGUNDO CAPITULO : DES-TERRITORIALIZAÇÃO E DESASTRES “NATURAIS” NA MATA SUL – PE. ALEX MENDES (2021)



ANEXO D - ARTE ELABORADA PARA O TERCEIRO CAPITULO: CORPO-TERRITÓRIO EM MEIO A REDE TERRITORIAL DE ESPERA. ALEX MENDES (2021)



ANEXO E - ARTE ELABORADA PARA O QUARTO CAPITULO: GEO-GRAFIAS, R-EXISTÊNCIAS E CONSTRUÇÃO TERRITORIAL NA MATA SUL. ALEX MENDES (2021)



ANEXO F - REPORTAGENS JORNALÍSTICAS DE ENCHENTES/INUNDAÇÕES NOS RIOS E AFLUENTES DA REGIÃO METROPOLITANA E ZONADA MATA NO ESTADO DE PERNAMBUCO. ACERVO DO JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ.

Diario da Manhã

FUNDADO EM 10 DE ABRIL DE 1927 ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL

8 Páginas Preço Cr$ 1,50 — 19 JULHO

Fundador: CARLOS DE LIMA CAVALCANTI — RECIFE — ANO XXVIII Nº — Diretor: HELENO GOUVEIA

FOI MUITA ÁGUA!

No Brasil e no mundo

Rua da Concórdia

Est. dos Remédios

Encruzilhada

Parque Amorim

Olinda também sofreu

Aguas não encontram obstáculo

Concurso do Bandepe é dia 3

Fonte: Acervo do Jornal. Diário da Manhã Acesso abril de 2021. Disponivel em:

http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx

NORMALIDADE

Diario da Manhã

LADRÕES EM AÇÃO

RECIFE — Sábado, 19 de Julho de 1975

CHEIA PREJUDICA ABASTECIMENTO

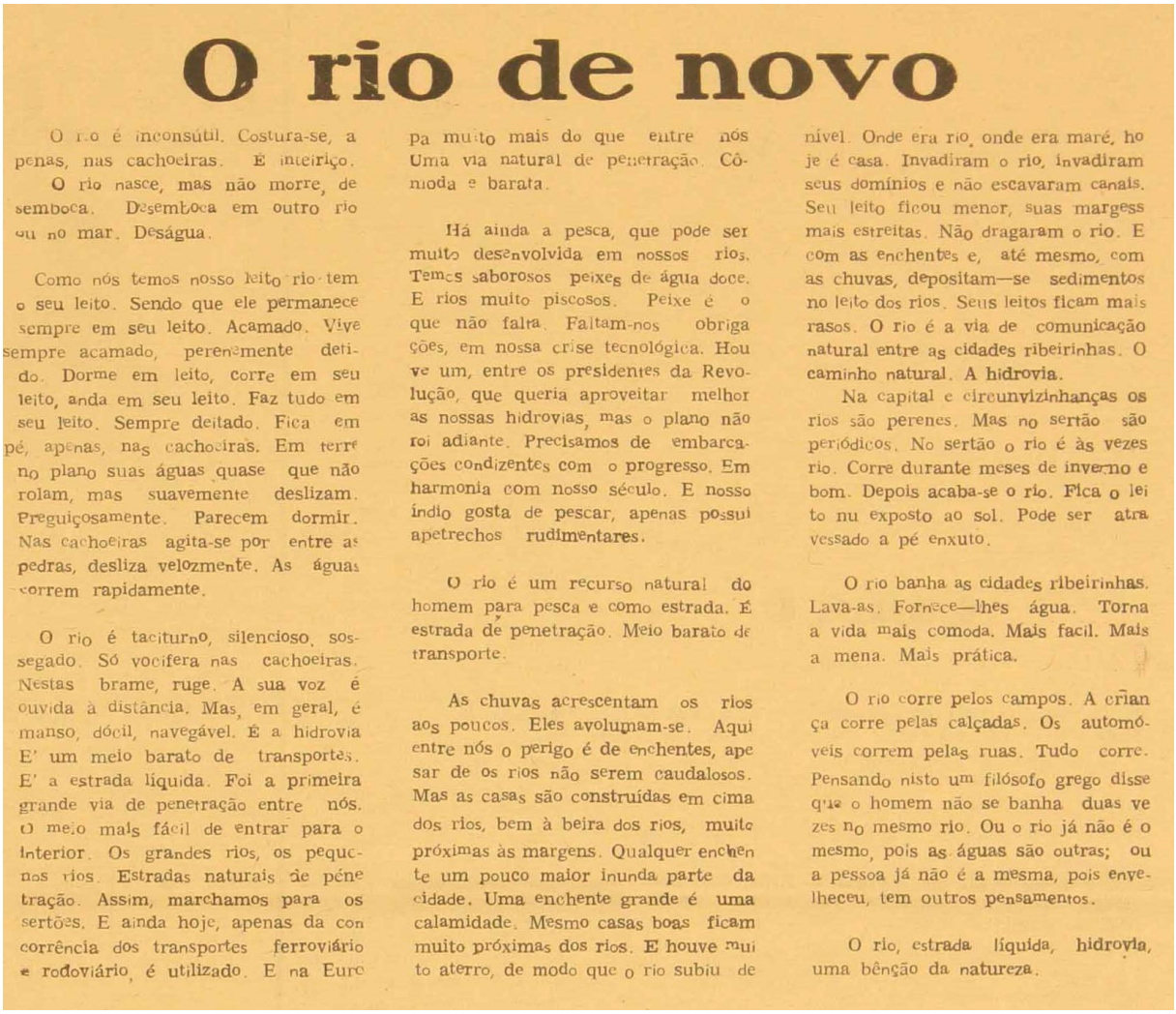
Cidade sem energia para evitar acidentes

Flagelados passam fome e Governo pede ajuda

Coordenador vai ver a situação

Mortos, feridos, desaparecidos

Fonte: Acervo do Jornal. Diário da Manhã Acesso abril de 2021. Disponivel em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx



O rio de novo

O rio é inconsútil. Costura-se, apenas, nas cachoeiras. É inteiriço.

O rio nasce, mas não morre, desemboca. Desemboca em outro rio ou no mar. Deságua.

Como nós temos nosso leito rio tem o seu leito. Sendo que ele permanece sempre em seu leito. Acamado. Vive sempre acamado, perenemente deitado. Dorme em leito, corre em seu leito, anda em seu leito. Faz tudo em seu leito. Sempre deitado. Fica em pé, apenas, nas cachoeiras. Em terreno plano suas águas quase que não rolam, mas suavemente deslizam. Preguiçosamente. Parecem dormir. Nas cachoeiras agita-se por entre as pedras, desliza velozmente. As águas correm rapidamente.

O rio é taciturno, silencioso, sossegado. Só vocifera nas cachoeiras. Nestas brame, ruge. A sua voz é ouvida à distância. Mas, em geral, é manso, dócil, navegável. É a hidrovia E' um meio barato de transportes. E' a estrada líquida. Foi a primeira grande via de penetração entre nós. O meio mais fácil de entrar para o interior. Os grandes rios, os pequenos rios. Estradas naturais de penetração. Assim, marchamos para os sertões. E ainda hoje, apenas da concorrência dos transportes ferroviário e rodoviário, é utilizado. E na Europa muito mais do que entre nós Uma via natural de penetração. Cômoda e barata.

Há ainda a pesca, que pode ser muito desenvolvida em nossos rios. Temos saborosos peixes de água doce. E rios muito piscosos. Peixe é o que não falta. Faltam-nos obrigações, em nossa crise tecnológica. Houve um, entre os presidentes da Revolução, que queria aproveitar melhor as nossas hidrovias, mas o plano não foi adiante. Precisamos de embarcações condizentes com o progresso. Em harmonia com nosso século. E nosso índio gosta de pescar, apenas possui apetrechos rudimentares.

O rio é um recurso natural do homem para pesca e como estrada. É estrada de penetração. Meio barato de transporte.

As chuvas acrescentam os rios aos poucos. Eles avolumam-se. Aqui entre nós o perigo é de enchentes, apesar de os rios não serem caudalosos. Mas as casas são construídas em cima dos rios, bem à beira dos rios, muito próximas às margens. Qualquer enchente um pouco maior inunda parte da cidade. Uma enchente grande é uma calamidade. Mesmo casas boas ficam muito próximas dos rios. E houve muito aterro, de modo que o rio subiu de nível. Onde era rio, onde era maré, hoje é casa. Invadiram o rio, invadiram seus domínios e não escavaram canais. Seu leito ficou menor, suas margens mais estreitas. Não dragaram o rio. E com as enchentes e, até mesmo, com as chuvas, depositam-se sedimentos no leito dos rios. Seus leitos ficam mais rasos. O rio é a via de comunicação natural entre as cidades ribeirinhas. O caminho natural. A hidrovia.

Na capital e circunvizinhanças os rios são perenes. Mas no sertão são periódicos. No sertão o rio é às vezes rio. Corre durante meses de inverno e bom. Depois acaba-se o rio. Fica o leito nu exposto ao sol. Pode ser atravessado a pé enxuto.

O rio banha as cidades ribeirinhas. Lava-as. Fornece-lhes água. Torna a vida mais comoda. Mais facil. Mais a mena. Mais prática.

O rio corre pelos campos. A criança corre pelas calçadas. Os automóveis correm pelas ruas. Tudo corre. Pensando nisto um filósofo grego disse que o homem não se banha duas vezes no mesmo rio. Ou o rio já não é o mesmo, pois as águas são outras; ou a pessoa já não é a mesma, pois envelheceu, tem outros pensamentos.

O rio, estrada líquida, hidrovia, uma bênção da natureza.

Fonte: Acervo do Jornal. Diário da Manhã Acesso abril de 2021. Disponivel em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx